OBRAS COMPLETAS

DO

CARDEAL SARAIVA

(D. FRANCISCO DE S. LUIZ)

PATRIARCHA DE LISBOA

PRECEDIDAS DE

UMA INTRODUCÇÃO PELO MARQUEZ DE RESENDE

PUBLICADAS POR

ANTONIO CORREIA CALDEIRA

TOMO V

LISBOA

IMPRENSA NACIONAL

1875

OBRAS COMPLETAS

DO

CARDEAL SARAIVA

OBRAS COMPLETAS

DO

CARDEAL SARAIVA

(D. FRANCISCO DE S. LUIZ)

PATRIARCHA DE LISBOA

PRECEDIDAS DE

UMA INTRODUCÇÃO PELO MARQUEZ DE REZENDE

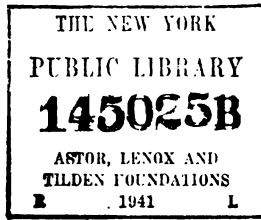
PUBLICADAS POR

ANTONIO CORREIA CALDEIRA

TOMO V

LISBOA

IMPRENSA NACIONAL

1875

ESTUDOS HISTORICOS

E

CHRONOLOGICOS

SOBRE AS

NAVEGAÇÕES, VIAGENS, DESCOBRIMENTOS E CONQUISTAS DOS PORTUGUEZES

NOS

PAIZES ULTRAMARINOS

E ÁCERCA DOS

PROGRESSOS DA MARINHA PORTUGUEZA ATÉ OS PRINCIPIOS DO SECULO XVI

REFLEXÕES GERAES

ÁCERCA DO INFANTE D. HENRIQUE, E DOS DESCOBRIMENTOS DE QUE ELLE FOI AUCTOR NO SECULO XV

REFLEXÕES GERAES

ÁCERCA DO INFANTE D. HENRIQUE, E DOS DESCOBRIMENTOS DE QUE ELLE FOI AUCTOR NO SECULO XV

Quem ler com alguma attenção, e com animo imparcial e limpo de baixas preoccupações a historia dos descobrimentos e viagens maritimas emprendidas e executadas pelos Portuguezes desde os principios do seculo XV com tanta utilidade do mundo civilisado, não poderá deixar de sentir-se possuido de admiração, e quasi assombro, considerando que huma nação pequena, libertada pouco antes da oppressão dos Sarracenos, e das pretensões dos seus vizinhos; destituida de guia e exemplar, que a tivesse precedido na sua carreira; carecida dos muitos meios e methodos, que o tempo, a industria, e o progresso das sciencias têem depois multiplicado; que esta nação, digo, formasse e executasse a vasta, difficil, e arrojada empreza de descobrir tantos mares, terras, e povos até então desconhecidos, de navegar até ás mais apartadas regiões do mundo, e de levar por toda a parte a sua industria, a sua civilisação, o seu commercio, as suas armas, e o seu dominio! Mas tanto póde o genio! Hum homem

de genio, hum Principe dotado de huma grande alma, e de huma constancia invencivel, bastou para conceber e executar tamanha empreza!

Foi este o immortal Infante D. Henrique, filho de el-Rei D. João I. A ordem do nascimento não o havia destinado para o throno; os seus meios erão consequentemente limitados, se os compararmos com a grandeza e vastidão do projecto a que se abalançava; a sua idade parece que não dava bastante caução nem á madureza do plano, nem á constancia do desempenho: muitos Portuguezes, ainda dos mais doutos e avisados, impugnavão as suas idéas como quimericas, ou temerarias, e o seu plano como inexequivel; antigas preoccupações, ainda não dissipadas pela experiencia, representavão a zona torrida como inhabitavel, e a existencia dos antipodas como impossivel: imaginavão-se medos e receios de navegar em mares perigosos, cheios de monstros, e nunca trilhados de outras quilhas. Emfim, ainda depois que o Infante deo principio aos seus trabalhos maritimos, doze ou mais annos se havião já passado em tentativas infructuosas, sem resultado algum essencial, senão o de dar novos argumentos, e maior ousadia aos inimigos e impugnadores da empreza. Tudo isto parece que seria mais que sufficiente para desanimar huma alma menos heroica, e para privar, ainda por longo tempo, o mundo das immensas vantagens que havião de seguir-se de tão glorioso projecto. Mas o illustre Principe teve em pouco todas as difficuldades que se lhe oppunhão, e marchou intrepido na carreira que tinha encetado. Nem se presuma que as suas resoluções erão cegas ou temerarias: que as não costumão tomar taes os grandes homens, ainda que o vulgo ignorante, e incapaz de comprehender as cousas elevadas, que sobreexcedem a medida do seu espirito, lhes ponha muitas vezes essa tacha.

Tinha o illustre Infante diante dos olhos a vasta gran-

deza, e quasi immensidade do Oceano (1), e pelas antigas cartas, taboas, e descripções dos geografos podia presumir que esta grande massa de aguas circumdava toda a Africa, e banhando a sua testa meridional, hia unir-se com os mares do oriente, por onde naquelles tempos se navegavão as especiarias, e drogas da Asia para os golfos Persico, e Arabico.

As nações da Europa que hião a Levante buscar estas mercadorias, e que tinhão suas feitorias no Egypto, na Syria, na Asia menor, na Armenia, e nos estados berberescos, não deixarião de ter algumas noticias daquelles mares, e de que elles vinhão lavar as praias e costas orientaes de Africa. Os Arabes e Mouros estavão estabelecidos em muitos pontos dellas, navegavão todos os mares orientaes até á China, e Mar Pacifico, e tinhão relações com o Cairo, Alexandria, Damasco, e outros emporios de Levante.

Por outra parte tinha o Infante, pelas lições da historia, noticia das navegações antigas em roda de Africa, attribuidas aos navegadores Fenicios e Carthaginezes (2);

(1) O Infante fez a sua ordinaria residencia em Sagres (no antigo *promontorio sacro*, hoje *cabo de S. Vicente)*, e ahi fundou a villa que se chamou *Villa Nova do Infante*, e depois *Sagres*. D'ahi fazia e dirigia todas as suas expedições maritimas.

(2) Referem os antigos que Nechao, Rei do Egypto, informado dos progressos que os Fenicios tinhão feito na navegação, tomára a seu serviço marinheiros desta gente, os quaes, sahindo do Mar Roxo por sua ordem, costeárão toda a Africa, e no fim de tres annos voltárão ao Egypto pelo estreito de Hercules. *Era isto* (diz hum Geografo moderno) *mais de dous mil annos antes que Vasco da Gama fizesse inversamente o mesmo caminho.* De outras viagens antigas á roda de Africa nos dá noticia Plinio, liv. 2.º, cap. 69.º: «*Hanno* (diz) *Carthaginis potentia florente, circumvectus a Gadibus ad finem Arabiae, navigationem eam prodidit scripto: sicut ad extra Europae noscenda missus eodem tempore Himilco. Praeterea Nepos Cornelius auctor est Eudoxum quemdam sua aetate, quum Lathyrum regem fugeret, arabico sinu egressum Gades usque provectum. Multoque ante*

e postoque podesse duvidar da realidade destas grandes emprezas, como muitos modernos têem duvidado, nem por isso era menos certo, que antiquissimos e mui doutos Escriptores as havião julgado possiveis e exequiveis, que era o que bastava para dar força, e até probabilidade ás conjecturas sobre a communicação, e continuidade dos mares.

Igualmente havião de ser conhecidas ao douto Infante as viagens maritimas dos dous Marselhezes Pythéas, e Euthymenes, huma pelas costas occidentaes da Europa ao norte do estreito de Hercules, até á ilha de Thule, e outra pela de Africa ao sul do mesmo estreito até hum rio que os antigos chamavão *Nilo*, e que parece ser o *Senegal*, ou algum dos outros grandes rios, que naquellas paragens vem sahir ao Atlantico (3).

eum Caelius Antipater, vidisse se qui navigasset ex Hispania in Aethiopiam commercii gratia... Sic maria circumfusa undique dividuo globo partem orbis auferunt nobis, &c.

(3) Pytheas, o primeiro destes navegadores, que se julga contemporaneo de Aristoteles, depois de ter feito importantes observações astronomicas na sua patria, sahio a descobrir e examinar as costas do Oceano ao norte do estreito herculeo. Navegou até á ilha de Thule, entrou o Baltico, e em resultado de suas observações estabeleceo a differença dos climas pela grandêza dos dias e das noutes. A Relação de suas viagens, que ainda existia, e era conhecida pelos fins do seculo IV da era Christãa, pareceo fabulosa a Polybio, e Estrabão, os quaes tinhão por inhabitaveis alguns dos paizes descriptos por Pytheas. Comtudo Gassendo, Sanson, e Rudbek pozerão-se da parte dos antigos Hipparco, e Eratosthenes, que tinhão defendido o illustre navegador mathematico; e mais modernamente Mr. Bailly na sua *Historia da Astronomia* dá os merecidos elogios ás importantes observações que elle fez. O seu compatriota Euthymenes tomou no mesmo tempo hum caminho opposto, e navegou ao sul do estreito pela costa de Africa. A Relação da sua viagem tambem se perdeo; mas Seneca, *Quest. Natur.*, liv. 4.º, cap. 2.º, nos dá noticia della, e até cita palavras de Euthymenes, quando trata das varias opiniões dos antigos sobre as causas da inundação periodica do Nilo. Eis-aqui as suas palavras: « *Euthymenes Massiliensis testimonium dicit: navigavi, in-*

Vindo a tempos mais modernos, não se póde negar, que as cruzadas, o commercio com o oriente, e as viagens por terra havião alargado muito os limites da geografia. Além das feitorias europeas no Levante, de que já falámos, e além da communicação com os Arabes, e do commercio, que por meio delles se fazia com a Persia e India, bem conhecidas são as numerosas viagens, que nos seculos XIII e XIV se emprendêrão e executárão, tanto pelos Christãos como pelos Arabes, entre os quaes alguns dos primeiros não só frequentárão os paizes orientaes mais remotos, mas tambem fundárão nelles estabecimentos Christãos, descêrão a Ormuz, e ás costas occidentaes da India, áquem do Ganges, vizitárão a ilha de Java, e Columbo em Ceylão, aonde havia igreja Christãa, &c., e os segundos divagárão por toda a Asia oriental e occidental, corrêrão a Africa até Sofala ao oriente, e até ás margens do Niger no interior, e nos deixárão em seus escriptos preciosas noticias geograficas, principalmente dos vastos paizes aonde tinha chegado o Islamismo (4).

quit, atlanticum mare: inde Nilus fluit maior, quamdiu etesiae tempus observant, tunc enim ejicitur mare intrantibus ventis: cum resederint, et pelagus conquiescit, minorque discedenti inde vis Nilo est: ceterum dulcis maris sapor est, et similes niloticis beluae». Por onde se vê que Euthymenos navegou pelo Atlantico ao longo da costa Africana, e chegou, pelo menos, até hum grande rio, que elle chama *Nilo,* e em que achou analogias com o outro Nilo do Egypto. Bem sabido he que alguns antigos davão o nome de *Nilo* ao Senegal ou Niger, ou fosse por acharem entre elles as mesmas analogias, ou pelos supporem nascidos da mesma origem, ou finalmente por ser o vocabulo *Nilo* primitivamente hum termo generico, e como tal applicavel a differentes individuos.

(4) Em 1245 enviou o Santo Padre Innocencio IV á Tartaria os dous frades menores, Fr. Lourenço, Portuguez, e Fr. João de Plan-Carpin, que escreveo a Relação da sua viagem. Em 1307 foi mandado ao mesmo paiz Fr. André Perusino, tambem frade menor, com outros seis, já consagrados Bispos, e destinados a auxiliar, conservar

As importantes relações de todos estes trabalhos fizerão os paizes orientaes menos estranhos aos Europeos; ampliárão a esfera da geografia, excitárão a curiosidade e gosto das viagens, e derão a conhecer, postoque ainda confusamente, muitos povos e nações da Asia, denotando alguns pontos importantes das suas costas, ilhas, e mares.

Todos estes conhecimentos auxiliados das proprias reflexões e combinações cosmograficas do Infante D. Hen-

e ampliar as christandades que naquellas regiões se achavão fundadas por Fr. João Moncorvino, que falleceo sendo Arcebispo de Cambalu em 1330. Estes religiosos varões estiverão por alguns annos na mesma cidade de Cambalu, como refere o proprio Fr. André, dando noticia da grandeza e magnificencia daquelle imperio, da frequencia e variedade dos povos que o habitavão, ou a elle concorrião, da ordem da sua policia, &c., e fazendo menção da grande cidade de Caiton sobre o Oceano oriental, d'onde elle mesmo era Bispo, e datava a sua carta em Janeiro de 1326. No anno de 1314 sahio para o oriente Fr. Odorico do Friul, tambem frade menor, o qual depois de correr varias provincias da Asia, veio a Ormuz, visitou o Malabar, e as ilhas de Ceylão, e Java, e penetrou até á China e Tibet, voltando a Italia em 1330, depois de dezeseis annos de extensa e laboriosa peregrinação. Nesse mesmo anno de 1330 mandou ainda o Papa João XXII alguns varões apostolicos a diversas terras orientaes, entre os quaes se nomeia Fr. Jordão, da ordem dos Prégadores, consagrado Bispo para Columbo, em Ceylão, a cujos Christãos, appellidados *Nascarinos* (Nazarenos), escrevia o Santo Padre, recommendando-lhes o Bispo, e os outros frades que o acompanhavão. Finalmente são bem conhecidas as viagens de Marco Paulo, que alguns chamão *o pai da geografia Tartara*, as de João de Marignole, de Ricold de Montecroix, &c., &c. Entre os Arabes, sem fazermos menção do celebre Scherif Al-Edrisi, mais conhecido pela denominação de *Geografo Nubiense*, de Shahab-Eddin Abu Abdallah Yakut, do Cheykh Zacarias, e de outros do mesmo tempo, lembraremos aqui sómente Ibn-al-Ouardi, que pelo meio do seculo XIV escrevia a sua obra intitulada *Perola das Maravilhas*, o sabio Abul-Feda, El-Backoui, e o illustre Ibn-Batuta, que a todos os viajantes Arabes do seculo XIV excedeo na vastidão de suas peregrinações, executadas por espaço de trinta annos, e terminadas com a viagem ao interior de Africa, &c., &c.

rique, e fermentados (digamos assim) pelas inspirações do genio, influírão no immortal Principe a sua heroica resolução, tanto mais facilmente por elle adoptada, quanto mais a grandeza do commettimento conformava com a vasta capacidade do seu generoso e verdadeiramente real espirito. A fortuna favoreceo a sua constancia e heroica perseverança.

Depois de alguns annos de tentativas infructuosas dobrou-se emfim o formidavel cabo *Bojador*, que por tanto tempo triunfára das diligencias e esforços dos navegadores Portuguezes. Virão-se novos mares, novas ilhas, novas terras: descobrírão-se nações barbaras, estranhas na côr, na linguagem, nos costumes, na religião: começárão a alargar-se os limites do commercio com os novos objectos, que cada dia se offerecião ás suas indagações, e á sua actividade: formárão-se relações de communicação, e até de amizade com alguns dos Principes barbaros; e abrirão-se as portas á navegação oriental, ao conhecimento das vastissimas regiões interiores de Africa, até então vedadas aos Europeos, e ao descobrimento do novo mundo, que sem as atrevidas navegações dos Portuguezes, he de presumir que ainda por muito tempo ficasse ignorado.

O illustre Infante, tendo empregado nestes uteis e gloriosos trabalhos quarenta e dous annos da sua vida, falleceo emfim a 13 de Novembro de 1460, deixando descoberta, além de muitas ilhas, a costa occidental de Africa desde o cabo de *Nam* até *Serra Leôa*, legando aos Reis Portuguezes, e a toda a nação *huma grande herança de gloria*, e indicando aos vindouros o caminho, que devião seguir para dar feliz complemento aos seus vastos planos, e desenhos.

Parece que o superior merecimento deste grande e glorioso Principe não podia deixar de lhe grangear então, e ainda hoje, o reconhecimento, o respeito, e o louvor de

todas as pessoas que, superiores aos baixos affectos do ciume e da inveja, sabem, e costumão avaliar os grandes homens pelo que elles realmente valem, e os grandes feitos pela verdadeira utilidade que delles póde resultar ao mundo, e pela influencia que podem ter sobre o bem da humanidade e sobre os progressos da civilisação geral.

Assim vemos que escriptores de mui distincto nome e saber, tanto antigos como modernos, exaltárão o Infante D. Henrique com expressões de merecido louvor, e deixárão o seu nome, e os seus altos meritos recommendados com encarecidas palavras á agradecida memoria da posteridade (5).

Não faltárão comtudo alguns, como costuma acontecer, que por differentes modos, e com differentes fundamentos, ou pretextos, mas sempre indirectamente (porque de outra maneira se não atreverião a fazel-o) pretendêrão despojar o illustre Principe da sua maior gloria, levando ao mesmo tempo em vista deslustrar a fama do nome Portuguez, já que de todo a não podião escurecer. A verdade porém mais forte que as miseraveis paixões e illusões humanas tem tomado, e ha de sempre conservar a superioridade que lhe he devida, e o mundo verdadeiramente sabio e imparcial não deixará em tempo algum

(5) Seja-nos permittido, unicamente para exemplo, trazer aqui as palavras de que se servem os Auctores Inglezes da *Historia Universal* ácerca do Infante: «*Este Infante D. Henrique* (dizem elles) *não só foi hum dos maiores homens do seu tempo em Portugal, mas tambem hum dos mais excellentes, que se tem visto em todas as nações, e em todas as idades. E postoque isto seja muito dizer em seu louvor, todavia não exagerâmos nada, nem affirmâmos cousa, que não seja mui somenos de seus merecimentos. E seja qual for a differença que ha entre o estado da Europa agora, e o em que se achava no tempo de D. Henrique, he indisputavel que todas as vantagens procedidas do descobrimento da maior parte de Africa, e das Indias oriental e occidental, e todas as que dellas se derivarem até o fim dos seculos, se devem ao genio e diligencias deste Principe*», &c.

de recordar com admiração, e reconhecimento os immensos beneficios de que gosa, devidos ao immortal Infante D. Henrique.

O Padre Labat, Francez, foi o primeiro, que nos conste, que intentou roubar a este Principe a originalidade de seus descobrimentos na costa occidental de Africa. Escrevia elle em 1717, tres seculos inteiros depois que começárão as nossas navegações para aquella costa, e quasi quatro seculos depois da data, que elle mesmo attribue ás suas fabulas. E como nenhum documento, memoria, ou escripto tivesse, com que auctorisar successos tão antigos, e até então ignorados, nem entre os papeis, que lhe forão confiados pela companhia Franceza das Indias e do Senegal, achasse titulo algum legitimo que remontasse acima do anno de 1626, julgou conveniente ao seu plano servir-se de não sei que tradições e conjecturas, e sobre estes tão futeis e tão vacillantes fundamentos teve a ousadia de affirmar que os marinheiros de Dieppe havião descoberto, e frequentado as costas occidentaes de Africa desde o principio do seculo XIV, e que em 1364 tinhão estabelecido commercio em *Rufica*, e *muito além de Serra Leôa*.

Esta quimerica opinião era logo á primeira vista facil de refutar-se por muitas razões tão obvìas como incontestaveis:

1.° Pela posse antiga e pacifica dos Portuguezes, fundada nas Relações de suas primeiras viagens e descobrimentos, Relações contemporaneas dos successos, Relações singelas e desaffectadas, que progressivamente se hião publicando, e corrião por toda a Europa sem a menor contradicção, sem que pessoa alguma sahisse em defeza da prioridade de qualquer outra nação, e sem que os proprios Francezes allegassem a sua mais antiga posse, ou dessem o mais leve signal ou indicio de lhes serem já conhecidas aquellas regiões.

2.º Porque nem os Portuguezes frequentando as costas de Africa, nem os estrangeiros que com elles, ou depois delles as visitárão, achárão monumento, vestigio, memoria, ou rasto algum de quaesquer outros Europèos, que em tempos mais remotos tivessem ali aportado; nem descobrírão vocabulo ou nome algum da lingua Franceza dado aos logares, ou a outros objectos; antes pelo contrario observárão a profunda e total ignorancia em que estavão os Africanos ácerca de tudo quanto podia dizer respeito aos Europeos, e aos seus usos, costumes, religião, artes, e commercio.

3.º Porque tendo alguns Normandos tentado nos principios do seculo xv, debaixo da protecção de el-Rei de Castella, a conquista das Canarias, já no precedente seculo xiv reconhecidas e visitadas pelos Portuguezes, e depois delles por outros navegantes (como mais adiante mostraremos), nada parecia mais natural do que darem d'ahi huma revista á costa do continente Africano, onde devião esperar achar, não só vestigios ainda recentes dos Francezes seus nacionaes, mas tambem estabelecimentos permanentes, e feitorias por elles fundadas *desde Cabo Verde* (como elles dizem) *até á Mina,* e de mais a mais *huma igreja, levantada neste ultimo lugar em 1383,* como se atreveo a escrever hum Auctor modernissimo (6). Longe, porém, de succeder assim, sabemos que esses mesmos Normandos nem ao menos reconhecêrão todas as Canarias, nem nellas se podérão conservar por muito tempo.

4.º Porque ainda que os Francezes, ou pelo decurso e circumstancias dos tempos, ou por causa das suas perturbações internas, e guerras com os estrangeiros, ou por outros quaesquer motivos tivessem interrompido as suas

(6) Mr. d'Avezac, *Esquisse général de l'Afrique. Aspect et constitution phisique, Histoire naturelle, Ethnologie, Linguistigue, État social, histoire, explorations, et Geographie.* Paris, 1837, 12.

suppostas navegações Africanas, e abandonado os estabelecimentos, que os seus modernos escriptores dizem que elles tinhão feito naquellas partes; he comtudo inverosimil que de todo se houvessem esquecido delles em pouco tempo, e que lhes não restasse desejo algum de os poderem ainda tornar a possuir, ou ao menos de conservarem alguma memoria do seu direito. Este estranho esquecimento porém he o que se deduz da historia contemporanea, não só pelo absoluto silencio que os mesmos Francezes guardárão ácerca de suas anteriores, mas ainda recentes emprezas; senão tambem, e especialmente, porque tendo os Reis de Portugal e Castella dividido entre si o globo da terra para fixarem a demarcação e limites de suas respectivas conquistas, e evitarem futuras contendas e discordias, diz a Historia, que *fôra requerido o Rei de França* para acceder a esta divisão, e ter parte nas conquistas, se assim o quizesse; mas que elle voluntariamente desistíra do direito que podia por este modo adquirir, e *renunciára ao convite* (7): acaso por julgar então *loucas, insensatas, e desatinadas* as navegações

(7) Andrade, *Chronica de el-Rei D. João III*, part. 1.ª, cap. 10.º: «El-Rei Francisco (1.º de França) quiçá desejoso de ter parte nos grandes proveitos, que tinha por informação que se tiravão da navegação e commercio da India, começou a arguir novas duvidas sobre a demarcação, que fizerão antre sy os Reis de Portugal e Castella, *da qual naquelle tempo elle se lançára fóra sendo requerido para isso*, e agora sentia muyto *a renunciação que tinha feito da parte da acção, que podera ter neste descobrimento.* Deste desgosto nascia o consentir el-Rei de França que os seus navios andassem roubando os Portuguezes no mar com pretextos, &c. A *Chronica de el-Rei D. Sebastião*, attribuida a D. Manoel de Menezes, no cap. 43.º, falando da empreza de Villegainon sobre o Rio de Janeiro em 1556, reflecte, que os Francezes nenhum direito tinhão áquellas terras, tanto porque erão descobrimentos e conquistas dos Portuguezes, como *pela desistencia* (são as palavras da Chronica) *que os seus Reis tinhão feito, quando pelo Papa forão convidados para a repartição de novos descobrimentos de terras*», &c.

Portuguezas, como muitos naquelle tempo lhe chamavão (8).

5.º Porque ainda depois que os Francezes começárão a observar as vantagens e grandes proveitos, que os Portuguezes tiravão de seus descobrimentos e conquistas, e a sentir o tardio arrependimento de haverem renunciado á acção, que nelles poderão ter, nunca jámais se lembrárão de allegar a prioridade de suas navegações e de sua antiga posse, nem mostrárão intento de reivindicar hum só palmo de terra na costa de Africa, nem ao menos dirigírão para aquella banda as repetidas tentativas do seu despeitoso ciume, e as continuas e vergonhosas piratarias com que tanto incommodárão os Portuguezes, e deteriorárão o seu commercio no meio da paz dolosa que com elles mantinhão (9).

(8) Jeronymo Conestagio, depois de exaltar as façanhas dos Portuguezes na Europa, acrescenta: «O mesmo esforço mostrou esta nação assim em Africa como na India, tanto por haver alcançado o fim de sua estupenda e admiravel navegação, *que ao principio foi reputada por temeraria e louca pelos mais sabios e entendidos*, como por ter dado naquellas partes grandes provas de suas pessoas nas armas», &c. Paulo Jovio chamou *insanas* as navegações Portuguezas: *insana navigatione atlanticum praetervecti*, &c.; sobre o que reflecte o elegantissimo Fr. Luiz de Souza, que os estrangeiros qualificavão de *loucas e desatinadas* ás nossas emprezas maritimas, *ou porque não achavão palavras que igualassem o louvor que merecião, ou porque se não atrevêrão a encobrir a inveja, que lhes fazia a inestimavel gloria, a infinita riqueza, e os triumfos e victorias, que por meio dellas alcançou este pequeno reino.*

(9) Não consta que os Francezes mandassem os seus navios ás possessões Portuguezas de Africa occidental senão pelos annos de 1595, isto he, cento e setenta annos depois de nossos primeiros descobrimentos, e quando as nações da Europa, sob pretexto de nos acharmos unidos, ou sujeitos á Monarquia Hespanhola, começárão a desenvolver a sua antiga inveja, e a aproveitar-se da nossa situação para retalharem as nossas ricas colonias, e se apossarem dellas. Até então limitarão-se os Francezes a invasões sobre o Brazil, aonde nos julgavão menos fortes, ou menos acautelados, e a esperarem as

Sem embargo porém destas e de outras muitas razões, que mostravão quanto era vãa e quimerica a opinião do Padre Labat, não deixou ella de ter seguidores de grande nome, ou enganados das apparentes razões de escriptor, adoptadas sem exame, ou arrastados do falso zelo da gloria da sua patria, ou levados (o que he mais provavel) do baixo ciume, com que ainda hoje muitos escriptores estrangeiros procurão deprimir, escurecer, ou pôr em esquecimento a gloria que os Portuguezes adquirirão com tão justos titulos no seculo XV: ciume, bem improprio, por certo, de todos os que se prezão de amar a sabedoria; mas que desgraçadamente não he pouco vulgar entre elles.

Nós, sem nos demorarmos mais em longa e escusada discussão a este respeito, nem repetirmos o que outros têem dito, contentar-nos-hemos de traduzir aqui as palavras do douto geografo moderno Walkenaer, o qual falando das opiniões do Padre Labat, e tendo-as refutado com argumentos e provas irrecusaveis, conclue assim:

« Devemos declarar aos nossos leitores, que as pretensões dos Dieppezes ao descobrimento das costas occidentaes de Africa, e as suas viagens ao longo dellas até Serra Leôa, anteriormente ás dos Portuguezes, *não podem sustentar o mais ligeiro exame:* e que ainda que o Abbade Prévost, e hum grande numero de escriptores hajão adoptado a Relação do Padre Labat, *nem por isso deixa ella de ser huma grosseira impostura,* á qual não fariamos, sequer, a honra de a refutar, se muitos homens respeitaveis, arrastados do falso zêlo da gloria da sua patria, não tivessem julgado dever reproduzil-a, e acredital-a, com

náos da India, e de Africa na paragem dos Açores, para ahi nos roubarem a seu salvo; procedimento não só iniquo, mas até pouco leal, que por muito tempo, e muitas vezes foi objecto das queixas do governo Portuguez ao de França, sem se obter dos seus Reis mais do que boas palavras, e novos insultos.

seus votos, e se ella não houvesse sido de algum modo posta no catalogo das verdades reconhecidas, á força de ser repetida sem contradicção por escriptores de huma nação rival, que muitas vezes se mostrão empenhados em roubar aos Francezes o merito de seus mais incontestaveis descobrimentos» (10).

Assim restitue este sabio escriptor aos Portuguezes a gloria, que indubitavelmente lhes pertence, de haverem antes de quaesquer outros navegadores modernos franqueado o Bojador, descoberto as costas, terras, povos e ilhas de Africa occidental, e patenteado o caminho para a mais remota Asia, e para o descobrimento do novo mundo. E comtudo não foi isto bastante para reprimir, ou conter hum pouco a inconsiderada ligeireza, com que Mr. de Avezac, neste mesmo anno em que estamos escrevendo, e no opusculo já citado (nota 6), depois de repetir as fabulas do Padre Labat, e nos dar noticia de *huma igreja fundada pelos Francezes na Mina em 1383*, e dos muitos estabelecimentos que fizerão por toda aquella costa, conclue em tom decretorio e magistral, que *estes factos têem sido contestados pelo unico fundamento da commum fama, que proclamou como descobrimentos a serie de reconhecimentos, que os Portuguezes effeituárão mais tarde ao longo das costas de Africa*, inconsideração, e ligeireza que seria incomprehensivel, se não fosse tão frequente em outros escriptores, e em cuja refutação não julgâmos dever gastar mais palavras.

Outro escriptor, de não vulgar credito nos estudos geograficos, não achando fundamento provavel, em que podesse firmar as fabulas do Padre Labat, recorreo a outros meios de deslustrar a gloria dos Portuguezes, e do sabio Principe que os instruio, guiou e animou, e suppoz que

(10) *Revue Encyclopédique, ou Analyse raisonnée*, &c. Maio de 1828, pag. 327, e mais especialmente pag. 335.

as primeiras tentativas dos Portuguezes na costa occidental de Africa forão ordenadas *por el-Rei D. João I com o só intuito de acommetter pela retaguarda os Mouros,* a quem intentava fazer guerra; e que depois disto se forão seguindo os descobrimentos, quasi como meras consequencias daquelle primeiro intento. Assim parece que reduz este escriptor huma empreza tão extraordinaria, e seguida por tantos annos com invencivel constancia, a quasi puro effeito do acaso, ou a hum successo secundario, que não entrava no plano e nas intenções de el-Rei, nem do inclito Infante seu filho.

«D. João I (diz este escriptor), Rei de Portugal, tendo resolvido usar de represalias contra os Mouros, esquipou huma armada para hir acommetter as costas de Berberia. Despachou alguns navios, que reconhecessem a costa meridional deste paiz, *sem outro intento mais que o de tomar os Mouros pela retaguarda,* ou acommettel-os por onde elles estivessem menos prevenidos para a defeza. Até então o cabo de Nam era o limite que os aventureiros Portuguezes não tinhão transgredido. Mas desta vez adiantárão-se *até o Bojador,* palavra que na lingua Portugueza quer dizer *praia a dobrar (rivage à doubler)»,* &c.

Todo este discurso, porém, he fundado em supposições arbitrarias, he destituido de fundamento algum solido, e he contrario á verdade historica.

Primeiramente: todos os escriptores Portuguezes, sem excepção alguma, attribuem a primeira idéa e projecto dos descobrimentos ao Infante D. Henrique, e não a el-Rei seu pai; e suppõem ser este pensamento inspirado ao immortal Principe pelos vastos conhecimentos que tinha adquirido da geografia, cosmografia, e nautica, para cujo adiantamento fundou a famosa escola de Sagres, donde sahírão tantos homens consummados naquellas sciencias.

Em segundo logar: nem o projecto dos descobrimentos teve relação alguma directa com a tomada de Ceuta; nem

el-Rei D. João I teve lembrança ou intento algum de tomar os Mouros pela retaguarda desta praça; nem com esse intento, ou sem elle, despachou hum só navio, quanto mais armada, para reconhecer a costa meridional deste paiz, como erradamente diz o escriptor. El-Rei tendo resolvido a conquista de Ceuta, mandou, na verdade, reconhecer a praça, a sua situação, e a costa do mar adjacente. A este reconhecimento forão D. Alvaro Gonçalves Camelo, Prior do Crato, e Affonso Furtado, Capitão-mór do mar, com sós duas galeras, cujo destino apparente era huma viagem á Sicilia, e certa negociação com a Rainha D. Branca, que ali reinava. As galeras demandárão Ceuta sob pretexto de se proverem de algumas cousas necessarias á sua derrota, e depois de examinarem, e sondarem a costa (não a *meridional*, mas sim a *do norte* contra Hespanha), e de tirarem o plano da praça, tomárão effectivamente o rumo de Sicilia para melhor occultarem os seus verdadeiros intentos, e passado pouco tempo, voltárão a Portugal com as informações que el-Rei desejava, e a que os havia mandado. Não houve nenhum outro reconhecimento de *costas meridionaes*, nem outros alguns navios que a isso fossem.

Em verdade custa a crer, e nós não podemos deixar de admirar, que hum escriptor geografo ouse escrever, que el-Rei D. João I querendo tomar Ceuta, e pretendendo com esse fim incommodar a retaguarda dos Mouros, mandasse as suas esquadras ao cabo de *Nam*, e ainda além delle ao *Bojador!* Basta lançar os olhos a huma carta geografica para se ver quanto he absurdo este pensamento.

Demais, que a praça de Ceuta foi tomada em 1415, e só depois desta conquista he que nos consta que o Infante mandasse os seus navios a dobrar o *Bojador para o sul*, apartando-se cada vez mais da retaguarda de Ceuta, e dos limites do imperio de Marrocos, e insistindo neste empenho por cousa de doze annos, até effectivamente fran-

quear aquelle então temeroso passo, pelos annos de 1429 ou 1430.

He portanto fóra de duvida, que o sabio Infante levou na gloriosa empreza de seus descobrimentos hum fim mais alto e mais importante do que a mesquinha idéa de colher os Mouros pela retaguarda, idéa da qual se não diz huma só palavra na vida do Infante, nem de seu augusto pai, nem tão pouco em historia alguma dos descobrimentos Portuguezes.

Este alto e importante fim, este generoso e magnanimo intento do Infante, foi expressamente declarado por elle mesmo na supplica, que dirigio á Santidade do Papa Nicoláo V, em virtude da qual se expedio a Bulla de 6 dos idos de Janeiro do anno da Encarnação do Senhor de 1454, confirmada logo depois pelo Santo Padre Calixto III a 3 dos idos de Março do anno da Encarnação de 1455.

Dizia o Infante: « Que tinha por noticia, que *nunca, ou ao menos desde a memoria dos homens, houvera costume de navegar o mar Oceano para as regiões meridionaes, e orientaes, sendo o mesmo mar tão desconhecido a nós os occidentaes, que nenhuma certa noticia tinhamos das gentes daquellas partes; pelo que julgava fazer grande serviço a Deos, se por sua industria e trabalho se fizesse o dito mar navegavel até aos povos Indianos, que se dizia serem Christãos, a fim de participar e communicar com elles; de empregar o seu auxilio contra os Sarracenos, e outros inimigos do nome Christão; e de fazer prégar o Evangelho aos idolatras, que porventura habitassem aquellas remotissimas regiões* » (11). Por onde se vê cla-

(11) « Practerea (diz a Bulla) cum olim ad ipsius Infantis pervenisset notitiam, quod nunquam, vel saltem a memoria hominum, non consuevisset per *hujusmodi Oceanum mare meridionales, et orientales plagas navigari,* illudque nobis occiduis adeo foret incognitum, ut nullam de partium illarum gentibus certam notitiam haberemus; credens se maximum in hoc Deo praestare obsequium, si ejus opera

ramente quaes erão os primeiros e originaes intentos do Infante, e quão longe estava da verdade o escriptor, que acabâmos de refutar.

O mesmo escriptor porém parece que não tinha grande confiança nas suas proprias idéas; porque pondo de parte *a guerra que se queria fazer aos Mouros pela retaguarda*, varía de opinião e de principio, e diz: « Que o *bom exito da empreza da conquista das Canarias pelo Francez Bethencourt em 1402* fôra o que dera *o primeiro impulso a todas as mais, que se seguírão naquellas paragens*. Esta lembrança não he mais feliz que a precedente, nem estriba em melhores fundamentos.

A conquista das Canarias, quando quer, e por quem quer que fosse feita, não tinha relação alguma com a navegação e descobrimento *dos mares e terras meridionaes, e orientaes para passar á India*, que era (como acabâmos de ver) o pensamento do Infante, e a alma da sua empreza. Não facilitava nem aquella navegação, nem aquelle descobrimento; não facilitava, ao menos, a passagem do cabo Bojador, que lhe ficava hum pouco ao sul. Os navegadores Portuguezes do Infante D. Henrique nunca procurárão, nem tomárão as Canarias como ponto de partida para suas expedições, nem como baliza que os orientasse na direcção de suas viagens.

Se o escriptor quer dizer, que o Infante estava perplexo, ou irresoluto, ou timido em suas resoluções, e que *o bom successo do Francez Bethencourt* o animou, e esti-

et industria *mare ipsum usque ad Indos, qui Christi nomen colere dicuntur navigabile fieret*, sicque cum iis participare, et illos in Christianorum auxilium adversus Sarracenos, et alios hujusmodi fidei hostes commovere posset, ac nonnullos gentiles, seu paganos, nefandissima Mahumetis secta minime infectos, populos, inibi medio existentes, continuo debellare, iisque incognitum sacratissimum Christi nomen praedicare, ac facere prædicari », &c. *Provas da Historia Genealogica*, tom. 1.º

mulou a proseguir a sua empreza, erra ainda mais grosseiramente, e mostra grande ignorancia da historia das Canarias.

As Canarias tinhão sido procuradas, reconhecidas, e visitadas pelos Portuguezes no seculo XIV mais de huma vez. El-Rei D. Affonso IV intentando conquistal-as, mandou a ellas os seus navios antes do anno de 1336, e segunda vez em 1341; e no anno de 1344 dizia ao Santo Padre Clemente VI: «Que quando cuidava em mandar huma armada á conquista daquellas ilhas, fôra impedido pela guerra com el-Rei de Castella, e depois com os Mouros (12). Zurita faz menção de navegantes Guipuscoanos, e Andaluzes, que forão ao *descobrimento* das Canarias em 1395, e se apossárão de algumas dellas, e acrescenta, que *finalmente* el-Rei D. Henrique III de Castella facultára a Roberto de Braquemont no anno de 1401 o reconhecel-as, e conquistal-as, e que commettendo Braquemont a expedição a seu parente João de Bethencourt, este com effeito conquistára algumas, e levantára fortaleza na *Lançarote* em 1417.

Do que tudo manifestamente se collige: 1.º, que a particular empreza da conquista das Canarias pelo *Francez* (aliàs *Normando) Bethencourt* nenhuma influencia teve, nem podia ter, nas emprezas maritimas da nossa gente; pois nem era nova, nem extraordinaria, nem tinha por objecto descobrir novas terras e novos mares, mas sim e tão sómente conquistar ilhas já conhecidas, e muito antes frequentadas por outros navegantes, e especialmente pelos proprios Portuguezes; 2.º, que ainda concedendo (postoque seja falso) que a conquista das Canarias fosse capaz de dar *o primeiro impulso* aos descobrimentos Portuguezes, nenhuma necessidade tinha o Infante de esperar

(12) Vejão-se as duas Memorias do Sr. Joaquim José da Costa de Macedo, nas *Collecções da Academia Real das Sciencias de Lisboa,* tom. 6.º, part. 1.ª, pag. 9, e tom. 11.º, part. 2.ª, pag. 177.

que esse impulso lhe viesse de França, ou da Normandia, pois o tinha mais perto, em sua propria caza, e nas emprezas de seu bisavô D. Affonso IV; e, consequentemente, 3.°, que se a gloriosa originalidade dos descobrimentos do Infante D. Henrique podesse ser deslumbrada, ou offuscada pelo descobrimento ou conquista das Canarias, não caberia por certo essa honra ao navegante Normando, que não fez mais que repetir o que muitos outros tinhão feito antes delle.

Mas não nos enganemos com a idéa de *originalidade*, que no nosso caso parece não ter sido sempre bem determinada pelos escriptores. A originalidade, que nós attribuimos ás idéas, planos, e descobrimentos do immortal D. Henrique, não consiste precisamente em que só elle mandasse navegar mares, e descobrir terras desconhecidas, ou que fosse elle o primeiro que o emprendesse; consiste sim, e propriamente, em que desde tempos anteriores á era Christãa só elle *projectou a circumnavegação Africana, e por meio della abrir caminho maritimo para o Oriente*, projecto que, pelo menos desde aquelles remotos tempos, ninguem formou antes delle, e ninguem executou senão elle, e os Portuguezes que se lhe seguirão depois da sua morte.

E tanto he certo serem estes os principaes intentos do illustre Infante, e as bases, ou idéas fundamentaes do seu plano, que as contradicções que de muitos ao principio experimentou, e as difficuldades que lhe oppunhão, erão em grande parte fundadas na supposta ou acreditada *impossibilidade de haver habitantes na zona torrida, e na outra impossibilidade da existencia dos antipodas* (13): contra-

(13) Entre as razões que, segundo os nossos escriptores, se allegavão para impugnar os projectos do Infante D. Henrique, duas erão as principaes: huma fundada na opinião de Aristoteles, recebida naquelle tempo nas escolas, que negava que a Zona Torrida podesse ser habitada; opinião que confirmavão com a de Plinio, de Virgilio,

dicções, e difficuldades, que não podião ter lugar algum, se os projectos reconhecidos do Infante não consistissem em descobrir as costas e mares occidentaes e meridionaes de Africa, e passar por este caminho ao opposto hemisferio, aonde sómente podião achar-se os antipodas. Vejão pois os escriptores estrangeiros que relação tem a conquista das Canarias com hum tão vasto e grandioso projecto, e quão insensato he attribuir a tão pequena causa hum effeito tão extraordinario e tão novo!

Finalmente, o escriptor que acabâmos de refutar, para nos não deixar (ao que parece) duvida alguma ácerca do espirito, e das intensões que o dirigem, diz ainda depois,

de Ovidio, e de outros antigos. A outra era que Lactancio, Santo Agostinho, e muitos outros escriptores, respeitaveis pelo seu saber e piedade, constantemente tinhão affirmado não haver, nem poder haver antipodas. A estas razões acrescentavão, que Pindaro, famoso poeta Grego, S. Gregorio Nazianzeno, e outros erão de parecer que o Oceano se não podia navegar além das columnas de Hercules; e finalmente discorrião, que as terras que o Infante queria indagar, parecia terem sido criadas sómente para habitação de animaes brutos e de feras selvagens, e que se assim não fosse, seria impossivel que de tantos Reis e Principes, que no discurso dos seculos tinha havido nas Hespanhas, desejosos de se assignalarem por emprezas grandes e gloriosas, nenhum se lembrasse de mandar descobrir terras tão visinhas, contentando-se (dizião) com a que Deos dera para habitação dos homens, e não de brutos, como devia ser a que o Infante buscava, ainda que se viesse a descobrir. Alguns acrescentão, que ainda se dava outra razão contra os projectos do Infante, e era, que quem navegasse para aquellas partes *se converteria de branco em negro*. Este modo de pensar, que hoje nos parece ridiculo, era fundado na opinião então corrente (e não sei se ainda de todo desvanecida) que attribuia ás influencias do clima a côr que se observa nas differentes raças de homens, opinião que seguio Plinio, liv. 2.º, cap. 78.º *(Aethiopas vicini sideris vapore torreri, adustisque similes gigni, barba et capillo vibrato, non est dubium)*, e que parece indicar que se não ignorava de todo serem aquelles paizes, que se buscavão, habitados de *homens negros*, noticia que provavelmente se tinha adquirido pelas informações dos Mouros.

que os Portuguezes descobrírão as costas de Africa *ajudados de alguns Italianos*, que erão então os *unicos que os podião dirigir*.

Nós não disputâmos aos Italianos, nem a nenhuma outra nação o seu merecimento verdadeiro, e solido, e provado, de qualquer natureza que elle seja; nem queremos fazer aqui odiosas comparações. Mas não podemos, nem devemos escusar-nos a dizer, que os Italianos não derão ás navegações Portuguezas soccorro algum essencial, nem de sciencia, nem de forças, nem de industria, nem de pericia nautica; e que alguns poucos, que por acaso tiverão parte em nossas emprezas, em vez de nos trazerem soccorro, vinhão pelo contrario participar da nossa gloria, e talvez dos lucros, que começavão a resultar de nossos descobrimentos e conquistas.

Succedia naquelles tempos o mesmo que ainda hoje succede em circumstancias similhantes.

Alguns aventureiros illustres, amigos da gloria, e desejosos de ter parte nas grandes e famosas emprezas, vinhão espontaneamente offerecer-se aos Principes Portuguezes, attrahidos do seu nome, e da fama que delles corria por toda a Europa, para os servirem no mar ou na terra, e illustrarem assim suas pessoas, e adquirirem honra, reputação, e gloria (14).

(14) Quando el-Rei D. João I preparava a grande armada, com que havia de hir á conquista de Ceuta, consta pela historia, que alguns estrangeiros, Inglezes, Francezes, e Allemães vierão offerecer-se ao seu serviço, e effectivamente o acompanhárão, levando hum delles quatro ou cinco baixeis, e outro quarenta lanças á sua custa. Pelos annos de 1442 veio a Portugal hum Gentil-homem da caza do Imperador Frederico III, por nome Baltazar, o qual quiz embarcar-se em huma das expedições á costa de Africa, unicamente com o fim de satisfazer a sua curiosidade, e ver as cousas novas, que a fama por toda a parte divulgava das navegações Portuguezas. Em 1446 veio com o mesmo intento outro fidalgo da côrte de Dinamarca chamado *Balarte*, e teve a infelicidade de morrer de desastre em Cabo

Outros por descontentes das suas patrias, ou por desejarem e buscarem melhor fortuna do que nellas gosavão, vinhão alistar-se no serviço dos nossos Reis e do Infante, aonde suppunhão, e esperavão maiores e mais certos interesses.

Outros serião talvez chamados e convidados pelos nossos Principes, que nunca desdenhárão aproveitar os estrangeiros benemeritos, ou para augmentarem a massa dos conhecimentos scientificos, ou para terem em seu serviço maior numero de empregados uteis, quando o mesmo serviço era vasto, e importante.

Pelo que respeita em particular aos *Italianos*, o escriptor que affirma, que elles *ajudárão* os Portuguezes em seus descobrimentos, e que erão os *unicos que os podião dirigir*, he que devia indicar-nos quem forão esses Italianos, mestres, auxiliadores, e directores dos Portuguezes; mas he mais facil usar de frases vagas, que não têem significação alguma determinada, do que referir sincera e desapaixonadamente factos verdadeiros e provados.

O primeiro Italiano, de algum nome, que tomou parte

Verde, querendo haver hum elefante vivo. Em 1493 veio hum grande senhor Francez, que os nossos chamão *Mr. de Lion*, offerecer-se a el-Rei D. João II para o servir com trezentas lanças na guerra de Africa. Em 1516 escrevia Henrique VIII, Rei de Inglaterra, a el-Rei D. Manoel recommendando-lhe com encarecidas palavras a *João Wallop*, nobre cavalleiro Inglez, varão illustre na milicia terrestre e naval, que desejava servir debaixo das bandeiras de Portugal, movido das grandes cousas que tinha ouvido dos Portuguezes, e de como á custa de immensas despezas, e com incrivel valor tinhão alcançado formosas victorias, descoberto hum mundo d'antes ignorado *(ignotum antea orbem)*, e levado as bandeiras de Christo victoriosas por todas as praias do Oceano, vencendo Reis e povos até o Mar Vermelho. E porque todos estes factos são verdadeiros, atrever-se-ha alguem a dizer, que as emprezas e grandes feitos dos Portuguezes são devidos ao auxilio, ou á direcção dos Allemães, e dos Dinamarquezes, dos Francezes, ou dos Inglezes?

em nossas navegações, foi *Luiz de Cadamosto*, Veneziano, o qual, segundo suas proprias Relações, veio a Portugal em 1444, e fez duas viagens á costa de Africa, huma em 1445, e outra em 1446, vinte e oito, ou vinte e nove annos depois de começadas as emprezas do Infante D. Henrique, e vencidas as primeiras difficuldades, e quando já os Portuguezes, sem auxilio nem direcção estrangeira, tinhão descoberto as ilhas da Madeira, Porto Santo, e Deserta, algumas do Archipelago dos Açores, e a costa de Africa até *Cabo Verde* inclusivamente. Cadamosto nem foi chamado, nem veio de proposito a Portugal. Dirigia-se ao norte a negociar suas fazendas; sahio em terra no cabo de Sagres; e ahi informado de nossas navegações, e dos lucros que já se tiravão do commercio dos lugares descobertos, desejou ser admittido em nossos navios, e avistando-se com o Infante, obteve delle facil consentimento. Embarcou em huma caravella do mesmo Infante, que então se apromptava para Africa, governada e guarnecida de Portuguezes; e nella correo a costa de Cabo Verde para o sul até o rio *Gambia*, e paiz deste nome, que era o que *determinadamente buscarão os Portuguezes por expressa ordem do Infante*. Nesta primeira viagem de Cadamosto se encontrou a caravella, em que elle hia, com outras duas, em que navegava *Antonio de Nola, Genovez* (de que logo falaremos) *com alguns Portuguezes criados do Infante*, e accordando-se todos, resolvêrão hir em conserva, e assim o executárão.

No anno seguinte de 1446 fez Cadamosto a sua segunda viagem em huma caravella, acompanhado de outras duas, huma do Infante D. Henrique, e outra em que hia Antonio de Nola. Na altura de *Cabo Verde* descobrírão quatro ilhas daquelle archipelago, descobrírão a costa do continente até o *Rio Grande*, e defronte delle algumas ilhas, que parece serem as do archipelago dos *Bissangos*, donde voltárão a Portugal: e não sabemos que Cadamosto fizesse

outra alguma viagem para adiantar os descobrimentos Portuguezes.

Nestas duas póde ser, e he de presumir que elle mostrasse genio curioso, animo resoluto, e até alguma pericia nautica; mas nós não sabemos, que por sua direcção e magisterio se vencesse alguma especial difficuldade, ou que elle por qualquer modo corregisse, rectificasse, ou aperfeiçoasse os conhecimentos nauticos dos Portuguezes, nem os planos, ou os methodos de suas navegações; e julgâmos não fazer injuria a Cadamosto, se dissermos, que o seu nome não seria tão conhecido, se elle não tivesse escripto as *Relações das suas viagens,* que divulgando-se pela Europa, e perpetuando-se depois pela imprensa, o associárão para sempre á gloria de nossas emprezas.

O segundo Italiano, de que temos noticia que tomasse parte em nossas navegações, he *Antonio de Nola,* Genovez, que ha pouco nomeámos. Não temos certo conhecimento dos motivos, que o trouxerão a Portugal; e sómente alguns de nossos antigos escriptores dizem, que elle, descontente da sua republica, viera a este reino com duas náos e hum barinel, trazendo em sua companhia dous sobrinhos, ou hum sobrinho e hum filho natural, ambos do mesmo appellido. Dos seus descobrimentos sabemos o que diz Cadamosto, e nós referimos nos antecedentes paragrafos. Os escriptores Portuguezes e estrangeiros vinculárão o nome de Antonio de Nola ao descobrimento das ilhas de *Cabo Verde,* postoque com alguns erros e contradicções chronologicas: nós porém, sem o querermos despojar dessa gloria, contentâmo-nos com reflectir, que as ilhas de *Cabo Verde,* na situação em que estavão, havião de ser mais cedo ou mais tarde descobertas por alguns dos muitos navegantes Portuguezes que corrião aquelles mares, e que o seu descobrimento por Antonio de Nola nos não parece bastante para lhe dar

o titulo pomposo e enfatico de *auxiliador* e *director* das nossas emprezas maritimas.

Outro tanto dizemos de *Fernando Pó,* que aqui apontâmos por nos parecer Italiano o seu appellido, postoque em nenhum dos nossos escriptores o temos achado designado como estrangeiro. Este navegador descobrio a ilha, que conserva o seu nome, e he tudo quanto sabemos da sua pericia nautica.

O quarto Italiano de nome, que nos occorre, he o celebre *Americo Vespucio,* Florentino, o qual foi positivamente convidado por el-Rei D. Manoel, mais de oitenta annos depois de começadas e muito adiantadas as nossas emprezas maritimas, e por mandado daquelle Principe reconheceo as costas da Terra de Santa Cruz (Brazil), já descoberta por Cabral em 1500, e tocou varios pontos daquellas vastas regiões, hindo, comtudo, nas suas duas viagens, em navios Portuguezes, navegados por Portuguezes, e debaixo da direcção de Capitães Portuguezes. Ninguem dirá (nos parece) que naquelle tempo necessitassemos ainda das direcções Italianas em nossas navegações.

Em summa: a passagem do cabo Bojador tão difficultosa, e tão temida naquelles primeiros tempos; o descobrimento da *alta e baixa Guiné;* a estupenda passagem do cabo da Boa Esperança; a derrota do grande Gama até Calecut, que foi o acontecimento de maior interesse, e de igual difficuldade, e os ousados descobrimentos que logo se seguirão até ás costas mais remotas da China, e do Japão, &c., tudo isto foi obra sómente de Portuguezes, em que nenhum estrangeiro teve parte, como he constante da historia.

Seja-nos permittido acrescentar ainda, em nosso justo desagravo, que nem os Italianos, nem outra alguma nação da Europa, era naquelles principios, e depois no decurso do seculo XV, mais instruida que os Portuguezes

nos estudos da astronomia, cosmografia, e nautica (15). Os Italianos navegavão, he verdade, desde longos tempos, e derramavão pela Europa as drogas e especiarias do oriente, e com isto tinhão chegado a grande riqueza, poder, e luzimento as republicas de Veneza, Genova, Piza, Florença, &c.; comtudo estas suas navegações erão quasi meramente commerciaes; limitavão-se aos mares conhecidos, e especialmente ás costas do Mediterraneo, mais ou menos praticadas das outras nações maritimas; e nunca

(15) Citaremos em prova disto dous ou tres escriptores, que se não podem reputar suspeitos. Seja o primeiro Montucla, *Historia das Mathematicas, Supplemento contendo a historia da navegação,* tom. 2.º, pag. 648: «Aos Portuguezes devemos (he forçoso confessal-o) o exemplo deste ardor que nos grangeou hum conhecimento mais perfeito do globo. No meio do seculo xv, D. Henrique, filho de João, Rei de Portugal, *Principe filosofo, e versado na mathematica,* concebeo o nobre designio de adiantar os descobrimentos... ao longo das costas de Africa. Ajudado *dos dous mathematicos José e Rodrigo,* ensinou aos navegantes methodos, e lhes deu instrumentos proprios para observar o sol e as estrellas... A invenção das cartas hydrograficas he obra do Principe D. Henrique», &c.

Malte Brun, *Précis de Geographie:* «A marinha Portugueza foi mui florente no tempo de D. João I. *Havia então no reino escolas mui celebres para os estudos da navegação, em huma das quaes acabou Colombo de aperfeiçoar os seus talentos.* No mesmo reinado erão os Portuguezes reputados como os primeiros navegadores do seu seculo, e Portugal occupava o primeiro lugar entre as potencias maritimas».

Bory de St. Vincent: «Nestes tempos heroicos se arremeçou o genio Portuguez a hir brilhar até ás extremidades da terra. *A arte da navegação, e as sciencias geograficas cultivadas com feliz successo* abrírão o vasto caminho dos mares aos valerosos aventureiros... Pouco a pouco a costa de Africa foi explorada até ao fundo da Guiné meridional... Em 1497 foi dobrado o cabo Tormentoso, e descoberto o caminho da India: vierão alguns guerreiros do Tejo dictar leis ao golfo Persico, ao Sinde, e ao Ganges. Huma multidão de ilhas, a que nem o nome se sabia, tomárão seu lugar na carta geografica, e a metade da America meridional foi tambem tributaria a este canto da Europa», &c.

tiverão por objecto o descobrimento e exploração de mares, terras, e costas totalmente ignoradas dos Europeos. E d'aqui veio não só a admiração e o espanto que em toda a Europa causárão naquelles tempos as ousadas navegações Portuguezas (que alguns tinhão, como já dissemos, por *insanas,* até entre os proprios *Italianos)* (16), mas tambem o empenho com que muitos estrangeiros sabios, e curiosos, vinhão a Portugal para verem com seus olhos o que a fama divulgava, e para reconhecerem por si mesmos o que de outro modo parecia superior a toda a credibilidade.

Agora que nos temos demorado neste assumpto mais do que ao principio foi nosso intento, não será totalmente alheio delle notar ainda algumas outras falsidades, e erros não menos grosseiros, que se têem escripto ao mesmo respeito, para que por elles se veja com quanta razão nos queixâmos, e quão justa he, e bem merecida a indignação que a cada passo nos excita o baixo ciume, ou a affectada ignorancia, com que os estrangeiros tratão nossas cousas.

Mr. Rollin *(Histoire ancienne)* tratando dos progressos da navegação, e encarecendo as vantagens da bussola, e de alguns outros instrumentos, que se forão inventando, e taboas e calculos que se fizerão para facilitar a observação dos astros, continua assim: «Os pilotos se aproveitárão destas vantagens, e ajudados deste soccorro atravessárão mares desconhecidos, e o successo das primeiras viagens os animou a tentar novos descobrimentos. *Todos os povos da Europa se empregárão á porfia em navegar mares desconhecidos. Os Francezes forão dos primeiros que assignalárão a sua coragem e dexteridade.* Occupárão as Canarias, e penetrárão mui avante em Guiné. *Os Portu-*

(16) Fr. Bernardo de Brito no *Elogio de el-Rei D. Manoel,* diz que «*alguns Italianos chamavão temerarias as emprezas dos Portuguezes, por não serem dentro de caza, e com destruição da patria, como as suas delles*».

guezes tomárão a ilha da Madeira, e a de Cabo Verde. Os Flamengos descobrírão as ilhas dos Açores. Estes descobrimentos *não forão mais que preludio do do novo mundo*». Aqui fala de Colombo, e logo continua: «*Por outra parte os pilotos do Rei de Portugal, que até então não tinhão feito mais que correr as costas de Africa, dobrárão então o cabo da Boa Esperança*», &c.

Tanta força tem a preoccupação, o amor desordenado da patria, ou a presumpção da gloria nacional, que hum escriptor tão sizudo, e tão douto como Rollin, lhe não pôde resistir, escrevendo as palavras citadas com menoscabo da verdade, do seu proprio credito, e até do seu saber.

Nós perguntaremos primeiro a Rollin, que pilotos forão esses que *atravessárão mares desconhecidos*, e quaes os povos da Europa que *á porfia se empregárão em os navegar?*

Se o douto escriptor quizer ser sincero e veridico não terá muito que responder a esta pergunta, senão recorrendo aos pilotos Portuguezes, e á nação Portugueza; pois de nenhuns outros e de nenhuma outra sabemos, que nos tempos de que falla Rollin atravessassem *mares desconhecidos, e porfiassem em os navegar.*

Mr. Rollin julga-se com direito a pôr os Francezes na classe *dos primeiros*, que naquellas emprezas *assignalárão a sua coragem e dexteridade,* repetindo sem prova alguma os suppostos descobrimentos de Guiné, e a conquista das Canarias. Mas ambas estas quimeras ficão acima refutadas, e nos parece que não merecem mais longa discussão.

Das outras nações não aponta Rollin outra alguma, que fizesse descobrimentos maritimos naquelle tempo, senão os *Flamengos,* a quem attribue o descobrimento das *ilhas dos Açores.* Esta opinião he destituida de fundamento, e alguns escriptores que a tem seguido, falão com tanta va-

riedade e incerteza, que bem mostrão não procederem sobre razões solidas; mas sem nos empenharmos aqui em discutir este ponto (que havemos de tratar em outra parte) contentâmo-nos com dizer: 1.º, que muito antes dos Flamengos tinhão os Portuguezes descoberto as principaes ilhas do archipelago dos Açores, como he sabido; 2.º, que ainda suppondo certo esse descobrimento dos Flamengos, resta muito para mostrar, que os navegadores desta nação *porfiárão em navegar mares desconhecidos;* e resta ainda muito mais para provar, que *todas as nações entrárão no mesmo empenho* na época de que fala Rollin.

Ultimamente descobre-se mais claramente o ciume do auctor, quando no meio desse alvoroço, e porfiado empenho, que suppõe *em todas as nações*, apenas se digna attribuir aos Portuguezes o descobrimento da *ilha da Madeira, e da de Cabo Verde,* sendo bem notavel, que para attenuar ainda mais o merecimento dos Portuguezes, até supponha este escriptor *huma só ilha de Cabo Verde (l'isle de Madera, et celle du Cap-verd),* como se falando dellas no numero plural avultasse mais a gloria dos descobridores!

Estes descobrimentos (diz Rollin) *não forão mais que preludio do do novo mundo.* Nós ousâmos contradizer, nesta parte, redondamente o douto escriptor, e sustentâmos que os descobrimentos dos Portuguezes desde o anno 1416, em que os começárão, até o de 1492 em que Colombo descobrio as Antilhas, forão alguma cousa mais do que *preludio* deste ultimo successo. Pois que? Julga Rollin, ou póde julgar alguma pessoa de são juizo, que o descobrimento de toda a costa occidental de Africa e do cabo da Boa Esperança *(já dobrado ao tempo da expedição de Colombo),* não foi mais que *preludio da viagem de Colombo?* Ainda quando as navegações e os navegadores Portuguezes não tivessem dado a Colombo exemplo e li-

ções, ainda quando nunca tivessem existido os descobrimentos de Colombo, poderia acaso negar-se algum *valor proprio e real* a descobrimentos, que facilitárão a circumnavegação Africana; que abrírão o caminho maritimo do oriente; que mostrárão aos astronomos novos ceos e novas estrellas; que desvanecêrão a antiga preoccupação de ser inhabitavel a zona torrida, e de serem impossiveis os antipodas; e finalmente, que *fizerão confessar ao mundo* (segundo a frase do illustre Marechal de Turenna) *a ignorancia, em que vivia até ao tempo do glorioso atrevimento Portuguez?*

«Os pilotos do Rei de Portugal (diz ainda Rollin) que até ao descobrimento de Colombo *não tinhão feito mais que correr as costas de Africa,* dobrárão então o cabo da Boa Esperança.»

O escriptor ignorava (ao que parece) que o cabo da Boa Esperança tinha sido descoberto e dobrado pelo intrepido navegador Portuguez Bartholomeu Dias, mandado a essa grande empreza por el-Rei D. João II, em 1486, alguns annos antes que Colombo começasse a sua navegação.

Perdoemos ao escriptor Francez esta ignorancia: mas quem ha de perdoar-lhe o affectado desdem, com que diz que até áquelle tempo *os pilotos do Rei de Portugal não tinhão feito mais que correr as costas de Africa?*

Os pilotos do Rei de Portugal, e os grandes navegadores Portuguezes daquelle seculo não só tinhão corrido toda a costa occidental de Africa, por elles mesmos palmo a palmo descoberta, e nunca porventura vista ou tocada, na sua maior parte, de alguns outros navegadores antigos ou modernos; mas tinhão tambem fundado nella fortalezas, feitorias, povoações, e cidades; tinhão annunciado em algumas daquellas barbaras regiões o Evangelho de Jesu Christo, e plantado a sua fé; tinhão revelado á Europa e ao mundo as immensas vantagens que d'ali podião vir ao

commercio; tinhão ligado communicação e amizade com os Principes Africanos, e feito algumas diligencias para alcançarem noticia das grandes feiras de Tomboctu, e Huadem, &c. E com isto tinhão ainda descoberto e povoado os archipelagos da Madeira, dos Açores, de Cabo Verde, de S. Thomé; tinhão despachado viajantes por terra á Abyssinia e á India; e tinhão finalmente aberto o caminho, por onde os sabios chegárão a alcançar o perfeito conhecimento do globo que habitâmos. E julga Mr. Rollin, que satisfaz á verdade e sinceridade historica, encerrando-se em dizer, que os pilotos do Rei de Portugal, até á empreza de Colombo *não tinhão feito mais que correr as costas de Africa?!* Nós, por certo, temos pejo, e nos sentimos magoado de notar taes ignorancias, e tão ineptas reticencias em hum escriptor tão erudito, e tão acreditado entre os eruditos!

Seria necessario escrever hum grosso volume, se quizessemos notar os erros, as ignorancias, os anachronismos, e as falsidades, que a cada passo se lêem nos escriptos estrangeiros ácerca de nossos descobrimentos e suas circumstancias.

Hum, por exemplo, diz que os Portuguezes se glorião de serem os primeiros que conhecêrão o cabo da Boa Esperança, mas que he *indubitavel que tambem os antigos o conhecêrão,* sem comtudo designar quem forão estes antigos (17). E em outro lugar, diz que *os Francezes descobrírão a região de Guiné, e fundárão nella colonias; mas que sendo o reino de França gravemente perturbado pelas guerras de Carlos VI e VII, forão os Francezes expulsos de Guiné pelos Portuguezes, Inglezes, Hollandezes, Dinamarquezes, e Suecos, que todos ali tiverão estabelecimentos!* (18).

(17) Moreri, *Diccion. Univers., v. Ethiopia.*
(18) Ibid., ibid, *v. Guiné.*

Outro diz que o Cabo Verde fôra conhecido *antes que os Portuguezes lá chegassem em 1474.* Que *Axim* he hum pequeno paiz na costa de Africa *habitado antigamente pelos Francezes, e que os Portuguezes os lançárão d'ali, e edificárão no mesmo lugar hum forte em 1416!* Que *se crê que o cabo da Boa Esperança foi avistado em 1420 por hum navio que vinha da India!* Sem comtudo nos dizer *d'onde* ou *para onde* vinha este navio da India em 1420, nem *aonde ancorou,* ou *deo noticia de ter avistado o cabo!* Este escriptor ainda acrescenta, que as ilhas do *Comoro* forão descobertas pelos Portuguezes; mas que estes se portárão tão mal, que nunca mais os Europeos podérão ali conservar-se (19).

Outro diz que a ilha de *S. Thomé* fôra descoberta em 1405, a do *Principe* em 1471, a de *Annobom* em 1526, e que os Portuguezes se apossárão de *Çofala* em 1586 (20).

Outro diz que o nome da *China* foi inventado pelos Portuguezes. Que *Bombaim* he derivado das palavras Portuguezas *buon-bahia.* Que o nome de *Siam* fôra dado *pela ignorancia Portugueza* ao reino e capital, que assim se nomeião. Que os nomes de *Cochinchina, Siampa,* e *Camboge* são desconhecidos no paiz, &c. Este mesmo escriptor chama *ilhas Paracels* huns ilhotes defronte da costa oriental da Cochinchina, aos quaes os Portuguezes denominárão *parcel,* com o nome generico, *que significa baixo formado de penedos ou rochas, que sobem pouco acima da superficie do mar,* &c., &c. (21).

Outro ainda diz, que *os Francezes forão os primeiros que abordárão á ilha de Madagascar, e nella fundárão hum estabelecimento, que se não conservou* (22), &c., &c.

(19) Mr. Aynès, *Diccion. Univers. de Geograf. Modern.,* ed. de 1813.

(20) Mr. la Croix, *Comp. de Geograf. modern.,* ed. de 1777.

(21) Pinckerton, *Abreg. de Geograf.,* &c.

(22) Mr. de Buffon, *Hist. natur. de l'homme.*

Taes são as lições que nos dão os estrangeiros, e a vingança que tomão das que nós lhes demos no seculo xv, e da gloria verdadeira e solida que então adquirimos!

NOTA NA EDIÇÃO DE 1840

O discurso que agora publicâmos pela imprensa, foi escripto ha cousa de dez annos, quando, achando-nos em forçado e penoso ocio, procuravamos distrahir de amargas cogitações o nosso espirito, e empregar o tempo com alguma satisfação, e utilidade propria.

Succedendo, muito depois, dar leitura delle a algumas pessoas de nossa amizade, e respeito, e julgando ellas que a sua publicação poderia ser conveniente, não hesitámos em consentir que se publicasse, e então lhe fizemos algumas poucas e pequenas alterações.

Quando porém o tiravamos a limpo para a impressão, vierão á nossa mão duas obras, que tocando alguns dos pontos do mesmo Discurso, nos pareceo que não devião ficar de todo sem resposta. E como a nossa situação já então nos não permittisse entrar de espaço, e pausadamente nesse empenho, limitámo-nos a escrever o seguinte *P. S.*, que bastará, emquanto penna mais habil não emprende, sobre tão importante assumpto, algum trabalho mais acabado.

P. S. 1.º

A primeira daquellas duas obras, que vierão á nossa mão, tem por titulo *Voyages en Afrique, comprenant les découvertes et conquêtes des Portugais*. Paris, 1834, 2 vol., 8.º

No tom. 1.º, pag. 106, confessa o escriptor com notavel ingenuidade: « *Que toda a parte occidental de Africa,*

desde Gibraltar até o cabo da Boa Esperança, sómente foi bem conhecida depois que os Portuguezes dobrárão este cabo, indo ás Indias por mar»; mas logo acrescenta:

«Comtudo, *muitos viajantes,* entre outros Villaut-bellefond, e Labat, provão pelos monumentos, que ainda subsistem em Africa, que desde o meio do seculo XIV, isto he, mais de cem annos antes dos primeiros descobrimentos dos Portuguezes, alguns mercadores Francezes de Dieppe, seguindo as costas *desde Gibraltar,* forão ao Senegal, e formárão estabelecimentos sobre a costa de Malaguetta, donde trazião pimenta e marfim. Dão-se por prova destas viagens os nomes Francezes, que se têem conservado naquelles paizes, onde algumas bahias se chamão ainda *baies de France,* e onde dous lugares se nomeião ainda, hum *le petit Dieppe,* e outro *le petit Paris.* Ajuntão, que os tambores negros batem ainda huma marcha Franceza! E affirma-se emfim que o celebre castello da Mina fôra edificado pelos Portuguezes sôbre as ruinas de hum antigo estabelecimento Francez, que tinha sido abandonado durante as guerras civís, assim como outras possessões em Cormentim e Commendo. Mas *he difficil crer que tenhão ficado tão poucos vestigios de tamanho poder.* O que *parece provado* he que com effeito os Normandos, inclinados sempre, pela sua situação, ao commercio maritimo, frequentárão longo tempo as costas de Africa, onde tiverão feitorias, que as guerras civis fizerão abandonar depois da morte de Carlos VI. *He ao menos certo* que quando os Inglezes, primeiro após os Portuguezes, fizerão emprezas commerciaes na costa de Guiné, *os Francezes parecião ter-se esquecido daquelle caminho,* a que só voltárão algum tempo depois.»

Muito de proposito copiámos todo este lugar, traduzido fiel e litteralmente em portuguez, para que por elle se conheça quanto he vão, inconsistente, e até contradictorio

o discurso do escriptor, e quanto elle mesmo reconhecia a verdade, que pretende encobrir e confundir.

Refere-se elle a *muitos viajantes*, que provão as emprezas dos mercadores de Dieppe nas costas occidentaes de Africa no seculo XIV. E quando era de esperar, e a importancia e novidade da materia pedia que elle nomeasse algum, ou alguns contemporaneos, ou ao menos dos tempos proximos, que nos revelassem aquelle tão ignorado segredo, não achâmos apontados senão os nomes de Villaut-bellefond, e do Padre Labat, ambos posteriores tres seculos e mais áquellas imaginadas emprezas do seculo XIV, e cujas opiniões já ficão devidamente avaliadas no nosso Discurso (pag. 11 e seguintes).

De vocabulos Francezes, usados na costa de Africa, não dão estes viajantes ou escriptores, nem podem dar, hum unico exemplo; ao mesmo tempo que nós os Portuguezes podemos apontar muitos, e certos vestigios, que lá ficárão (como era natural), e ainda hoje se conservão do nosso idioma. O proprio escriptor, que refutâmos, nos dá frequentes provas disso, tanto nos breves vocabularios que traz dos idiomas Fulo, Mandinga, e Gelofo, como nas interpretações, que a cada passo nos offerece dos vocabulos daquelles paizes.

Chamar para aqui os nomes *bahia de França, pequeno París, pequeno Dieppe*, sem indicar hum só auctor, ou escripto dos seculos XIV, XV, ou XVI, em que se achem taes denominações, indica pobreza de provas, e he abusar demasiadamente da boa fé, e sinceridade dos leitores, ou ter em pouco o seu juizo e discernimento.

Nada porém nos parece mais extravagante, ridiculo, e improprio de hum escriptor serio e sizudo do que affirmar, que *ainda hoje os tambores negros tocão huma marcha Franceza!* Nós convidâmos o escriptor a nos dar (porque será certamente cousa curiosa, e grata aos amadores) em caracteres de musica alguma amostra das mar-

chas militares Francezas do seculo xiv, comparadas com a actual musica negra das costas de Africa! Emquanto elle porém se não prestar a este nosso innocente desejo e convite, concordaremos com elle em dizer, como elle diz, *que he difficil crer que ficassem tão poucos* (melhor dissera *nenhuns) vestigios de tamanho poder*, e de tantas emprezas; e que esses mesmos suppostos vestigios se reduzão a *tres nomes modernos*, e á *musica dos tambores dos negros!*

As *ruinas do estabelecimento Francez da Mina*, que Mr. de Avezac condecorou com o nome de *igreja*, e sobre as quaes, diz o nosso escriptor, que os Portuguezes fundárão o castello de S. Jorge, estas ruinas, digo, nunca existírão senão na fantasia dos escriptores que copiárão, e ornárão as fabulas do Padre Labat. A historia da fundação do castello e cidade de S. Jorge da Mina pelos Portuguezes, de mandado do grande Rei D. João II, deve ler-se em Garcia de Rezende, escriptor contemporaneo e veridico, e no illustre Barros, dec. 1.ª, liv. 3.º, cap. 1.º e 2.º, onde se verá quaes forão as *ruinas Francezas*, que lá achárão os Portuguezes. Os testemunhos positivos destes dous escriptores não se refutão por huma simples affirmativa, destituida de fundamento, e de qualquer genero de prova, que ao menos lhe dê alguma côr, e apparencia de verdade.

Bem conhecia o escriptor toda a futilidade de suas opiniões e argumentos; e por isso depois de tantas palavras inuteis, se encerra em dizer que *parece provado* que os Normandos frequentárão longo tempo as costas de Africa (23), e tiverão ali feitorias: e como nem disto mesmo

(23) A unica empreza dos Normandos sobre as costas de Africa limitou-se á conquista das Canarias, muito d'antes *conhecidas* e *visitadas* pelos Portuguezes, como dissemos, e provámos no nosso Discurso. Na historia destes povos não ha hum unico indicio de que elles se dirigissem jámais ás costas do continente Africano, muito

podesse dar, nem désse prova alguma, tira por ultima conclusão, que *ao menos he certo, que quando os Inglezes, primeiros depois dos Portuguezes, forão a Guiné, os Francezes se tinhão esquecido daquelle caminho!*

Mas até nestas poucas palavras, já tão reduzidas, he o nosso escriptor pouco sincero, e pouco veridico. Se elle quizera falar a verdade pura e clara, devêra dizer: 1.º, que os Portuguezes começárão os seus descobrimentos na costa de Africa nos principios do seculo xv, quando nenhuma nação da Europa se lembrava de taes emprezas, nem ainda as julgava exequiveis; 2.º, que por todo o seculo xv e xvi forão elles os *unicos,* que frequentárão aquellas costas, e nellas fizerão largos estabelecimentos; 3.º, que só no fim do seculo xvi, depois de dous seculos quasi inteiros de posse pacifica, e exclusiva dos Portuguezes, he que os Inglezes, e depois delles outros povos, começárão as suas emprezas para aquellas terras, com o fim de nos despojarem da posse e senhorio que nellas tinhamos, com o pretexto de estarmos então sujeitos a Castella; mas em realidade movidos da inveja da nossa gloria, e da cobiça das nossas riquezas; 4.º finalmente, que até então estiverão os Francezes, *não esquecidos* (como diz o escriptor), mas perfeitamente *ignorantes daquelle caminho,* que nunca tinhão visto, nem trilhado, nem frequentado (24).

menos das Canarias para o sul; nem que elles, ou outro algum povo Europeo, antes dos Portuguezes, passasse além do cabo de *Nam* para a mesma banda.

(24) He mui notavel o modo com que se explica Mr. Moreri no seu *Diccion. Histor.,* seguindo o Padre Labat, e adoptando as suas fabulas. Diz elle no artigo *Guiné,* que os Francezes descobrirão esta região e fundárão nella colonias; mas que *sendo o reino de França gravemente perturbado pelas guerras de Carlos VI e VII, forão os Francezes expulsos de Guiné pelos Portuguezes, Inglezes, Hollandezes, Dinamarquezes, e Suecos, que todos ali tiverão estabelecimentos!* Assim se escreve ás vezes a historia em França! A verdade he, que

P. S. 2.º

A outra obra que veio á nossa mão, e a que nos referimos no principio desta nota, tem por titulo *Notices statistiques sur les colonies Françaises, imprimées par ordre de Mr. l'Amiral Baron Duperré, Ministre Secrétaire l'État de la Marine et des Colonies. Paris. Imprimerie Royale*, 1839, 8.º

Na 3.ª parte desta obra, intentando o Auctor dar a *Noticia estatistica do Senegal, e suas dependencias*, começa por estas palavras, que aqui fielmente traduzimos:

«As primeiras expedições dos povos modernos pela costa occidental de Africa datão do meio do seçulo XIV. Ellas forão emprehendidas por Francezes, habitantes de Dieppe, e não (como por longo tempo se tem acreditado) por Portuguezes, e Hespanhoes.»

Confessâmos ingenuamente, que huma affirmativa tão dogmatica, tão decretoria, e tão solemnemente enunciada em huma obra, que se póde reputar *official*, nos poz em alguma perplexidade, receiando achar ali desmentidas todas as nossas antigas Relações e Historias, todas as nossas crenças e tradições, e a opinião assentada e nunca con-

os Portuguezes não expulsárão, nem podião expulsar de Guiné os Francezes, que nem lá estavão, nem nunca lá tinhão hido. A verdade he, que nenhuma nação Europea ousou fazer tentativa alguma sobre as nossas possessões de Africa occidental antes do anno de 1590, isto he, cento e cincoenta, ou mais annos, depois dos nossos descobrimentos, e posse exclusiva. A verdade he, que nenhuma das nações nomeadas por Moreri teve estabelecimento algum em Guiné, nem em outro qualquer lugar das costas de Africa, senão depois que D. Filippe II se apossou violenta e tyrannicamente de Portugal. Moreri, misturando todas aquellas nações sem distincção de épocas e de tempos, tem manifestamente em vista: 1.º, deprimir, ou escurecer, ou confundir a gloria dos Portuguezes; 2.º, exaltar a nação Franceza, quasi dando a entender, que foi necessaria huma conspiração geral da Europa para expulsar os Francezes de Guiné!

testada de todos os escriptores nacionaes e estrangeiros, contemporaneos, ou proximos ao tempo daquelles nossos descobrimentos, e que delles falárão em seus escriptos.

Mas a nossa perplexidade e receio não durou senão alguns poucos momentos; porquanto, continuando a leitura da obra, logo observámos (cousa verdadeiramente notavel, e digna de séria reflexão) que o escriptor nem huma só prova acceitavel nos dá da sua estranha e atrevida proposição; nem com hum só facto ou testemunho fidedigno a auctorisa. E por certo que nos fez isto a maior admiração em huma obra impressa na *Imprensa Real de França*, approvada, ou consentida, e *mandada imprimir pelo Ministro da Repartição da Marinha e Colonias*, em cujos archivos deverião existir provas (se as houvesse), ou ao menos algumas memorias, lembranças, ou indicios, que auctorisassem a crença que se pretende estabelecer contra o manifesto, e innegavel direito primitivo, original, e unico dos Portuguezes.

Sabido he, e por todos reconhecido (e nós já o mostrámos no nosso Discurso) que quando os Portuguezes começárão a grande empreza dos seus descobrimentos nas costas occidentaes de Africa, era o cabo de *Nam* o termo de todas as navegações Européas para aquella banda; e que quando elles passárão além daquelle cabo, e mais depois, no fim de doze annos de tentativas infructuosas, chegárão a dobrar o temido *Bojador*, e se forão adiantando passo a passo na costa para o sul, não achárão hum só vestigio de outra alguma gente Européa, que para ali tivesse navegado, achando aliás naquelles povos selvagens tão profunda ignorancia das cousas da Europa, e tão estranha admiração de tudo quanto vião, que até os navios dos Portuguezes lhes parecião *grandes aves, que hião voando por cima das aguas.*

Sabido he (e nós tambem já o dissemos e provámos) que nenhuma nação da Europa pretendeo naquelle tempo

allegar, e ainda menos provar a sua prioridade na empreza das navegações pela costa de Africa, antes geralmente as tinhão por *temerarias e insanas.*

Os proprios Portuguezes se oppunhão, ao principio, aos planos e projectos do illustre Infante D. Henrique com os fundamentos que ficão apontados no nosso Discurso (a pag. 22); e he inverosimil que se os Francezes ou Normandos tivessem já frequentado aquellas costas, e fundado nellas feitorias, estabelecimentos, e até igrejas, como agora se quer affirmar, he inverosimil, digo, ou antes he absolutamente impossivel, que os Portuguezes o ignorassem, ou que, sabendo-o, oppozessem ao inclito Infante os medos, receios, difficuldades, e contradicções, que já devião estar desvanecidas e dissipadas por essas navegações Francezas.

Quando o Infante dirigio ao Papa Nicoláo V a supplica, de que falámos a pag. 19, não teve duvida em dizer-lhe, que *nunca jámais desde a memoria dos homens* houvera costume de navegar o mar Oceano para as regiões meridionaes e orientaes, *sendo o mesmo mar tão desconhecido a nós os occidentaes, que nenhuma certa noticia tinhamos das gentes daquellas partes.* E poderia o Infante dizer isto com verdade, se os Francezes, já de cem annos atraz, tivessem *navegado até Guiné, e costa da Malaguetta, e fundado por ali estabelecimentos, feitorias, e igrejas?*

O escriptor, que vamos refutando, até parece (sem embargo do apparato de authenticidade que quiz dar á sua obra) não ter idéa alguma justa e exacta dos successos relativos áquelles descobrimentos; porque copiando ou adoptando o erro palmar de Moreri, diz como elle, que sendo o commercio da costa de Africa abandonado pelos Francezes no seculo XV, *vierão os estabelecimentos Francezes a ser preza dos Portuguezes, dos Hespanhoes, dos Inglezes, e dos Hollandezes, á excepção sómente do estabelecimento do Senegal!*

Nós já refutámos esta falsidade historica, ou antes este doloso, e fraudulento modo de apresentar os factos da historia aos leitores desacautelados e menos instruidos. Já dissemos, e não cessaremos de repetir, que os Portuguezes descobrindo as costas occidentaes de Africa palmo a palmo desde os principios do seculo XV, as possuirão exclusivamente até aos fins do seculo XVI, por quasi dous seculos inteiros, sem que nação alguma da Europa ousasse perturbal-os naquella posse, senão hostilisando furtiva e piraticamente o nosso commercio, não nas costas de Africa, nem á força aberta, mas esperando os nossos navios, para os roubarem, na paragem e altura dos Açores. Nenhum estabelecimento Francez encontrárão os nossos em Africa, em que podessem *fazer preza*. Em summa, nenhuma nação da Europa frequentou aquellas costas, senão depois que o jugo de Castella pesou sobre nós, e que nós, os Portuguezes, abatidos, empobrecidos, desalentados pelas desgraças publicas, e communs, e desamparados daquelle mesmo poder tyrannico, que nos dominava, e que até parecia comprazer-se nas nossas perdas, começámos a decahir dos brios nacionaes, e a experimentar os effeitos da antiga inveja, que as nações Européas tinhão á nossa riqueza, e á prodigiosa extensão de nossos dominios.

Estas verdades são reconhecidas e confessadas por todos os escriptores, por todas as historias até aos principios do seculo XVIII, em que o Padre Labat publicou as suas fabulas, adoptadas depois por alguns outros. E será bastante a auctoridade do Padre Labat para contrastar os factos, e historias de tres seculos inteiros? Este he comtudo o unico testemunho apontado pelo nosso escriptor! O leitor imparcial, e reflexivo julgará se elle merece a sua attenção, ou se a merece hum escripto, que nelle só se funda, apesar de vir tão auctorisado pelo *Ministerio da Marinha e Colonias de França*.

INDICE CHRONOLOGICO

DAS NAVEGAÇÕES, VIAGENS, DESCOBRIMENTOS, E CONQUISTAS DOS PORTUGUEZES NOS PAIZES ULTRAMARINOS DESDE O PRINCIPIO DO SECULO XV

PREFAÇÃO

Damos á luz publica neste escripto o ***Indice Chronologico*** das navegações, viagens, descobrimentos, e conquistas dos Portuguezes nos paizes ultramarinos, desde os principios do seculo XV.

Este titulo não inculca, por certo, obra de grande valor e importancia, nem nós o escrevemos com esse intento: mas pareceo-nos o mais accommodado á natureza e fins do nosso trabalho, e o mais proprio das circumstancias que o motivárão.

Muito tempo havia que nós desejavamos, e procuravamos ter huma idéa geral, mas fiel e exacta, das grandes e gloriosas emprezas ultramarinas dos nossos compatriotas, que naquelle tempo derão tanto credito e fama á nação Portugueza, e forão de tanta e tão reconhecida utilidade para o mundo moderno, em todos os ramos do seu progresso, e civilisação. Mas ainda que para o conseguir não poupassemos nenhum dos meios, que estavão ao nosso alcance, a cada passo comtudo nos viamos ou embaraçados no nosso estudo, ou frustrados nas nossas diligencias.

Os escriptores nacionaes, que podiamos consultar erão

PREFAÇÃO

Damos á luz publica neste escripto o *Indice Chronologico* das navegações, viagens, descobrimentos, e conquistas dos Portuguezes nos paizes ultramarinos, desde os principios do seculo XV.

Este titulo não inculca, por certo, obra de grande valor e importancia, nem nós o escrevemos com esse intento: mas pareceo-nos o mais accommodado á natureza e fins do nosso trabalho, e o mais proprio das circumstancias que o motivárão.

Muito tempo havia que nós desejavamos, e procuravamos ter huma idéa geral, mas fiel e exacta, das grandes e gloriosas emprezas ultramarinas dos nossos compatriotas, que naquelle tempo derão tanto credito e fama á nação Portugueza, e forão de tanta e tão reconhecida utilidade para o mundo moderno, em todos os ramos do seu progresso, e civilisação. Mas ainda que para o conseguir não poupassemos nenhum dos meios, que estavão ao nosso alcance, a cada passo comtudo nos viamos ou embaraçados no nosso estudo, ou frustrados nas nossas diligencias.

Os escriptores nacionaes, que [illegible]iamos consultar erão

poucos, incompletos, ás vezes discrepantes em suas narrações, e sempre diminutos nas particulares noticias do seculo XV, que mais convinha indagar e apurar.

Dos Roteiros, Relações e Memorias, que necessariamente se havião de escrever logo naquelle tempo de nossas primeiras navegações e descobrimentos, mui pouco nos resta hoje, salvo as Relações de Cadamosto, e essas mesmas impressas hum seculo depois em Italia, e em lingua Italiana, e não de todo isentas de imperfeições e erros (1).

He natural que o prudente e cauteloso segredo, em que os nossos Principes, ao principio, reservavão aquellas Memorias e Relações; a perda de muitas dellas nas mãos dos chronistas, ou nos proprios gabinetes dos Principes por occasião da sua morte; o descuido de recolher estes e outros documentos ao Archivo geral do reino; a difficuldade de multiplicar as cópias, por não haver ainda a arte typografica, ou por não ter chegado a Portugal, logo nos primeiros annos da sua invenção; he natural, digo, que estas ou outras semelhantes causas produzissem a falta, que depois se experimentou, logo que se quiz escrever em corpo de historia a serie de nossas emprezas ultramarinas.

O certo he que o illustre Barros, quando tomou sobre si esta difficil incumbencia, já se queixava da falta de Memorias antigas; e bem mostrou que as não tinha, pois tão breve e imperfeitamente falou dos successos que precedêrão á expedição do grande Vasco da Gama.

Castanheda começou a sua *Historia da India* por essa mesma expedição, e nada diz dos tempos anteriores.

Nos outros nossos escriptores (pela maior parte mais modernos) achão-se na verdade algumas noticias do obje-

(1) Quando isto escreviamos ainda não tinha apparecido a edição da *obra de Azurara,* ha pouco publicada em París pelo Sr. Visconde de Santarem.

cto de que tratâmos; mas são ellas tão dispersas por differentes obras, tão apoucadas em suas circumstancias, e assim mesmo escriptas com tanta falta de coherencia, exacção e alinho, que he de mui difficil, e impertinente trabalho reduzil-as a alguma ordem, e tirar dellas hum resultado, qual se deseja, liquido, seguro, e aceitavel.

Nos escriptores estrangeiros não ha que procurar neste assumpto, nem a conveniente miudeza e exacção, nem (as mais das vezes) a devida imparcialidade. Omittem factos, e circumstancias substanciaes; alterão datas; errão ou desfigurão nomes; e alguns deixão-se dominar de tão desarrazoado ciume, que parece que ainda hoje lhe fazem sombra os relevantes serviços, que os Portuguezes fizerão ao mundo naquelles antigos tempos, e o immenso louvor, que por elles merecêrão, e lhes he devido. E não se tenha por apaixonado este nosso juizo, porque muito teriamos com que o justificar, se tanto fosse necessario.

Em tal estado de cousas resolvemos começar a escrever, para nosso uso particular, o *Indice Chronologico,* que agora damos á luz, apontando nelle mui summariamente os factos que nos parecêrão mais importantes, e collocando-os na sua ordem puramente chronologica, como para nos servirem de guia, quando quizessemos dar maior extensão ao nosso estudo, ou instruir-nos mais amplamente neste ramo da nossa historia, que reputâmos de tanto interesse para o publico litterato, quanto glorioso para os Portuguezes.

Com este intuito lemos as obras, escriptos, memorias, ou documentos, nacionaes, ou estrangeiros que se offerecêrão á nossa indagação, combinando (quando nos pareceo necessario) huns com outros, comparando os gráos de credito que cada hum podia merecer, e tirando de todos, não sem grande trabalho, aquelles resultados que tivemos por bem assentados, ou que pelo menos se nos representárão fundados em maiores, e mais certas razões.

Artigo ha no *Indice*, que contendo-se em poucas linhas, nos levou algumas horas de leitura, e talvez alguns esforços de reflexão: e nem por isso nos gloriâmos de haver evitado erros e defeitos, hoje inevitaveis em semelhante materia.

Decorrêrão os tempos, e a nossa situação pessoal soffreo por vezes graves e penosas mudanças, privando-nos de alguns dos meios, que podião concorrer para que o nosso trabalho fosse menos imperfeito. Por fim pareceonos, ou nos persuadírão, que assim mesmo seria util a sua publicação, já por não se perder de todo o tempo que nisto tinhamos consumido, já porque o nosso trabalho poderia aproveitar a quem com o mesmo intento, e zêlo, e com mais meios e capacidade quizesse levantar á gloria nacional, e ao seculo XV portuguez hum monumento unico na historia das nações modernas.

Começámos a escrever o *Indice* em 1832, e fizemoslhe depois retoques, correcções, e additamentos. A *Memoria sobre as viagens por terra* foi escripta posteriormente. Hoje ser-nos-hia impossivel rever estes trabalhos, e dar-lhes mais algum aperfeiçoamento. O publico medirá pelo nosso zêlo, e amor da patria a sua benigna e favoravel indulgencia.

INDICE CHRONOLOGICO

PERIODO 1.º

DESDE O ANNO DE 1412 ATÉ AO DE 1460

Anno de 1412

Os nossos escriptores, que tratárão dos descobrimentos, e emprezas maritimas, de que foi primeiro auctor o grande e inclito Infante D. Henrique, filho de el-Rei D. João I, notão commummente este anno de 1412 como principio de seus uteis e gloriosos trabalhos; e dizem que então começou este sabio Principe a mandar alguns navios ao descobrimento da costa Africana, desde o cabo *Nam* para as partes do sul, e pólo antarctico.

João de Barros nas suas *Decadas*, e Faria e Souza, tanto na *Azia Portugueza*, aonde faz o extracto dellas, como na *Relação das armadas*, que colligio de listas, e memorias antigas, assignão a referida época. O mesmo seguirão muitos escriptores nossos; e muitos outros o suppõem, quando dizem, que depois da conquista de Ceuta (em 1415), e das informações, que o Infante ahi houvera dos Mouros, viera muito mais animado a *proseguir* os seus projectos.

Assim, postoque não tenhamos individual noticia dos navios, que então sahirão ao descobrimento, nem dos capitães, ou pilotos que os governárão, não julgâmos dever

por isso alterar a época estabelecida; antes havemos por mui provavel, que por aquelles annos he que os nossos navegadores passárão o cabo *Nam*, que era até então o termo das navegações Européas, e chegárão ao *Bojador*, aonde por muito tempo encontrárão depois obstaculo a seus repetidos esforços.

Se alguem comtudo duvidar de que o Infante já no referido anno de 1412 começasse a executar os seus particulares projectos, ainda assim se póde, e deve sustentar a mesma época, reflectindo-se que nesse anno se deo principio aos preparativos para a grande expedição de *Ceuta*, que foi sem duvida hum passo importantissimo para os descobrimentos, não só pela ampla informação que ahi se houve das terras, costas, e gentes de Africa, mas tambem, e especialmente, porque sendo a praça de *Ceuta* como chave dos mares adjacentes, e abrigo das armadas berberescas, mal podião os nossos navios frequentar com segurança as costas, visitar os portos, e navegar para as partes do sul, emquanto *Ceuta* estivesse em poder dos Mouros.

Notemos ainda mais, que na Bulla de Nicoláo V do anno de 1455, de que em outro lugar falâmos, se diz que o Infante começára de mui pequena idade *(ab ejus ineunte aetate)* as suas emprezas; e esta frase mais convem ao anno 1412, em que elle tinha dezoito annos, do que ao de 1417, em que já contava vinte e tres.

Anno de 1415

Neste anno foi a gloriosa expugnação de *Ceuta*, concluida por el-Rei D. João I, acompanhado dos Infantes seus filhos, em hum só dia, a 21 de Agosto.

Alguns dos nossos escriptores se equivocárão, assignalando a esta conquista o dia 14 de Agosto. Outros muitos porém, mais bem informados, a poserão em 21, e este he

o dia que se collige do epitafio de el-Rei, gravado sobre o seu tumulo em tempo de el-Rei D. Duarte, seu filho e successor, aonde se nota que el-Rei, depois de tomada a praça de *Ceuta,* a presidiára por dezoito annos, menos oito dias, e que fallecêra a 14 de Agosto de 1433; por onde se vê que os dezoito annos serião completos, se elle vivesse mais oito dias, isto he, até 21 de Agosto.

Em *Ceuta* procurou o Infante D. Henrique, e alcançou dos Mouros algumas importantes informações para a execução dos seus designios, e teve mais certo e individual conhecimento do deserto, que os Arabes chamão *Çahará,* dos povos *Azenegues,* confinantes pelo sul com os *Gelofos,* do commercio que d'aqui se fazia para a costa septemtrional, e de muitas circumstancias daquellas terras, costas, e gentes, com o que se animou muito mais (como já dissemos), e de todo se resolveo a proseguir a empreza que o seu grande espirito, auxiliado dos conhecimentos cosmograficos, lhe havia inspirado.

A armada, que el-Rei levou á expedição de *Ceuta,* constava de 220 vasos de guerra e transporte; a saber, 33 nãos, 59 galeras, e varios galeões, caravelas, e outros baixeis de differentes grandezas, em numero de 128.

Logo depois desta conquista tomou el-Rei o titulo de « *Rei de Portugal e do Algarve, e Senhor de Cepta* ».

Annos de 1416 e 1417

Por estes annos, logo depois da conquista de *Ceuta,* começárão as tentativas, que o Infante mandava fazer para dobrar o *cabo Bojador,* e passar ávante para o sul, as quaes forão continuadas, mas sem fructo, por alguns annos.

O grande lançamento que o cabo fazia ao mar, as correntes impetuosas das agoas, a sua apparente effervescencia, e outras semelhantes circumstancias, forão causa

de se mallograrem por muito tempo estas tentativas, temendo os ainda então inexpertos navegantes, que os mares os engolissem, ou que as correntes os não deixassem voltar ao rumo de norte.

Anno de 1418

Neste anno foi mandado Bartolomeu Perestrello, Cavalleiro da Caza do Infante D. João, á empreza de dobrar o *Bojador;* mas sendo assaltado da tempestade, perdeo a derrota que levava, e foi arrojado a huma ilha desconhecida, a que deo o nome de *Porto Santo*, por ter achado nella abrigo, e descanso de sua trabalhosa navegação.

Damião de Goes, e Soares da Silva põem este descobrimento no anno seguinte de 1419.

Alguns negão que Perestrello fosse o descobridor desta ilha, e sómente dizem que o Infante lhe déra a *Capitania* della; mas a pratica geral daquelle tempo nos parece persuadir o contrario.

Annos de 1419 e 1420

No anno seguinte de 1419 voltou Perestrello com os outros dous navegantes João Gonsalves Zarco, e Tristão Vaz, Cavalleiros do Infante D. Henrique, cada hum em seu navio, á ilha de *Porto Santo*, levando Perestrello ordem, e alguns preparos para começar a sua cultura.

Dizem os escriptores antigos, que lançando-se na ilha huma coelha, que no mar havia parido, fôra a criação destes animaes em tanto augmento, que destruião as searas, e por algum tempo retardárão, ou embaraçárão o projecto da colonisação da ilha.

O Perestrello voltou a Portugal: mas João Gonsalves, e Tristão Vaz, tendo observado huma especie de nevoeiro, que constantemente se lhes offerecia no mar, e sempre no mesmo sitio, e direcção, suspeitárão o que poderia ser,

e dirigindo-se para aquella parte, descobrírão a ilha da *Madeira*, a que derão este nome pelo alto e basto arvoredo, de que a achárão coberta.

Algumas antigas Memorias dizem que Francisco Alcoforado, Cavalleiro da Caza do Infante D. Henrique, fôra neste descobrimento, e o descrevêra em huma exacta *Relação*.

De João Gonsalves Zarco se diz que foi o primeiro Portuguez, que usou da polvora, e artilheria nos navios. Manoel Thomaz, na *Insulana*, liv. 1.º, est. 83.º, falando delle, diz:

> Bem he verdade, que este o Lusitano
> Primeiro foi, no mar com nome eterno,
> Que usou da dura fruta de Vulcano,
> E o salitrado aljofar do inferno;

Anno de 1425

Por estes annos começou o Infante a mandar povoar as ilhas da *Madeira*, e *Porto Santo*, e tambem a *Dezerta*, que sem duvida foi descoberta com as primeiras.

Elle mesmo na doação que fez do espiritual destas ilhas á Ordem de Christo em 18 de Setembro de 1460, quasi dous mezes antes do seu fallecimento, diz: « *Comecei de povorar a minha ilha da Madeira, haverá ora trinta e cinco annos, e isso mesmo a do Porto Santo, e deshi, proseguindo, a Dezerta* »; por onde parece fazer-se verosimil, *ao menos em parte*, o que uniformemente referem os nossos escriptores, que lançando-se fogo aos bosques da ilha da *Madeira*, este se ateára de tal modo, que por alguns annos não fôra possivel povoal-a. Os annos devem neste caso contar-se desde 1419, anno do descobrimento, até 1425. E dizemos, *ao menos em parte*, porque algum tempo era preciso para se prepararem as familias, e os mais objectos necessarios á povoação e cultura daquellas ilhas.

O Infante dividio a ilha da *Madeira* entre os seus dous descobridores. Mandou vir da ilha de *Candia* a preciosa planta da malvazia, que tanto ali prosperou, e tão util tem sido ao commercio e riqueza da *Madeira*. Mandou tambem vir da *Sicilia* a canna do assucar, e mestres, que a ensinassem a plantar e cultivar, e a fabricar o assucar. E foi esta cultura tão bem recebida do terreno, que em 1501 se participava a el-Rei D. Manoel haverem-se fabricado, nesse anno, na ilha 63:800 arrobas de assucar. Quando Barros escrevia as suas *Decadas*, diz elle, que huma porção de terra de tres leguas dava ao quinto mais de 60:000 arrobas. E Bluteau, nos principios do seculo passado, escrevia que na ilha houvera algum tempo 150 engenhos de assucar, os quaes rendião 400:000 arrobas.

Da ilha da *Madeira* sahírão depois os mestres, que forão introduzir o fabrico do assucar na ilha de *S. Thomé*, e de ambas estas ilhas se propagou mais depois no *Brazil*, por industria dos Portuguezes, tanto a cultura da canna, como a factura do assucar.

O grande Infante D. Henrique, postoque applicado á povoação e cultura da *Madeira*, *Porto Santo*, e *Dezerta*, nem por isso se esquecia de continuar, e promover a sua primeira, e principal empreza, da qual porém sabemos que por espaço de doze annos se não tirou fructo algum, não se conseguindo em todo este tempo dobrar o cabo *Bojador*.

Annos de 1429 e 1430

Gil Eannes, natural de Lagos, dobrou emfim o formidavel *Bojador*.

Dizem os antigos escriptores Portuguezes, que esta passagem do cabo fôra então reputada como huma façanha igual a algum dos *trabalhos de Hercules*: expressão que hoje parece nimiamente exagerada, mas que o não era tanto naquelles tempos, vistas as difficuldades, os

medos, e os perigos, que ou se tinhão experimentado, ou se imaginavão e suppunhão na mesma passagem, e que por tanto tempo a havião retardado.

Parece-nos não se ter ainda determinado com bastante precisão e certeza a época deste notavel acontecimento. Muitos dos nossos escriptores a referem ao anno de 1433; alguns ao de 1432; outros ao de 1434; e outros finalmente ao de 1428.

Se nesta materia póde haver lugar a conjecturas, nós temos por mui verosimil, que a passagem do *Bojador* se executou em 1429, ou quando mais tarde em 1430. As razões, em que nos fundâmos, são as seguintes:

1.ª Que os nossos antigos uniformemente dizem, que o Infante D. Henrique, *por mais de doze annos,* fizera tentativas para dobrar este cabo, mandando a elle frequentemente os seus navios. E como estas tentativas começárão logo depois da expedição de *Ceuta,* isto he, em 1416, ou ao mais tardar, em 1417, parece que a passagem do cabo seria em 1429, ou em 1430.

2.ª Que o Papa Martinho V permittio por huma sua Bulla, que se podesse contratar e commerciar com os infieis. Esta permissão, cuja verdadeira data ignorâmos, não podia ser posterior a 20 de Fevereiro de 1431, em que aquelle Santo Padre falleceo. Tinha pois sido pedida, e póde ser que concedida pelo menos em 1430. Por outra parte he de presumir que o Infante sómente a pediria depois de se ter vencido a grande difficuldade do *Bojador;* porque até então nem sabemos que os nossos navegadores sahissem em terra a negociar, ou procurassem ter communicação e commercio com os habitantes; nem he verosimil que o intentassem a respeito dos Mouros, com que os Portuguezes estavão em actual, e continua guerra. Donde se collige, que antes de 1430, ou quando muito nesse mesmo anno, já se tinha vencido o *Bojador.*

3.ª Que na Bulla do Papa Nicoláo V (já citada) dos prin-

cipios de Janeiro do anno da *Encarnação* de 1454, que he anno vulgar de 1455, se diz que o Infante havia vinte e cinco annos *(a viginti quinque annis citra,* isto he, *ha vinte e cinco annos a esta parte)* não cessava de mandar navios ao descobrimento das *terras e costas do Bojador para as partes do sul.* Logo o *Bojador* já tinha sido dobrado, e já se navegava além delle para o sul *vinte e cinco* annos antes da data da Bulla, o que vem a dar em Janeiro de 1430, e mui provavelmente no anno antecedente de 1429.

Advertencia

Pareceo-nos aqui lugar proprio para notar em geral, que algumas das differenças que se encontrão nos antigos escriptores a respeito de datas, e que talvez parece que embaração a chronologia dos descobrimentos, se devem attribuir, segundo o nosso juizo, a que huns tomavão por época de tal, ou tal expedição e descobrimento o anno em que os navegantes sahião de Portugal; outros o anno em que chegavão á costa de Africa, e effectivamente tocavão o ponto descoberto, o que muitas vezes succedia no anno seguinte ao da sahida; e outros finalmente o anno em que voltavão ao reino, e se divulgava a noticia. Por onde entendemos, que quando a differença das datas he pequena, e de annos immediatos, se não deve fazer conta com ella para d'ahi arguir alguma incerteza no acontecimento, ou alguma variação essencial na sua época.

Annos de 1431 e 1432

O Infante D. Henrique mandou no anno de 1431, que o Commendador de Almourol na Ordem de Christo, Fr. Gonçalo Velho Cabral fosse correr os mares a oeste, em demanda de novas terras. O navegante encontrou os *baixos das Formigas*, situados entre as ilhas de *Santa Maria,*

e *S. Miguel*, mas não deo fé de nenhuma dellas, e voltou a Portugal a informar o Infante do que tinha observado.

Foi outra vez mandado no anno seguinte de 1432 a explorar os mares, em que existião aquelles baixos, e então com melhor fortuna descobrio a ilha de *Santa Maria*, primeira descoberta no archipelago dos Açores a 15 de Agosto, e pela circumstancia da festividade do dia lhe deo aquelle nome.

O Infante fez a Gonçalo Velho Capitão donatario da ilha, e elle a começou logo a povoar, e cultivar com grande proveito e interesse.

Annos de 1434 e 1435

O mesmo Gil Eannes, que dobrára o *cabo Bojador*, voltou em 1434 áquellas paragens com Affonso Gonsalves Baldaya, Copeiro do Infante. Passárão obra de 30 leguas adiante do cabo, e descobrírão huma angra, ou bahia, a que poserão nome *Angra de Ruivos*, por acharem ali muitos dos peixes, a que os Portuguezes chamão *ruivos*.

No anno seguinte ou estavão ainda nas mesmas paragens, ou a ellas voltárão. Adiantárão mais 12 leguas pela costa, e sahindo em terra Heitor Homem, e Diogo Lopes de Almeida, encontrárão alguns barbaros, que á vista dos nossos se poserão em fugida.

Passárão ainda depois hum pouco mais adiante, e chegárão á foz de hum rio, aonde matárão muitos lobos marinhos (especie de *phocas*, segundo parece), cujas pelles trouxerão a Portugal.

Este lugar he o que nas antigas Relações se ficou denominando *o posto dos lobos marinhos;* e o rio tomou logo depois o nome de *Rio do Ouro*, pelo resgate que ahi se fez deste metal.

Sobre o *Rio do Ouro*, segundo a observação de hum antigo piloto Portuguez, *corre a linha do tropico de Cancro*, pelo que se vê que denotava o rio a 23° e 30′ septem-

trionaes, que era a posição que algumas antigas cartas davão á linha do tropico.

Annos de 1437 e 1438

Em 1437 foi a infeliz expedição de Tangere, em que esteve o Infante D. Henrique. E como além do desgosto que ella causou no reino, se seguisse logo em 1438 o fallecimento do sabio, e virtuoso Rei D. Duarte, e após elle sobreviessem as perturbações publicas, occasionadas da tutoria da Rainha D. Leonor; não parece verosimil que se tentasse nestes annos cousa alguma importante para adiantar os descobrimentos. Comtudo o Infante nunca deixava de mandar os seus navios á costa de Africa.

Ao mesmo anno de 1438 attribuem alguns a vinda de *Mestre Jacome de Maiorca* para Portugal, chamado pelo Infante para dar regularidade e direcção á sua *Escola de Sagres*. Delle diz hum douto geografo moderno, que era *versadissimo na navegação, e na arte de fabricar instrumentos, e de projectar Cartas nauticas*, e que o immortal Infante *o posera á frente da Academia, que havia fundado, com o fim de propagar tão uteis conhecimentos.*

Anno de 1439 ou 1440

Diniz Fernandes, Escudeiro do Infante D. João, chegou em algum destes annos a hum grande rio, que os naturaes da costa chamavão *Quedec* (2), e a que os nossos derão o

(2) Damião de Goes na *Chronica do Principe D. João*, edição de 1724, em lugar de *Quedec*, escreve *Sonedech*. Manoel Corrêa, nos *Commentarios a Camões*, escreve *Quedec*, e diz que he o nome que os Mouros dão ao rio na entrada do mar. E Barros, liv. 1.º, 13, diz que o verdadeiro nome do rio, *ali na sua foz, he Ouedech*, segundo a lingua dos negros que habitão o paiz; e que subindo por elle acima toma differentes nomes.

nome de *Sanagá*, do nome de hum senhor da terra, com quem falárão, arrumando a sua foz a 16° de latitude septentrional (3).

Cadamosto, que fez a sua primeira viagem em 1445, diz expressamente, que o *Senegal* tinha sido descoberto *cinco annos antes.*

(Navegações de Cadamosto, 1.ª Relação.)

Annos de 1440 e 1441

Nuno Tristão, e Antão Gonsalves, Criados do Infante D. Henrique, hindo *ao posto dos lobos marinhos*, tomárão alguns barbaros.

Antão Gonsalves, que ainda era mancebo, foi ali armado Cavalleiro, e por esta circumstancia se deo áquelle lugar o nome de *Porto do Cavalleiro*, que parece ser o mesmo que Ortelio em suas Taboas designa: «*P. de cavalli*»; alterando o nome, como faz outras muitas vezes, ou por ignorancia do idioma Portuguez, ou por se ter já perdido de vista o facto, que motivára a denominação.

O Gonsalves voltou a Portugal, e Nuno Tristão, proseguindo, chegou ao *Cabo Branco*, que os nossos arrumavão a 20° septemtrionaes, e lhe deo o nome.

Anno de 1442

Antão Gonsalves depois de armado Cavalleiro no *posto dos lobos marinhos*, voltando a Portugal, como dissemos, trouxe alguns barbaros que ali captivára, dos quaes o Infante não cessava de tirar novas informações sobre as costas, terras, e gentes que por ali habitavão.

(3) *Esmeraldo*, fol. 46, v., no principio, attribue o descobrimento do *Senegal* a Diniz Dias, Cavalleiro, e criado de el-Rei D. João, pai do Infante D. Henrique, e a Lançarote de Freitas, seus Cavalleiros e Capitães, &c.

Como estes Mouros promettessem dar alguns *negros de Guiné* em seu resgate, *cousa que o Infante muito desejava, pelo que o vulgo fabulava daquellas terras*, voltou o Gonsalves com elles a Africa neste anno de **1442.**

Os Mouros cumprírão a promessa, e derão em preço da sua liberdade *algum ouro, e dez negros de differentes terras.*

Este (dizem os nossos escriptores) foi o *primeiro ouro que veio daquellas partes*, assim como *os negros forão os primeiros escravos, que da costa occidental de Africa vierão a Portugal.*

Anno de 1443

Nuno Tristão, a quem ha pouco deixámos no *Cabo Branco*, proseguindo as suas explorações, descobrio a ilha de *Adeger*, e a das *Garças* (no golfo de *Arguim*), á segunda das quaes deo o nome das muitas aves assim chamadas, que ali achou.

Depois voltou a Portugal, trazendo mais de quarenta *negros captivos, que cá se estimarão muito* (diz hum antigo escriptor Portuguez) *por sua estranha figura.*

Anno de 1443 ou 1444

Diniz Fernandes (de quem fallámos ao anno de 1439) descobrio o *cabo*, que forma o ponto mais occidental de Africa, denominado pelos antigos geografos Gregos *hesperion keras (occidentale cornu)*, e arrumado pelos antigos navegadores Portuguezes em *pouco mais de 14° septemtrionaes* (hoje em 14°, 48′).

A este cabo derão o nome de *Cabo Verde*, pelo aspecto que mostrava, todo coberto de verdura; e parece que era ornado, na sua maior elevação, da grande arvore *baobab*, a que alguns naturalistas chamão *colosso do reino vegetal;* a qual estendendo ao largo seus grandes ramos, desce

com as folhas até á superficie da terra, e a cobre de verdura mui agradavel. O seu tronco cavernoso serve talvez de sala de assembléa a huma povoação inteira.

Os nossos escriptores varião sobre a época deste descobrimento entre os annos 1440 e 1446. Nós adoptámos os annos de 1443 ou 1444, porque Cadamosto diz que o cabo fôra descoberto por Portuguezes hum anno antes da sua primeira viagem, e como esta foi em 1445, vem o descobrimento de *Cabo Verde* a cahir em algum dos ditos dous annos, conforme o maior, ou menor rigor em que tomarmos as palavras de Cadamosto.

(Cordeiro, na *Historia Insulana* assigna o anno de 1443. Vej. o liv. 2.º, cap. 8.º, pag. 57; e liv. 6.º, cap. 1.º, pag. 241, aonde diz que as ilhas de Cabo Verde forão descobertas *em 1443, e muito mais em 1445.)*

Anno de 1444

No anno de 1444 se organisou, e estabeleceo com auctoridade e aprazimento do Infante a Companhia de Lagos, destinada a continuar os descobrimentos, e o commercio de Africa, debaixo da direcção do illustre Principe, e com certas condições, que elle lhe prescreveo.

Esta Companhia aprestou logo algumas caravelas, em que sahírão ao mar Lançarote, Gil Eannes, Estevão Affonso, Rodrigo Alvares, João Dias, Martim Vicente, João Vasques, &c., os quaes descobrírão a ilha de *Nar*, a de *Tider*, e outras.

(Barros: Faria e Souza: *Vida do Infante D. Henrique*, &c.)

Açores

Parece que neste mesmo anno o Commendador Gonçalo Velho Cabral, mandado pelo Infante continuar os descobrimentos nos mares de oeste, descobrio a segunda ilha

do archipelago dos Açores, a que poz o nome de *S. Miguel,* pela ter tocado a 8 de Maio, dia da apparição do Santo Archanjo. E como obtivesse do Infante a capitania desta nova ilha, assim como já tinha a de *Santa Maria,* passou no anno seguinte de 1445 a povoal-a, e cultival-a, como já tinha feito á primeira.

Anno de 1445

Em 1445 a 22 de Março sahio de Portugal ao descobrimento de novas terras em Africa huma caravela do Infante D. Henrique, de que era Patrão Vicente Dias de Lagos, e nella, com licença e aprazimento do Infante, se embarcou o Veneziano Luiz de Cadamosto, que para isso se offerecêra.

Abordou á ilha de *Porto Santo,* que diz ter sido descoberta *haveria vinte e sete annos.*

Passou á ilha da *Madeira,* da qual diz que o Infante a fizera *povoar ha vinte e quatro annos para cá.*

D'ahi foi ás Canarias, e destas ilhas passou ao *Cabo Branco,* já descoberto pelos Portuguezes.

Entrou no golfo de *Arguim,* aonde diz elle que erão já conhecidas quatro ilhas; a saber: a primeira chamada de *Arguim,* que deo nome ao golfo; a segunda que os Portuguezes tinhão denominado *Ilha Branca,* por ser toda arenosa; a terceira das *Garças;* e a quarta, que elle diz ter sido denominada *dos Corações,* todas pequenas, arenosas, deshabitadas, e sem agua doce, excepto a primeira.

Continuando a navegar chegou ao *Senegal,* que segundo elle diz, tinha sido descoberto *cinco annos antes* por tres caravelas do Infante, que entrárão por elle acima.

D'ahi passou á terra de *Budomel,* tambem já conhecida dos Portuguezes, aonde esteve em terra muitos dias, tra-

tando, e commerciando com os senhores do lugar, e com os negros que ali concorrião.

Estando para partir d'aqui, e navegar ávante, teve o encontro de duas caravelas, em que hião Antonio de Nola, grande navegador e gentil homem Genovez, e alguns Portuguezes criados do Infante; e accordando-se todos, resolvêrão hir em conserva adiantar os descobrimentos.

Chegárão ao *Cabo Verde,* que Cadamosto diz haver sido descoberto pelos Portuguezes *hum anno antes,* que elle fosse áquellas partes.

Correndo pela costa para o sul, descobrírão a bôca de hum rio, a que derão o nome de *rio Barbacim,* a 60 milhas do *Cabo Verde;* e este foi o primeiro descobrimento novo, que fizerão as tres caravelas.

Passando ainda adiante, avistárão outro rio, que lhes pareceo não menor que o *Senegal;* mas não sendo bem recebidos dos negros, navegárão mais ao sul, e descobrírão o paiz de *Gambia,* e o rio do mesmo nome, pelo qual entrárão algum espaço. *Este era o paiz, que determinadamente buscavão por expressa ordem do Infante,* que delle tinha informações pelos negros que já havia em Portugal.

Os navegantes quizerão entrar mais acima pelo rio; mas como a gente do mar repugnasse a este intento, resolvêrão voltar ao reino.

(*1.ª Relação* de Cadamosto.)

Neste mesmo anno hum criado do Infante, por nome Gonçalo de Cintra, descobrio adiante do *rio do Ouro* a angra, que do seu nome se ficou chamando *Angra de Gonçalo de Cintra,* notada nas taboas de Ortelio com as palavras: «*G. de Goncintra*»*;* querendo dizer, segundo parece, *golfo de Gonçalo de Cintra.*

Este infeliz navegante, entrando por hum esteiro na

ilha de *Arguim,* e ficando em sêcco á vasante da maré, foi acommettido pelos barbaros, e morto com alguns seus companheiros.

Anno de 1446

Neste anno fez Luiz de Cadamosto a sua segunda viagem em huma caravela, acompanhado de outra em que hia Antonio de Nola, e de outra do Infante D. Henrique, tudo com licença e aprazimento deste Principe. Sahírão de Lagos no principio de Maio.

Na altura de *Cabo Verde* descobrírão quatro das ilhas, que do mesmo cabo se denominão, e diz Cadamosto, que outros, *que depois ali forão, as reconhecêrão, e achárão serem dez, entre grandes e pequenas, e todas deshabitadas.*

Das quatro que agora se descobrírão, derão á primeira o nome da *Boa Vista,* por ter sido a primeira que naquelles mares avistárão; a outra *(que lhes pareceo a melhor das quatro),* chamárão de *Santiago.* As outras duas, a que Cadamosto aqui não dá nome, serião provavelmente a de S. Filippe, e de S. Christovão, que tambem se chamou do *Sal.* Parece que todas forão descobertas no dia 25 de Julho.

Deixadas estas ilhas, vierão em demanda do *Cabo Verde.* Tocárão o lugar das *Duas Palmas* (entre o *Senegal* e o *cabo),* assim chamado das que ali collocou ou designou Diniz Fernandes, como marco para denotar o sitio em que os povos *Azenegues* se apartão dos *negros idolatras.* Forão ao *Gambia,* e entrárão por elle *mais de 60 milhas,* até o senhorio de *Battimanza,* aonde estiverão onze dias, permutando as fazendas, que levavão, por *ouro e escravos.*

Do *Gambia,* navegando ao sul, descobrírão o rio que chamárão de *Cazamanza,* do nome do senhor que ali governava, o qual ficava *25 leguas ou 100 milhas além*

do Gambia. O seu nome, segundo Damião de Goes, era *Rha.*

D'aqui, correndo sempre a costa no rumo do sul, descobrírão, a cousa de 20 milhas de distancia, hum cabo a que derão o nome de *Cabo Vermelho,* pela apparencia da côr da terra (ou *Cabo Roxo).*

Pouco adiante chegárão a hum rio, que denominárão de *Sant'Anna.*

D'aqui navegando descobrírão outro rio, a que derão o nome de *S. Domingos,* e por estimativa julgárão distar do *Cabo Vermelho* obra de 55 a 60 milhas.

Continuando a navegar mais huma *jornada* pela costa, descobrírão outro rio grandissimo, que tinha na bôca mais de 20 milhas de largura. Este se ficou chamando o *Rio Grande.* Defronte delle avistárão ao mar algumas ilhas, que estarião a cousa de 30 milhas de distancia da terra.

Desta paragem voltando ao reino, fizerão caminho por aquellas ilhas, e observárão que duas dellas erão grandes, e habitadas de negros, e as outras duas mais pequenas; mas não se podendo entender com os habitantes, continuárão viagem para Portugal.

Vê-se pois, que nas duas viagens, em que foi Cadamosto, se descobrio a costa desde o rio *Barbacim,* 60 milhas ao sul de *Cabo Verde,* até o *Rio Grande;* e no mar as quatro ilhas de *Cabo Verde,* e as outras quatro, de que acabámos de falar, e que são sem duvida as que formão o archipelago dos *Bissangos.*

Os nossos navegadores denotavão a embocadura do *Rio Grande* em 11° de latitude septemtrional, e parece que o remontárão por espaço de algumas 90 leguas até chegarem a huma cataracta, que os não deixou hir ávante. Pelo tempo adiante se fundárão nas suas margens alguns estabelecimentos Portuguezes.

(*2.ª Relação das navegações de Cadamosto.* — Cordeiro, *Historia Insulana,* &c.)

Annos de 1446 e 1447

No anno de 1446 achámos mencionada a expedição de tres navios, em que forão Antão Gonsalves, Diogo Affonso, e Gomes Peres, encarregados de propor aos habitantes do *Rio do Ouro* a sua conversão ao christianismo, e alliança de commercio com os Portuguezes.

Nesta occasião veio hum daquelles habitantes, por sua propria vontade, a Portugal; e lá quiz ficar, tambem espontaneamente, hum Portuguez, por nome João Fernandes, que aprendeo a lingua do paiz, observou os costumes dos povos, e veio depois informar de tudo o Infante D. Henrique, com inexplicavel gosto e satisfação deste grande Principe.

Em 1447, entrando Nuno Tristão pelo *Rio Grande,* e sendo acommettido de grande numero de barbaros, foi morto no conflicto.

Alvaro Fernandes, que tinha descoberto o *Cabo dos Mastos,* passou adiante do *Rio Grande,* e descobrio o rio de *Tabite.*

Já a navegação dos Portuguezes para aquellas partes era tão frequente, que por estes annos chegárão a acharse lá reunidos alguns vinte e sete navios, sahidos de Portugal, e da *ilha da Madeira.*

No mesmo anno em que Nuno Tristão foi morto no *Rio Grande,* ou no antecedente de 1446, descobrio elle o rio que se ficou chamando *Rio de Nuno,* a poucas leguas do *Rio Grande* ao sueste.

Anno de 1448

Neste anno foi mandado Fernando Affonso como Embaixador a hum Rei chamado *Farim,* na costa, ao sul de *Cabo Verde,* convidando-o a abraçar a religião christãa, e assentar commercio com os Portuguezes.

Notão os antigos escriptores, que d'aqui vierão a Portugal os primeiros *dentes de elefante,* trazidos daquellas regiões.

Notão tambem, que Diogo Gil Homem, encarregado de estabelecer commercio com os Mouros, passando além do *cabo de Gué,* trouxera a Lisboa o primeiro *leão* que veio de Africa.

Anno de 1449

Soeiro Mendes foi neste anno de 1449 lançar os fundamentos ao castello de *Arguim,* de que ficou sendo Capitão ou Governador. Foi o primeiro castello, que levantámos naquellas conquistas, para segurança do commercio e da navegação.

Açores

A este anno se attribue com grande probabilidade o descobrimento da *ilha Terceira,* que no anno seguinte de 1450 se dizia *ter sido descoberta pouco tempo antes.* O nome que se lhe deo ao principio foi o de *ilha de Jesu Christo;* mas pelo tempo adiante tomou, e hoje conserva o de *Terçeira,* que parece allusivo á ordem do descobrimento.

A capitania desta ilha foi dada pelo Infante em 1450 a Jacome de Bruges, Cavalleiro Flamengo, que tendo vindo para Portugal, entrou no serviço do Infante, e cazou com huma dama da Infanta D. Brites. Elle a povoou com alguns cazaes que levou do reino, e da *Madeira,* e assim começou a sua cultura.

A este Jacome de Bruges, e a este mesmo anno de 1449, se attribue tambem o descobrimento da ilha de *S. Jorge,* que se julga ser a quarta que se descobrio no archipelago dos Açores, postoque alguns dão a preferencia do descobrimento á *Graciosa.*

A do *Corvo,* he fóra de duvida que estava descoberta

em 1453; porque nesse anno a doou el-Rei D. Affonso V ao Duque de Bragança por Carta de 20 de Janeiro, dada em Evora. E parece verosimil, que ao mesmo tempo se descobrio *a das Flores,* situada a tão pequena distancia.

Das duas que restão, e pertencem a este archipelago, chamadas do *Fayal,* e do *Pico,* não temos noticia exacta de quando fossem descobertas; mas parece provavel que o serião dentro do periodo em que forão achadas todas as mais.

Neste proprio anno em que estamos, de 1449, succedeo a fatal catastrofe de *Alfarrobeira,* em que perdeo a vida o illustre e infeliz Infante D. Pedro, Duque de Coimbra, irmão do nosso Infante D. Henrique. He natural que os desgostos, de que foi acompanhado e seguido este infausto successo, causassem alguma interrupção no progresso dos descobrimentos, maiormente attendendo-se á idade já adiantada do Infante, aos seus assiduos e incessantes trabalhos, e aos muitos e variados objectos que dividião, e demandavão a sua attenção, já para os estabelecimentos do commercio, já para a colonisação, povoação e cultura das ilhas novamente descobertas, já para o seu bom governo e administração, &c.

Anno de 1458

Em 1458 conquistou el-Rei D. Affonso V a praça de *Alcacer-Ceguer,* na Mauritania Tingitana, levando a esta facção huma armada de mais de duzentos baixeis de todos os portes.

Em consequencia desta conquista tomou logo o dictado de «*Rei de Portugal e do Algarve, Senhor de Cepta, e de Alcacer em Africa.*»

(Dissertações Chronologicas e Criticas, tom. 2.°, pag. 207.)

Anno de 1460

Neste anno, a 13 de Novembro, falleceo o inclito, immortal Infante D. Henrique, auctor destes descobrimentos, na sua villa *(Villa Nova do Infante)*, por elle mesmo fundada no promontorio de Sagres, aonde fizera sua ordinaria habitação.

Alguns escriptores, e entre elles João de Barros, alargárão a vida deste grande Principe até o anno de 1463, mas com manifesta equivocação, como se poderia provar (se necessario fosse) por documentos authenticos. Bastará porém lembrar aqui sómente a doação que el-Rei D. Affonso V fez a seu irmão o Infante D. Fernando de varias ilhas, que tinhão sido de D. Henrique, a qual doação o suppõe já fallecido, e he datada de 3 de Dezembro de 1460, como adiante notaremos.

Além dos grandes serviços que o Infante D. Henrique fez á Corôa de Portugal, principalmente na expugnação de Ceuta, e nas guerras de Africa, trabalhou incessantemente, e com admiravel perseverança, por mais de quarenta annos continuos, na grande e gloriosa empreza dos descobrimentos maritimos, deixando descoberta em seu tempo toda a costa occidental de Africa desde o cabo *Bojador* em 26° e 23′, quasi até *Serra Leôa* em 8° septemtrionaes, e além disso as muitas ilhas, que deixâmos referidas, cuja povoação, cultura, e commercio fundou e promoveo com grande intelligencia, e com incriveis despezas da sua fazenda.

Fundou tambem a Escola mathematica, cosmografica, e nautica de Sagres, aonde se fazião as *observações astronomicas* uteis e applicaveis á navegação; se projectavão *Cartas hydrograficas;* se fabricavão *instrumentos* proprios para observar o sol e os astros; se trabalhava em aperfeiçoar a construcção naval, &c.; e d'onde sahírão os

habeis navegadores Portuguezes, que neste e no seguinte seculo admirárão a Europa, e levárão o nome Portuguez até ás mais remotas extremidades do mundo.

He muito para sentir que os nossos antigos nos não conservassem escripto algum deste grande Principe, nem os commentarios, que necessariamente havia de fazer ácerca do resultado de seus utilissimos trabalhos, e sabias fadigas.

O elegante chronista dominicano Fr. Luiz de Souza diz que vira em Valença de Aragão *hum livro dos descobrimentos do Infante D. Henrique que parecia ser obra sua*, mandado pelo Infante a hum Rei de Napoles, d'onde passára ao poder do Duque de Calabria, ultimo descendente da linha masculina daquelles Principes, e vice-Rei de Valença de Aragão. *Na portada* (continúa ainda o chronista) *se vião debuxadas humas pyramides, e a conhecida letra dô Infante «talent de bien faire»,* letra que este heroico Principe tão completamente desempenhou. Esta preciosa obra perdeo-se como muitas outras, que servirião para illustrar as épocas de nossos primeiros descobrimentos, firmar, e augmentar a gloria da nação, e arguir o affectado e ingrato silencio dos estrangeiros.

Apezar disso não se poderá jámais negar que todas *as viagens procedidas do descobrimento de huma boa parte de Africa, e das Indias oriental e occidental, e todas as que dellas se derivarem até ao fim dos seculos,* bem como os progressos da geografia, das sciencias, e das artes, e em fim o estado actual da civilisação Europêa se deve em grande parte ao genio deste Principe, e á sua infatigavel diligencia, e constancia.

PERIODO 2.º

DESDE O ANNO DE 1460 ATÉ AO DE 1495

COMPREHENDE O RESTO DO REINADO DE EL-REI D. AFFONSO V
DESDE O FALLECIMENTO DO INFANTE D. HENRIQUE,
E TODO O REINADO DE EL-REI D. JOÃO II

REINADO DE EL-REI D. AFFONSO V ATÉ AO ANNO DE 1481

Anno de 1460

No anno de 1460, a 3 de Dezembro, estando el-Rei D. Affonso V em Evora, fez doação a seu irmão o Infante D. Fernando, para elle, e para o seu filho maior varão, de varias ilhas *para as possuir* (diz el-Rei) *do mesmo modo, como as de nós havia o Infante D. Henrique meu Tio, que Deos haja.*

Fazemos aqui lembrança deste documento, para noticia das ilhas, que nelle vem expressamente nomeadas, e são pela ordem do texto, as seguintes:

1.ª *Madeira*	10.ª *Graciosa*
2.ª *Porto Santo*	11.ª *S. Miguel*
3.ª *Dezerta*	12.ª *Santa Maria*
4.ª *S. Luiz*	13.ª *S. Jacobe*
5.ª *S. Diniz*	14.ª *S. Filippe*
6.ª *S. Jorge*	15.ª *De las Mayaes*
7.ª *S. Thomaz*	16.ª *S. Christovão*
8.ª *Santa Eyréa*	17.ª *Ilha Lana*
9.ª *Jesu-Christo*	

Aqui achâmos as tres ilhas primeiro descobertas, *Madeira, Porto Santo*, e *Dezerta*,

Aqui achâmos cinco das do archipelago dos Açores, *S. Jorge, Jesu-Christo, Graciosa, S. Miguel,* e *Santa Maria.*

Aqui achâmos quatro das de Cabo Verde, a saber: *S. Jacobe, S. Filippe, das Mayaes,* (de Maio), e *S. Christovão* (ou *do Sal).*

E achâmos finalmente algumas outras, cuja situação não temos podido averiguar, como são: *S. Luiz* (que póde ser a do *Senegal), S. Diniz, S. Thomaz, Santa Eyrêa,* e *ilha Lana.*

(Vej. o documento que citámos no tom. 1.º das *Provas da Historia Genealogica da Caza Real Portugueza.)*

Anno de 1460 ou 1461

Depois da morte do Infante D. Henrique, despachou el-Rei D. Affonso V a Pedro de Cintra, dando-lhe por regimento correr a *costa dos negros,* e descobrir novas terras.

O primeiro descobrimento deste navegador foi o *rio de Bessegue,* a 40 milhas do Rio Grande por costa.

D'ahi a mais 140 milhas descobrio o *cabo,* que se chamou *da Verga.*

D'ahi a 80 milhas descobrio outro *cabo* muito alto, e coberto de arvores viçosas, a que deo o nome de *Cabo de Sagres de Guiné.*

Defronte deste cabo, ao mar, descobrio *duas ilhas,* deshabitadas, e sem nome.

Do mesmo cabo a 40 milhas descobrio o rio, que se chamou de *S. Vicente:* e mais adiante 5 milhas o rio que se denominou *Rio Verde.*

A 24 milhas do *Rio Verde* achou *o cabo,* a que deo o nome de *Cabo Ledo,* por ser mui viçoso.

Por esta costa se estende em longura de mais de 50 milhas huma altissima montanha cheia de verde, e co-

pado arvoredo, a que se deo o nome de *Serra Leôa*, pelo grande rugido, que continuamente fazem as trovoadas, de que está cercado o seu cume.

Defronte da extremidade meridional desta serra estavão tres ilhotas, que os navegantes denominárão *Selvagens*.

A 30 milhas adiante da ponta da montanha descobrírão o *Rio Vermelho* (ou *Roxo*), a que derão este nome, porque a sua agua, correndo por terreno *avermelhado*, mostrava a mesma côr.

Além deste rio está hum *cabo*, que tambem denominárão *Vermelho;* e defronte delle, ao mar, huma ilhota deshabitada, que igualmente ficou com o nome de *ilha Vermelha*.

Passado o *cabo Vermelho* descobrírão hum rio grande, que chamárão de *Santa Maria das Neves*, pelo avistarem a 5 de Agosto.

Além deste rio está huma ponta, e defronte della a *ilha* que chamárão *dos Bancos*, pelos muitos que ali faz a arêa.

Além desta ilha descobrírão hum cabo grande, que chamárão *cabo de Santa Anna*, pelo avistarem a 30 de Julho.

Do *cabo de Santa Anna* a 60 milhas, descobrírão hum rio, a que derão o nome *das Palmas*, por haver ali muitas.

Navegando ainda outras 60 milhas, achárão o *rio*, a que pozerão o nome *dos Fumos*, por verem muitos na costa quando ali passárão.

Mais adiante 24 milhas descobrírão o *cabo do Monte*, assim denominado porque o cabo entrando muito ao mar mostra hum elevado monte.

D'ahi a 60 milhas achárão outro *cabo*, e outro *monte* mais pequeno, a que por isso chamárão *Cabo Mesurado*.

Navegando ainda mais 16 milhas, notárão hum bosque grande com arvores mui verdes, que vinhão até ao mar, e lhe chamárão o *Bosque de Santa Maria*.

D'aqui voltou Pedro de Cintra ao reino, trazendo da ultima terra hum negro, conforme a ordem de el-Rei, que depois o mandou restituir ao seu paiz.

A *Relação* desta viagem foi escripta por Cadamosto, e della se vê:

1.º Que Pedro de Cintra, passando além dos ultimos descobrimentos, explorou mais de 629 milhas de costa para o sul.

2.º Que a sua viagem foi executada logo depois da morte do Infante D. Henrique, e provavelmente no anno de 1461, ou quando mais tarde em 1462, porque Cadamosto, concluindo a narração, diz: « *E deste ultimo lugar* (que era o *Bosqùe* ou *Mata de Santa Maria) não tinha passado navio algum até á minha partida de Hespanha, que foi no primeiro dia do mez de Fevereiro de 1463* ».

(Vej. *Navegação do Capitão Pedro de Cintra, escripta por Cadamosto,* impressa na *Collecção de Noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas,* da Academia Real das Sciencias de Lisboa, tom. 2.º, n.º 1).

Anno de 1469

Neste anno de 1469 mandou el-Rei arrendar o commercio da costa de Africa a Fernam Gomes por cinco annos, e por 500 cruzados em cada anno, ficando reservado para a Corôa o marfim, e impondo-se ao arrendatario a obrigação de descobrir cada anno *cem leguas de costa*.

Fernam Gomes encarregou o descobrimento a João de Santarem, e Pedro de Escobar, criados de el-Rei, os quaes partirão em dous navios, levando hum delles por piloto Martim Fernandes de Lisboa, e o outro Alvaro Esteves de Lagos, *hum dos homens mais entendidos e acreditados em sua arte por aquelles tempos*,

Estes navegantes descobrirão o resgate do ouro, a que chamárão a *Mina,* e dizem alguns escriptores, que chegárão ao *cabo de Santa Catharina,* que os nossos antigos punhão a 2° de latitude austral. Outros porém dizem, que o cabo fôra descoberto por hum N. Sequeira, hum pouco mais tarde em 1471 (4).

Fernam Gomes, por conta do qual se faziam estes descobrimentos, teve depois o appellido *da Mina,* e por armas *hum escudo em campo de prata, com tres meios corpos de Ethiopes, ornados de collares de ouro ao pescoço, e arrecadas nas orelhas, e narizes.* Estimavão então os Portuguezes este genero de premios, com que os Principes honravão e perpetuavão o seu nome, e a memoria de seus serviços, e por isso erão tão frequentes entre elles as acções generosas, grandes, e uteis.

Annos de 1469 e 1471

Parece, que a algum destes annos, com pouca differença, se deve referir o descobrimento do *cabo,* que do nome do seu descobridor se chamou *de Lopo Gonsalves,* o qual fica ao norte do de *Santa Catharina,* a pouco menos de 1° austral, á bôca do *rio Gabam.*

Tambem alguns põem no anno de 1469, e outros em 1471 o descobrimento da ilha, que se chamou *Formosa,* no golfo de Guiné, e que depois tomou o nome de *ilha de Fernando Pó,* que foi o seu descobridor.

Finalmente as outras ilhas do *Corisco, Anno Bom, S. Thomé,* e *Principe,* parece natural terem sido descobertas pelos mesmos tempos, visto serem situadas naquelles mares, tão frequentados então dos navegantes

(4) O cabo de *Santa Catharina* foi descoberto por Ruy de Sequeira, Cavalleiro, criado de el-Rei D. Affonso V, que o descobrio em dia de Santa Catharina. (*Esmeraldo* de Duarte Pacheco, fol. 79.)

Portuguezes. He certo porém, que todas forão achadas em tempo de D. Affonso V (5).

N. B. As duas ilhas de *Fernando Pó*, e *Anno Bom* forão cedidas a Castella pelo artigo 13.º da Convenção ou Tractado de 11 de Março de 1778, e parece que o Gabinete de Madrid tinha em vista, por este meio, livrar-se da dependencia dos estrangeiros, que, por os Castelhanos não terem possessão alguma na costa de Africa, erão os que fornecião de negros as colonias Hespanholas da America.

Anno de 1471

Neste anno conquistou el-Rei D. Affonso V *Arzilla*, e *Tangere* na Mauritania, levando a esta expedição mais de 300 vasos de todos os portes, e cousa de 30:000 homens de guerra, e marinhagem.

Depois destas conquistas alterou el-Rei o seu dictado, e se intitulou: « *Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'além mar em Africa* » (6).

Este Principe entretido nas conquistas da Mauritania, e embaraçado depois com a mal fadada guerra de Castella, e com os outros pouco felizes successos que della

(5) Cabo *Formoso*, serra e ilha descobertas por Fernando Pó, Cavalleiro, criado de Affonso V, fol. 76. v. (e ella tomou o nome do descobridor).

Rio do *Guabam*, fol. 77, v., e ilha do *Corisco*.

Cabo de *Lopo Gonsalves*, tomou o nome do Capitão que o descobrio, e está *pontualmente* debaixo da linha, fol. 78.

Ilhas de *S. Thomé*, e do *Principe*, descobertas por D. João II, e povoadas, fol. 79.

O cabo de *Santa Catharina*, descoberto por Ruy de Sequeira em tempo de D. Affonso V, fol. 79.

(6) Vej. as *Dissertações Chronologicas e Criticas* do Sr. João Pedro Ribeiro, aonde trata *dos Titulos ou Dictados dos Soberanos de Portugal*, tom. 2.º, pag. 207; e Ruy de Pina, ahi citado, *Chronica de el-Rei D. Affonso V*, cap. 167.º

se originárão, não adiantou mais os descobrimentos. Os nossos escriptores dizem uniformemente, que no seu tempo se não passou do cabo de Santa Catharina.

El-Rei falleceo em 1481, e em seu lugar subio ao throno seu filho D. João II, cujo reinado se póde reputar como huma das épocas mais gloriosas dos nossos descobrimentos, e sem duvida a mais gloriosa deste *periodo*.

REINADO DE EL-REI D. JOÃO II, DESDE 1481 ATÉ OUTUBRO DE 1495

Annos de 1481 e 1482

El-Rei D. João II (denominado com razão pelos Portuguezes o *Principe Perfeito)* concebeo toda a extensão, e grandeza das idéas, e projectos de seu tio, o immortal Infante D. Henrique, e conheceo a fundo as grandes vantagens, que Portugal, e o mundo inteiro havia de tirar da sua execução. Assim, foi este hum dos principaes cuidados, e empenhos do seu saudoso, postoque infelizmente pouco dilatado governo.

Logo no anno de 1481, em que subio ao throno, mandou á costa de Africa Diogo de Azambuja, Commendador de Castello de Vide na Ordem de Aviz; o qual sahindo de Portugal em 12 de Dezembro com 10 caravelas e 2 urcas, aportou em *Guiné* a 19 de Janeiro do anno seguinte de 1482.

Sahio em terra a 20, e começou logo a levantar o castello, que el-Rei quiz se denominasse de *S. Jorge da Mina,* cujos materiaes hião apparelhados de Portugal.

Em roda deste castello se ajuntou logo huma povoação notavel, a que el-Rei deo o nome, e fôro de *cidade,* por Carta de 15 de Março de 1486.

O Azambuja assentou paz e commercio com *Cażamanza,* Rei daquella costa, e tentou (postoque sem effeito) persuadil-o a abraçar o christianismo.

(Garcia de Resende, *Chronica de el-Rei D. João II.)*

Anno de 1485

Neste anno despachou el-Rei a Diogo Cam aos descobrimentos da costa de Africa, aonde já tinha hido outra vez de seu mandado, no anno anterior de 1484, ou pouco antes.

O illustre navegador chegou na primeira viagem aos 13° latitude austral; descobrio o grande *rio Zaire*, e o reino de *Congo*, e collocou nessa paragem hum dos padrões, que para isso levava preparados.

Na segunda viagem adiantou até os 22° austraes, e collocou segundo padrão não longe do *Cabo Negro*.

Os padrões erão delineados por el-Rei. Constava cada hum de huma columna de pedra com 14 ou 15 palmos de altura, e em cima della huma cruz: tinha esculpidas as armas de Portugal, e dous letreiros, hum em lingua Portugueza, e outro em Latim, nos quaes se declarava o nome de el-Rei, a data do descobrimento, e o Capitão que o fizera, e ali collocára aquelle padrão.

Diogo Cam, e os Portuguezes que o acompanhavão, e com elle sahirão em terra no *Congo*, houverão-se de tal modo com o Rei que governava aquellas terras, que elle não só ficou inclinado a favorecer a religião christãa, mas tambem quiz que logo viessem a Portugal alguns dos seus para se instruirem, e doutrinarem na lingua, nos costumes, e nas artes dos Portuguezes; e pedia a el-Rei, que lhe mandasse ministros da religião, officiaes de algumas artes mecanicas, lavradores que lá ensinassem a amansar os bois, e a cultivar, e aproveitar as terras, mulheres que ensinassem a arte de amassar, e fabricar o pão, &c.

Os moços Conguezes, que o Rei mandou, chegárão a Portugal, e estiverão a aprender as primeiras letras na Caza de Santo Eloy até Dezembro de 1490, em que voltárão ao *Congo*, hindo juntamente alguns religiosos, va-

rios officiaes para a construcção de huma igreja, e para os exercicios de algumas artes, muitos ornamentos, e vasos sagrados, livros, &c.

Esta missão chegou ao *Congo* a 29 de Março de 1491. O Rei, a Rainha, e muitos dos grandes, e povo recebêrão o baptismo. Lançárão-se os fundamentos á igreja a 6 de Maio de 1491. Hum dos negros, que tinha vindo a Portugal começou logo a ensinar a ler, e escrever, &c. Finalmente a armada Portugueza voltou ao reino em 1492, ficando lá muitos Portuguezes, huns para o tracto do commercio, e para a defensão da fortaleza, que se levantára no paiz, e outros destinados particularmente por el-Rei para descobrirem o interior das terras; passarem, se possivel fosse, até o *Preste João* (de que aqui parecia terem-se achado novos indicios); indagarem os caminhos daquelle imperio, &c.

Por estes tempos, ou pouco depois, acrescentou el-Rei ao seu dictado o de *Senhor de Guiné,* intitulando-se: «*Rei de Portugal, e dos Algarves, d'aquem, e d'alem mar em Africa, Senhor de Guiné.*

(Vej. a respeito deste *Titulo,* ou *Dictado,* o que diz o Sr. João Pedro Ribeiro nas *Dissertações Chronologicas e Criticas,* tom. 2.°, pag. 207.)

Anno de 1486

No anno de 1486 descobrio João Affonso de Aveiro o reino, e terras de *Benin,* subindo pelo rio *Formoso.* D'ahi veio a primeira *pimenta de Guiné,* que sendo levada pelos Portuguezes a Flandres, foi muito bem acolhida, e estimada no commercio.

Os Governadores, e habitantes de *Azamor* na Mauritania, se mandárão submetter á obediencia de el-Rei de Portugal, obrigando-se a hum tributo annual.

Anno de 1486

Neste mesmo anno de 1486 sahio do Téjo a fausta, e feliz expedição mandada ao descobrimento do grande *cabo,* que termina a Africa ao sul, arrumado por alguns dos nossos antigos em 35°, e por outros em 34° e 30′ de latitude austral. Da qual expedição diz hum moderno geografo estrangeiro, que foi «*a mais delicada, e a mais difficil que se tem tentado nos tempos modernos*».

Encarregou o grande Rei D. João II esta tão importante, como arriscada empreza a Bartholomeu Dias, em cuja companhia forão seu irmão Pedro Dias, e Lopo Infante (que alguns chamão *João Infante),* cada hum em seu navio.

Corrêrão os illustres, e ousados navegadores a costa occidental desde o *Cabo Negro,* aonde tinha chegado Diogo Cam (como ha pouco dissemos), para o sul.

Aos 24° assentárão o padrão *Santiago* no lugar chamado *Serra Parda.*

A 29° descobrírão a *Angra das Voltas* (7), assim denominada das muitas voltas que os navegantes andárão dando nessa paragem por espaço de cinco dias.

Apartados deste lugar navegárão ao sul treze dias; e como começassem a sentir grandes frios, e tivessem já corrido por tanto tempo naquelle rumo, mandou Bartholomeu Dias demandar a terra pelo rumo de leste, cuidando que a costa ainda ali correria norte-sul.

Passados dias, e não se encontrando terra, mandou velejar ao norte, e nesta direcção foi ter á *Angra dos Vaqueiros,* a que deo este nome pelos que ahi virão pastoreando seus gados. Já os navegantes estavão *além do grande cabo,* que hião buscando, e que muito por largo tinhão rodeado sem o avistarem.

(7) E esta *Angra das Voltas* descobrio Bartholomeu Dias por mandado de el-Rei D. João, que Deos tem. Está (segundo este escriptor) em 29° e 20′. *(Esmeraldo,* fol. 87.)

Correndo ainda ávante pela costa na mesma direcção, chegárão a hum ilhéo, que denominárão da *Cruz*, pelo padrão que nelle collocárão a 33° e 45′ austraes (8).

Bartholomeu Dias mandou ainda navegar ávante, obra de 25 leguas, e chegárão com effeito ao *Rio do Infante*, a que derão este nome do appellido de hum dos navegadores. Os nossos antigos marinheiros arrumavão este rio em 32° e 20′ austraes.

Nesta paragem foi Bartholomeu Dias obrigado (com grande magoa sua) a retroceder, por a isso o forçarem os clamores da gente dos navios.

Retrocedeo com effeito, avistou o grande cabo, a que chamou das *Tormentas*, pelas que nelle experimentára, e ahi collocou o padrão *S. Filippe*.

Entrou finalmente em Portugal em Dezembro de 1487, havendo dezeseis mezes e dezesete dias que tinha sahido.

Dando conta da sua viagem a el-Rei, este grande Principe, com admiravel penetração de espirito, quasi presagiando o futuro, quiz que o *cabo* se chamasse da *Boa Esperança*, nome que conserva até ao dia de hoje, e que será em todas as idades, para o Monarca Portuguez, e para toda a nação, hum titulo incontestavel de gloria, superior ao despeito, ao baixo ciume, e á inveja dos estrangeiros.

Anno de 1487

Quando el-Rei D. João II mandava por mar descobrir o cabo da *Boa Esperança*, despachava tambem por terra,

(8) O padrão que Bartholomeu Dias collocou no ilhéo da Cruz era *de pedra, pouco mais alto que hum homem, com huma cruz em cima, e este padrão tem tres letreiros, hum em Latim, e outro em Arabigo, e o outro em nossa linguagem Portugueza, e todos tres dizem huma cousa: « I como el-Rei Dom João no anno N. S. Jesu Chr. de mil e cccc. e oitenta e oito annos, e em tantos annos da criação do mundo, mandou descobrir esta costa per Bertholameu Dias capitão*

e por differentes vias, varios descobridores, que tentassem chegar á India, penetrar até os estados do *Preste João,* indagar a possibilidade de navegar para aquellas partes, examinar os caminhos por onde vinhão as especiarias, e drogas orientaes, informar-se de alguma passagem pelo interior de Africa para a costa oriental, &c.

Entre estes viajantes descobridores são dignos de especial memoria os dous João Peres da Covilhãa, e Affonso de Paiva.

Pelo mesmo tempo, e annos seguintes entretinha el-Rei correspondencia com alguns Principes e Senhores de Africa, e mandava estabelecer feitoria Portugueza em *Huadem.*

Entre os descobridores, que forão ao interior, e virão *reinos e gentes até então desconhecidas,* ficárão em lembrança da historia os nomes de Pedro de Evora, e Gonçalo Annes mandados a *Tucurol,* e *Tombucutu;* Rodrigo Rebello, Pedro Reynel, e João Collaço a *Mandimanza,* a *Tamala dos Fulos,* ao *Rei de Songo,* e dos *Moses,* &c.

Em huma nota particular ajuntaremos as noticias, que se conservão nos escriptores, ácerca destas viagens.

Annos de 1487 e 1488

No mesmo anno de 1487, estando alguns Portuguezes na foz do *Sanagá* (Senegal), por elles mandou *Bemohi,* Rei negro de Gelofo, embaixada a el-Rei, com hum rico presente, de que fazião parte *cem escravos negros.*

No anno seguinte de 1488 veio o mesmo Principe em pessoa a Portugal, implorar o auxilio de el-Rei D. João II contra alguns seus vassallos rebeldes. Em Lisbóa recebeo o baptismo elle e outros senhores, que o acompanhavão; e quando quiz voltar a Africa, mandou el-Rei huma frota,

de seus navios», e este padrom parece do mar, quando homem está perto deste ilhéo, &c. (Duarte Pacheco.—*Esmeraldo,* de situ orbis.)

que o escoltasse, auxiliasse, e restituisse aos seus estados, e nella ecclesiasticos, que ensinassem e prégassem o Evangelho, e a doutrina christãa; obreiros, que edificassem hum templo, &c. E ordenou ao mesmo tempo, que na foz do *Sanagá* se levantasse huma fortaleza, por ser informado, que este rio passava por *Tombucutu,* e *Mombarce,* que erão as maiores feiras do interior, de que toda a Berberia de levante e poente se provia, e abastecia.

Como el-Rei tinha em diversas partes do *levante* pessoas encarregadas de o informarem, e avisarem de tudo quanto podesse ser conducente á execução das suas vastas idéas, o Santo Padre Innocencio VIII lhe enviou por estes annos hum Sacerdote Ethiope, recem-chegado da Ethiopia, e residente no Collegio de Santo Estevão dos Indianos em Roma, para dar informação a el-Rei das cousas do Preste João, de que tanto desejava noticias. Este Sacerdote se chamava *Lucas Marcos,* e tinha vindo a Roma de mandado do Imperador da Ethiopia sobre o Egypto, isto he, do proprio Principe a quem se applicava o nome de *Preste João.* El-Rei o recebeo, e acolheo com grande prazer, e depois de haver delle muitas importantes noticias, o despedio contente, e lhe deo cartas suas para o Imperador.

Anno de 1490

Em 1490 chegou João Peres da Covilhãa (vid. anno de 1487) á côrte da Abyssinia, sendo Imperador *Escander* (Alexandre), a quem entregou as cartas de el-Rei de Portugal.

El-Rei, logo que teve noticias certas daquellas partes, começou a preparar huma armada para hir ao descobrimento da India; ordenou o Regimento por que ella havia de governar-se; e designou para Capitão-Mór da expedição o grande Vasco da Gama, como refere o seu chronista Garcia de Rezende. A morte prevenio este Principe

no meio de seus gloriosos trabalhos, e o descobrimento ficou reservado para o seu successor.

No mesmo anno forão expugnadas na Mauritania as villas de *Targa,* e *Camice.*

Anno de 1491

A este anno, e aos nove seguintes até o de 1500, se devem referir as grandes viagens do Dr. Martim Lopes, Jurisconsulto, Filosofo, e Medico, pelas terras do norte da Europa, até aos confins desta parte do mundo, aonde confronta com a Asia. Destas viagens dá elle mesmo succinta noticia a el-Rei D. Manoel em carta que lhe escreveo de Roma no 1.º de Fevereiro de 1500, e que existe original no Archivo da Torre do Tombo, Corpo Chronologico, part. 1.ª, maç. 3.º, doc. 5.º

Anno de 1493

Neste anno aportou a Lisboa Christovão Colombo, já de volta do seu primeiro descobrimento, a que fôra debaixo dos auspicios dos Reis Catholicos.

Foi opinião mui corrente entre os nossos antigos, e referida por muitos escriptores nacionaes e estrangeiros, que o primeiro descobrimento do *Novo Mundo* fôra feito por hum piloto Portuguez, arrojado pelo temporal até ás terras occidentaes, o qual communicára a Colombo as suas cartas, notas, e derrota.

Pareceo-nos pois que esta memoria se devia aqui conservar tal como a recebemos dos antigos, sem comtudo ser nosso animo roubar ao navegador Genovez a sua gloria, ou diminuir hum só ponto da honrosa fama, e nome illustre, que tão justamente adquirio, e a historia lhe conserva.

No mesmo anno de 1493 mandou el-Rei povoar a ilha de *S. Thomé,* dando a capitania della de juro e herdade a Alvaro de Caminha, Cavalleiro da sua Caza, por Carta de 11 de Dezembro.

Anno de 1494

A 7 de Junho deste anno se assignou o celebre *Tractado de Tordesilhas* entre el-Rei de Portugal, e os Reis Catholicos, pelo qual se ajustou, que contando 370 leguas desde as ilhas de *Cabo Verde* para o occidente, e tirando por esse ponto huma linha imaginaria, que passasse pelos pólos da terra, e dividisse o globo em dois hemisferios, ficasse o occidental pertencendo aos Reis Catholicos, e o oriental aos Portuguezes, para nelles continuarem livremente os seus descobrimentos.

Anno de 1495

A 25 de Outubro deste anno de 1495 falleceo el-Rei D. João II, com o que terminámos o 2.º periodo do Indice dos nossos descobrimentos.

Não he aqui lugar proprio para fazer o elogio deste Soberano, a quem os Portuguezes, mui avisadamente, denominárão *o Grande,* e derão a qualificação de *Principe Perfeito.* Lembraremos tão sómente pelo que toca ao nosso assumpto:

Que em seu tempo se descobrio toda a costa occidental de Africa desde o cabo de *Santa Catharina* para o sul; se dobrou o grande cabo da *Boa Esperança,* e se passou ainda além delle até o rio do *Infante:*

Que no seu reinado se fundou o castello e cidade de *S. Jorge da Mina,* e se lançárão os primeiros fundamentos aos estabelecimentos do *Congo,* plantando-se ali a religião catholica, que depois foi em tanto crescimento, e introduzindo-se naquelles barbaros paizes as artes, os officios, e huma parte da civilisação europea:

Que este grande Rei não poupou diligencias algumas, nem despezas para obter por meio de viagens terrestres o conhecimento dos paizes orientaes, e das terras do interior da Africa, deixando por este modo ao seu successor as informações, e planos que tão uteis lhe forão para o progresso de nossas emprezas:

Que no tempo deste Principe, por sua ordem, e com auxilio de suas proprias luzes, e instrucção, os dous Astronomos Portuguezes Mestre Rodrigo, e Mestre José Hebreo, e o outro tambem habil Astronomo Martim Behaim conseguírão melhorar o instrumento nautico, de que usão os navegantes para tomar a altura do sol, com o que se facilitou muito a navegação pelo alto mar, e podérão os navios desviar-se das costas, que até então seguião com grandes delongas, e inconvenientes:

Que elle mesmo, com a grande intelligencia que tinha *em todos os officios, e em particular nas artelherias* (como se explica Rezende), achou, e inventou o modo de trazer *mui grossas bombardas em pequenas caravelas, cousa até então desconhecida,* conseguindo com isto defender as costas, e a navegação dos seus navios com menos despeza, e mais segurança:

Que foi elle o primeiro, que poz no mar huma náo de 1:000 toneladas, a maior, mais forte, e mais bem acabada, que até áquelle tempo se havia construido, armada de grossas bombardas, e outras artelherias, *e de tão forte, e basta liança, e tão grosso taboado, que a artelheria a não podia passar* (Rezende).

Tambem não parecerá improprio deste lugar, referir como este illustre Principe, já pelos annos de 1483, ordenára que seu primo D. Manoel, ainda então muito moço, e apenas com direito muito eventual ao throno Portuguez, a que depois subio, tomasse por diviza a *esfera do mundo,* que com effeito começou logo a usar, e conservou ainda depois de Rei. O que nos parece ser grande prova da

perspicacia, e penetração de el-Rei, das suas vastas idéas, e esperanças, e do presentimento que tinha dos futuros gloriosos feitos dos Portuguezes.

Este Principe, diz hum geografo estrangeiro moderno, fixou a soberania de Portugal em *Guiné,* região fecunda em ouro, marfim, e outras ricas producções; e legou á sua nação huma grande herança de gloria, abrindo caminho ás acções heroicas, que depois delle se praticárão na conquista maritima das Indias orientaes.

Finalmente ao tempo do seu fallecimento deixou quasi prompta a armada, que havia de hir ao descobrimento da India (como já dissemos), e muitas importantes memorias para ulterior execução de seus vastos projectos.

PERIODO 3.º

DESDE O ANNO DE 1495 ATÉ AO DE 1578

COMPREHENDE OS REINADOS DE EL-REI D. MANOEL, DE EL-REI D. JOÃO III, E DE EL-REI D. SEBASTIÃO

REINADO DE EL-REI D. MANOEL, 1495-1521

Anno de 1497

El-Rei D. Manoel, achando quasi prompta a armada, que seu antecessor apparelhára para o descobrimento da India, cuidou logo em expedil-a, tendo em pouco os obstaculos, que a ignorancia, e o timido receio lhe quizerão ainda oppor.

Constava a armada de tres náos, a saber:

1.ª A náo *S. Gabriel*, capitania, em que foi Vasco da Gama, Capitão-Mór da expedição: Piloto, Pedro de Alemquer, o mesmo que tinha hido com Bartholomeu Dias ao descobrimento do cabo da Boa Esperança.

2.ª A náo *S. Rafael*, Capitão, Paulo da Gama, irmão de Vasco da Gama: Piloto, João de Coimbra.

3.ª A náo *Berrio*, Capitão, Nicoláo Coelho: Piloto, Pedro de Escobar.

Hia mais huma barca com mantimentos: Capitão, Gonçalo Nunes.

Todos estes vasos levavão não mais que 160, ou 170 homens, tanto de armas, como de marinhagem, entre os quaes se nomêão Fernam Martins, e Martim Affonso, linguas, e tambem pilotos.

Esta pouco numerosa, mas ousada e feliz companha, sahio do Téjo em hum sabbado 8 de Julho de 1497.

Ao quinto mez de sua navegação, a 4 de Novembro, tambem dia de sabbado, descobrírão huma bahia, que denominárão *Angra de Santa Helena,* situada ainda na costa occidental, pouco antes de se chegar ao rosto do cabo. Aqui se demorárão doze dias, e na quinta-feira 16 de Novembro continuárão viagem.

A 22 de Novembro dobrárão o cabo da *Boa Esperança.*

A 25, dia de Santa Catharina, chegárão ao lugar, a que se deo o nome de *Agoada de S. Braz,* d'onde partirão a 8 de Dezembro.

A 25 de Dezembro avistárão a terra, a que se deo o nome de *terra de Natal,* com respeito á festividade do nascimento de Jesu-Christo. As antigas cartas Portuguezas punhão o principio desta *terra de Natal* em 32 $^1/_2$° austraes.

A 10 de Janeiro de 1498 descobrírão o *Rio dos Reis,* a que derão este nome, por ser então o oitavario da festa da Epiphania. Este rio se chamou tambem *Rio do Cobre,* e á terra se deo o nome de *terra da boa gente.* Os antigos a denotavão a 25°. O Gama deixou neste lugar dous degradados dos que levava para exploradores das terras barbaras, e continuou viagem a 15 de Janeiro.

A pouca distancia do *Rio dos Reis* denotárão a *Agoada da boa paz* em 24 $^1/_2$° austraes.

A 25 de Janeiro descobrírão hum rio grande, que denominárão *dos bons signaes,* pelos bons auspicios, que o Gama tirou de algumas circumstancias favoraveis á sua empreza. Aqui se deo pendor aos navios, e se collocou o padrão *S. Rafael,* e teve o Gama o desgosto de lhe morrer alguma gente por effeito de huma terrivel, e ascorosa doença. Passados trinta e dois dias, e deixando em terra outros dous degradados, continuárão a navegar a 24 de Fevereiro.

No 1.º de Março descobrírão quatro ilhas, e tomárão terra na de Moçambique, aonde collocárão o padrão *S. Jorge*. Levantárão ferro a 13 de Março, terça-feira.

No 1.º de Abril, hindo em demanda de *Quilôa*, a não podérão tomar, pelo que navegando ávante, chegárão a *Mombaça* a 7 de Abril, vespera de Ramos, e lançárão ferro á sua entrada. D'aqui sahirão a 13.

No dia 15 de Abril, que foi nesse anno *dia de Pascoa*, fundeárão em *Melinde*, aonde assentárão o padrão *Santo Espirito*. Está esta cidade em 3º austraes.

De *Melinde*, tomando piloto da terra, navegárão a 24 de Abril no rumo de nordeste, atravessando aquelle grande golfo.

A 20 de Maio de 1498 surgírão a duas leguas da cidade de *Calecut*, termo de sua navegação, e logo depois passárão ao proprio surgidouro da cidade, aonde collocárão o padrão *S. Gabriel*.

A 29 de Maio se avistou o grande Gama com o *Çamori*, entregou as cartas de el-Rei, e deo a sua embaixada.

Á volta de *Calecut* descobrírão ainda a ilha de *Anchediva*, e os ilhéos de *Santa Maria*, assim denominados do padrão, que ahi se collocou.

A 5 de Outubro de 1498 sahírão de Anchediva para Melinde; mas experimentando grandes calmarias, sómente chegárão a *Magadaxo* a 2 de Fevereiro, e a 7 surgírão em Melinde, anno de 1499.

A 20 de Março de 1499 dobrárão o cabo da *Boa Esperança*.

A 29 de Julho (alguns dizem de *Agosto*) entrou Vasco da Gama no Téjo, aonde já o esperava Nicoláo Coelho, que tinha chegado a 10 de Julho. Paulo da Gama ficou sepultado na ilha *Terceira*.

Foi o tempo da viagem e ausencia desta companhia de heroes dous annos e vinte e hum dias; e sómente chegárão vivos 55 homens.

O grandioso templo e mosteiro de *Belem*, erigido por el-Rei D. Manoel em acção de graças ao Céo pela felicidade do descobrimento da India, he hum monumento immortal da piedade do Monarca, e da gloria da nação Portugueza. Foi levantado no proprio lugar, em que o inclito Infante D. Henrique havia fundado huma ermida para d'ahi se administrarem os Sacramentos aos mareantes, e hum hospital para o tratamento dos enfermos. Ainda hoje se vê a estatua do illustre Infante sobre a porta principal, e as de el-Rei D. Manoel e da Rainha D. Maria em lugares mais secundarios.

El-Rei, logo que o Gama entrou em Lisboa, accrescentou o seu dictado, e denominou-se: «*Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'além mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e India*», &c. *Titulo tão honroso* (diz Damião de Goes), *quanto o he a mesma conquista!* Com elle se achão lavrados documentos posteriores a Agosto de 1499. E nesse mesmo anno mandou el-Rei lavrar os *portuguezes* de ouro com a legenda:

«*Emanuel Rex Portugaliae, Algarbiorum citra et ultra in Africa, et Dominus Guinae.*»

E ao redor das armas:

«*Conquista, Navegaçam, Commercio, Aethiopiae, Arabiae, Persiae, Indiae.*»

Anno de 1500

Pedro Alvares Cabral, mandado á India com huma grande armada de treze náos, sahio de Lisboa a 9 de Março deste anno; e engolfando-se muito com o fim (ao que parece) de se desviar da costa de Africa, e evitar as calmarias de Guiné, foi arrojado a huma costa desconhecida ao sudoeste, a qual avistou a 22 de Abril, quarta-feira da oitava da Pascoa, e nesse dia surgio a cousa de 6 leguas da

terra. Ahi deo o nome de ***Monte Pascoal*** a húm alto monte que se avistava, e á terra chamou a terra da ***Vera Cruz.***

Á 23 navegou para a terra, e lançou ancora em frente de hum pequeno rio, que Nicoláo Coelho foi examinar, achando gente mansa, e tratavel.

A 24 corrêrão a costa para o norte em busca de alguma boa abrigada, e achando lugar seguro para as náos, ahi lançárão ancora. Este he o que depois se chamou ***Porto Seguro,*** arrumado pelos nossos navegadores em 16° e 30′ austraes, ou em 16° e 40′.

A 26 de Abril, domingo, oitava da Pascoa, fez Cabral que houvesse missa, e prégação em terra, a que elle assistio com a gente da armada, e muitos dos naturaes, que fizerão grandes festas, e folias ao seu modo; e para esta solemnidade mandou levantar na praia huma grande cruz de madeira.

Estando aqui alguns dias, em que a armada se proveo de agoa e lenha, despachou Cabral hum dos seus navios, Capitão Gaspar de Lemos, para vir trazer a el-Rei a noticia daquelle novo descobrimento, e pondo em terra dous homens, que no reino tinhão sido condemnados á morte, e que levava para exploradores, seguio viagem para a India a 2 de Maio.

No cabo da Boa Esperança soffreo a armada subita, e horrivel tempestade, perdendo-se logo quatro náos, huma das quaes era commandada pelo illustre Bartholomeu Dias, que descobríra, e dobrára o mesmo cabo, e naquelles mares ficou sepultado, verificando-se á risca a profetica ameaça do fero Adamastor, quando disse:

> Aqui espero tomar, se não me engano,
> De quem me descobrio summa vingança.

Na costa oriental de Africa, esteve a armada em ***Moçambique, Quilóa,*** e ***Melinde;*** e na costa da Arabia, e Persia observou ***Magadaxo, Socotora, Julfar, Ormuz,*** &c.

Chegado á India sahio em *Anchediva*, passou a *Calecut*, entrou em *Cochim*, e *Cananor*, e voltando a Portugal em 1501, trouxe Embaixadores destes dous ultimos reinos.

Á volta lançou em *Melinde* dous Portuguezes, que trabalhassem por penetrar até á Abyssinia, e encarregou a Sancho de Toar de reconhecer *Çofala*, e informar-se do resgate do ouro, que ali se fazia.

Em *Besenegue*, junto a *Cabo Verde*, encontrou a expedição de tres navios, em que Americo Vespucio fazia a sua primeira viagem á *Terra de Santa Cruz* por ordem de el-Rei D. Manoel.

A Relação desta viagem de Cabral, escripta por hum piloto Portuguez, que nella hia, foi traduzida em latim por Archangelo Madrignano, e inserida no *Novus orbis regionum ac insularum, de Grineo*, tendo já sido vertida em Italiano, e mettida na collecção de *Ramusio* com o titulo: «*Navegação do Capitão Pedro Alvares Cabral, escripta por hum piloto Portuguez.*»

(Vej. esta Relação na *Collecção de Noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tom 2.º, num. 3; e a *Carta de Pedro Vaz Caminha a el-Rei D. Manoel*, na mesma Collecção, tom. 4.º, num. 3.)

Neste mesmo anno de 1500, Gaspar Côrte Real, nobre Portuguez, tentou investigar o ultimo termo da America septemtrional, e descobrir caminho para a India pelo pólo arctico.

Sahio do Téjo, na primavera, com dous navios, e chegou em sua navegação ainda além dos 60º de latitude norte. Descobrio, e correo toda a terra de *Labrador*, que tambem se ficou chamando *terra de Côrte Real*, e acima della a costa, que corre até o *Rio das Malvas*: descobrio

tambem a que chamou *terra,* ou *ilha dos Bacalhaos,* e algumas outras a ella proximas, que os antigos denominárão *Côrtes Reaes,* e mui provavelmente a pequena ilha à entrada do estreito de *Hudson,* que se chamou de *Caramilo,* corrompido este nome do Portuguez *caramelo (neve congelada).*

O illustre navegante, voltando ao reino, repetio a mesma viagem a 15 de Maio de 1501, e como não houvesse noticia delle, foi no anno seguinte de 1502 seu irmão Miguel de Côrte Real em busca delle, mas aconteceo-lhe a mesma má fortuna.

Em 1503 despachou el-Rei D. Manoel duas náos em busca de ambos, as quaes voltárão sem resultado algum.

Preparava-se ainda para repetir a mesma diligencia outro irmão mais velho, que os dous, por nome Vasco Eannes Côrte Real, do Conselho de el-Rei, Alcaide-Mór de Tavira, e Governador das ilhas de S. Jorge e Terceira; mas el-Rei não consentio que elle cumprisse o seu pio, e fraternal proposito.

Vasco Eannes, comtudo, teve o senhorio da *Terra Nova,* ou o titulo de *Capitão Donatario da Terra Nova de Côrtes Reaes,* o qual passou a D. Margarida Côrte Real, herdeira da caza, e por ella a seu marido D. Christovão de Moura, Conde, e depois Marquez de Castello Rodrigo, que tambem se chamou, e seus descendentes, Senhor da *Terra Nova.*

As cartas geograficas modernas não têem querido conservar a memoria do illustre Portuguez no nome de *Côrte Real,* dado ás terras por elle descobertas: mas Pinkerton, no seu *Compendio de Geografia moderna,* edição de 1811, não só diz, *que no anno de 1500, Côrte Real, Capitão Portuguez, buscou huma passagem ao norte, e descobrio o Labrador;* mas acrescenta em outro lugar, que «*a vasta extensão das costas, comprehendidas entre os 57 e 77° de longitude oeste de Paris, e entre os 52 e 62° de latitude*

septemtrional, foi chamada terra do Labrador por Córte Real, navegador Portuguez, que a descobrio em 1500». E Malte Brun, *Histoire de la Géografie,* liv. 32.°, não duvida dizer, *que a idéa de hum estreito ao norte da America, parece ter tido origem nas Relações, ainda mal conhecidas, de Gaspar Córte Real, navegador Portuguez.*

Anno de 1501

Neste anno, João da Nova, mandado á India por Capitão de quatro náos, e partindo de Lisboa a 5 de Março, descobrio a ilha da *Ascensão* a 20 $^1/_2$° austraes, e a cousa de 120 leguas da costa do Brazil, e a outra, que se ficou chamando *ilha de João da Nova,* ao oriente da Africa. Barros, dec. 1.ª, liv. 5.°, cap. 10.°, ediç. de 1628, diz que João da Nova, passados 8° além da linha para o sul, achára huma ilha, a que poserão nome de *Concepção.*

Voltando a Portugal, já no anno seguinte de 1502, descobrio a *ilha de Santa Helena* (tão famosa nos nossos dias) a 16°, ou 16 $^2/_3$° de latitude austral, a 450 leguas do *Cabo Negro* em Africa, e a 750 do *cabo de Santo Agostinho,* ponto mais oriental do Brazil, segundo Malte Brun.

Os Portuguezes nunca povoárão esta ilha; mas hum Portuguez, por nome Fernam Lopes, que por especial graça obteve viver ali em desterro, a povoou de varios animaes domesticos, como porcos, cabras, coelhos, perdizes, &c., e fez algumas plantações. Ácerca deste Fernam Lopes, e suas circumstancias, póde ver-se Castanheda, na *Historia da India,* liv. 3.°, cap. 69.° e 94.°

Neste mesmo anno de 1501 foi a primeira viagem, que Americo Vespucio, Florentino, fez por mandado de el-Rei de Portugal.

Sahio de Lisboa a 10 de Maio; correo a costa de Africa até *Cabo Verde*, e passando d'ahi a reconhecer as costas da *Terra de Santa Cruz*, que era o seu particular destino, navegou por ellas até ao *Rio da Prata*, chegando ainda á terra, que depois se chamou *dos Patagões*, d'onde voltou a Lisboa em Setembro de 1502.

(Vej. a *1.ª Carta de Americo Vespucio* na *Collecção de Noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tom. 2.º, num. 4.)

Anno de 1502

O grande D. Vasco da Gama voltou segunda vez á India com huma armada constante de vinte náos em tres divisões, parte das quaes havião de lá ficar em guarda dos mares.

Na sua passagem pela costa oriental de Africa fez tributario o Rei de *Quilóa*, primeiro Principe daquellas regiões, que pagou páreas a el-Rei de Portugal.

Na India assentou tratos de commercio com os Reis de *Cochim*, e *Cananor*, aonde já havia feitorias Portuguezas: e em *Cochim* recebeo embaixada dos Christãos de *Mangalor*, e de muitos outros lugares, que espontaneamente quizerão render vassallagem a el-Rei de Portugal, e se poserão debaixo da sua protecção, dizendo que haveria em todos os ditos lugares 30:000 Christãos, regidos por hum senhor.

Castigou severamente a perfidia, e trato doble do Imperador de *Calecut*, e voltando ao reino em 1503, apresentou a el-Rei, em acto solemne, o ouro do tributo de *Quilóa*, que o pio Monarca dedicou a Nossa Senhora de Belem n'huma rica Custodia.

Hum Portuguez, por nome Thomé Lopes, que Barbosa diz ser natural da cidade do Porto, escreveo esta viagem

com o titulo: «*Navegação ás Indias Orientaes*», de que foi parte e testemunha ocular.

(Vej. as *Noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tom. 2.º, num. 5.)

Anno de 1503

Antonio de Saldanha, hindo neste anno para a India, deixou o seu nome á *Agoada do Saldanha*, proxima ao cabo da Boa Esperança, tendo ahi pelejado com os barbaros. Neste mesmo lugar foi depois morto por elles o illustre Almeida, primeiro Vice-Rei da India, como em seu lugar notaremos (anno de 1510).

No mesmo anno navegárão para a India duas armadas, commandadas pelos dous Albuquerques, Francisco, e Affonso.

Na primeira hia Antão Lopes, mandado por el-Rei com embaixada ao Rei, ou Imperador dos Abexins; mas perdendo-se a náo, em que hia, ficou a embaixada sem effeito.

Francisco de Albuquerque restituio el-Rei de *Cochim* aos seus estados, de que havia sido expulso pelas armas de *Calecut:* fundou fortaleza em *Cochim*, e foi a primeira que levantámos na India; e quando d'ali se retirou, deixou em defeza daquelle reino o invicto heroe Duarte Pacheco Pereira, cujas espantosas façanhas são bem conhecidas na historia.

A segunda armada, commandada por Affonso de Albuquerque, teve hum successo semelhante ao de Pedro Alvares Cabral; porque de *Cabo Verde*, engolfando-se ao mar, avistou a ilha da *Ascensão*, e tocou a costa da *Terra de Santa Cruz*.

Chegado á India, entrou em *Coulam*, cidade ainda não conhecida dos Portuguezes, assentou paz, e amizade com o Rei, estabeleceo feitoria, e trato de commercio, e fez alguns ajustes em beneficio, e para protecção dos numerosos christãos que ali habitavão.

Neste mesmo anno despachou ainda el-Rei D. Manoel outra armada de seis náos, e nella fez sua segunda viagem Americo Vespucio.

As náos navegárão a *Cabo Verde*, e logo depois fazendo-se ao largo, pelo rumo de sudoeste, aos 3° da equinoccial para o sul, avistárão huma ilha, á qual foi mandada a náo, em que hia Americo, com o fim de examinar, se nella haveria porto, em que a armada ancorasse, e neste meio tempo soçobrou a náo capitania, salvando-se a gente.

A armada dividio-se nesta paragem, e Americo, que se mostra na sua Relação mui descontente do Capitão Portuguez, acaso porque este se não sujeitava á sua orgulhosa presumpção, nada mais diz do resto das náos. Elle porém na sua, com outra de conserva, navegou em demanda da *Terra de Santa Cruz*.

No fim de dezesete dias descobrio hum *porto, a que póz o nome de Bahia de todos os Santos*, aonde sahio em terra, e esteve sessenta e quatro dias.

D'aqui resolvêrão estas duas náos correr a costa, e chegárão a hum porto em 18° austraes.

Neste lugar estiverão cinco mezes, fundárão huma fortaleza, e a deixárão guarnecida com 24 homens, armas, 12 bombardas, e mantimento para seis mezes. E diz Americo, que neste lugar, e acompanhado de 30 homens, entrára pelo sertão a distancia de 40 leguas da costa.

D'aqui voltou a Lisboa, e entrou no Téjo em Junho de 1504.

N. B. Sobre esta, e a precedente viagem de Americo Vespucio, que notâmos ao anno de 1501, devem ver-se as «*Recherches historiques, critiques et bibliographiques sur Améric Vespuce*», pelo Sr. Visconde de Santarem. Paris, 1842, 8.º

Anno de 1504

Ruy Lourenço Ravasco, que fôra na armada do Saldanha, fez tributarios a Portugal os Reis de *Zanzibar*, e de *Mombaça*.

Diogo Fernandes Peteira (ou *Pereira)*, que da mesma armada se desgarrou, foi invernar a *Çocotorá*, aonde ainda não tinhão hido os Portuguezes.

El-Rei D. Manoel mandou ao *Congo* homens letrados, mestres de ler, e escrever, musicos, livros de doutrina christãa, paramentos sagrados, e outras cousas necessarias para se continuar a instrucção religiosa, e a civilisação daquelles povos. De lá vierão tambem muitos moços nobres a Lisboa para estudarem a religião, as letras, e os costumes Portuguezes.

(Osorio, Maffei, &c.)

Por estes tempos o Soldão do Egypto começou a publicar, que havia de destruir a Casa Santa de Jerusalem, o Sepulchro de Jesu-Christo, e o Mosteiro do *Monte Sinay*, e obrigar os Christãos dos seus estados a se fazerem Mahumetanos, se os Portuguezes não desistissem de suas emprezas na India. Estas ameaças vierão a ter o resultado, que se verá no anno de 1513.

Anno de 1505

El-Rei D. Manoel, informado das maquinações occultas, e pouco leaes da Republica de Veneza, e da manifesta

opposição do Soldão do Egypto, ligado com os Reis de *Calecut*, e de *Cambaya*, resolveo mandar á India hum grande Capitão, que com o titulo de *Vice-Rei*, dirigisse, promovesse, e defendesse os negocios da navegação, e commercio daquellas partes. E escolheo para este importante cargo o illustre D. Francisco de Almeida, o qual, acompanhado de huma poderosa armada de vinte e duas vélas, sahio do Téjo em Março deste anno.

Na sua passagem pela costa oriental de Africa expugnou *Quilóa*; dethronisou o Rei que recusava pagar as páreas estipuladas, e se mostrava inimigo dos Portuguezes; deo á cidade novo Rei, que elle mesmo coroou com grande solemnidade; e fundou a fortaleza, a que deo o nome de *Santiago*. El-Rei D. Manoel mandou depois debuxar o acto da coroação em ricas tapeçarias, que por muito tempo se conservárão.

Chegado á India fundou as fortalezas de *Anchediva*, e *Cananor*. Coroou solemnemente o Rei de *Cochim*, a quem el-Rei D. Manoel mandava huma rica corôa de ouro. Recebeo Embaixadores do Rei de *Narsinga*, e de outros Principes, e assentou com elles paz, amizade, e alliança.

Seu valeroso filho D. Lourenço de Almeida descobrio *Ceilão* (que Goes escreve *Zeiland*), de que os Portuguezes já tinhão noticia. Entrou no porto de *Gale*, e prometteo ao Rei defensão e protecção, com elle se obrigar ao tributo annual de 400 bahares de canella para el-Rei de Portugal.

Pedro de Anhaya fez vassallo, e tributario de Portugal o Rei de *Cofala*, e lançou ahi os fundamentos de huma fortaleza aos 21 de Setembro deste anno.

(Castanheda, liv. 2.º, cap. 11.º)

No mesmo anno se lançárão os fundamentos ao castello de *Santa Cruz*, no cabo de *Aguer*, na Mauritania, aonde

logo se formou huma notavel villa, que se denominou *Villa de Santa Cruz no cabo de Aguer.*

Anno de 1506

João Homem, Capitão de huma caravela, pertencente á armada do Vice-Rei D. Francisco de Almeida, descobrio, *antes de chegar ao Cabo da Boa Esperança, tres ilhas, a dez leguas humas das outras, a que pôz nomes Santa Maria da Graça, S. Jorge, e S. João.*

(Damião de Goes, *Chronica de el-Rei D. Manoel,* part. 2.ª, cap. 3.º)

Tristão da Cunha, hindo para a India, e tomando muito ao sul para dobrar o cabo da *Boa Esperança,* descobrio humas ilhas despovoadas, que do seu nome se ficárão chamando as *ilhas de Tristão da Cunha.*

Ruy Pereira Coutinho descobrio pela parte de dentro (occidental) a grande ilha de *Madagascar,* e pôz o nome de *Bahia Formosa,* á bahia em que primeiro entrou. Dando parte do descobrimento a Tristão da Cunha, partio este a reconhecer a terra. Tocou varios pontos da costa occidental, e chegando ao cabo da ilha em dia de *Natal,* lhe deo esse nome. A náo de João Gomes de Abreu dobrou este cabo, e correndo pela costa oriental foi dar na bôca de hum rio, na provincia de *Matatana,* aonde descendo em terra, e sendo necessario apartar-se a náo, ficárão alguns Portuguezes em terra.

(Castanheda, liv. 2.º, cap. 30.º e 31.º)

Ao mesmo tempo que as náos do commando de Tristão da Cunha descobrião *Madagascar* pela banda occidental, outras náos, que vinhão em frota para o reino, Capitão Fernam Soares, a descobrião pela parte oriental, avistando-a no 1.º de Fevereiro. Corrêrão á vista della dezesete dias, e tendo feito agoada e lenha, a passárão a 18 do mesmo mez. A esta ilha derão o nome de *S. Lourenço,*

por ser achada a 10 de Agosto pelos descobridores da parte occidental.

A 6 de Fevereiro de 1507 escrevia Affonso de Albuquerque a el-Rei D. Manoel com data de ***Moçambique,*** e já lhe falava do descobrimento da ilha de *S. **Lourenço.***

(Real Archivo, *Corpo Chronologico,* part. 1.ª, maç. 6.º, num. 8.)

Affonso de Albuquerque voltou neste anno á India, encarregado de tomar o cargo de Governador, logo que D. Francisco de Almeida acabasse o tempo do seu vice-reinado. Na passagem para a India embocou o ***Estreito*** *do golfo Arabico.*

No mesmo anno sahio da India para Portugal o primeiro elefante, que de lá veio, mandado a el-Rei pelo illustre Almeida.

No mesmo anno finalmente fundou Diogo de Azambuja, por ordem de el-Rei, o *Castello Real (Mazagão)* na *Mauritania.*

Anno de 1507

Neste anno descobrio D. Lourenço de Almeida as ilhas *Maldivas.*

Tristão da Cunha poz em *Melinde* hum Portuguez, por nome Fernam Gomes o Sardo (Castanheda diz *João Gomes ho jardo),* hum Mourisco Christão, chamado João Sanches, e hum Mouro de *Tunes,* por nome Cide Mahamede, mandados por el-Rei D. Manoel com cartas suas ao Imperador Abexi. O bom Rei de *Melinde* encarregou-se de lhes dar aviamento para a viagem; mas como o não podesse fazer com a segurança, que desejava, ficou a viagem sem effeito por aquelle caminho.

Tristão da Cunha, correndo a costa de *Ajan*, expugnou, e destruio *Oja* e *Brava*, e fez tributaria *Lamo*. Em *Brava* foi armado Cavalleiro pelo grande Albuquerque, que o acompanhava nestas expedições. D'ahi passou a *Çocotorá*, cuja fortaleza tomou, e reformou, dando-lhe o nome de *S. Miguel*, e deixando-a guarnecida de Portuguezes, e tendo ordenado o governo da ilha, partio para a India.

(Castanheda, liv. 2.º, cap. 36.º e 38.º; Goes, *Chronica de el-Rei D. Manoel.)*

Duarte de Mello fundou a fortaleza de *Moçambique*, e nella huma igreja, e hum hospital.

Affonso de Albuquerque correo a costa da *Arabia*, e *Persia:* assentou paz com *Calaiate;* expugnou *Curiate*, e *Mascate;* fez tributaria *Soar;* mandou saquear *Orfaçam*, que achou despejada de habitantes; e entrando em *Ormuz* fez o seu Rei vassallo, e tributario de Portugal, e começou a 24 de Outubro a levantar ali a fortaleza, a que pôz o nome *Nossa Senhora da Victoria.*

(Castanheda, liv. 2.º, cap. 53.º e seguintes; Goes, *Chronica de el-Rei D. Manoel.)*

No mesmo anno de 1507 os Portuguezes, commandados por Diogo de Azambuja, entrárão na cidade de *Azaafi* (que nós chamâmos *Çafim)*, na *Mauritania Tingitana*, da qual se assenhoreárão completamente no anno seguinte de 1508.

Guerra que o Rei de *Cananor* faz aos nossos. Cerco da

nossa fortaleza, defendida valerosamente pelos Portuguezes, Capitão Lourenço de Brito.

(Castanheda, liv. 2.º, cap. 45.º e 52.º)

Annos de 1508 e 1509

No anno de 1508 foi Diogo Lopes de Sequeira mandado por el-Rei a reconhecer a ilha de *Madagascar*, e a descobrir *Malaca*.

Chegou á ilha a 4 de Agosto. A 10 avistou na parte oriental hum cabo, a que pôz nome de *S. Lourenço*. Tocou algumas ilhas, aonde achou Portuguezes, que ali tinhão naufragado. Entrou no porto de *Torumbaia*, aonde se vio com o senhor da terra, e achou outro Portuguez. D'aqui navegou a outras ilhas, que denominou de *Santa Clara*, e nellas fez provisões. Passou ao reino de *Matatana*, aonde sahio em terra, e chegando ao rio que tem o mesmo nome, tambem ahi achou Portuguezes. Correo ainda ao longo da costa, por onde vio muitas povoações, até chegar a huma grande bahia, que denominou de *S. Sebastião*, pola ter descoberto a 20 de Janeiro de 1509. D'aqui partio para a India, e chegou a *Cochim* a 21 de Abril de 1509.

Em Agosto do mesmo anno de 1509 navegou ao descobrimento de *Malaca*, conforme as ordens que tinha de el-Rei D. Manoel. Passadas as ilhas de *Niçuar*, foi ter a *Pedir*, e a *Pacém*, na ilha de *Çamatra*, e em ambas cidades levantou padrões, depois de ter assentado capitulações de paz com os seus Reis. D'ahi navegando foi surgir a 11 de Setembro em *Malaca*, cidade principal da peninsula do mesmo nome, e grande emporio de todo o oriente, arrumada pelos escriptores Portuguezes em 2 ½º latitude septemtrional. Em *Malaca* assentou artigos de paz e commercio com o Rei, e estabeleceo feitoria. Nesta expedição hia Fernam de Magalhães.

Os tres mensageiros de el-Rei, que Tristão da Cunha pôz em *Melinde* para passarem á *Abyssinia*, e que por ali não podêrão penetrar (vej. anno de 1507), forão em 1508 ter com Albuquerque, que andava no cabo de *Guardafui*. Elle os pôz em hum lugar a tres leguas do cabo, d'onde, levando tambem cartas de Albuquerque, penetrárão com effeito até á côrte do *Abexi*, aonde reinava David, e por sua menoridade governava sua avó Helena. Desde então resolvêrão estes Principes mandar hum embaixador a Portugal, e derão este cargo ao Armenio Mattheus, de que a seu tempo se dirá (anno de 1514).

(Castanheda, liv. 2.º, cap. 85.º)

Em dia de S. Braz, 3 de Fevereiro de 1509, foi a grande batalha naval, em que o insigne Vice-Rei D. Francisco de Almeida venceo a armada do Soldão do Egypto, combinada com a de *Calecut*, e de *Cambaya*, e afugentou da India os Rumes destroçados. Assentou então pazes com Melique-As, senhor de *Diu:* confirmou as que tinhamos com o Rei de *Chaul*, de quem recebeo as páreas, dandolhe carta de vassallagem: avistou-se com o Rei de *Onôr*, e augmentou o tributo, que já pagava a Portugal: fez vassallo de Portugal o Rei de *Baticala*, e lhe impoz tambem tributo. Finalmente recolheo-se a *Cochim*, e pouco depois entregou o governo da India a Affonso de Albuquerque, que para elle fôra nomeado, como já indicámos ao anno de 1506.

De volta para Portugal, já no anno de 1510, e no 1.º de Março, foi este insigne Capitão morto cruelmente pelos barbaros na *Agoada do Saldanha*, aonde sahíra em terra: verificando-se nelle tambem aquella terrivel ameaça do implacavel Adamastor:

> E do primeiro illustre, que a ventura
> Com fama alta fizer tocar os ceos
> Serei eterna, e nova sepultura.

Additamento

Em 1508 [illegible] Tristão da Cunha de *Moçambique*, de volta para [illegible] a 1.º de Janeiro, e *de caminho desco-* [illegible] (diz Castanheda, liv. 2.º, cap. 84.º
N. B. Duas ilhas tem o mesmo nome *da Ascensão*, huma em [illegible] sul, a 120 legoas da costa do Brazil, [illegible] João da Nova em 1501, de que falámos a esse anno; [illegible] mar da Ethiopia a 8° sul, e a 6°. 48' [illegible] que deve ser esta de que fala Castanheda.

Pimentel, *Arte de navegar*.

Anno de 1510

Mandou el-Rei tres armadas ao Oriente, constantes todas tres de quatorze naos.

Huma destas armadas, de que era Capitão João Serrão, hia encarregada de assentar paz, e amizade com os Reis de *Matatana*, e *Turumbaia* na ilha de *S. Lourenço (Madagascar)*, e fazer ajustes de commercio.

João Serrão entrou no porto de *Antepara*, no reino de *Turumbaia*; foi aos ilhéos de *Santa Clara*, entrou no rio de *Monaibo*, e tomou outros portos da ilha: mas *não achando as especiarias que buscara* (diz Goes), *partio para a India.*

Neste anno, a 25 de Novembro, dia de Santa Catharina, expugnou, e conquistou Affonso de Albuquerque a cidade de *Gôa*, na costa occidental da India áquem do *Ganges*, reino do *Dekham*.

(Castanheda, Barros, Goes, &c.)

Alli levantou logo fortaleza: bateo moeda de ouro, prata, e cobre: cazou muitos Portuguezes com moças naturaes da terra, fazendo a todos mercês, e distribuindo-

lhes terras, e palmares: organisou o governo municipal, e deo sabias providencias para conservação, augmento, povoação, e policia de huma cidade, que no seu pensamento era já destinada para assento do governo Portuguez, e capital do imperio lusitano oriental.

Os Reis de *Baticala,* de *Chaul,* de *Narsinga,* o Çamori de *Calecut,* o Rei de *Cambaya,* e outros Principes lhe mandárão por seus embaixadores os emboras da victoria.

No muro da nova fortaleza mandava o inclito Capitão metter huma lapida, em que fizera gravar os nomes dos Capitães, que forão com elle na empreza d'aquella conquista. Como porém os proprios Capitães entrassem em discordias, e ciumes sobre as preferencias dos nomes, Albuquerque mandou voltar a face da pedra para o interior da muralha, e ordenou, que na face exterior se gravassem aquellas palavras:

LAPIDEM QUEM REPROBAVERUNT ÆDIFICANTES.
PEDRA REPROVADA PELOS EDIFICADORES.

Anno de 1511

No mez de Agosto deste anno expugnou, e conquistou Affonso de Albuquerque a grande cidade de *Malaca,* cujo Rei havia intentado perfidamente dar a morte a Diogo Lopes de Sequeira, depois de ter assentado com elle paz, e commercio, como dissemos ao anno de 1509.

Levantou logo fortaleza; bateo moeda de ouro, prata, e estanho; e ordenou as cousas do governo, e administração publica com singular prudencia, e discrição.

Immediatamente despachou embaixadores, e descobridores para differentes partes daquelle remoto oriente, para *Sião, Maluco, Pegú, Jahua,* e *China.*

1.º Para assentar o trato de *Maluco* mandou tres náos, e hum junco. Nas náos hião Antonio de Abreu, Capitão-Mór da armada, e Francisco Serrão, e Simão Affonso: no

[illegible] um Mouro, que costumava nave-
gar para *Ja*[illegible] Portugal. Huma das
[illegible] as quais forão ter á ilha
[illegible] mezes. Voltando a *Ma-*
[illegible] tanto pela demora das
[illegible] recebêrão de *Maluco*
[illegible] e ali mesmo to-
marão [illegible] enviou ao Rei de *Ma-*
[illegible] [illegible]querque.

Nesta viagem [illegible] de 1512 descobrio Antonio de A[illegible] e Francisco Serrão passou a *Ternate* huma das *Molucas*.

2.º Ao Rei de *Siam* mandou Albuquerque cartas, e re[illegible] por Duarte Fernandes: e como o Rei recebesse bem [illegible], mandasse embaixada a Albuquerque com [illegible] presentes, e com carta para el-Rei de Portugal. Albuquerque lhe correspondeo, enviando a [illegible] de *Siam*, por embaixadores Antonio de Miranda de Azevedo e Duarte Coelho.

3.º Ao *Pegu* foi mandado Ruy da Cunha (que outros chamão Gomes da Cunha), o qual assentou ajustes de paz com o Rei, &c.

Pelo mesmo tempo recebia Albuquerque em *Malaca* embaixadores de hum Rei da *Jáoa*, do Rei de *Campar*, de hum dos Reis da ilha de *Camatra*, e de outros Reis, e senhores do sertão, e das ilhas vizinhas, parte dos quaes se fizerão vassallos, e parte amigos, e confederados de el-Rei de Portugal.

(Castanheda, liv. 3.º da *Historia da India*: e Goes, na *Chronica de el-Rei D. Manoel*.)

Ao tempo, que Albuquerque sahio de *Malaca* para a India, encommendou muito ao Capitão que ali deixou, e depois ao seu successor, *que não partisse navio de mercadores daquella cidade, onde não fosse hum Portuguez, homem de bom espirito, e discrição, para trazer infor-*

mação do que visse, e ouvisse daquellas regiões, e tantas mil ilhas como aquelle mar oriental tem.
(Barros, dec. 3.ª, liv. 2.º, cap. 6.º, &c.)

Annos de 1512 e 1513

Albuquerque voltando á India, recebeo embaixadores do Rei de *Visapor* (ou *Vigapor)*, do *Çabaimdalkan*, do Rei de *Cambaya*, &c.

Recebeo tambem o Armenio *Mattheus*, embaixador do *Abexi*, que vinha para passar a Portugal com cartas, e recados daquelle Principe; e outro embaixador do Rei de *Ormuz*, que vinha com o mesmo destino.

Nos fins de 1512, e principios de 1513, ajustou capitulações de paz com o *Çamori* de *Calecut*, o qual consentio que ali fundassemos logo fortaleza, e despachou dous embaixadores seus a Lisboa.

Restituio o Rei das *Maldivas* á posse de algumas ilhas, que lhe andavão usurpadas, e o Rei se fez vassallo, e tributario de Portugal.

Navegou depois para o golfo Arabico, e entrou as suas portas pela parte da Arabia: tomou a ilha de *Camaram*: collocou hum padrão na ilha de *Mehum*, ás portas do Estreito, com a denominação de *Vera-Cruz;* e mandou Ruy Galvam, e João Gomes a descobrir *Zeila*.

No mesmo anno de 1513 foi enviado ao Albuquerque hum Judeo Portuguez do *Cairo*, morador em *Jerusalem*, mandado pelo Guardião do convento de S. Francisco da Santa Cidade, para o avisar das ameaças que fazia o Soldão do *Egypto*, das quaes já falámos no anno de 1504. Albuquerque dirigio este mensageiro a Portugal, aonde el-Rei recebeo, ou tinha recebido outros semelhantes avisos por via de Roma, e por cartas do Santo Padre, que parecia mui assustado daquellas ameaças. El-Rei D. Manoel respondeo com a dignidade que devia, desprezando

os feros, e ameaças do Soldão. Dizia ao Papa, que sentia muito não ter dado ao Soldão mais, e maiores motivos de seu desgosto, e queixumes, &c. E foi continuando em seu plano.

(Goes, *Chronica de el-Rei D. Manoel*, part. 1.ª, cap. 93.º, &c.)

A este anno de 1513 reduzimos o descobrimento da ilha de *Mascarenhas*, a éste de *Madagascar;* porque constando que ella fôra descoberta por Pedro de Mascarenhas, de cujo appellido tomou o nome, não sabemos que este fidalgo passasse á India senão em 1511, chegando a *Moçambique* em 1512; pelo que ou nesse mesmo anno, ou no de 1513 a descobriria, segundo nossa conjectura. Comtudo alguns geografos estrangeiros a suppõem descoberta em 1505, e Malte Brun assigna ao descobrimento o anno de 1545, no que parece haver manifesto engano.

Esta ilha he a mesma, que os Francezes chamárão de *Bourbon*, quando della se apossárão; mudança de nome, que sómente póde servir para escurecer a memoria do descobridor; mas não nos admiremos. Esta mesma ilha, a que os Francezes tirárão o nome de *Mascarenhas*, e derão o de *Bourbon*, foi por elles mesmos, e no espaço de poucos annos, chamada *ilha da Reunião*; logo depois *ilha Bonaparte;* mais depois outra vez *ilha de Bourbon;* e ao presente deverá admirar, que se lhe não tenha dado o nome de *ilha de Òrleans!* Os Portuguezes a povoárão de animaes domesticos, e muitas vezes hião ali as náos prover-se de refresco.

Anno de 1513

Os Portuguezes commandados pelo Duque de Bragança D. Jayme, conquistárão neste anno *Azamor*, *Tite*, e *Almedina*, na *Mauritania Tingitana*, sobre a costa do Atlantico.

Diz Damião de Goes, que a armada constava de mais de

quatrocentas vélas de todos os portes, e que hião nella 18:000 infantes, e 2:500 cavallos, além da gente da manobra e serviço do mar. Esta grande armada apromptou-se em quatro mezes e meio.

Anno de 1514

Mandou el-Rei ao oriente duas náos, Capitães Luiz Figueira, e Pedro Yañes Francês, com o determinado intento de concertarem ajustes de commercio com os habitantes da ilha de *S. Lourenço*, e levantarem fortaleza em *Matatana*. Os dous Capitães estiverão cousa de seis mezes neste porto; mas retirarão-se sem outro effeito.

Em Fevereiro deste anno recebeo el-Rei em Lisboa o Armenio Mattheus, embaixador de David, Rei da *Ethiopia sobre o Egypto*, com cartas deste Principe, e de sua avó Helena. Mattheus tinha precedentemente chegado a *Góa* para d'ali vir a Portugal, e dava noticia de tres Portuguezes, que estavão na *Ethiopia*, hum, por nome João, que *havia muito tempo tinha sido mandado por hum Rei de Portugal*, e os outros dous, que de pouco tempo tinhão lá chegado.

Recebeo tambem el-Rei o embaixador do Rei de *Ormuz*.

Veio a Lisboa hum Naire mandado a el-Rei pelo *Çamori* de *Calecut* para aprender a lingua Portugueza, e andar na côrte, e ver os costumes Portuguezes. Este Naire recebeo o baptismo, e tomou o nome de D. João.

Neste mesmo anno, em hum domingo, 12 de Março, foi apresentado ao Papa Leão X, em nome de el-Rei de Portugal, hum riquissimo presente *(insolita ac prorsus magnifica munera)*, em que hião muitas cousas ricas e preciosas da Azia, e algumas curiosidades daquellas ter-

ras, como era, por exemplo, hum elefante governado por hum Indio, e hum cavallo Persio com sua onça de caça, dadiva do Rei de *Ormuz*, &c. Foi embaixador de el-Rei a Roma Tristão da Cunha, assistido dos Doutores Diogo Pacheco, e João de Faria, e levando por Secretario da embaixada Garcia de Rezende.

Anno de 1515

Neste anno o grande Albuquerque pôz definitivamente á obediencia de el-Rei de Portugal a importante cidade de *Ormuz:* recebeo nella com grande solemnidade o embaixador do Schach Ismael, Rei da *Persia;* e mandou com o mesmo caracter á côrte de *Ispahan* Fernam Gomes de Lemos, senhor da *Trofa.*

Fernam Gomes já estava de volta na India em 1517, e de *Cochim* mandou a el-Rei *hum livro em que dava conta da sua embaixada, e do caminho que fizera.*

Neste mesmo anno, o grande Affonso de Albuquerque, este não menos homem de estado, que insigne Capitão, vindo de *Ormuz* para *Góa,* falleceo no mar á vista de *Góa,* em domingo 16 de Dezembro, aos sessenta e tres annos de sua idade.

Nos seis annos do seu governo fundou, e firmou o imperio Portuguez do oriente pela conquista dos tres importantes pontos de *Góa, Malaca,* e *Ormuz,* que na sua vasta idéa abrangião todo o commercio do oriente, e fazião os Portuguezes senhores de seus mares, e de suas ricas, e variadas producções.

Malaca era o emporio geral a que concorria o *cravo* das *Molucas,* a *noz* de *Banda,* o *sandalo* de *Timor,* a *canfora* de *Borneo,* o *ouro* de *Çamatra,* e do *Lequio,* e as

gommas, aromas, e mais mercadorias preciosas da *China*, do *Japão*, de *Siam*, de *Pegú*, &c.

Góa reunia ao que lhe vinha de *Malaca* os estofos de *Bengala*, as perolas de *Kalckar*, os diamantes de *Narsinga*, a canella, e rubis de *Ceilão*, a pimenta, gengibre, e outras especiarias do *Malabar*, que até então enriquecião *Calecut*, *Cambaya*, e *Ormuz*.

Ormuz finalmente era como entreposto, aonde se depositavão todas as producções da India, e mais paizes orientaes para d'ahi passarem pelo golfo Persico a *Bassora*, e logo em caravanas á *Armenia*, *Trebisonda*, *Alepo*, *Damasco*, &c.

Já dissemos muito em summa, como este grande homem estendeo, e ampliou em todo o oriente o nome Portuguez, mandando embaixadores, e descobridores aos paizes mais remotos, ajustando pazes, e commercio com muitos Principes, e recebendo de todos elles testemunhos de respeito. Muitos delles derão mostras de grande sentimento pela sua morte, e alguns tomárão lucto por ella... Nunca a inveja, e a ingratidão sacrificárão mais illustre victima!

Albuquerque era mui douto nos estudos astronomicos, cosmograficos, e nauticos, como educado, que fôra na escola Portugueza daquelles felices, e saudosos tempos; e frequentes vezes propunha difficeis problemas nestas sciencias ao grande geometra Portuguez Pedro Nunes.

Alguns escriptores estrangeiros lhe attribuem o pensamento, e projecto de derivar o *Nilo* para o golfo Arabico, com o fim de dar hum grande golpe no poder do Soldão do *Egypto*.

Hum filho deste illustre Capitão, por nome Braz de Albuquerque, a quem el-Rei D. Manoel mandou tomar o nome de *Affonso* em memoria de seu pai, escreveo: « *Commentarios de Affonso de Albuquerque* », que se imprimirão em Lisboa em 1576, em fol.

Anno de 1516

O primeiro Portuguez (diz hum escriptor antigo), que descobrio o reino da *Cauchinchina* foi Duarte Coelho, aos dezoito annos da nossa entrada na India, deixando em memoria disso hum padrão com o seu nome, e tempo do descobrimento. Este fidalgo teve depois em remuneração dos seus serviços da India as terras da capitania de Pernambuco no Brazil, que começou a povoar, quando se resolveo a colonisação daquelle grande continente, como em seu lugar tocaremos.

Neste anno de 1516 acabou de escrever o seu *livro* Duarte Barbosa, descrevendo nelle a maior parte de nossos descobrimentos, e os lugares, e portos desde o cabo de *S. Sebastião* até aos *Lequios*, &c.

(Vej. a edição da Academia Real das Sciencias, que o imprimio em 1813.)

Não se nos estranhará, que façamos aqui menção de *tres nobres Sarmatas*, que movidos da grande fama, que corria do nome de el-Rei D. Manoel entre aquelles povos, vierão a Lisboa com o unico intento de verem hum tão grande Principe, e de receberem delle a Ordem da Cavallaria. El-Rei os armou Cavalleiros neste anno de 1516, e com generosas dadivas os despedio contentes. Isto prova (a nosso parecer) o brado, que davão pela Europa os nossos descobrimentos, e navegações, que os escriptores estrangeiros tratão hoje com tanto desdem, e quasi desprezo.

(Goes, *Chronica de el-Rei D. Manoel.)*

Anno de 1517

Fernam Peres de Andrade, mandado á *China,* tocou *Pacém* na ilha de *Çamatra,* onde os Portuguezes já tinhão commercio; assentou pazes com o Rei de *Patane,* e neste anno de 1517 passou á *China,* aportando primeiro á ilha de *Tamou,* a pouca distancia do continente daquelle grande imperio. Chegando ao continente fez ajustes de paz, e commercio com os Governadores de *Cantam,* e lançou em terra o embaixador, que levava com esse destino, por nome Thomé Pires, o qual depois de quatro mezes de caminho entrou na côrte de *Nanquim.* Fernam Mendes Pinto ainda encontrou na *China* huma filha deste embaixador, e hum Vasco Calvo, que o tinha acompanhado na sua infeliz missão.

(Vej. as *Peregrinações de Fernam Mendes Pinto,* cap. 91.° e 116.°)

Fernam Peres de Andrade voltou da *China* com Simão de Alcaçova, e Jorge Mascarenhas, e chegou á India em 1519.

(Vej. Castanheda, liv. 4.°, cap. 27.° e seguintes, e liv. 5.°, cap. 80.°, &c.)

Neste mesmo anno foi expugnada, e destruida a cidade de *Zeila* ás portas do estreito do *golfo Arabico,* da parte de Africa.

(Livro de Duarte Barbosa, art. *Zeila.)*

O Schá da *Persia* mandou embaixador a Portugal pedindo a el-Rei a sua amizade, e annunciando as disposições, em que estava, de ligar-se com Sua Alteza contra os Turcos inimigos de ambos. Pelo mesmo tempo chegavão avisos dos Cavalleiros de *Rhodes,* prevenindo a el-Rei

da armada, que se aprestava no *Egypto* contra os Portuguezes da India.

No mesmo anno falleceo na ilha de *Camaram*, dentro do *golfo Arabico*, Duarte Galvão, mandado por el-Rei D. Manoel como seu embaixador á *Abyssinia*, onde não chegou a entrar.

Depois de Fernam Peres estar em *Cantam*, foi Jorge Mascarenhas, de seu mandado, descobrir *huma terra mui grande* ao sueste, que se chamava *Lequia*.

(Castanheda, *Historia da India*, liv. 4.º, cap. 40.º— Vej. adiante anno de 1544.)

Anno de 1518

Duarte Coelho de Albuquerque (de quem já falámos aos annos de 1511 e 1516) assentou paz, e commercio com o Rei de *Siam*, e levantou na côrte de *Hodiá* hum padrão com as quinas Portuguezas.

(Barros, dec. 3.ª, liv. 2.º, cap. 1.º)

Passou depois ao reino de *Pam*, cujo Rei se fez tributario a Portugal, como d'antes o era ao Rei de *Malaca*.

(Ibidem.)

Fundou-se em *Columbo* fortaleza.

(Castanheda, liv. 4.º, cap. 42.º e 43.º)

O Papa Leão X concedeo por hum seu Breve, que se podessem ordenar de Sacerdotes os Ethiopes, e Indios, que concorrião em Lisboa, a fim de serem uteis á religião, quando voltassem a suas patrias.

Em Dezembro deste anno de 1518 foi despachado D. Tristão de Menezes a *Maluco* com cartas, e presentes de el-Rei de Portugal para os Reis daquellas ilhas, e para assentar com elles o trato do cravo.

(Castanheda, liv. 4.º, cap. 47.º)

Anno de 1519

Antonio Corrêa ajustou paz, e amizade com o Rei de *Pegú.*

(*Breve discurso em que se conta a conquista de Pegú pelos Portuguezes*, edição de 1829, 12.)

A 10 de Agosto deste anno começou a sua famosa viagem o illustre Cavalleiro Portuguez Fernam de Magalhães, que por desgosto se desnaturalisou de Portugal, e foi offerecer seus serviços a Castella.

A derrota, e os varios successos da armada podem ver-se no *Roteiro*, ha pouco impresso na *Collecção de noticias para a historia, e geografia das nações ultramarinas*, da Academia Real das Sciencias de Lisboa, vol. 4.°, num. 2, que nos dispensa de aqui repetirmos a sua descripção.

Das cinco náos, de que constava a armada, huma só voltou á Europa, e a Sevilha, a náo *Victoria, a primeira que fez hum giro inteiro á roda do globo da terra.* O insigne, e intrepido Capitão foi morto em huma das *Filippinas,* sem ter o gosto de ver o fim á sua arrojada empreza.

Duarte Resende, que então servia de Feitor de Portugal em *Ternate,* e que teve em sua mão os papeis, e roteiros da viagem, escreveo hum *Tratado da navegação de Fernam de Magalhães*, que offereceo a João de Barros.

Anno de 1520

O Governador da India, hindo ao *golfo Arabico,* sondou, e medio o porto, e ilha de *Maçuá,* aonde el-Rei mandava levantar fortaleza. Ajustou paz, e amizade com o *Barna-*

gaes, que pelo Abexi governava aquella provincia, e entregou o embaixador de *Ethiopia* Mattheus, que em 1515 tinha sahido de Lisboa em companhia de Duarte Galvão, e que só agora pôde ser restituido á *Abyssinia* no porto de *Arquico*.

Ahi mesmo sahio em terra D. Rodrigo de Lima, mandado embaixador de el-Rei á *Abyssinia*, por ter fallecido Duarte Galvão, como notámos ao anno de 1517.

Com D. Rodrigo foi, entre outros Portuguezes, o Padre Francisco Alvares, que havia sahido de Portugal com Galvão, como Capellão da embaixada, e depois escreveo: «*Verdadeira informação das terras do Preste João das Indias*», obra que se imprimio em Lisboa em 1540, e se traduzio em varias linguas.

Anno de 1521

Neste anno despachou el-Rei tres náos, Capitão Mór Sebastião de Sousa de Elvas, com ordem de hir á ilha de *S. Lourenço*, e levantar fortaleza no porto de *Matatana*. Este projecto não teve execução, por se haver desgarrado o navio, que levava os materiaes da obra.

O Rei de *Pacém*, restituido pelas armas Portuguezas aos seus estados, que lhe andavão usurpados, fez-se tributario a Portugal, e consentio que os Portuguezes levantassem fortaleza no seu porto. Foi Capitão desta expedição Jorge de Albuquerque.

Antonio Corrêa, com alguns Portuguezes, restituio a ilha de *Baharem*, no golfo *Persico*, á vassallagem do Rei de *Ormuz*, matando em guerra o Rei usurpador. Por esta expedição teve Antonio Corrêa o appellido de *Baharem*, e no seu escudo de armas *huma cabeça de Mouro coroada, cortada em vermelho, com corôa de ouro*.

(Castanheda, liv. 5.º, cap. 59.º; Goes, &c.)

Fundou-se a fortaleza de *Chaul*.

Neste mesmo anno de 1521, querendo el-Rei D. Manoel executar hum projecto, que muito d'antes tinha meditado, mandou ao *Congo* Gregorio de Quadra com ordem de investigar o caminho de *Congo* para *Abyssinia*, atravessando a *Africa*. O Quadra achou no *Congo* embaraços ordidos pela inveja, e malevolencia, e como voltasse a Portugal para os remover, soube que el-Rei tinha fallecido, e o projecto desvaneceo-se.

(Goes, *Chronica de el-Rei D. Manoel*, part. 4.ª, cap. 54.º)

Neste anno de 1521, a 13 de Dezembro, falleceo el-Rei D. Manoel, appellidado entre nós *o Venturoso*. Delle dizem alguns escriptores, que deixára de sua propria composição: « *Commentarios dos successos da India* ». Succedeo-lhe no throno el-Rei D. João III, seu filho.

Ao tempo do fallecimento deste feliz Monarca, erão tributarios á Corôa de Portugal muitos Reis, e Principes do oriente, e tinhamos fundado na India muitas fortalezas em differentes portos.

Em *Africa* na *Mauritania*, ás cidades, e fortalezas ganhadas por seus antecessores, acrescentou *Çafim*, *Azamor*, e outras, e fez tributarias algumas provincias até além de *Marrocos*.

N. B. Nas primeiras ordens de el-Rei D. João III, que chegárão á India, mandava elle, *que nenhuma fortaleza, das que el-Rei seu pai mandava fazer de novo, se fizesse, porém que as que estivessem começadas se acabassem*.

(Castanheda, *Historia da India*, liv. 5.º, cap. 79.º)

REINADO DE EL-REI D. JOÃO III, 1521-1557

Anno de 1522

Neste anno lançárão os Portuguezes os primeiros fundamentos á cidade de *S. Thomé*, a pouca distancia da an-

tiga *Meliapór*, na costa de *Coromandel*, aonde já tinhão algum commercio desde o anno de 1514.

Antonio de Brito fundou a fortaleza de *Ternate* nas *Molucas*, e ajustou artigos de paz, e commercio com a Rainha, que por seu filho menor governava a ilha. Começou-se a fortaleza a 24 de Junho de 1522.

(Castanheda, liv. 6.º, cap. 12.º)

N. B. Antes deste anno, e depois delle, já os Portuguezes tinhão descoberto, e continuárão a descobrir muitas das ilhas daquelle vastissimo archipelago, postoque ignorâmos as datas precisas de muitos dos descobrimentos. Estes porém forão em tanto numero, que já hum antigo escriptor Portuguez queria que se lhes désse o nome de *Asia Insular*, e que se distribuissem em cinco provincias, a saber: provincia de *Maluco*, de *Amboino*, do *Moro*, dos *Papuás*, e das *Celebes*, ou *Macassar*. Pelo que não parece de todo original a lembrança dos modernos geografos, que tem feito de todas aquellas terras, e mares huma *quinta parte do mundo*, a que dão o nome de *Oceania*, dividindo-a em *Australasia*, *Polinesia*, e *Asia Insular*.

A este mesmo anno se deve referir o principio das *Viagens* de Antonio Tenreiro. Sahio este Portuguez de *Ormuz* em companhia de Balthazar Pessoa, que de mandado do Governador da India D. Duarte de Menezes hia por embaixador á *Persia*. Esteve na *Persia*, passou á *Armenia*, veio á *Syria*, ao *Cairo*, a *Alexandria*, á ilha de *Chipre*. De *Chipre* voltou ao continente, e logo a *Ormuz* por terra, e ficando ahi cinco, ou seis annos (como elle mesmo diz), tornou a sahir para vir por terra a Portugal, com recados a el-Rei, sobre a armada do Turco, sendo Governador da India Lopo Vaz de Sampaio, e Capitão de *Ormuz* Christo-

vão de Mendonça. Sahio de *Ormuz* nos fins de Setembro de 1528, e chegou a Portugal no anno seguinte, com alguns mezes de viagem. Elle mesmo escreveo o seu *Itinerario*, que se imprimio em Coimbra em 1560, e depois de outras reimpressões, sahio novamente á luz em Lisboa, em 1829.

Anno de 1523

Fez el-Rei D. João III doação do reino de *Ormuz* a *Mahumede Xaa*, filho mais velho de el-Rei *Çafadim Abanader*, em 19 de Agosto deste anno de 1523, e na carta de doação usa do dictado: «*Rei de Portugal e dos Algarves d'aquem e d'além mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e India, e Senhor do reino e senhorio de Malaca, e do reino e senhorio de Gôa, e do reino e senhorio de Ormuz*», &c.

(*Dissertações Chronologicas e Criticas*, tom. 3.º, part. 2.ª, pag. 203.)

Expugnárão os Portuguezes a cidade de *Xael*.

Anno de 1524

Foi terceira vez á India com o titulo de Vice-Rei o Almirante D. Vasco da Gama, já então Conde da Vidigueira; porém aos tres mezes, e vinte dias da sua estada na India, falleceo em *Cochim* a 25 de Dezembro deste anno. Os seus ossos vierão para Portugal, e forão sepultados no convento carmelitano da Vidigueira, na igreja, ao lado do Evangelho.

Heitor da Silveira ajustou pazes com o Rei de *Adem*, que se fez tributario a Portugal. Estas pazes não durárão muito.

Anno de 1525

Antonio de Brito, Capitão de *Ternate*, armou huma fusta com 25 Portuguezes, piloto Gomes de Sequeira, e a mandou com fazendas ás ilhas *Celebes*, aonde se dizia que havia muito ouro. Os Portuguezes forão ao principio bem recebidos dos insulares; mas sendo depois obrigados a sahir d'ali, e navegando com grandes tormentas, foi a fusta arrojada a hum *mar largo, e desconhecido*, e havendo corrido obra de trezentas leguas a léste, achou-se em frente de huma grande, e formosa ilha, que do *nome do piloto* (diz a Relação que seguimos) se ficou chamando ilha de *Gomes de Sequeira*, e aonde os Portuguezes achárão bom acolhimento.

Aqui (diz a mesma Relação) *achárão homens mais alvos, que morenos, cabellos corredios, barbas estendidas, presença agradavel, corpos enxutos, e grande candura, e simplicidade no trato, de maneira, que a ilha se poderia bem chamar «ilha da simplicidade», pela mansidão, e bondade de seus habitantes.* Vestião humas *tunicas interiores de esteira mui fina, e outras sobre-vestes tecidas em tranças mais grossas, sem talho algum, e cobrindo tão sómente da cintura até aos pés.* Sustentavão-se de inhames, legumes, cocos, bananas, &c.

Os Portuguezes demorárão-se quatro mezes nesta bella ilha, e o piloto a demarcou na sua carta; mas logo que tiverão monção, sahírão della (a 20 de Janeiro de 1526), e voltárão a *Ternate*.

Parece-nos haver alguma analogia entre o caracter, costumes, e usos destes insulares, e os da ilha, que os Castelhanos depois denominárão *«ilha da bella nação»*, situada a 13° austraes, e descripta na Relação de Fernando de Queiroz, citada por Buffon, na *Histoire naturelle de l'homme.*

(Vej. Andrade, *Chronica de el-Rei D. João III,*

part. 1.ª, cap. 92.º; e o *Oriente Conquistado*, do P. Sousa; e veja-se tambem Castanheda, liv. 6.º, cap. 127.º)

Alguns escriptores estrangeiros dizem, que *neste anno, ou ainda antes, fôra descoberta pelos Portuguezes* a grande terra, que depois se chamou *Nova Hollanda;* a qual ficando por então em esquecimento, fôra depois reconhecida pelos Hollandezes desde 1616 em diante por varias vezes. Póde ver-se o que diz a este respeito o illustre geografo Malte Brun no liv. 23.º da *Historia da Geografia*, pag. 630, aonde não duvida affirmar, que os *direitos dos Portuguezes á honra deste descobrimento vem de receber nova luz por duas antigas cartas, que se achão no Museu Britannico* (9), &c.

Anno de 1526

Neste anno hindo D. Jorge de Menezes para *Maluco*, foi mandado tomar o caminho de *Borneo*, e descobrir esta navegação, como mais commoda, que a que se costumava fazer por *Banda*.

Com este designio foi dar através das ilhas do *Moro*, e em huma noute, que o vento foi calma, escorreo tanto com as grandes correntes que ha por entre aquellas ilhas, que foi parar ao *grande golfo do estreito de Magalhães*, aonde com rijo temporal foi arrojado á *terra dos Papuás*. Aqui, forçado dos ventos de oeste, invernou, e demorou-se tanto tempo, que só pôde chegar a Malucó em Maio de 1527.

(Andrade, *Chronica de D. João III*, part. 2.ª, cap. 19.º—Vej. Barros, dec. 4.ª, liv. 1.º, cap. 16.º)

(9) Vej. a *Memoria sobre a prioridade dos descobrimentos Portuguezes na costa de Africa occidental*, pelo Sr. Visconde de Santarem, 1841, pag. 86.

Neste mesmo anno entrou effectivamente em *Borneo* Vasco Lourenço, achando já nesta ilha outro Capitão Portuguez.

No golfo Arabico se fizerão tributarias a Portugal as ilhas de *Maçuá*, e de *Dalaca.*

Sahio da *Ethiopia* D. Rodrigo de Lima (veja-se anno de 1520), e o Imperador David enviou a el-Rei por seu embaixador *Zagata-Ab*, sacerdote, e bispo (que os nossos escriptores commummente chamão *Zagazabo)*, com cartas para el-Rei D. João III, e para o Papa Clemente VII, datadas do anno de 1524. Com este embaixador voltou ao reino o Padre Francisco Alvares, de quem fizemos menção ao referido anno de 1520.

« *Neste anno despachou el-Rei a primeira armada, que foi em seu tempo ao Brazil; Capitão Mór Christovão Jacques. Foy correr aquella costa, alimpal-a de corsarios, que com teima a continuavão, pollo proveito que tinhão do páo Brazil. E erão os mais dos portos de França do mar oceano.* »

(Annays de D. João III, pag. 178.)

Anno de 1527

Neste anno Diogo Garcia, Portuguez, que andava no serviço de Castella, navegando para o sul, aportou hum pouco afastado da bôca do *Uruguay;* e achando ali os navios de Sebastião Caboto, e sabendo que este tinha subido pelo *Paraguay,* subio tambem com as suas lanchas até muito acima da confluencia do *Parанná,* aonde o encontrou acabando de construir o Fortim de Santa Anna, e ahi derão ambos ao *Paraguay* o nome de *Rio da Prata,*

por verem alguns pedaços deste metal nas mãos dos indigenas.

(Gaeth, Herrera, &c.)

Henrique Gomes Leme entrou na ilha da *Sunda*, cujo Rei offereceo lugar para huma fortaleza, e dar de tributo 350 quintaes de pimenta em cada anno. Este ajuste porém não teve effeito.

O Rei de *Bintão* restituido pelas armas Portuguezas aos seus estados, fez-se tributario a Portugal.

Nuno da Cunha fez tributario o Rei de *Mombaça*.

(Barros, dec. 4.ª, liv. 3.º, cap. 5.º)

Belchior de Sousa Tavares foi em auxilio do Rei de *Baçorá* contra o de *Gizaira*, e foi o primeiro Portuguez, que entrou pelos rios *Tigre*, e *Eufrates*.

Anno de 1529

Neste anno, a 22 de Abril, foi celebrada a capitulação de Saragoça entre Portugal e Hespanha, pela qual o Imperador Carlos V, Rei de Castella, vendeo a el-Rei de Portugal o dominio, propriedade, posse, ou quasi posse das *Molucas* por 350:000 ducados de ouro, com condição, que pagando el-Rei de Castella integralmente esta quantia, ficarião as partes contratantes cada huma com o direito e acção, que ao tempo do contrato tinha, ou pretendia ter naquellas ilhas. Vem este notavel contrato por integra na *Collecção das Viagens e Descobrimentos dos Hespanhoes*, por D. M. F. de Navarrete, tom. 4.º, pag. 389.

Anno de 1530

A 20 de Novembro deste anno são datadas as cartas regias, pelas quaes el-Rei mandou, que Martim Affonso

de Sousa sahisse com huma armada a investigar as costas, e terras do Brazil, auctorisando-o para repartir terrenos áquelles que nellas quizessem habitar.

(Vej. o *Diario* desta navegação, ha pouco publicado pelo Sr. Francisco Adolfo de Varnhagen com mui eruditas, e interessantes notas.)

Aqui se deve fixar (a nosso parecer) a época da colonisação do Brazil, que logo depois se continuou com regularidade.

Martim Affonso reconheceo nesta viagem o *Rio de Janeiro,* chegou ao *Rio da Prata,* descobrio a 30° austraes o rio que do seu nome se ficou chamando *Rio de Martim Affonso;* e a 22 de Janeiro de 1532, dia de S. Vicente, surgio no porto de *S. Vicente,* aonde lançou os fundamentos á primeira colonia Portugueza do Brazil.

Anno de 1533

Nos principios deste anno foi Nuno da Cunha com huma armada de cousa de oitenta vélas sobre *Baçaim,* e alcançando gloriosa victoria, tomou, e destruio a fortaleza que ali tinha levantado o Rei de *Cambaya.*

(Castanheda, liv. 8.°, cap. 59.° e 62.°)

Annos de 1534 e 1535

O Rei de *Cambaya,* implorando o auxilio das armas Portuguezas contra os Magores, cedeo a Portugal *Baçaim* com todas as suas terras, e portos maritimos.

Permittio tambem que os Portuguezes fundassem em *Diu* a fortaleza, que tanto desejavão, e que depois lhes foi tão pertinazmente disputada. Fundou-a o Governador da India Nuno da Cunha. E como todos sabião quanto el-Rei de Portugal era empenhado em ter ali fortaleza, hum Diogo Botelho, querendo adiantar-se a lhe trazer tão grata

noticia, veio, quasi furtivamente, da India a Lisboa em huma fusta de 18 pés de comprido, 6 de largo, e 4 de alto, trazendo a el-Rei a planta de *Diu,* e os artigos da capitulação: viagem que maravilhou a todos, e que certamente merece esta memoria.

(*Annaes da Marinha Portugueza,* ao anno de 1535.)

Em 1534 navegou para a India Garcia de Horta, Portuguez, que lá escreveo, e imprimio em *Góa* em 1563 o *Colloquio sobre as drogas e simplices do oriente,* obra que deve ser conhecida dos naturalistas.

No mesmo anno de 1534 chegou á India Martim Affonso de Sousa com o cargo de *Capitão Mór do mar da India,* levando armada em que tambem hia Diogo Lopes de Sousa seu irmão.

(Barros, dec. 4.ª, liv. 4.º, cap. 27.º)

Mandou arrazar a fortaleza de *Damam,* e correo a costa até *Diu,* fazendo grande guerra a *Cambaya.*

Anno de 1536

Francisco de Castro, mandado pelo illustre Capitão das *Molucas* Antonio Galvão a *Macassar,* foi levado pelos ventos 100 leguas ao norte das *Molucas,* e aportou á ilha *Santigano,* donde passou ás outras ilhas *Soligano, Mindanáo, Buticano, Pimilarano,* e *Camizino.*

Desta viagem resultou fazerem-se muitos Christãos por aquellas ilhas: e como concorressem a *Ternate* em grande numero, pedindo o baptismo, fundou o insigne, e virtuoso Galvão ahi hum seminario, em que se recolhessem, e instruissem os meninos, que daquellas diversas gentes viessem a doutrinar-se na religião christãa. Fundação me-

moravel! que foi a primeira de nossas conquistas, e honrará em todo o tempo a memoria do fundador.

Anno de 1537

Começou o celebre Fernam Mendes Pinto as suas extensas peregrinações, em que gastou desde a sahida até á volta de Portugal vinte e hum annos, recolhendo-se ao reino em 1559. Imprimirão-se estas *Peregrinações* em Lisboa em 1614, e depois de varias reimpressões, sahírão novamente á luz em Lisboa, 1829, 4 vol. 12.

Fernam Mendes, sendo mandado a *Çamatra*, pelos annos de 1540, ou 1541, e voltando a *Malaca*, informou o Capitão Portuguez de tudo que lhe succedêra na viagem, tratando miudamente do descobrimento dos rios, portos, e angras, que novamente achára na ilha *Çamatra*, assim da parte do mar mediterraneo, como do oceano, e do trato da gente que habitava aquellas terras. E arrumou por suas alturas toda aquella costa, com seus portos, e rios, &c.

(Vej. *Peregrinações*, cap. 20.º)

Anno de 1538

Por este tempo vierão a Lisboa quatro principaes *Malabares*, ou *Paravás da costa da Pescaria* com o fim de aprenderem a lingua Portugueza, e poderem ser melhor instruidos na doutrina da religião. El-rei os mandou recolher na Caza de Santo Eloy, com os Ethiopes nobres do *Congo*, que nella tambem estudavão. Para elles compôz João de Barros a sua *Grammatica da Lingua Portugueza*, que se imprimio em 1539.

No mesmo anno de 1538 foi o primeiro cerco da fortaleza de *Diu*, defendida heroicamente por Antonio da Sil-

veira contra as forças reunidas dos Guzarates, e Turcos. Quando o illustre Capitão chegou a Lisboa recebeo o parabem de alguns Soberanos da Europa por seus embaixadores, e refere a historia, que el-Rei de França Francisco I mandou tirar o retrato do heroe, e o fez collocar em huma sala do seu palacio entre outros de famosos varões, que tinhão merecido a mesma honra. Lopo de Sousa Coutinho escreveo a historia deste cerco, que se imprimio em Coimbra, em 1556, e he obra rara.

Anno de 1540

A este anno referem Diogo de Couto, e Lucena o descobrimento das ilhas *Celebes* pelos Portuguezes: o que se deve entender de hum mais largo conhecimento, ou trato daquellas ilhas, porque os Portuguezes já as tinhão achado, e tocado em 1525, como dissemos a esse anno.

O Rei de *Cota* em *Ceilão,* não tendo filho que lhe succedesse, mandou embaixadores a el-Rei D. João III rogando-lhe houvesse por bem, que a successão passasse ao neto. Os embaixadores trazião a estatua deste futuro successor, de ouro; e el-Rei o coroou solemnemente em Lisboa, impondo huma preciosa corôa sobre a cabeça da estatua.

Fundou Fr. Vicente de Lagos, frade menor de S. Francisco, o collegio de Santiago de *Cranganor,* para nelle serem educados oitenta mancebos, filhos de gentios convertidos. Este collegio foi depois dotado por el-Rei de Portugal.

Anno de 1541

Foi neste anno a expedição, em que o Governador da India D. Estevão da Gama navegou com huma grande ar-

mada todo o *golfo Arabico até Suês,* com o intento de destruir a armada dos Turcos, que ali estava ancorada.

Em frente do monte *Sinai* sahio em terra, e armou alguns cavalleiros, entre elles D. Alvaro de Castro, filho de D. João de Castro, e D. Luiz de Athaide, que depois foi Vice-Rei da India. A isto alludia o letreiro, que se escreveo sobre a sepultura de D. Estevão da Gama:

O QUE ARMOU CAVALLEIROS
NO MONTE DE SINAÏ
VEIO ACABAR AQUI.

O grande D. João de Castro, que hia na expedição por Capitão de hum dos navios da armada, sondou, examinou, e arrumou os portos, enseadas, rios, costas, e lugares daquelle mar, e escreveo o *Roteiro do mar vermelho,* com huma exacção, miudeza, e verdade, que não tem sido excedida dos modernos. Este *Roteiro* imprimio-se em Parîs no anno de 1833, 8.º

No mesmo anno foi a outra expedição de D. Christovão da Gama com 500 Portuguezes em auxilio do *Abexi,* os quaes D. Estevão da Gama lançou em terra no porto de *Maçuá.* Miguel de Castanhoso, que hia nesta expedição, *escreveo os successos della,* dos quaes tambem tratou D. João Bermudes, Patriarcha da *Ethiopia,* na sua *Relação* offerecida a el-Rei de Portugal D. Sebastião.

Fundou-se neste mesmo anno o *Seminario de Santa Fé de Góa,* para nelle serem educados, e instruidos os neofitos gentios, e os meninos Christãos, filhos de gentios convertidos dos varios reinos daquelle oriente. Nos papeis primitivos da fundação se nomeavão os meninos dos *Canarins, Decanis do norte, Malabares, Chingalas, Bengalas, Pegús, Malaios, Jáos, Chinas,* e *Abexis,* por onde

se vê quantas, e quão vastas regiões, e povos tinhão já então trato com os Portuguezes.

Anno de 1542

Antonio da Motta, Francisco Zeimoto, e Antonio Peixoto, navegando para a *China*, forão arrojados pelo temporal ás costas do *Japão*, onde tomárão porto. Pelo mesmo tempo aportárão tambem a *Japão* Fernam Mendes Pinto, Christovão Borralho, e Diogo Zeimoto.

Neste mesmo anno entrou na India o *Santo Xavier*, appellidado *o novo Apostolo do oriente.*

El-Rei D. João III mandava ao descobrimento da ilha do *Ouro*, que se dizia estar no oceano oriental a 5° latitude austraes, e a 150 leguas de *Çamatra*. Esta expedição não chegou a effeituar-se.

Por este tempo tinhão já os Portuguezes hum consideravel estabelecimento, a que davão o nome de cidade, em *Liampó* (ou *Limpó)*, ou antes *Nim-pó)*, na costa oriental da *China* a 30° septemtrionaes. D'aqui passárão a fazer outro estabelecimento em *Chinchéo* pelos annos 1549, e ultimamente vierão a fundar o de *Macáo*, na ponta do sul da ilha de *Gaoxam* (ou *Yanxam)* em 1557, de que adiante se falará (10).

(10) Vej. as *Cartas escriptas da India e da China*, por José Ignacio de Andrade. Lisboa, 1843, tom. 1.°, carta XXX e seguintes.

Anno de 1544

Antonio de Paiva entrou na ilha de *Macassá*, e passo á de *Sian* (ou *Siang)*, aonde se fizerão muitas conversões ao Christianismo.

Fernam Mendes Pinto, e outros Portuguezes aportárão ás ilhas *Léquias* (de *Lieu-Kieu)*, ao nordeste da ilha *Formosa*, e ao oriente da costa da *China*. Dellas fala o mesmo Fernam Mendes em suas *Peregrinações*, cap. 138.º e 143.º

O Rei de *Ternate* Tabarija (que depois do baptismo se chamou D. Manoel), fallecendo em *Malaca*, deixou os seus estados a el-Rei de Portugal.

Martim Affonso de Sousa fez tributarios a Portugal os Reis de *Jafanapatam*, e de *Travancor*.

Anno de 1545

Passando neste anno o illustre D. João de Castro a governar a India, escreveo de *Moçambique* a el-Rei, e lhe annunciava o recente descobrimento da bahia, e rios, que do seu descobridor se ficárão chamando de *Lourenço Marques*. O principal rio tinha a sua entrada no mar, segundo as cartas Portuguezas, a 25º e 15′ latitude sul. As cartas modernas demarcão a bahia a 26º na costa oriental de Africa.

El-Rei, respondendo a D. João de Castro no anno seguinte de 1546, recommendava a continuação do mesmo descobrimento.

(Collecção de Cartas originaes.)

Anno de 1546

A 13 e 15 de Março deste anno são datadas duas cartas de el-Rei D. João III, huma para o Rei dos *Abexis*, e outra para os Portuguezes, que ainda lá estavão, e tinhão ficado da expedição de D. Christovão da Gama. Nellas recommendava el-Rei com muito encarecimento, que por pessoas para isso idoneas se mandasse indagar, e descobrir hum *caminho, que da Abyssinia viesse ter á costa de Melinde, ou a alguma outra parte daquella banda: e porque póde ser* (diz el-Rei) *que a terra do Abexi venha tanto para oeste, e a do Manicongo vá tanto para o léste, que não seja grande distancia de huma terra a outra*: queria que tambem se tentasse este caminho *do Abexi para Manicongo, ou para qualquer outro rio, do cabo da Boa Esperança para cá*, &c.

(Carta original, na minha collecção.)

Neste anno de 1546 foi o segundo cerco de *Diu*, defendido heroicamente por D. João Mascarenhas, e ultimamente rematado com huma assignalada victoria por D. João de Castro.

Este grande homem falleceo em Gôa em 1548, tendo recebido pouco antes a mercê do titulo de *Vice-Rei da India* para com elle continuar a governal-a. Delle diz hum escriptor, que *era no mar soldado, piloto, e geografo, como mostrão seus escriptos*. Nós sómente acrescentaremos, que foi no mar, e na terra hum exemplar das grandes virtudes, e eminentes qualidades, que constituem o verdadeiro heroismo, e fazem o homem digno da immortalidade.

(Vej. as *Historias do cerco*, e a *Vida de Castro.)*

Anno de 1549

Thomé de Sousa lançou os fundamentos á cidade de *S. Salvador da Bahia*, na *Terra de Santa Cruz* (Brazil),

a qual cidade mandava el-Rei fundar para capital de todo aquelle estado. Ordenou o governo da justiça, e fazenda, fundou igreja, fortificou o lugar, &c.

Neste anno navegou o Santo Xavier para *Japão,* aonde já as nãos Portuguezas hião commerciar. Entrou em *Cangoxima, Exiando, Firando, Amanguchi, Meaco,* e *Figem,* demorando-se nesta sua apostolica expedição dous annos, e quatro mezes. Em 1552 falleceo na ilha de *Sanchoan,* ás portas da *China,* aonde se dirigia.

Anno de 1554

Tomárão os Portuguezes a cidade de *Geilólo,* capital da ilha do mesmo nome no archipelago das *Molucas.* O Rei ficou continuando o governo com o titulo de *Sangage* (Governador), sujeito, e tributario a Portugal.

(*Historia da India no tempo em que a governou o Viso-Rei D. Luiz de Athaide,* por Antonio Pinto Pereira, liv. 1.º, cap. 31.º)

Annos de 1552 a 1556

Em 1552 no galeão, em que naufragou Sepulveda, vinhão a el-Rei de Portugal cartas de *Nautaquim,* Principe de *Tanixumaa,* ilha do *Japão,* pedindo o auxilio de 500 Portuguezes para conquistar a ilha *Lequia* (de *Lieu-Kieu),* e offerecendo em reconhecimento o tributo annual de 5:000 quintaes de cobre, e 1:000 de latão.

Em 1554 teve o Vice-Rei da India cartas dos Reis Japonezes de *Firando, Amanguchi,* e *Bungo.*

Em 1556 fundárão os Portuguezes em *Funay,* capital do *Bungo* no *Japão,* hum hospital para os leprosos, que aquella gente costumava abandonar como feridos do Ceo, e para meninos, que muitos pais engeitavão, e talvez matavão por pobreza, ou por outros semelhantes motivos. O Rei de *Bungo* commovido desta humanidade dos Portuguezes, favoreceo o estabelecimento, e prohibio que d'ahi em diante os pais matassem, ou expozessem os filhos. O estabelecimento teve consideraveis progressos, e el-Rei D. Sebastião mandava concorrer para as suas despezas.

Neste mesmo anno de 1556 prégava a fé Christãa na *China* o dominicano Fr. Gaspar da Cruz, que tinha passado á India em 1548, e que depois escreveo: « *Tratado das cousas da China com suas particularidades, e assi do reino de Ormuz* », &c., que se imprimio em Evora em 1570, e ha pouco se reimprimio em Lisboa em 1829.

Anno de 1557

Por este tempo alcançárão os Portuguezes, que os Mandarins de *Cantão* lhe concedessem o porto da peninsula de *Macáo,* para nelle viverem, e commerciarem. (Vej. o anno de 1542). Ahi fundárão huma colonia independente, que por tempo cresceo, e chegou a constar de algumas setecentas familias Portuguezas, quasi todas ricas com o trato da *China, Japão, Manilha,* e outros reinos, e terras orientaes. Pelos annos de 1622, começando a ser inquietados pelas esquadras hollandezas, pedírão soccorro, e defeza ao Vice-Rei da India, e então se sujeitárão ás leis de Portugal, tiverão Governador Portuguez, e a colonia teve o nome de *cidade,* que se chamou do *Nome de Deos de Macáo.*

Falleceo el-Rei D. João III a 11 de Junho de 1557, e succedeo-lhe no throno seu neto el-Rei D. Sebastião ainda muito menino.

REINADO DE EL-REI D. SEBASTIÃO, 1557-1578

Annos de 1559 e 1560

O Vice-Rei D. Constantino de Bragança tomou em 1559 a cidade de *Damam*, e em 1560 a ilha de *Manar*, principal pescaria das perolas de *Ceilão*, aonde levantou fortaleza.

Em 1560 navegando a náo *S. Paulo* (que depois veio a naufragar em *Çamatra)* pelos mares do sul, em que chegou aos 42° austraes, avistou em 37° e 45′ huma formosa ilha, que os mareantes desenhárão, encantados da sua bella apparencia. O piloto lhe quiz dar o seu nome, chamando-lhe ilha de *Antonio Dias;* mas hoje a achâmos denotada nas cartas com o nome de ilha de *S. Paulo.* E diz a *Relação* do naufragio, que estava norte-sul com a dos *Romeiros*, e as *Sete Irmãas.*

No mesmo anno foi a missão do Padre Gonçalo da Silveira á *Cafraria.* Entrou por *Inhambane* até á côrte de *Otongue:* veio aos rios de *Cuama,* entrou pelo *Quilimane* até *Giloa*, á bôca do *Zambeze*, a *Inhamoi,* á côrte de *Simbaoe,* &c. No anno seguinte de 1561 foi morto pelos barbaros.

Duarte de Albuquerque Coelho donatario da capitania de *Pernambuco* no Brazil, com Jorge de Albuquerque Coelho seu irmão, andando na conquista, e defeza das terras da capitania, descobrirão o rio de *S. Francisco.*

Annos de 1562 a 1566

Em 1562 tomando o Cardeal Infante D. Henrique a tutoria de el-Rei D. Sebastião, ainda menor, lhe apresentou

Lourenço Pires de Tavora huns apontamentos sobre varios objectos do governo. Em hum delles recommendava o *descobrimento de Tombuctu,* no interior de Africa, e a escolha de pessoas aptas para esta empreza.

Entrárão os Portuguezes nas ilhas de *Gotò,* as mais occidentaes do *Japão,* em 1566: e el-Rei de Portugal mandou hum rico presente a D. Bartholomeu, Rei de *Omurá* no mesmo *Japão.*

Achámos escripto, que a celebre mina de mercurio de *Guanca-Velica,* a 30 leguas ao norte de *Guamanga* no *Perú,* fôra descoberta pelo Portuguez Henrique Garcez, ao qual se attribue tambem o descobrimento de outra mina do mesmo metal em *Paraz* em 1564.

Anno de 1566

Quando Gonçalo Pereira hia á conquista de *Amboino* em 1566, sabendo da estada dos Castelhanos em *Cebu,* e determinando hir em busca delles, *como os seus pilotos não tinhão muita noticia daquellas partes, não passou da ponta de huma ilha, que chamão Terra dos Negros, 25 leguas atraz de Cebu, aonde ficou bordejando em 9° da banda do norte, mandando d'ali navios a descobrir por todas as partes,* &c.

(*Historia da India no tempo em que a governou o Viso-Rei D. Luiz de Athaide,* por Antonio Pinto Pereira, liv. 1.°, cap. 29.°)

Anno de 1567

Mem de Sá, Governador Geral do Brazil, lançou os fundamentos á cidade do *Rio de Janeiro,* da qual foi primeiro

Capitão Salvador Correia de Sá. Deo-lhe o nome de cidade de S. *Sebastião* em memoria de el-Rei.

Anno de 1569

Tendo el-Rei D. Sebastião dividido o imperio Lusitano-oriental em tres governos, o 1.º desde o cabo das *Correntes* até o de *Guardafui;* o 2.º desde *Guardafui* até *Ceilão;* e o 3.º desde *Ceilão* até á *China:* deo o governo da primeira divisão a Francisco Barreto, que neste anno partio para a costa oriental de Africa. D'ahi capitaneou a expedição ao *Monomotapa,* e minas de *Çofala:* ajustou pazes com os Reis de *Chicanga,* e *Quiteve:* passou a *Sene,* capital das possessões Portuguezas na *Cafraria:* e mandando Embaixadores a *Simbaoe,* obteve do Imperador as minas de prata de *Chicova,* de *Rutroque,* e de *Mocarás.* Foi a *Chicova,* e vindo a *Tete,* estabelecimento Portuguez, ahi falleceo em 1573. O seu successor Vasco Fernandes Homem ainda continuou a commandar a expedição, e penetrou até ás minas de *Chicanga,* de *Manhica,* &c.

No *Malabar* rendêrão-se ás armas Portuguezas *Onór,* e *Barçalor:* e Gonçalo Pereira Marramaque fundou fortaleza em *Amboino,* e descobrio naquelle mar algumas ilhas, ainda não conhecidas dos Portuguezes.

(*Historia da India no tempo em que a governou o Viso-Rei D. Luiz de Athaide,* por Antonio Pinto Pereira, liv. 1.º, cap. 30.º)

Parece-nos digno de louvada memoria o honrado desinteresse do insigne Capitão D. Luiz de Athaide, o qual sahindo da India para o reino a 6 de Janeiro de 1572, quiz trazer quatro vazilhas com agoa dos rios *Indo, Ganges, Tigre,* e *Eufrates,* as quaes depositou, e se conservárão por muito tempo no seu castello de Peniche, como

testemunho das unicas riquezas, que trouxera daquelles estados.

Antonio Pinto Pereira escreveo a *Historia da India* no tempo em que a governou D. Luiz de Athaide, offerecida a el-Rei D. Sebastião, e impressa em Coimbra em 1616, fol.

Anno de 1570

No mez de Setembro começou a desenvolver-se a grande liga dos Reis da India contra os Portuguezes, favorecida pelo Turco, e Persa. Notavel defeza de *Chaul,* e de *Góa,* e outras fortalezas do *Malabar* contra o *Nizamaluco, Hidalkan,* e outros Reis e Principes colligados.

Annos de 1574 e 1575

Havendo-se já em 1559 e 1560 feito as primeiras tentativas para a fundação do estabelecimento Portuguez em *Angola,* mandou el-Rei D. Sebastião renoval-as neste anno de 1574. Foi o Capitão da empreza, e fundador, conquistador, e Governador daquelle nascente reino Paulo Dias de Novaes, neto, e digno descendente de Bartholomeu Dias, descobridor do cabo da *Boa Esperança.* Sahio de Lisboa em 1574, e chegou a Africa em 1575. Construio logo o forte de S. Miguel, fundou a primeira povoação, e igreja, ordenou as cousas do governo civil, e intitulava-se «*Capitão, e Governador do novo reino de Sebaste, na conquista da Ethiopia*», dando-lhe o nome de *Sebaste* em memoria de el-Rei de Portugal. Este nome foi logo esquecido, como era de presumir, e o reino tomou o nome de *Angola,* que era o de hum Rei do paiz, a cujas instancias se tinha emprendido ao principio aquelle estabelecimento.

Pelos annos adiante, e por differentes circumstancias

se forão os Portuguezes alargando pela costa, e pelo sertão; e em 1784 erão pertenças do reino de *Angola:*

O presidio de *Massangano*, fundado em 1583
O presidio de *Muxima* .... ?
O presidio de *Cambambe*............. 1603
O presidio de *Ambaca*............... 1614
O presidio de *Benguella*.............. 1617
O presidio das *Pedras de Pungo Andondo* 1671
O presidio de *Caconda*............... 1682
O presidio de *Novo Redondo*.......... ?
O presidio de *Encoge*................ 1759
&c.

Annos de 1578 e 1579

Em 1578 concorrião á pescaria dos mares da *Terra Nova,* pelo menos, cincoenta navios Portuguezes, que importavão cousa de 3:000 toneladas. Os navios Hespanhoes que ahi concorrião ao mesmo tempo erão cem; os Francezes cento e cincoenta; os Inglezes trinta!

Em 1579 se entregou ao Capitão Portuguez de *Amboino* a ilha do *Bouro Grande,* no archipelago das *Molucas.*

PERIODO 4.º

DESDE O ANNO DE 1578 ATÉ AO PRESENTE

Annos de 1580 a 1599

Em 1580 o Rei de *Ceilão* Prea Pandar fez doação de seus estados a el-Rei de Portugal D. Henrique por não ter filhos que lhe succedessem.

Em 1582 se submetteo aos Portuguezes, acceitando a religião Christãa, a ilha de *Labua*, situada no archipelago das *Molucas* a pouca distancia de *Ternate*.

Em 1583 o Rei de *Chale*, se fez tributario, e os Portuguezes levantárão ali fortaleza.

Em 1587 ou 1588 levantárão os Portuguezes fortaleza em *Mascate*. D. Paulo de Lima expugnou a cidade de *Jor*, e entrou triunfante em *Malaca*.

Em 1590 foi tomada pelos Portuguezes *Candia,* capital do reino do mesmo nome em *Ceilão.*

Em 1595 levantárão os Portuguezes fortaleza em *Solor* (vej. anno de 1509).

Em 1597, por fallecimento do Rei de *Columbo,* sem successão, foi acclamado Rei o de Portugal, a quem elle doára os seus estados.

Em 1599, D. Fr. Aleixo de Menezes, Arcebispo de Gôa, visitou a Christandade das *Serras do Malabar,* e celebrou *Synodo.* Fr. Antonio de Gouvêa, augustiniano, escreveo «*Jornada do Arcebispo de Gôa*», &c. Coimbra, 1606.

Anno de 1600

O celebre Portuguez Salvador Ribeiro de Sousa fundou neste anno huma caza forte no *Pegú,* na foz de *Serião,* e depois de varios casos, e extraordinarias façanhas, chegou a ser acclamado Rei de *Pegú* em 1603. Acha-se a Relação deste notavel facto impressa com o *Itinerario* de Tenreiro em algumas edições de Fernam Mendes Pinto, e determinadamente na ultima de 1829.

Anno de 1602

Bento de Goes, Jesuita Portuguez, que tinha bom conhecimento da lingua Persiana, e de outras orientaes, foi mandado ao descobrimento do *Gran-Cataio.* Viajou mais de tres annos pelos sertões da Asia, caminhando sempre pelo norte do imperio do *Mogol,* desde o paiz dos *Usbegs* para o oriente até á *China,* tirando em resultado que o

Gran-Cataio era o proprio imperio da *China*. Na *China* falleceo em 1607.

No mesmo anno de 1602 passou da India á Persia o augustiniano Fr. Antonio de Gouvêa, mandado pelo Governador da India como Embaixador ao Schach-Abbas. Este Principe o enviou em companhia de outro Embaixador seu a Roma, e a Hespanha. Voltou á *Persia*, e d'ahi á Europa, atravessando os desertos da *Arabia*. Chegado a *Alepo*, e embarcando para *Marselha*, foi tomado por corsarios Argelinos, e esteve captivo em *Argel*, &c.

Anno de 1606

O Governador de Angola D. Manoel Pereira Forjaz, intentando a communicação com a contra-costa, nomeou para o descobrimento deste caminho a Balthazar Rebello (ou Pereira) de Aragão, homem capacissimo para a empreza, assim pelo valor, como pelos conhecimentos que tinha do sertão. Começou, e tinha já penetrado no interior do paiz, quando se vio obrigado a retroceder, para acudir á fortaleza de Cambambe, sitiada por hũm Sova visinho, e pelos negros do *Mosseque*.

Annos de 1606 e 1607

Nicoláo d'Orta, natural de Santo Antonio do Tojal, sahio de Gôa em 1606 com destino de vir a Portugal por terra. Nos principios de Agosto estava na fortaleza de *Comorom:* d'ahi partio para *Lara*, *Xirás*, *Romus*, *Bagadet*, *Ana*, *Taibe*, e *Alepo*, aonde entrou a 16 de Janeiro de 1607; d'ahi veio por *Alexandreta*, e por fim chegou a *Marselha*, e logo a *Madrid*, d'onde el-Rei D. Filippe o mandou de novo á India. Escreveo o seu *Itinerario*, que deo a Pedro de Mendonça Furtado, e do qual existe huma

cópia incompleta (de que fala Barbosa Machado) na Bibliotheca Publica de Lisboa (B-4-8, numeração provisoria). Parece que seguio o mesmo caminho que trouxe Fr. Gaspar de S. Bernardino, e he provavel que o mesmo trouxesse D. Alvaro da Costa em 1611 por ser o das *caravanas*, que tinhão roteiro determinado.

Anno de 1607

O Imperador Monomotapa, tendo sido auxiliado pelos Portuguezes, fez doação a el-Rei de Portugal das minas de ouro, prata, cobre, &c., que houvesse nos seus estados. Esta doação foi acceitada, em nome de el-Rei pelo Capitão de *Téte* Diogo Simões Madeira.

D. Estevão de Athaide foi no anno seguinte de 1608 ao exame, e posse destas minas, e especialmente das de ouro, e prata de *Chicova*. E escreveo a *Relação* do seu trabalho, e exame.

Por occasião da exploração destas minas se fundárão em 1614 as fortalezas de *Massapa*, e *Chicova*.

Anno de 1609

Conquistárão os Portuguezes a ilha de *Sundiva*, a pouca distancia da terra firme de *Bengala*, e dependente do reino de *Arracan*. Sebastião Gonsalves Tibao a governou com poder independente; tomou ao Rei de *Bacalá* as ilhas de *Xavapur*, e *Patelavanga*, e a outros Principes varias terras naquellas paragens.

Annos de 1610 a 1612

Em 1610 publicou Pedro Teixeira as suas « *Relaciones del origen, descendencia, y succession de los Reis de la Persia, y de Hormuz, e de un viage hecho des de la India*

Oriental hasta Italia por terra». Amberes, 1610. 8.° Este celebre Portuguez passou de Lisboa á *India*, veio a *Ormuz*, correo a *Persia*, esteve nas *Filipinas*, e *Nova Hespanha*, e aportou a *S. Lucar* em 1601. Voltou depois á *India*, e de *Góa* veio a *Baçorá*, *Bagdad*, *Alepo*, &c. D'ahi passou a *Veneza*, e de *Veneza* a *Anvers*, aonde residio, e falleceo.

Em 1612 apossarão-se os Portuguezes de *Bender-abasi (Gomroun)*, entre *Ormuz* e *Kismish*, celebre porto no golfo *Persico*, aonde levantárão dous fortes para defeza. (Godinho escreve: «*Bandel Abassi*, e *Comorom*».)

Annos de 1613 a 1620

Em 1613, e nos annos seguintes mandou o Vice-Rei da India algumas expedições á ilha de *S. Lourenço* com o fim de examinarem os seus portos, e se informarem da gente, costumes, e producções da terra, e de indagarem se por ali existião alguns dos Portuguezes, que por vezes havião naufragado naquellas costas.

Em huma destas expedições tocou hum dos Pilotos a bella ilha do *Cirne*, descoberta em outro tempo pelos Portuguezes. Esta ilha he a que os Hollandezes depois denominárão *ilha Mauricia*, e os Francezes *ilha de França*.

Desta jornada de exploração, ordenada pelo Vice-Rei D. Jeronymo de Azevedo, nos ficou huma *Relação* manuscripta por Paulo Rodrigues da Costa.

Em 1614 e 1615 Jeronymo de Albuquerque Coelho expellio do *Maranhão* os Francezes, que ali estavão havia perto de tres annos com grandes forças: e fundou a nova colonia, que deo principio áquelle Estado. Teve grande parte nesta honrada facção o Sargento-Mór do Estado do

Brazil Diogo de Campos Moreno, que escreveo a relação do successo com o titulo «*Jornada do Maranhão por ordem de Sua Magestade feita o anno de 1614*».

Em 1615 e 1616 se começou a povoação do *Pará*, sendo fundador da cidade, e seu primeiro Capitão-Mór Francisco Caldeira de Castello Branco.

O Rei de *Siam* mandou fazer proposições de alliança ao Vice-Rei da India, offerecendo lugar para a fundação de huma fortaleza no porto de *Martavam*.

O porto, e fortaleza de *Soar*, na costa da *Arabia* foi expugnado, e tomado pelos Portuguezes.

Pelos annos de 1619 e 1620 avassallárão os Portuguezes o Rei de *Dongo*, no sertão de *Angola*, ficando elle tributario a Portugal com o reconhecimento de 100 escravos cada anno.

Anno de 1622

Em 1622 chegou a Gôa o Padre Jeronymo Lobo, Jesuita Portuguez, mandado ás missões da India. Veio a *Moçambique* em 1624, e entrando no paiz dos *Galas*, passou á *Abyssinia*, aonde viveo muitos annos. Depois de largos, e perigosos successos voltou a Portugal, aonde falleceo em 1658. Escreveo o seu *Itinerario* geralmente estimado dos eruditos.

Anno de 1623

Estabelecimento do governo do Estado do *Maranhão*, e *Gran-Pará* como separado do governo geral do Estado

do Brazil. He seu primeiro Governador, e Capitão General Francisco Coelho de Carvalho, que toma posse, e realisa a separação em Setembro de 1626.

Anno de 1624

Por estes annos sahio do *Dely* o Padre Antonio de Andrade, Jesuita Portuguez, com o intento de descobrir a Christandade do *Tibet*. Conseguio com effeito, depois de huma longa, e trabalhosa peregrinação, chegar á côrte de *Caparanga*, capital do reino. Recolhendo-se a Gôa, fez ainda segunda viagem, levando em sua companhia o Padre Gonçalo de Sousa: e quiz fazer terceira, que os seus superiores lhe não permittírão. De ambas ha *Relações* impressas, que se traduzírão em varias linguas. O epitafio da sepultura do Padre Andrade o denomina «*prímus missionis Thibetensis explorator et fundator*». Falleceo em 1634.

Anno de 1629

D. Fr. Miguel Rangel, Bispo de *Cochim*, visitando a ilha de *Solor*, habitada por Portuguezes, fez reparar a muralha, e melhorou a povoação, deixando ahi por Governador o valeroso Nuno Alvares Botelho.

(Memoria contemporanea.)

Anno de 1635

Depois da morte do Padre Andrade (vej. anno 1624), foi mandado á missão do *Tibet* o Padre João Cabral, tambem Jesuita, natural de Celorico da Beira, que escreveo «*Relação copiosa dos trabalhos, que padeceo na missão do Tibet*».

(Vej. Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana.)*

Annos de 1637 a 1639

Pedro Teixeira, Portuguez, fez neste anno, por ordem do governo do *Pará,* a grande viagem desde o *Pará* a *Quito.* Remontou o rio *Maranham,* ou das *Amazonas* até onde se lhe ajuntão as agoas do rio *Napo.* Entrou pelo *Napo,* que mais acima tem o nome de *Coca,* e navegou por elle até mui perto de *Quito,* aonde finalmente chegou por terra.

Sahio Teixeira dos confins do *Pará* a 28 de Outubro de 1637, com 47 canôas de bom porte, levando 2:000 pessoas, entre ellas 70 soldados, todos Portuguezes, 1:200 Indios, e os mais mulheres, e rapazes. Commandava huma vanguarda o Coronel Bento Rodrigues de Oliveira, nascido no Brazil. Chegou a *Quito* em fins de Setembro de 1638. Voltou ao *Pará* em Dezembro de 1639.

(Vej. *Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas,* por el P. Christoval de Acunã. Madrid, 1641, 4.º)

Em 1639, o Capitão Pedro da Costa Favella, Portuguez, he o primeiro, que entra no *Rio Negro.*

Anno de 1645 a 1648

Pelos annos de 1645 e seguintes andavão na côrte de Portugal dous Principes orientaes, vassallos de el-Rei. Hum era o Rei das *Maldivas,* que tinha vindo pedir auxilio contra hum seu irmão, que lhe usurpára o throno. Este Principe servio na campanha de *Além-Tejo.* O outro era D. Martinho, Principe de *Arracan,* que tendo sido baptizado, e creado em Gôa, e tendo servido nas armadas Portuguezas da India, obteve de el-Rei a capitania de Gôa por Alvará do anno de 1646.

Em 1647 sahio de *S. Luiz do Maranhão* Bartholomeu Barreiros de Athaide, mandado por el-Rei ao descobrimento das minas do rio *Aguarico,* ou do *Ouro,* e foi acompanhado do religioso Carmelitano Fr. José de Santa Tereza, que por ter sido muitos annos captivo do gentio sabia a lingua de varias nações daquelle sertão. Desta expedição parece que não houve resultado algum.

Em 1648 se recobrárão os Estados de *Angola* do poder dos Hollandezes. Foi o illustre fidalgo Salvador Correia de Sá e Benavides, Governador que então era do *Rio de Janeiro,* o que executou esta gloriosa empreza com poucos meios, mas com grande valor, industria, e ardideza. Todas as dependencias de *Angola* ao sul e ao norte ficárão limpas de tão perniciosos inimigos. O Rei de *Congo,* que com elles se tinha alliado, obteve a paz, cedendo á Corôa de Portugal a ilha de *Loanda.*

Anno de 1651

Principios da povoação da ilha dos *Patos* (hoje ilha de *Santa Catharina)* sobre a costa do Brazil, por Francisco Dias Velho Monteiro, com a sua familia, e 500 Indios domesticados.

(Resumo Historico de Santa Catharina, pelo Visconde de S. Leopoldo. Paris, 1839.)

Anno de 1660

A este anno se faz memoria de hum Portuguez appellidado *Melgueiro,* que sendo mestre, e piloto de hum navio Hollandez, sahio do *Japão* em Março; dirigio-se aos mares do pólo arctico, subindo até 84°; passou entre a

antiga *Groenlandia*, e *Spitzberg*, e deixando á esquerda a *Scotia*, viera a Portugal.

O escriptor, que nos subministrou esta noticia, cita Mr. de Buache, no *Parallèle des Fleuves*, Historia da Academia das Sciencias de Paris, anno 1753, e *Memorias* da mesma Academia, pag. 885. E acrescenta por testemunho de Mr. de Buache, que os Batavos tinhão, e occultavão com recato o *Diario* desta navegação, unica até áquelle tempo.

O mesmo escriptor nos dá ainda outra noticia, que diz ser sabida: « *Notum etiam est* (diz elle) *Martinum Chack Lusitanum*... » &c.; isto he, que hum Portuguez, por nome Martim Chack, governando huma náo em conserva de outras duas pelo *mar pacifico*, fôra correndo os mares, arrojado por huma violenta tempestade, e ventos occidentaes, achando-se por fim á parte meridional da *Irlanda*, d'onde viera a Lisboa.

Anno de 1663

O Padre Manoel Godinho, natural da villa de Montalvão, egresso da Companhia de Jesus, Prior de S. Nicoláo de Lisboa, e depois de Loures, estando nas missões da India, veio por terra a Portugal, de mandado do Vice-Rei Antonio de Mello de Castro, e segundo parece com alguma secreta, e importante commissão. Escreveo « *Relação do novo caminho que fez por terra, e mar, vindo da India para Portugal no anno de 1663* », impressa em Lisboa, em 1665.

Annos de 1668 e 1669

Sobre o descobrimento do *Rio Negro* na America Portugueza deve vêr-se o *Diario da Viagem*, que fez pela *capitania* de *S. José do Rio Negro*, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, impressa pela Academia Real das Sciencias de Lisboa em 1825.

Mandou el-Rei de Portugal Embaixador á *China*, o qual foi recebido do Imperador com grandes mostras de benevolencia, e obteve algumas liberdades para a religião, e para o commercio.

Annos de 1676 a 1680

Ayres de Saldanha, que por estes annos governava *Angola*, intentou abrir communicação por terra a *Benguella*, e d'ahi á contra-costa de *Sena*. Offereceo-se para esta empreza o Capitão José da Rosa, mas sahindo de *Massangano*, a poucas jornadas encontrou tantas difficuldades, e tanta opposição em muitos Sovas, que lhe impedião a passagem, que se vio forçado a retroceder.

Anno de 1682

Em 1682, pouco mais ou menos, Bartholomeu Boeno da Silva, natural de Pernahiba, com hum seu filho do mesmo nome, chegárão a *Goiazes*. O filho foi pouco depois o principal descobridor das terras daquella capitania.

(Vej. a *Memoria sobre o descobrimento, governo, população, e cousas mais notaveis da capitania de Goiaz*, no *Jornal de Coimbra*, num. 76, part. 1.ª, art. 1.º, pelo Padre Luiz Antonio da Silva e Sousa, natural do *Serro do Frio*, capitania de *Minas Geraes.)*

Parece que em 1726 he que se fez ali estabelecimento de povoação Portugueza, de que foi primeiro Governador o de S. Paulo Rodrigo Cezar de Menezes até 1728.

Anno de 1696

Por estes annos descobrirão os Portuguezes o *aljofar*, e as *perolas* nos mares de *Çofala*, a cousa de trinta leguas da barra de *Luabo*.

Tambem se descobrírão as minas de prata no reino de *Mocranga*, na terra chamada *Nhanace*, quasi confinante com as nossas terras de *Tete*, junto do *Zambeze*.

Anno de 1719

Notaremos aqui, que, segundo hum antigo escriptor Portuguez, *até os ultimos annos de el-Rei D. Sebastião não se tinhão descoberto no Brazil minas de ouro, nem de prata, nem outras riquezas, e perolas*, &c.

Em 1659 achámos a primeira noticia (ainda duvidosa) de huma *rica mina descoberta ha pouco tempo no Brazil.*

Em tempo de el-Rei D. Pedro II *se começárão a descobrir as minas do ouro*, sendo Governador do *Rio de Janeiro* Artur de Sá. Nas exequias que se fizerão a este Soberano em Roma, se lia, entre outras letras, que adornavão o tumulo, esta:

NOVIS IN BRASILIA INVENTIS AURIFODINIS
MUNIFICENTIÆ PETRI II SERVIT NATURA.

Em 1719 se descobrírão as novas minas de ouro de *Cuiabá, Goiazes*, e outros districtos, sendo a mais preciosa a do *Serro do Frio*, por della sahirem tambem diamantes.

Em 1727 e 1728 se descobrírão os *diamantes* no *Brazil*, e achámos em memoria, que a frota, que viera do *Rio de Janeiro* em 1730, trouxera a Portugal 1146 onças.

Annos de 1722 a 1729

Em 1722 vierão a Portugal Embaixadores de hum Rei poderoso da ilha de *S. Lourenço*, offerecendo a el-Rei os portos do seu reino para nelles mandar levantar fortalezas.

Em 1723 foi despachado pelo governo do *Pará* o Capitão Francisco de Mello Palheta com huma tropa de ex-

ploração a correr, e examinar o rio *Madeira* no *Brazil*, aonde já tinha hido em 1716 outra expedição Portugueza.

Em 1725 mandou el-Rei Embaixador á *China* a cumprimentar o Imperador pela sua exaltação ao throno. O Embaixador Alexandre Metello entrou em *Pekin* em 1727.

Em 1726, primeiro estabelecimento de povoação Portugueza em *Goiaz*.

(Vej. o anno de 1682.)

Em 1729 recebeo o Vice-Rei da India huma embaixada do Principe de *Agra*, e outra do *Raja de Amber*, que pedia que de Portugal lhe fosse enviado algum habil mathematico, com quem podesse conferir certos pontos astronomicos. Este Embaixador veio a Lisboa com cartas e presentes do mesmo Principe, e do Gran-Mogol Mahamad Shea, que se intitulava *Imperador do Indostan*.

Annos de 1735 a 1737

Antonio Ribeiro Sanches, sabio Portuguez, primeiro medico dos exercitos da Russia, correo nestes annos, por ordem daquelle governo, a *Ukrania*, as margens do *Don* até ao mar de *Zabache*, e os confins do *Cuban* até *Azoff*: atravessou os desertos entre a *Criméa*, e *Backmut*: visitou os *Calmucos* desde o reino de *Cazan* até ás margens do *Don*: e os Tartaros da *Criméa*, e de *Nogai*, e os Tartaros de *Kergisse*, e *Tcheremissi* ao norte de *Astracan* desde 50 até 68° de latitude, &c.

(Buffon. *Histoire naturelle de l'homme.*)

Nos mesmos annos foi povoado no *Brazil Mato-grosso* pelos moradores de *Cuiabá.*

Annos de 1741 a 1743

Foi neste anno a primeira exploração do rio *Aporé,* e do celebre sitio do *Corumbijara* por alguns moradores de *Mato-grosso.*

(Vej. *Navegação desde o Pará até Mato-grosso,* impressa pela Academia Real das Sciencias, em 1826.)

Anno de 1749

Neste anno sahio do *Gran-Pará* por ordem de el-Rei de Portugal huma escolta, que navegou pelo *Amazonas* até ao *Madeira,* seu confluente. Começou-se a viagem a 14 de Julho, e a 25 de Setembro chegou a escolta á embocadura do *Madeira.* Navegou por este rio até 17 de Dezembro, em que chegou ás *Cachoeiras.* Vencidas dezenove *Cachoeiras,* navegou pelo *Aporé,* que os Hespanhoes chamão *Ithenes,* e a 14 de Abril de 1750 chegou ás minas de *Mato-grosso,* que era o seu destino, com nove mezes completos de viagem. Escreveo a *Relação* della José Gonsalves da Fonseca, e a Academia Real das Sciencias de Lisboa a imprimio em 1826.

Annos de 1768 a 1775

Entre os annos de 1768 e 1774 foi escripto o *Roteiro da viagem da cidade do Pará até as ultimas colonias dos dominios Portuguezes, em os rios Amazonas, e Negro, illustrado com algumas noticias, que podem interessar a curiosidade dos navegantes, e dar mais claro conhecimento das duas capitanias do Pará, e S. José do Rio Negro.* Escreveo-o o Reverendo José Monteiro de Noronha.

Em 1774 e 1775 foi a viagem pelo *Amazonas*, e *Rio Negro*, feita por Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, ouvidor da capitania de *S. José do Rio Negro*, impressa pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, em 1825.

Anno de 1783

Ordenando a Rainha D. Maria I, que se despachassem viajantes aos sertões da America para collegirem noticias dos varios productos da natureza, foi hum delles o Doutor Alexandre Rodriges Ferreira, levando por desenhadores a Joaquim José do Cabo, e a José Joaquim Freire.

(*Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tom. 5.°, pag. 65.)

O gravador Manoel Marques de Aguilar, tendo hido a Inglaterra aperfeiçoar-se na sua arte, foi depois, pelos annos de 1794, pouco mais ou menos, encarregado de abrir as estampas pertencentes áquellas viagens.

O naturalista Manoel Galvão da Silva foi mandado para *Moçambique* em execução das mesmas ordens regias, e para o mesmo fim, levando em sua companhia o desenhador Antonio Gomes.

(Ibidem, pag. 63.)

Anno de 1787

O Tenente Coronel Manoel da Gama visitou neste anno o *Rio Branco* por ordem da côrte, e o descreveo com prolixa investigação, fazendo levantar a carta respectiva pelo Engenheiro, Doutor em mathematica, José Simões de Carvalho.

Annos de 1796 a 1798

Vicente Ferreira Pires, natural da *Bahia*, partio desta cidade a 29 de Dezembro de 1796 como enviado de Sua

Alteza o Principe Regente, em companhia de *D. João Carlos de Bragança, Embaixador Ethiope do Rei de Dahomé.* Foi a *Dahomé,* e voltou á *Bahia,* aonde chegou a 5 de Fevereiro de 1798. Escreveo, e offereceo ao Principe em 1800 a «*Viagem de Africa em o reino de Dahomé*», manuscripta, em 4.º, que está na Bibliotheca Real da Ajuda.

Em 1797 partio o Major Francisco Nunez com huma expedição ao descobrimento da communicação do rio *Capim* para o *Piauhy.* Voltou, e deo conta da viagem em 1798.

Anno de 1798

Estando D. Rodrigo de Souza Coutinho (depois Conde de Linhares) no Ministerio dos Negocios da Marinha e Dominios Ultramarinos, quiz renovar a empreza (outras vezes tentada) da communicação entre as duas costas occidental e oriental de Africa por terra. Designou para isto a Francisco José de Lacerda e Almeida, Doutor em mathematica, nomeando-o, com este intento, Governador dos *Rios de Sena,* d'onde havia de partir a expedição. Lacerda partio para o seu governo, munido de instrumentos, e meios adequados; procurou informações e noticias, e poz-se a caminho para o interior. Chegando ás terras do Rei Cazembe (que parece ser o ponto central entre as duas costas) alli falleceo. Os seus companheiros, a quem elle, á hora da morte, recommendou a continuação da empreza, não annuírão a esta recommendação, e a empreza ficou sem o seu completo effeito.

(Vej. os extractos da obra publicada em Londres, na lingua Ingleza, em 1824, com o titulo «*Relação dos descobrimentos feitos pelos Portuguezes no interior de Angola e Moçambique, tirada de manuscriptos originaes,* por F. E. Bowdich».)

Anno de 1799

Ao mesmo tempo que da parte oriental de Africa se tentava a empreza da communicação das duas costas pelo interior, de que falámos no artigo antecedente, tentava-se tambem da parte occidental, por ordem do Capitão General de *Angola* D. Fernando de Noronha, que encarregou deste descobrimento o Tenente Coronel, Commandante, e Director da *Feira de Casange* Francisco Honorato da Costa.

Os exploradores chegárão ao sitio de *Cazembe*, aonde tinha fallecido o Doutor Lacerda; mas ahi achárão embaraços, que por alguns annos os detiverão.

Em 1807, sendo Governador o Capitão General de *Angola* Antonio de Saldanha da Gama (depois Conde de Porto Santo, e ha pouco fallecido), renovou este a mesma tentativa, mandando huma expedição á contra-costa, a qual com effeito se executou, voltando a *Loanda* em 1809, e trazendo embaixada dos *Molluas*, nação que já commerciava com *Moçambique*.

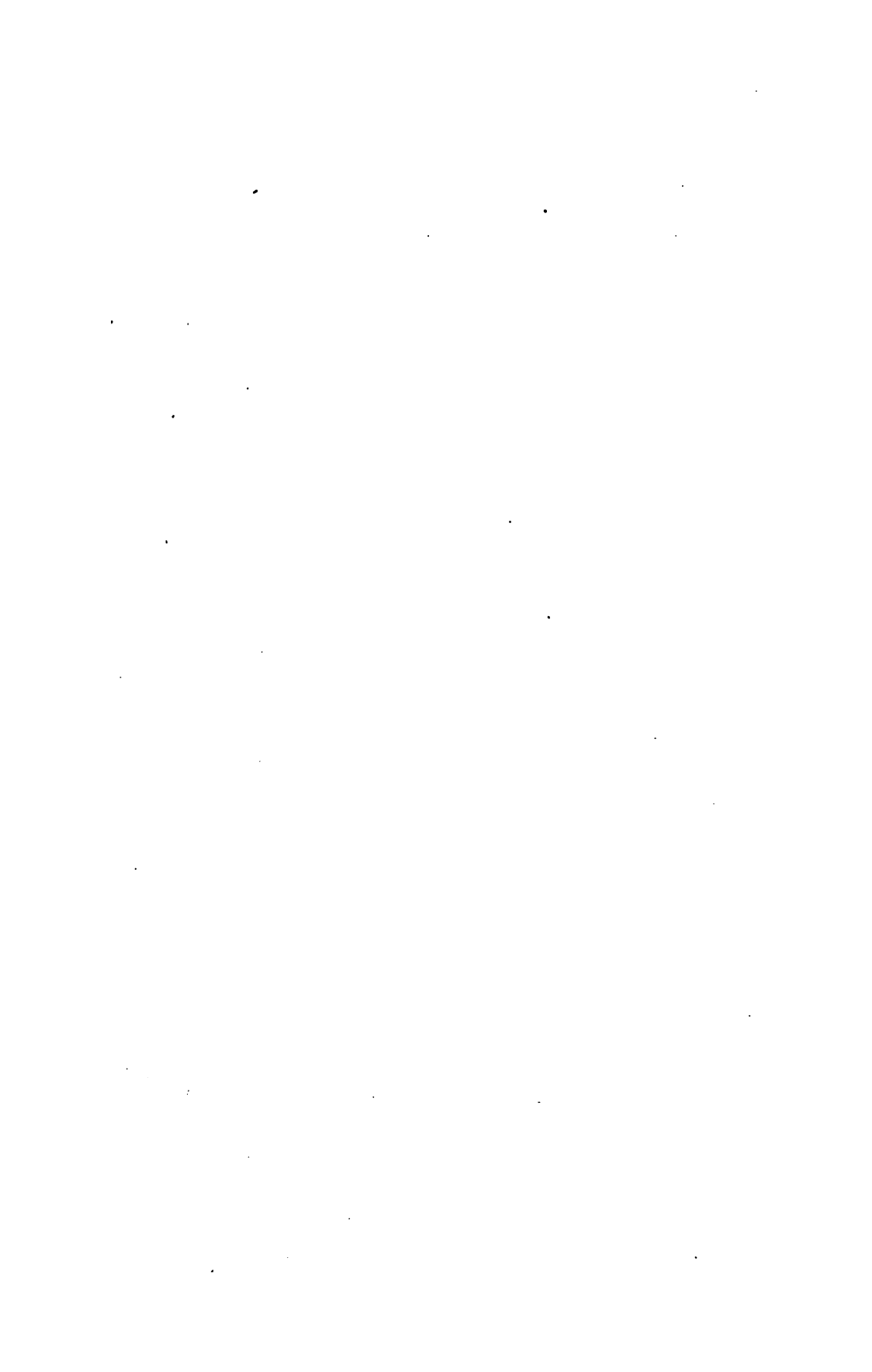
Enviou ainda o mesmo Governador e Capitão General segunda expedição com ordem expressa de hir até *Moçambique*, a qual voltou a *Loanda* estando já no governo de *Angola* José de Oliveira Barboza, e trazendo cartas do Governador de *Moçambique*.

Anno de 1810 e 1811

Em 1810 levantou o Capitão-Tenente José Joaquim da Silva a carta hydrografica da costa do *Pará* até o *Maranhão*.

Em 1811 sahírão da capital do *Brazil* por ordem do governo exploradores da navegação do *Guaporé*, *Mamoré*, *Madeira*, *Arinos*, *Tapajóz*, e *Xingu*, rios que todos entrão no *Amazonas*.

NOTAS

ÁCERCA DE ALGUNS DOS DESCOBRIMENTOS APONTADOS NO INDICE CHRONOLOGICO

NOTA SOBRE AS ILHAS CANARIAS

Anno de 1430?

As ilhas que se chamão *Canarias* forão conhecidas dos antigos, não só por este proprio nome, mas tambem pela denominação de *Afortunadas*. Ptolomeu as mencionou nas suas Taboas, e expressamente poz no numero dellas a *Canaria*; d'onde veio a todas as outras este nome geral. Plinio igualmente fez dellas memoria, e até tomou á sua conta indicar-nos a origem do nome de *Canarias* dizendo que provinha da multidão de grandes cães que ali se achavão (1). Santo Isidoro tambem falou dellas, e quiz explicar a razão por que se lhes attribuia a denominação de *Afortunadas*.

Parece que no seculo XII se conservava ainda alguma memoria destas ilhas e do seu nome. Em Santo Antonino de Florença (2.ª part., *Historia*, tit. 12.º, cap. 8.º, § 5.º) lemos estas palavras:

(1) Plinio, liv. 6.º, cap. 32.º, faz dellas memoria debaixo do titulo de *ilhas Afortunadas*; noméa: *Ombrion, Junonia maior, Junonia minor, Capraria, Nivaria,* e *Canaria,* dizendo desta ultima, que lhe vinha o nome: *a multitudine canum ingentis magnitudinis.*

«Eo tempore, ut ait Sigebertus, in Scotia Brendanus (2) claruit, qui *Fortunatas insulas* septennali navigatione perquirens multa miraculo digna vidit, a quo Machutes, qui et Maglovius, regulariter educatus, et ipsius navigationis socius, in Britannia sanctitate, et miraculis claruit», &c.

O *Machutes*, ou *Maglovius*, de que fala o Santo, he o mesmo que os Francezes chamão *S. Maclou*, ou *S. Maló*, que floreceo no seculo VI, a cujo tempo se deve consequentemente referir a navegação de *Brendano* em busca das *ilhas Afortunadas*. E postoque alguns escriptores duvidão desta navegação, e a suppõem fabulosa, comtudo Santo Antonino referindo-se ao testemunho de Sigeberto, que escrevia no seculo XII, mostra, pelo menos, que neste tempo se não havia ainda perdido de todo a memoria daquelles ilhas, nem se julgava temeraria a sua indagação.

Como quer que seja, temos por mui verosimil, que as *Canarias* fossem conhecidas dos Arabes da Mauritania. Estes povos erão navegadores. As suas frequentes passagens á Hespanha desde o principio do seculo VIII, as suas emprezas sobre as costas da Gallia, da Italia, e Sicilia, da Grecia, e fóra do Estreito sobre as da Galliza, e Asturias, &c., mostrão, que elles tinhão huma numerosa e exercitada marinha (3). Por outra parte as ilhas *Canarias*

(2) Deste *Brendano* conjecturâmos haver-se forjado a fabula da ilha encoberta, chamada de *S. Borondon*, ou *Blandon* (como outros dizem), sobre a qual se póde ver Moreri, e outros muitos escriptores e geografos.

(3) Pouco depois do fallecimento de el-Rei de Castella e Leão D. Affonso VI (em 1109), sendo Hali Rei de Marrocos, tinhá na sua côrte Alimemon, perito marinheiro *(sapiens nauta)* que presidia ás cousas maritimas. Este, com grande cópia de navios corria o Oceano contra a Galliza, e mar Britanico, e o mediterraneo até Constantinopla, combatendo os Barcelonezes, Francezes, Sicilianos, e outros Christãos, e levando muitos captivos para Marrocos. Hali e seu filho Texufin favorecião muito os Christãos que tinhão captivos em seu poder, e os empregavão tanto na guerra, como nos cargos e officios

ficavão tão proximas, e quasi fronteiras á Mauritania Tingitana, aonde erão situados os reinos de Fez, e de Marrocos, que difficilmente se acreditará, que os Arabes as não conhecessem, e visitassem, bem como alguns dos Christãos que no seculo XIII frequentárão o reino de Marrocos, e assistírão por algum tempo na cidade do mesmo nome, sua capital (4).

O certo he que no seculo XIV, e ainda antes delle, forão as *Canarias* visitadas por varios navegantes, e entre elles pelos Portuguezes.

Os escriptores da *Historia da Republica de Genova* referem, que em 1291, *Auria* e *Viraldo* navegárão em duas triremes o Atlantico com o intuito de descobrirem as *Canarias;* mas que destes aventureiros não houvera depois mais noticia alguma (5).

Dos Normandos nos consta, que pelos annos 1329 navegárão até áquellas ilhas: e o auctor do *Mundo Primitivo* menciona (se a memoria nos não engana) sobre a

da sua caza, e desde então ficárão muitos Christãos naquella côrte. (*Chronica de D. Affonso VII,* edição de Florez.)

(4) Nos principios do seculo XIII mandava o Rei João de Inglaterra Embaixadores a Marrocos. Pelos annos de 1219 estava em Marrocos o Infante D. Pedro de Portugal, irmão de el-Rei D. Affonso II, e nesse mesmo tempo partírão de Sevilha para aquella cidade os cinco Frades menores, que lá forão martyrisados, e sabemos que muitos outros Christãos existião então na mesma cidade. Em 1237 nomeou o Santo Padre Gregorio IX, e consagrou Fr. Agnello, Frade menor, para Bispo de Marrocos, *aonde havia muitos Christãos.* O Santo Padre Alexandre IV o fez seu Legado em toda a Africa em 1255: e finalmente o Santo Padre Nicoláo IV no anno de 1290 tambem nomeou Bispo para Marrocos. Tudo isto, e muitos outros semelhantes argumentos provão quanto aquelles reinos erão frequentados de Christãos no seculo de que tratâmos.

(5) Se este facto he verdadeiro, vê-se que não he bem fundada a conjectura de hum geografo moderno, que presume, que de todo se havia perdido a idéa das *ilhas Afortunadas, quando os Normandos de novo as descobrirão no seculo* XIV.

auctoridade de hum escriptor Arabe, que sahirão de Lisboa para as *Canarias* algumas familias Portuguezas (6).

Nada porém a este respeito he mais decisivo e incontestavel, que o facto de D. Luiz de Hespanha, descendente do Infante de Lacerda, de que faz larga menção Raynaldo. Refere este historiador annalista, que D. Luiz hindo a Avinhão como Embaixador de el-Rei de França, alcançára do Santo Padre Clemente VI o senhorio das *Canarias* (7) debaixo de certas condições, e com reconhecimento feudal á Santa Sé, e que implorando, para a conquista, o auxilio de varios Principes, e entre elles o de el-Rei de Portugal, com cartas e recommendações do Papa, respondêra el-Rei D. Affonso IV ao Santo Padre, que elle se considerava com direito áquellas ilhas, *pois as havia descoberto, e mandado a ellas seus vassallos, e que as teria conquistado se lho permittissem as guerras, que tinha com os Sarracenos.* Acrescentava, porém, que em reverencia da Santa Sé, e

(6) Alguns geografos citão Cartas Geograficas dos annos 1326, 1367, e 1384, em que se notão estas ilhas com a sua graduação, e por aqui se vê tambem que sem fundamento diz Moreri, *que as Canarias erão incognitas no seculo* XIV.

(7) Se alguem perguntar que direito tinha Clemente VI a dar o senhorio das *Canarias* a D. Luiz, responderemos, que os Pontifices Romanos já em tempo de Urbano II tinhão para si, que todas as ilhas pertencião por direito á Sé Romana. Assim o suppunha este Papa quando dava a Corsega ao Bispo de Piza em 1092. Adriano IV, mandando-lhe el-Rei de Inglaterra *pedir licença* para se apossar da Hibernia á força de armas, com o pretexto de restituir ali ao seu esplendor a religião Christãa, concedeo-lhe a licença, impondo-lhe a obrigação de pagar huma pensão annual á Santa Sé por cada caza. E na Bulla, que he de 1156, diz: « *Sane Hiberniam, et omnes insulas, quae documenta christianae fidei ceperunt, ad jus B. Petri, et Ecclesiae Romanae, quod tua Regia Nobilitas ipsa cognoscit, non este dubium pertinere* ».

E no anno de 1187, Henrique II de Inglaterra pedio ao Papa Urbano III, e obteve delle licença para fazer Rei de Hibernia hum de seus filhos, cousa que precedentemente lhe fôra denegada por Lucio III.

por ser o Principe Luiz seu parente, cedia deste seu direito, sem comtudo lhe poder dar o auxilio pretendido pela indicada razão da guerra, que estava sustentando contra os Africanos.

Este facto, que aconteceo pelos annos de 1344, e a resposta que el-Rei de Portugal D. Affonso IV deo ao Santo Padre, são testemunhos irrefragaveis de que as ilhas *Canarias*, ou *Afortunadas* erão já conhecidas pelos Europeos antes do meio do seculo XIV, e que os proprios Portuguezes as tinhão reconhecido e visitado nessa época.

Cieza (no seu *Trat. Rer. Indicar.)* faz ainda menção de certos aventureiros, que em 1393 invadirão, e saqueárão as *Canarias:* e Zurita querendo (ao que parece) referir o mesmo facto, postoque com alguma differença na data, diz que em 1395 alguns navegantes Guipuscoanos, e Andaluzes forão ao descobrimento daquellas ilhas, e effectivamente se apossárão de algumas dellas. E acrescenta, que finalmente el-Rei de Castella Henrique III facultára a Roberto de Braquemont no anno de 1401 o reconhecel-as e conquistal-as; e que commettendo Braquemont a expedição a seu parente *João de Bettencourt*, este com effeito conquistára algumas, e levantára fortaleza na *Lançarote* no anno de 1417 (8).

(8) Florez, *Rainhas Catholicas*, tratando da Rainha D. Catharina, viuva de Henrique III (que falleceo em 1406), a qual governava na menoridade de seu filho D. João II, diz que ella *proseguio com bom governo, e dando providencias sobre a conquista das Canarias.* Por onde se vê que estas providencias forão posteriores ao anno de 1406, em que falleceo D. Henrique, e subio ao throno o pupillo D. João II. E ainda se deve dizer, que forão dadas pelo fim da regencia da Rainha; porquanto Florez referindo aquellas providencias em geral, acrescenta logo: «*Porém a este tempo achando-se* (a Rainha) *em Valladolid, lhe sobreveio a morte, quinta feira, 2 de Junho de 1418;*» quando el-Rei seu filho tinha já cumprido treze annos, e ainda não governava o reino. As providencias forão dadas pela Rainha depois que ficou tutora *in solidum* por morte de D. Fernando, irmão de

Do que tudo se manifesta: 1.º Que as *Canarias* erão bem conhecidas no seculo XIII, e muito mais no seculo XIV, e que quando el-Rei Henrique III concedeo a Braquemont a faculdade de as conquistar, estava desde muito tempo vencida a difficuldade do *descobrimento*. 2.º Que sendo a conquista de Bettencourt effectuada em 1417, como diz o escriptor citado, e como reconhece Pinkerton, e muitos outros modernos, mal se póde d'ahi inferir que os descobrimentos Portuguezes tivessem origem nesse facto de Bettencourt, visto ser muito provavel que o Infante D. Henrique já em 1412 havia formado os seus projectos, e começado a execução delles, e ser de indubitavel certeza, que no proprio anno de 1417 mandava elle os seus descobridores a dobrar o Bojador, o que não faria tão intempestivamente, se houvesse de esperar o successo das *Canarias* para se resolver a executar o seu plano.

O que parece fóra de duvida, segundo as antigas Relações, he que Bettencourt se apossou effectivamente de tres daquellas ilhas, que hum escriptor nosso diz serem *Lançarote, Fortaventura*, e *Ferro*: e que retirando-se algum tempo depois, as deixára encommendadas a seu sobrinho Maciot de Bettencourt, o qual conquistára mais a *Gomeira*, largando-as logo todas ao Infante de Portugal D. Henrique, ou por determinado preço de dinheiro, como dizem alguns, ou por certos rendimentos, ou terras, que

D. Henrique, e tio do pupillo, que ficára nomeado por D. Henrique tutor com ella, e foi Rei de Aragão, fallecido em 1416.

Pedro de Medina, *Grandezas de Hespanha*, diz que as *Canarias* forão achadas pelos Hespanhoes em tempo de D. João II de Castella, sendo menino, e debaixo da tutela de sua mãi a Rainha D. Catharina. E que depois, em tempo dos Reis Catholicos, forão por seu mandado conquistadas por Pedro de Vera de Xeres de la Frontera, e Miguel de Moxica, excepto *Palma*, e *Tenerife*, que conquistou Alonso de Lugo, tambem por ordem dos mesmos Monarcas, que depois as povoárão de Hespanhoes, e mandárão Sacerdotes que instruissem os indigenas na religião Christãa.

o Infante lhe assignou na ilha da Madeira, onde Bettencourt fôra viver, como querem outros (9).

(9) Esta segunda opinião nos parece mais verosimil, e he certo que ainda hoje se conservão na ilha da *Madeira* algumas familias do appellido de *Bettencourt.*

Candido Lusitano, *Vida do Infante D. Henrique,* liv. 2.º, diz que Bettencourt, com licença de el-Rei de Castella Henrique III, tomou as ilhas *Lançarote, Fortaventura,* e *Ferro,* e ausentando-se, deixou estas ilhas encommendadas a seu sobrinho Maciot de Bettencourt, o qual as conservou em obediencia, e ainda auxiliado de alguns Castelhanos se apossou da *Gomeira.* Como porém seu tio não voltasse, e a elle faltassem os cabedaes, e forças necessarias para manter a conquista, veio em largar as quatro ilhas ao Infante D. Henrique, recebendo delle em troca as *Saboarias* da ilha da *Madeira,* e outras rendas, de que ficou satisfeito.

Passou Maciot a viver na *Madeira,* e fez caza tão rica, que cazou sua filha herdeira, D. Maria de Bettencourt, com o Capitão da ilha de *S. Miguel,* Ruy Gonçalves da Camara, filho 2.º do descobridor João Gonçalves Zarco.

Não sabemos em que anno foi feita por Maciot Bettencourt a cessão, ou venda das *Canarias* ao Infante D. Henrique; mas presumimos que seria pouco antes, ou pouco depois do anno 1430, não só porque he forçoso que desde 1417 decorressem alguns annos, em que podesse caber o dominio do primeiro conquistador, a sua retirada para a Normandia, o governo de seu sobrinho Maciot, e a conquista da *Gomeira;* mas tambem porque achámos que el-Rei D. Duarte pedíra ao Santo Padre Eugenio IV a confirmação da conquista de Ceuta, e a *acquisição das Canarias, que não pertencião a Principe algum Christão:* no que parece referir-se, ou á acquisição que havia feito pela compra, ou á acquisição que em consequencia da compra intentava fazer das outras ilhas, que ainda erão possuidas dos barbaros.

As Letras Apostolicas, em que o Santo Padre deferio á supplica de el-Rei, não tem data no Bullario; mas devem suppor-se passadas entre o anno de 1433 e o de 1438, que forão os do reinado de el-Rei D. Duarte, a quem o Papa as dirige.

Por estas mesmas Letras Apostolicas consta, que el-Rei de Castella se queixára ao Santo Padre destas acquisições concedidas aos Portuguezes, pretendendo, *que tanto a conquista das Canarias, como a de Africa pertencia a sua corôa:* ao que o Santo Padre respondeo, que não fôra, nem era da sua intenção offender direitos alheios, e

O Infante preparou e expedio em 1447 huma frota em que hia bom numero de soldados Portuguezes commandados por D. Fernando de Castro, destinados á conquista das oito ilhas das *Canarias*, que parece não tinhão até então sido entradas de Europeos, a saber: *Gran-Canaria, Palma, Graciosa, Inferno* (que parece ser *Tenerife), Alegrança, Santa Clara, Roche,* e *Lobos;* mas não sabemos mais cousa alguma do resultado desta expedição, e sómente dizem os nossos escriptores, que vendo o Infante que os Reis de Castella pretendião sempre ter algum direito, ou dominio naquellas ilhas, e não querendo implicar-se em questões que o desviarião de seu principal intento, as largára outra vez, ou as vendêra aos Castelhanos, ficando definitivamente áquella Corôa pelo Tratado de paz celebrado em tempo de el-Rei D. Affonso V com os Reis Catholicos no anno de 1479 (10).

A cessão ou venda das *Canarias* pelo Infante D. Henrique, parece ter sido concluida logo depois da expedição

assim o participava a el-Rei D. Duarte, recommendando a paz entre as duas nações.

(10) Diz o escriptor Candido Lusitano, que mandando o Infante tomar posse das quatro ilhas, como ainda *restavão doze* por conquistar, e entre ellas a *Gran-Canaria,* aprestára a armada com 2:500 homens de pé, e 120 de cavallo, gente escolhida e briosa, e nomeára por Capitão desta expedição a D. Fernando de Castro, Governador da Caza do Infante. E attribue esta empreza ao anno de 1424, no que, se não ha erro typografico, póde haver equivocação do escriptor, porque esta expedição parece que devia ser mais tarde.

Cadamosto, hindo á sua primeira viagem em 1445, chegou ás *Canarias.* Diz que são *sete,* quatro habitadas por Christãos, que são *Lançarote, Fortaventura,* a *Gomeira,* e *Ferro;* e tres por idolatras, que são a *Gran-Canaria, Tenerife,* e *Palma.* Diz mais, que o Senhor das habitadas por Christãos se chama *Ferreira,* Gentil-homem, e Cavalleiro de Sevilha, e *vassallo de el-Rei de Hespanha.* E que as tres por serem habitadas por gente de defeza, e terem montanhas altissimas, e perigosos desfiladeiros, *ainda não podérão ser subjugadas pelos Christãos.*

que acima dissemos; porquanto em 1449 foi S. Diogo, Andaluz, Frade menor, mandado á ilha *Fortaventura,* aonde converteo muitos idolatras á fé Christãa, e começou a fundar convento da sua ordem: mas pretendendo passar tambem á *Gran-Canaria,* aonde (diz Ribadeneira) *ainda se não tinha prégado o Christianismo,* vio-se obrigado a voltar á Europa, sem entrar na dita ilha, e a recolher-se á Hespanha em 1449.

O continuador de Fleury ao anno 1495 faz menção de huma expedição Castelhana ás *Canarias,* de que foi Cabo Affonso de Lugo, e diz, que tomára *Tenerife,* e *Palma:* que *Tenerife* se chamava antigamente *Nivaria:* que o Rei de *Tenerife* passára a Veneza, e que Affonso de Lugo fôra nomeado Governador da ilha, e encarregado de descobrir as outras que ainda não fossem descobertas.

Manoel Correia, Commentario ao cant. 5.º, est. 8.ª de Camões, diz, que as *Canarias,* ou *Afortunadas,* são doze, scil.: *Gran-Canaria, Palma, Graciosa, Inferno, Alegrança, Santa Clara, S. Roque, a dos Lobos, Lançaroté, Fortaventura, Ferro,* e *Gomeira.* «Das quaes (diz) *Lançarote, Fortaventura,* e *Ferro* descobrio hum cavalleiro Francez, por nome João de Bettencourt; e a *Gomeira* hum seu sobrinho chamado *Maciot Bettancor,* no tempo de el-Rei D. Henrique III de Castella. As outras forão descobertas por mandado do Infante D. Henrique, filho de el-Rei D. João I de Portugal. Depois que Maciot Betancor, por concerto que fez com o Infante, lhe largou o direito que tinha nas quatro ilhas descobertas, a troco de outras cousas que lhe deo, com que viveo muito honradamente. Estas ilhas se chamão hoje todas as *Canarias*», &c.

NOTA SOBRE AS ILHAS DOS AÇORES OU TERCEIRAS

Annos de 1444 e 1449

Ilhas dos Açores

O descobrimento das ilhas dos Açores he hum dos acontecimentos, que temos achado referido com mais incerteza e variedade, tanto no que respeita á sua época, como ao seu auctor, ou auctores.

Emquanto á época, huns dizem com Botero, que estas ilhas forão descobertas, e começárão a ser povoadas em 1439 (11). Outros reduzem o seu descobrimento ao meio do seculo xv, sem determinação precisa de anno. Outros com Luiz del Marmol marcão o anno de 1455 (12). Outros as suppõem descobertas em 1448 ou 1449. E outros finalmente dizem que ellas forão avistadas, ou tocadas antes, e finalmente reconhecidas ou achadas em 1449.

Emquanto ao auctor, ou auctores do descobrimento, dividem-se os escriptores em dous partidos, hum que o attribue aos Portuguezes, outro aos Flamengos. Huma terceira opinião porém parece querer concilial-os, já suppondo que os Flamengos tinhão tocado estas ilhas,

(11) Moreri, *Dictionnaire Universel.*
(12) Ortel, *Theatr. Orb.*, &c.

quando os Portuguezes as descobrírão; já dizendo que ellas forão descobertas por Portuguezes, e colonisadas por Flamengos.

No meio da incerteza, que parece resultar de tamanha variedade de opiniões, julgâmos que merecem attenção algumas probabilidades que fazem os Portuguezes auctores do descobrimento, e são as seguintes, que expomos ao prudente juizo dos leitores:

1.ª Que naquelles tempos, a que se attribue o descobrimento das *ilhas dos Açores*, erão os Portuguezes os unicos, que corrião os mares com o designio de achar novas terras, ou de hir traficar ás que já erão descobertas, succedendo talvez serem arrojados pelo temporal a differentes rumos, e acharem algumas ilhas, que ainda não erão conhecidas.

2.ª Que os Principes Portuguezes zelavão com grande cuidado, que os estrangeiros não navegassem aquelles mares, e tinhão a este fim alcançado Bullas dos Papas (segundo as opiniões e praticas dos tempos) encarregando aos seus capitães e officiaes do mar a vigilancia sobre este ponto.

3.ª Que o nome geral dado a estas ilhas, que se chamão *dos Açores*, e os nomes particulares de cada huma dellas, a saber: *S. Miguel, Santa Maria, Terceira*, ou de *Jesu-Christo, Graciosa, S. Jorge, Pico, Fayal, Flores*, e *Corvo;* são todos nomes Portuguezes, e alguns sómente proprios da lingua Portugueza.

4.ª Que tambem são Portuguezes os nomes das capitaes, villas, lugares, &c., como *Angra, Ponta Delgada, Praia, Prainha, Villa da Horta, Villa Franca do Campo, Villa do Nordeste, Villa das Lagoas, Lagoinha, Porto Formoso, Villa do Topo*, &c., &c.

5.ª Que entre os escriptores Portuguezes, alguns dizem positiva e expressamente, que Gonçalo Velho descobríra em 1444 a *ilha de S. Miguel*, a 8 de Maio, dia da

Apparição do Santo Archanjo, dando por esse motivo o nome á ilha, segundo a pratica mui frequente dos Portuguezes daquelle tempo. Outros dizem que Gonçalo Velho fôra mandado em 1449 povoar aquellas ilhas, *já descobertas nos annos antecedentes*, e nas quaes *o mesmo Gonçalo Velho tinha já lançado algum gado, por ordem do Infante D. Henrique.*

Todas estas razões nos inclinão a ter por mui provavel que *Gonçalo Velho* foi o que descobrio as primeiras ilhas (dos Açores) de *Santa Maria* em 1432, e de *S. Miguel* em 1444: que nos annos seguintes continuaria elle mesmo, auxiliado de outros navegadores Portuguezes a descobrir as mais ilhas, e hiria lançando nellas os animaes domesticos, que depois servissem aos povoadores: e que em 1449 se começou a obra da povoação, sendo elle mesmo encarregado, como cumpria, desse trabalho.

Tres razões aponta hum escriptor douto em contrario da nossa opinião. A primeira he que os escriptores, que attribuem o descobrimento destas ilhas aos Flamengos, são *desapaixonados*, e devem como taes preferir aos escriptores Portuguezes. A segunda he que as mesmas ilhas se chamárão *Flamengas.* E a terceira he que ainda nellas subsiste a posteridade *das familias Flamengas, que as descobrírão.* Nós não achâmos estas razões bastantes a nos fazerem mudar de sentimento.

Não a primeira: porque sendo os Flamengos os que se attribuírão o descobrimento destas ilhas, tão apaixonados se devem reputar, pelo menos, como os Portuguezes. Os estrangeiros, que depois repetírão o mesmo, ou seguírão sem exame o que achavão nos escriptores Flamengos, ou se inclinavão mais a essa parte, levados do ciume com que se vê que muitos delles fallárão dos descobrimentos Portuguezes.

Acresce que os Portuguezes, tendo tantos factos inquestionaveis, com que exaltar a gloria da sua nação, no que

respeita aos descobrimentos maritimos daquella época, nem costumavão servir-se de noticias falsas em tal materia, nem necessitavão de apropriar-se sem fundamento a pequena gloria de haverem achado mais algumas ilhas em mares que elles havião franqueado, e frequentado com seus navios.

Quando dizemos que os Flamengos forão os que attribuirão aos seus navegadores este descobrimento, falâmos com a auctoridade de Ortelio, que tambem era Flamengo, o qual diz que os *seus nacionaes he que davão ás Açores a denominação de ilhas Flamengas:* « *Nostrates* (diz este benemerito e veridico geografo) *Vlaemsche cyladen vocant, quasi Flandricas insulas* »,

E por aqui se vê que a segunda razão acima apontada contra o nosso sentimento padece o mesmo defeito que a primeira: isto he, que o nome de *Flamengas* dado ás ilhas, de que tratâmos, tinha origem nos mesmos Flamengos, que porventura querião assim sustentar a sua opinião.

Mas nós não nos atrevemos a pôr esta nota aos Flamengos sem maior fundamento, e conjecturâmos que elles darião o seu nome ás ilhas por haverem sido chamados, ou admittidos a povoar algumas, ou alguns lugares dellas. E esta nos parece a verdadeira explicação da difficuldade, e a natural solução do nó que embaraça esta controversia.

Os Portuguezes erão poucos para acudir á povoação de tantas ilhas, como tinhão descoberto. Os Flamengos tinhão a protecção da Senhora D. Isabel, Duqueza de Borgonha, e irmãa do Infante D. Henrique. Haveria familias que pretendessem melhorar de situação, vindo auxiliar a povoação de tantas ilhas, e o Infante facilmente viria em lh'o conceder. D'aqui he que nós conjecturâmos que se originou a opinião do descobrimento Flamengo, e a denominação de *Flamengas*, que se ficou dando algumas vezes áquellas ilhas.

Nem isto he mera conjectura. *Tarapha* refere que o Infante D. Henrique *mandára povoar varias ilhas, e que dera a povoar a de S. Jorge, e a do Pico a Flamengos.*

O moderno geografo *Pinkerton* diz que estas ilhas forão descobertas em 1449, e *colonisadas por alguns Flamengos com licença, ou de mandado de el-Rei de Portugal.*

Pelo que fica tambem resolvida a terceira razão, que se nos oppunha, de se acharem nas ilhas dos Açores familias Flamengas: o que podia acontecer ainda que os Flamengos não fossem seus descobridores. Na ilha da Madeira se achão os *Achioles,* illustres Florentinos, e os *Bettencourts,* Normandos, e ninguem dirá que os Florentinos ou Normandos descobrissem aquella ilha. Estabelecêrão-se nella, ou no tempo em que foi povoada, ou pouco depois, e assim se forão conservando até ao dia de hoje.

Candido Lusitano, na *Vida do Infante D. Henrique,* liv. 4.°, pag 317, e seguintes, tratando do descobrimento e povoação das ilhas dos Açores, diz em resumo que:

Em 1431 Gonçalo Velho Cabral, fidalgo, Commendador de Almourol, mandado pelo Infante navegar ao poente, avistou huns penedos, em que o mar se mostrava inquieto, e como fervendo, e lhe deo o nome de *Formigas,* voltando a Portugal sem mais resultado algum.

Em 1432 tornou a ser mandado na mesma direcção, e aos 15 de Agosto descobrio a ilha, a que pôz o nome de *Santa Maria.* Voltando a Portugal, o Infante o fez Capitão donatario da ilha descoberta, e elle a começou logo a povoar, hindo a povoação, producção, e commercio della em grande crescimento por alguns annos.

Em 1444 o mesmo Gonçalo Velho foi de mandado do Infante continuar os descobrimentos, e não sendo bem succedido na primeira viagem, descobrio na segunda, e neste anno, a 8 de Maio, a *ilha de S. Miguel,* a que deo este nome allusivo á festividade do dia.

Em 1445, tendo o descobridor alcançado do Infante a capitania da nova ilha, passou a povoal-a neste anno.

D'aqui em diante diz o escriptor, que lhe faltavão as luzes da historia e da chronologia; mas que seguindo a escassa luz de algumas *conjecturas provaveis*, parecia que no anno de 1449 se descobrira por diligencias do Infante a *Terceira*, a que se deo este nome por ser terceira na ordem das descobertas, mas que se ignorava o seu descobridor, postoque era provavel ser algum dos muitos navegantes, que naquelle tempo hião a Cabo Verde, &c., os quaes hião ou vinhão buscar a altura da Terceira.

Acrescenta porém o escriptor, *fundado em testemunho authentico*, que em 1450 estava a Terceira descoberta de pouco tempo, e que o Infante fizera della Capitão a Jacome de Bruges, cavalheiro Flamengo, que tendo vindo a Portugal, entrára no serviço do Infante, e este o cazára com huma Dama da Infanta D. Brites. Este virtuoso homem levantou logo huma igreja da invocação de *Santa Beatriz*, que foi a primeira freguezia de toda a ilha, e para povoal-a levou do reino, e da Madeira (com aprazimento do Infante) alguns cazaes. Jacome de Bruges viveo alguns annos na ilha, e fazendo viagem a Flandres para apurar a herança de hum seu parente, lá falleceo.

Duvida-se se a ilha de *S. Jorge* foi a quarta descoberta; mas diz o escriptor, que está a favor della a *tradição dos antigos*, segundo a qual fôra esta ilha descoberta em 1449 a 23 de Abril, pelo que tomou o nome do Santo desse dia. Diz mais, que a fama attribue o descobrimento a Jacome de Bruges, e o cargo de povoal-a a *Guilherme Vandagara*, que se chamou *da Silveira*, o qual, *segundo Memorias antigas*, sendo na sua patria (era Flamengo) pouco favorecido da fortuna, viera tental-a em Portugal, e pedíra e alcançára do Infante licença para povoar *S. Jorge*. Fundou a villa do *Topo;* mas escaceando a terra em poucos annos na producção, o Capitão se vio obrigado a passar

á ilha do *Fayal*, já conhecida, mas *quasi deserta*. Ahi achou já a *Jorge de Utra*, Flamengo illustre, que então lançava os primeiros fundamentos á povoação do *Fayal*.

Silveira não se unindo bem com Utra voltou a S. Jorge.

O Infante deo a Utra a capitania do *Pico*, que segundo alguns fôra descoberta por hum *Fernam Alvares*, que ali fôra arrojado por tormenta, e nella vivêra solitario obra de hum anno.

A ultima ilha que *se povoou*, diz o escriptor, que ajuiza ser a *Graciosa*, se bem que alguns põem o seu descobrimento em quarto lugar, e outros em terceiro, e elle por conjectura a suppõe descoberta pelos annos 1453. Mas dá como certo que o Infante a dividíra em duas capitanias, e dera huma a *Vasco Gil Sodré*, de Montemór o Velho, homem nobre e rico, que vivia na Terceira: e outra a *Duarte Barreto*, seu cunhado, dos Barretos do Algarve.

O Barreto foi assaltado no caminho, e preso pelos Castelhanos, pelo que passou a capitania a Pedro Corrêa da Cunha, fidalgo illustre, e tambem parente de *Vasco Gil Sodré*.

E nada mais diz o escriptor a respeito das ilhas dos Açores.

Ao extracto que fizemos de Candido Lusitano reflectiremos:

Parece que não póde haver duvida prudente em dar credito ao escriptor no que respeita ás duas primeiras ilhas, porque notando elle sinceramente as variedades que achára a respeito destes descobrimentos, e a falta de noticias exactas de alguns delles, parece que se deve ter por averiguado o que elle mesmo nos dá como certo e indubitavel, como he o que diz do descobrimento e povoação de *Santa Maria* em 1432, por Gonçalo Velho, de *S. Miguel* em 1444 (no que concordão outros escriptores nossos), e sua povoação, pelo mesmo Gonçalo Velho.

Das tres seguintes *Terceira, Graciosa*, e *S. Jorge*, o mesmo escriptor confessa que lhe faltavão noticias individuaes e certas, e que só por *conjecturas provaveis* determinava as épocas dos seus descobrimentos.

Comtudo ellas estavão sem duvida descobertas antes de 1460, e mui provavelmente povoadas, porquanto o Infante D. Henrique as possuio, e logo immediatamente á sua morte as doou el-Rei D. Affonso V ao Infante D. Fernando, seu irmão, que era sobrinho e filho adoptivo do D. Henrique.

O nosso escriptor attesta sobre a fé de testemunho authentico, que a *Terceira* estava descoberta de pouco tempo, em 1450, e que então a fôra povoar Jacome de Bruges, como deixámos referido.

A esta se seguiria logo a *Graciosa*, que alguns põem em quarto lugar na ordem dos descobrimentos, e o escriptor a suppõe achada em 1453. E logo depois, ou pouco antes, a de *S. Jorge*, que os antigos suppunhão descoberta em 1449, attribuindo o seu descobrimento a Jacome de Bruges, povoador da *Terceira*.

Das ilhas do *Corvo*, e *Flores*, não faz menção o escriptor que seguimos; mas he fóra de duvida que a do *Corvo* estava descoberta em 1453, porque nesse anno, a 20 de Janeiro, a doou D. Affonso V ao Duque de Bragança. E parece crivel que não tardasse muito a ser tambem descoberta a das *Flores*, que fica a pequena distancia (13).

(13) Fleurieux diz, ou suppõe, que o *Corvo* e *Flores* apenas forão descobertas em 1460 (*Roteiro geral de Lopes*, part. 1.ª, pag. [illegible]); mas he equivocação, porque a ilha do *Corvo* já em 1453 foi doada ao Duque de Bragança, e a das *Flores* [illegible] por descoberta quando a do *Corvo*, suppondo a proximidade de ambas.

Lopes suppõe estas ilhas descobertas desde 1431.

A ilha do *Corvo* foi doada por D. Affonso V ao Duque de Bragança com mero e mixto imperio, por carta dada em Evora a 20

Das duas ilhas, Fayal e Pico, que são as que restão entre as nove chamadas dos *Açores*, não temos noticia alguma exacta sobre o seu descobrimento, nem o nosso escriptor nos dá indicação alguma, sobre que possamos fundar o nosso juizo.

Elle diz, na verdade, que o Infante (D. Henrique) dera a capitania do *Pico* a Jorge de Utra, e que este já estava no *Fayal* quando lá aportou Guilherme da Silveira, obrigado da esterilidade da sua ilha de *S. Jorge*.

Annos de 1449 a 1453

O descobrimento dos Açores, segundo Martim Behaim

Lê-se no famoso *Globo de Nuremberg*, de Martim Behaim, a seguinte nota:

« As ilhas dos Açores forão *habitadas* em 1466, quando el-Rei de Portugal *as deo á Duqueza de Borgonha sua irmãa.* Havia então em Flandres guerra, e grande fome, e a Duqueza mandou para essas ilhas homens e mulheres, e tudo o necessario para subsistirem, &c. Em 1490 ainda ali havia Allemães, e Flamengos, que tinhão hido com Job de Huerter, meu sogro, a quem as ilhas forão dadas, e para seus descendentes *pela dita Duqueza*. Em 1431, *reinando o Infante D. Pedro,* armarão-se dous navios por ordem do Infante D. Henrique para hirem ao descobrimento de terras *além do cabo de Finis-terrae,* os quaes na distancia de 500 leguaes descobrírão estas ilhas,

de Janeiro de 1453. (*Historia Genealogica,* liv. 6.º, cap. 1.º, e *Provas* ao mesmo liv., num. 26.)

O mesmo Rei, em 3 de Dezembro de 1460, fez ao Infante D. Fernando (que era seu irmão, e sobrinho e filho adoptivo do Infante D. Henrique), a amplissima doação de muitas ilhas que este até á sua morte possuira, e entre ellas se nomeão a de *Jesu-Christo (Terceira), Graciosa, Santa Maria, S. Miguel,* e *S. Jorge.*

e tendo desembarcado, não achárão vestigios de homens, nem de quadrupedes. Depois para cumprir as ordens do Rei de Portugal, mandárão no *anno seguinte dezeseis navios* com toda a especie de animaes, que lançárão em cada ilha para multiplicarem. »

A desordem com que está escripta esta nota, e as manifestas falsidades, que nella se encerrão, quasi que nos desviarião do trabalho de a refutar. Diremos sempre alguma cousa, e hiremos notando summariamente as imposturas mais obvias. Vamos pela mesma ordem.

« *As ilhas dos Açores forão habitadas em 1466, quando el-Rei de Portugal as deo á Duqueza de Borgonha, sua irmãa.* »

Se estas ilhas *forão habitadas em 1466, quando el-Rei as deo á Duqueza,* como diz a nota, que em 1432 forão dezeseis navios com animaes para multiplicarem em cada huma dellas? Estarião ellas trinta e quatro annos a povoar-se de *toda a especie de animaes,* para só no fim de tanto tempo hirem os homens comêl-os?

A doação destas ilhas á Duqueza de Borgonha (*tia,* e não *irmãa* de el-Rei), he huma manifesta fabula:

1.° Pelo geral e absoluto silencio de todos os nossos escriptores a este respeito, e porque se não mostra, nem póde mostrar titulo algum desta doação.

2.° Pela inverosimilhança, que melhor chamáramos impossibilidade do facto: porquanto huma tão consideravel alienação, totalmente gratuita, de tantas ilhas descobertas pelos Portuguezes, e á custa de seus trabalhos, feita á Duqueza de Borgonha sem preço, sem indemnisação, sem allegação de relevantes serviços, e de mais a mais sem o consentimento das Côrtes, excede toda a credibilidade, e não póde merecer o assenso de quem tenha uso de razão (14).

(14) A Duqueza, quando o Duque falleceo em 146[illegible], estava desde muito tempo retirada em hum convento por desgostos que tivera

3.° Porque dado, por hum momento, que estas ilhas fossem doadas á Duqueza, não sabemos, nem se nos diz quando, por que modo, e por que titulo revertêrão á Corôa Portugueza, havendo a este respeito o mesmo geral e absoluto silencio, que já notámos a respeito da doação.

4.° Porque cinco destas ilhas dos Açores (a *Terceira, Graciosa, S. Miguel, Santa Maria,* e *S. Jorge)* tinhão sido doadas em 1460 ao Infante D. Fernando, irmão de el-Rei, e filho adoptivo do Infante D. Henrique, para as ter e possuir *do mesmo modo que este as havia possuido* até áquelle anno, em que falleceo. Do qual Infante D. Fernando (fallecido em 1470) passárão a seu filho o Duque de Viseo D. Diogo, e depois da morte deste a seu irmão o Duque de Beja D. Manoel, que depois foi Rei.

A sexta ilha (a do *Corvo)*, tinha tambem sido doada em 1453 por el-Rei D. Affonso V ao Duque de Bragança por carta dada em Evora a 20 de Janeiro do mesmo anno.

E as duas, que restão (do *Fayal,* e *Pico)*, as vemos doadas a *Jooz de Utra* pelo dito Senhor D. Manoel, ainda antes da nova doação, e foral, que já *como Rei* lhe fez em 1509, sem que neste amplissimo titulo se diga huma só palavra da Duqueza de Borgonha, nem de algum dominio que jámais tivesse tido nas referidas ilhas (15).

«Em 1431 (diz pouco depois a nota), *reinando o In-*

com o Duque, e falleceo d'ahi a quatro annos, sem ter parte alguma nos negocios do governo.

(15) Existe no Real Archivo da Torre do Tombo huma sentença proferida no anno de 1571, em demanda que teve Jeronymo de Utra Côrte Real com a Corôa sobre a successão da capitania das ilhas do Fayal e Pico.

Della consta que Joz de Utra, avô de Jeronymo, a instancias do Infante D. Fernando, Mestre de Christo, viera povoar aquellas duas ilhas, pertencentes á mesma Ordem, ficando as capitanias dellas para o dito Utra e seus descendentes: e que isto mesmo foi confirmado por el-Rei D. Manoel, passando consequentemente a capitania das duas ilhas por morte de Joz, a seu filho Manoel de Utra.

fante D. Pedro, armárão-se dous navios por ordem do Infante D. Henrique, para hirem ao descobrimento de terras *além do cabo de Finis-terrae,* os quaes na distancia de 500 leguas descobrirão estas ilhas.»

A este periodo póde notar-se:

1.º Que o Infante D. Pedro *nunca reinou:* e se o escriptor quer falar da tutoria e regencia, que elle teve na menoridade de el-Rei D. Affonso V, seu sobrinho, tambem erra; porque esta regencia começou em 1438, por morte de el-Rei D. Duarte, e não existia em 1431, em que ainda vivia el-Rei D. João I.

2.º Póde notar-se tambem a frase «para hirem ao descobrimento de terras *além do cabo de Finis-terrae*», na qual parece suppor-se, que o cabo mais septemtrional da Galliza era o ponto geografico d'onde partião os navios Portuguezes para os descobrimentos: e se o escriptor confundio o dito cabo com o de *Sagres,* he negligencia, ou inadvertencia pouco desculpavel.

3.º Póde notar-se que as ilhas dos Açores não forão *todas* descobertas em 1431, ou 1432, mas sim successivamente em diversos tempos, nem ficão a 500 leguas do cabo de *Finis-terrae,* de qualquer modo que se contem as leguas, &c., &c. (16).

Escusado parece lembrar aqui, que el-Rei D. Duarte em 1433 fez mercê das ilhas ao Infante D. Henrique, de quem passárão a seu filho adoptivo o Infante D. Fernando. Em virtude desta doação os Infantes he que nomeavão os donatarios. Esta nomeação esteve na Infanta D. Beatriz como tutora de seu filho menor D. Diogo, por fallecimento do Infante D. Fernando. Por morte de D. Diogo vierão as ilhas a D. Manoel seu irmão, e este vindo a ser Rei, as unio á Coróa, e fez passar novas Cartas aos donatarios, como tudo se colhe da sentença acima dita.

(16) Em Março de 1450 fez o Infante D. Henrique doação da *ilha de Jesu-Christo, terceira dos Açores,* a Jacome de Bruges, *seu servidor,* natural do Condado de Flandres, a qual se não sabia ter sido povoada, e ao presente estava erma e inhabitada, &c. (Vej. Cordeiro, *Historia Insulana,* pag. 243.)

Anno de 1453

A estatua equestre da ilha do Corvo

Imprimio-se ha pouco tempo em Lisboa um folheto de 14 paginas em 12, com este titulo: *Resumo de observações geologicas feitas em huma viagem ás ilhas da Madeira, Porto Santo, e Açores nos annos de 1835 e 1836*, pelo conde Vargas de Bedemar, Camarista de el-Rei de Dinamarca, Director do Museu Real de Historia Natural, e Socio da Academia Real das Sciencias em Copenhagen. Lisboa, 1837: na impressão de Galhardo e Irmãos.

Logo no principio desta pequena obrinha, diz o auctor: «... A tradição, a credulidade, e o gosto das maravilhas, apoiados pela difficuldade que ha em chegar a estas ilhas em todos os tempos, e na communicação entre ellas, tinhão envolvido a sua historia, e a natureza da sua constituição, em hum véo tecido de factos singulares, que occupárão por muito tempo a imaginação dos sabios, em consequencia da falta de observações locaes, que subministrassem huma informação completa e decisiva.

« A presente viagem, abrangendo o exame de todas as ilhas, sem excepção, contribuio para fazer desapparecer essas illusões. Ella servio para *verificar que he huma pura quimera a estatua equestre, que se dizia existir na ilha do Corvo com a mão estendida para o lado da America* », &c.

Postoque ao ler este folheto se nos offerecêrão naturalmente algumas reflexões sobre o seu principal objecto, e sobre a nimia brevidade, com que o escriptor trata hum assumpto tão importante, abstemo-nos comtudo de as produzir aqui, e deixâmos aos sabios geologos o exame das materias que são da sua competencia, e de que nós não podemos ser juizes.

Abstemo-nos tambem de interpellar o sabio escriptor

para que nos diga que *factos singulares*, que *illusões* forão essas que por tanto tempo *occupárão a imaginação dos sabios*, e cobrírão de tenebroso véo *a historia, e a natureza da constituição* daquellas ilhas, por falta de observações locaes, e de informações completas e decisivas. Elle, que teve a felicidade de vencer as difficuldades que até agora se oppunhão ao conhecimento geologico das ilhas, e de romper o véo de que estavão envolvidas, não deixará por certo de nos dar mais ampla idéa de seus scientificos trabalhos, e de desvanecer completamente as falsas apprehensões, de que tem estado occupada a imaginação dos sabios.

O nosso objecto no presente escripto he tão sómente rebater a decisão dogmatica com que o auctor affirma, que pela sua viagem se verificou ser *pura quimera a estatua equestre, que se dizia existir na ilha do Corvo, com a mão estendida para o lado da America.*

E primeiramente reflectiremos, que nos não he possivel entender, como o sabio auctor, pelo exame *geologico* da ilha do Corvo (que na sua obra se encerra em só oito linhas de impressão, a pag. 13), conseguio, no seculo XIX, verificar de *quimerica* a existencia de huma estatua, que ali estava, e foi desmontada e destruida no seculo XVI, sem ao menos nos dar algum indicio do caminho que tomou para chegar a este resultado; a não ser que prevenido contra as *tradições, credulidades, e gosto das maravilhas,* a que se mostra tão avêsso, metteo nestas categorias, ou em alguma dellas, a historia daquella estatua, e peremptoriamente a julgou *quimerica,* sem ouvir as partes interessadas, e sem admittir (ao que parece) appellação, nem aggravo.

Nós não julgâmos prudente desprezar de todo as *tradições,* nem mesmo as *credulidades* populares; e emquanto a *maravilhas,* achâmos tão cheio dellas o mundo fysico, que nos pareceria grave temeridade rejeitar algu-

ma, sem nos darmos ao trabalho de examinar a sua natureza, e as provas com que se acha abonada nas historias.

Mas ainda bem (!) que o nosso caso não he de meras tradições, ou de credulidades populares, que nos seja necessario defender, nem tão pouco de cousas de tal modo maravilhosas, que se tornem por isso de difficil exame e prova, ou pouco dignas de crença rasoavel. Não ha no facto de que tratâmos contos absurdos de gigantes e monstros, de thesouros encantados, de magicos, fadas e vampiros, de apparições ou visões espantosas, emfim de fabulas inverosimeis, criadas em alguma desordenada, e delirante fantasia. Trata-se de hum facto natural, visivel, palpavel, puramente historico, e na historia he que devemos buscar as provas que o abonão, ou o rejeitão.

O Padre Antonio Cordeiro, que tira grande parte das suas noticias da obra de Gaspar Fructuoso, escriptor do seculo XVI, diz que huma das cousas dignas de admiração na ilha do Corvo he, que não se achando nella ao tempo do seu descobrimento vestigios de gente que a habitasse, *se achou comtudo em huma alta rocha, que cde sobre o mar, e em huma grande lagem huma fatal e grande estatua de pedra, que consta de hum cavallo em osso e de hum homem vestido, e posto no cavallo, com a mão esquerda pegando-lhe na coma, e com o braço direito estendido, apontando com o dedo indice para o poente, e mais direitamente para o noroeste. (Historia Insulana,* liv. 9.º, cap. 5.º)

O escriptor geologo não ignorava a relação de Cordeiro, e de Fructuoso, pois os cita a ambos sem lhes fazer a honra de os refutar, sendo que nem elles, nem a relação do facto merecião este desprezo. Mas não parece ter tido igual conhecimento do que ao mesmo respeito refere Damião de Goes na *Chronica do Principe D. João,* cap. 9.º Nós lhe daremos as formaes palavras deste sabio chronista:

« Destas ilhas (diz elle falando dos Açores) a que mais está ao norte he a do Corvo, que terá huma legua de terra: os mareantes lhe chamão *Ilha do Marco*, porque com ella, por ter huma serra alta, se demarcão, quando vem demandar qualquer das outras. No cume desta serra, da parte do noroeste, se achou huma estatua de pedra posta sobre huma lage, que era hum homem em cima de hum cavallo em osso, e o homem vestido de huma capa, como bedèm, sem barrete, com huma mão na coma do cavallo, e o braço direito estendido, e os dedos da mão encolhidos, salvo o dedo segundo, a que os latinos chamão *index*, com que apontava contra o ponente. Esta imagem, que toda sahia mocissa da mesma lage, mandou el-Rei D. Manoel tirar pelo natural por hum seu criado debuxador, que se chamava Duarte Darmas, e depois que viu o debuxo, mandou hum homem engenhoso, natural da cidade do Porto, que andára muito em França e Italia, que fosse a esta ilha, para com apparelhos que levou, tirar aquella antigualha; o qual quando de lá tornou disse a el-Rei, que a achára desfeita de huma tormenta que fizera o inverno passado; mas a verdade foi que a quebrárão por máo azo, e trouxerão pedaços della, a saber, a cabeça do homem, e o braço direito com a mão, e huma perna, e a cabeça do cavallo, e huma mão, que estava dobrada e levantada, e hum pedaço de huma perna, *o que tudo esteve na guarda-roupa de el-Rei alguns dias*; mas o que se depois fez destas cousas, ou onde se pozerão, eu o não pude saber. »

Temos pois a favor da existencia desta antigualha o testemunho de hum escriptor tão douto, tão pouco credulo, e tão judicioso, como sabemos que era Damião de Goes, e o mostrão as suas obras; de hum escriptor que não se contenta com repetir o que porventura terião crido outros antes delle, mas o attesta e confirma com factos positivos e publicos, acontecidos no seu tempo, citando

pessoas determinadas, mandadas por el-Rei D. Manoel para debuxarem, e depois para desmontarem a estatua, e a trazerem a Portugal, referindo o successo destas diligencias, notando os fragmentos da estatua que vierão ao reino, e finalmente indicando o lugar em que se guardárão e estiverão depositados, isto he, a *guarda-roupa* de el-Rei, da qual era encarregado naquelle tempo Fructuoso de Goes, irmão do proprio chronista.

E não pára só nisto a miudeza e exacção historica de Damião de Goes, senão que nos dá noticia do *letreiro entalhado na rocha,* abaixo do lugar em que estivera collocada a estatua; aponta a pessoa que o mandou examinar e copiar, o anno em que isto se fez, e o pouco fructo que resultou desta investigação; passando ainda depois a expender a sua opinião e juizo conjectural ácerca da gente que em tempos antigos poderia ter aportado á ilha do Corvo, e deixado nella aquella memoria; e lembrando por ultimo, que bem se poderia acaso tirar a limpo alguma boa conjectura a tal respeito, se á ilha fossem, ou se mandassem pessoas instruidas nas linguas da Noruega, Gothia, Suecia ou Islandia, donde elle julga verosimil, que tivessem vindo os auctores de tão notavel monumento.

Á vista de tudo isto quereriamos nós agora perguntar ao douto geologo, se com effeito ainda julga *verificada de pura quimera a estatua equestre da ilha do Corvo;* e no caso que elle insistisse na sua opinião, lhe pediriamos muito de mercê, que nos dissesse os fundamentos que tinha, ou tivera, para assim tão ligeiramente a adoptar, e tão decisivamente a dar por certa.

Elle nem ao menos póde allegar a seu favor alguma presumida inverosimilhança do facto, fundada na sua singularidade ou raridade.

Já Goes parece ter querido occorrer de algum modo a huma semelhante lembrança, quando, para mostrar a pos-

sibilidade de ser aquella memoria obra da gente do norte, reflecte e prova, que todas as nações daquellas partes *costumavão fazer entalhar, e esculpir os seus feitos, acontecimentos e façanhas em rochas de pedra viva, para mór lembrança e perpetuidade dos casos que lhe acontecião, como naquellas provincias todas* (diz o chronista) *hoje em dia se vê, e achão em muitas partes dellas imagens e historias entalhadas, abertas, esculpidas, e escriptas em rochedos, e outras pedras altas, e de maravilhosa grandeza.*

E isto que o chronista escrevia, ha perto de tresentos annos, receberia hoje muito maior luz das indagações, viagens, trabalhos, e escriptos de tantos sabios, e de tantas sociedades litterarias, que nos tem dado, e estão cada dia dando a conhecer varias riquezas da antiguidade de todas as partes do mundo, e os admiraveis monumentos, que a industria e o trabalho humano por ellas espalhou desde os mais remotos tempos. De maneira que seria hoje huma bem miseravel e bem insensata preoccupação suppor que as obras das artes sómente fossem conhecidas e praticadas pelas nações e povos da India, do Egypto, da Phenicia, da Grecia, ou de Roma, e totalmente desconhecidas ou estranhas ás nações, que nós chamâmos barbaras, quando a historia moderna tem desvanecido esta mesquinha idéa, publicando collecções copiosas dos monumentos archeologicos de todas as idades, e de todos os povos.

Esperâmos pois que o nosso auctor nos deixe na posse pacifica desta antigualha, que nenhuma relação tem com a *constituição geologica* daquella ilha; e que se limite a empregar os seus abalisados talentos no verdadeiro objecto, que ali o conduzio, e que por certo devêra merecer-lhe mais amplo desenvolvimento.

NOTA SOBRE O DESCOBRIMENTO DO CONGO

Annos de 1484 e 1485

Viagem de Martim Behaim (ou de Bohemia) com Diogo Cam

Esta viagem he huma das que se attribuem a Martim Behaim (ou *de Bohemia*, como escreve Barros), e se diz notada no famoso *Globo de Nuremberg*. As palavras do *Globo* são estas:

«Em 1484 João II fez armar duas caravelas, e mandou navegar para o sul. Sahimos para a ilha da Madeira, e tendo dobrado as ilhas *Fortunadas e as Canarias*, chegámos a Gambia, e depois passámos a *Furfur*, distante do reino *1:200 leguas, ou milhas*. Mais longe está outro paiz, aonde achámos a *casca da canella;* e tendo-nos assim afastado 2:300 leguas, voltámos, e no decimo nono mez chegámos ao reino.»

Antes de entrarmos na analyse desta nota, parece-nos digno de reflexão, que nenhum dos escriptores Portuguezes, que tratárão de nossos descobrimentos; que falárão da viagem de Diogo Cam ao Congo; que nomeárão a outros respeitos Martim Behaim; e que não occultárão a parte que elle teve com outros mathematicos Portuguezes no aperfeiçoamento do astrolabio; que nenhum delles, digo, falasse da sua viagem ao Congo com Diogo Cam,

nem lhe attribuisse influxo algum no descobrimento do rio Zaire, e do reino do Congo por este illustre Capitão.

Feita esta breve, e generica reflexão, vamos ao exame da nota.

«Sahimos (diz) para a ilha da Madeira, e tendo *dobrado as ilhas Fortunadas e as Canarias*», &c.

Não parecem dictadas por hum tão habil cosmografo, e viajante maritimo estas palavras: por quanto, se elle julgava as *Canarias* identicas com as *Fortunadas*, como muitos julgão, não devia nomeal-as como diversas, dizendo «*as Fortunadas e as Canarias*». E se julgava que as antigas *Fortunadas* erão as de *Cabo Verde*, nesse caso devia nomear primeiro as *Canarias*, e depois as *Fortunadas*, segundo a ordem da sua *posição geografica*, que he a que seguem os escriptores geografos em suas narrações, e descripções.

«*Chegámos* (continua a nota) *a Gambia, e depois passámos a Furfur, distante do reino 1:200 leguas, ou milhas.*»

Não sabemos que paiz he este de *Furfur*, que o escriptor quiz aqui denotar: mas ainda menos entendemos que calculo elle seguio para marcar a distancia, em que se achava de Portugal.

Se as 1:200 leguas se entendem de 20, ou de 18 ao gráo, suppõe 60, ou mais gráos de distancia de Lisboa, o que vai dar em 22° meridionaes, aonde Diogo Cam pôz o ultimo padrão, e não fica lugar para o outro paiz *ainda muito mais longe*, de que logo fala, e que suppõe a 2:300 leguas de Portugal.

Se aquelle numero he de *milhas*, vem a ser a distancia do reino de 300, ou 400 leguas (a 4 ou 3 milhas por legua), e então diremos que o paiz de *Furfur* estava pouco mais ou menos na altura de Cabo Verde, ou quando muito na de Serra Leôa, sendo que a nota parece suppor os navegantes muito mais longe.

Finalmente se o numero 1:200 exprime *milhas*, que tambem se chamão *leguas de Allemanha*, de 15 ao grão, vem a dar-nos em resultado para a distancia de Lisboa 80°, que nos porião muito além do cabo da Boa Esperança para o sul!

«*Deste Furfur*, continua a nota a dizer, *que forão a outro paiz mais longe, aonde achárão a casca da canella*, e que ficava *afastado do reino 2:300 leguas.*»

Aqui torna o calculo a refutar a nota, ou a pôl-a em grande confusão e duvida, como he facil mostrar pelo que já deixámos dito: e acresce de mais, que a *casca da canella*, que o escriptor diz terem achado naquelle paiz, parece que se não acha na costa occidental de Africa, e de certo nenhuma menção fizerão della os nossos mais antigos escriptores, que alguma cousa disserão das plantas daquelles paizes.

Póde ainda notar-se aqui, que sendo Martim Behaim bom mathematico, cosmografo, e navegador, não designasse com alguma especificação de nomes, posições, e distancias os lugares, rios, e cabos que tocou, ou descobrio, nem os gráos em que estavão arrumados, nem o lançamento e direcção das costas, &c., contentando-se com dizer que chegou a 1:200 leguas, ou milhas, e depois a 2:300 de distancia do reino, o que he summamente vago, tanto pela differença que ha de *leguas* a *milhas*, e pela variedade com que os differentes povos da Europa determinão a longura destas medidas itinerarias; como porque a propria distancia de dous pontos geograficos, *verbi gratia*, de Lisboa a Cabo Verde, póde ser mui varia, se se designar por gráos, ou pelos rodeios da navegação junto ás costas, &c.

NOTA SOBRE O DESCOBRIMENTO DA AMERICA, E DO ESTREITO DE MAGALHÃES,

ATTRIBUIDOS A MARTIM BEHAIM

Annos de 1493 a 1519

Tambem se tem attribuido a Martim Behaim o descobrimento da America, e do Estreito, a que depois se deo a denominação de *Magalhães:* chegando alguns dos seus panegyristas a dizer que Martim penetrára até áquelle continente.

Já o Sr. Trigoso refutou esta impostura, notando que o *Globo de Nuremberg* não traz designada a America, nem parte alguma da sua costa, e que o celebre *Sipango* he o paiz mais avançado para *leste,* que ahi vem desenhado.

Póde reflectir-se mais, que lendo-se na inscripção da orla do globo, que tudo fôra extrahido dos livros de Ptolomeu, Plinio, Estrabão, e Marco Paulo, não se podia razoavelmente esperar que o globo indicasse senão as terras conhecidas destes geografos. E postoque ahi se diz tambem «*conforme os descobrimentos, e apontamentos de Behaim*», não sabemos, nem se nos diz, que descobrimentos estes forão; nem o da *America* era tão insignificante, que não merecesse especifica menção, e que ao menos se traçasse no globo algum signal do seu lançamento, e posição geografica.

Acresce contra estes presumidos descobrimentos de Behaim o profundo silencio de todos os nossos escriptores, e ainda o do proprio Behaim, que certamente nem havia de querer encobrir hum facto, que lhe dava tanta honra, nem havia de consentir que outrem lhe roubasse a prioridade e preferencia.

O descobrimento de Colombo, sabido na Europa em 1493, quando elle voltou da primeira viagem, excitou a admiração geral, como era de esperar.

Quando Cabral em 1500 achou o continente da America meridional, mandou immediatamente hum dos navios da sua frota a Lisboa participando a el-Rei huma cousa tão nova e desconhecida.

A tudo isto ficaria Behaim em silencio, sem vindicar a prioridade dos seus descobrimentos, e deixando levar a outros a gloria que só a elle competia, ou reservando-se para hir consignal-a no seu *Globo* em Allemanha, aonde só podia ser vista pelos seus compatriotas?

Como he pois possivel, que se Behaim tivesse tido tão rara felicidade antes dos dous navegadores Colombo, e Cabral, guardasse hum tão estranho silencio, *até no mesmo globo,* aonde nada ha que nos indique a America, e ainda menos o Estreito?

Acrescentão os panegyristas de Behaim: 1.°, que em 1493 estava Martim em Lisboa; 2.°, que pouco depois estava no Fayal; 3.°, que d'ahi o mandára chamar el-Rei D. João II para intervir na pretenção ou negociação que tinha com seu primo o Imperador Maximiliano, a fim de fazer passar o sceptro de Portugal a seu filho D. Jorge; 4.°, que foi *varias vezes* aprisionado por corsarios, e que entretanto morreo el-Rei, que já tinha passado ordens para que Martim se recolhesse a Lisboa, &c., e que desde então cessárão as suas peregrinações, e viveo no Fayal, &c.

El-Rei D. João II morreo em Outubro de 1495. Con-

sequentemente dado que a estada de Martim em Lisboa fosse no principio de 1493, deve arranjar-se em pouco mais de trinta mezes a sua hida para o Fayal, a sua volta a Lisboa a chamamento de el-Rei, a viagem a Allemanha, e os *varios aprisionamentos* de corsarios, &c. O que nos parece muita obra para tão pouco tempo!

Tambem nos custa muito a crer, que el-Rei D. João II, Principe tão cheio de prudencia e circumspecção, que tinha particular amizade com o Imperador seu primo, e que tinha (como consta da sua historia) tanto no reino, como em varias partes da Europa homens da sua maior confidencia, e tão habeis como elle os sabia escolher, chamasse do Fayal hum estrangeiro, provavelmente estranho ás negociações politicas, para o enviar a huma das mais delicadas, que el-Rei podia tentar.

Seja-nos permittido (ainda que alheio pareça do assumpto) dizer aqui alguma cousa ácerca desta pretendida negociação de el-Rei com o Imperador, que sempre nos tem parecido duvidosa.

Que pretendia el-Rei D. João II do Imperador Maximiliano seu primo? Dizem que possuido el-Rei do pensamento de fazer seu filho bastardo, D. Jorge, Rei de Portugal, empenhava o Imperador para que da sua parte cedesse dos direitos que podia ter a este reino.

Sempre (tornâmos a dizer) nos pareceo duvidosa esta pretenção, não obstante fazerem della menção alguns escriptores Portuguezes:

1.º Porque he difficil acreditar, que o grande juizo de el-Rei D. João II (reconhecido e confessado pelos seus inimigos) não avaliasse a difficuldade, que encontraria em seu primo, o Imperador, para fazer cessão de hum reino tão bello, e naquelle tempo tão rico, tão afamado, e tão florente, se julgasse ter a elle algum direito.

2.º E ainda mais principalmente, porque el-Rei, com essa pretendida cessão não fazia melhor a sua causa, ou

a de seu filho. O Imperador Maximiliano era primo de el-Rei; mas o Duque de Beja D. Manoel tambem o era, e estava em melhor condição, porque vinha por linha masculina, e o Imperador por feminina, que he inquestionavelmente menos nobre, e secundaria nas successões. Por onde, caducando a linha da primogenitura de D. Affonso V por morte do filho unico legitimo de el-Rei D. João II, naturalmente se devia hir buscar a segunda linha na descendencia do Infante D. Fernando, irmão de D. Affonso V, e só extincta esta he que podia passar o reino á terceira, da Senhora D. Leonor, cazada com Frederico III, de quem vinha Maximiliano.

Isto se faz mais palpavel pela seguinte taboa:

D. João I

D. Duarte			D. Isabel, Duqueza de Borgonha
D. Affonso V	D. Fernando	D. Leonor	Carlos, o *Atrevido*
D. João II	D. Manoel	Maximiliano	Maria, herdeira, cazada com Maxiliano
D. Jorge (bastardo)			

Aqui se vêem tres irmãos, filhos de D. Duarte, e por consequencia em igual gráo; mas dous varões, e huma femea.

E se vêem os filhos destes tres irmãos, primos huns dos outros, e consequentemente tambem em igual gráo; mas os dous primeiros vindos por linha varonil, e o terceiro por linha feminina.

A Imperatriz Maria, mulher do Imperador, não podia entrar á competencia, porque estava em gráo mais remoto: era prima segunda.

Logo D. Manoel preferia *indubitavelmente* a Maximiliano. E isto he tanto verdade, que o proprio Rei D. João II em seu testamento declarou por herdeiro do reino a D. Ma-

noel seu primo, sem fazer menção alguma do Imperador; e em Portugal não havia outra opinião, senão que D. Manoel era o legitimo successor ao throno.

Os auctores da *Historia Universal* dizem que D. Manoel subio ao throno em boa paz, *não obstante haver outros pretendentes á corôa:* mas não nos dizem quem erão estes *pretendentes*, e nós completamente o ignorâmos.

Falão sim de *hum delles*, que era Maximiliano, e dizem que estando em igual grão com D. Manoel, pretendia a preferencia *por mais velho*. Tambem isto nos parece pouco crivel; porque o Imperador sabia mui bem que estava em *igual grão*, mas em *differente linha*, e menos nobre. Nem consta da historia que houvesse da parte delle reclamação alguma, nem demonstração de ser oppoente ao throno, como os citados auctores referem com a auctoridade de Faria e Sousa (17).

O que nós temos por certo, he que depois da morte do grande Rei D. João II alguns escriptores, que querião lisongear a el-Rei D. Manoel, e a Caza de Bragança, assacárão áquelle illustre Principe alguns pensamentos que elle acaso não teria; despojárão-no da gloria de alguns projectos, que sendo seus, sómente se executárão no seguinte reinado; e pintárão com cores mais carregadas algumas acções suas, que parecêrão, ou parecião menos justas.

Como quer que fosse, e voltando ao nosso ponto: temos por cousa inverosimil que Martim Behaim fosse escolhido para aquella missão (se a houve), e julgâmos ser esta huma das imposturas que se introduzírão na nota do *Globo de Nuremberg*, acaso porque Martim julgou que lá

(17) Fr. Francisco Brandão, no *Discurso gratulatorio* sobre a acclamação de el-Rei D. João IV, pag. 77, diz que Maximiliano, escrevendo a el-Rei D. Fernando, o *Catholico*, em 1498, lhe dizia « Que *el tenia por buena la succession del Rey D. Manoel, porque descendia de Varones* », e cita *Zurita*.

no centro da Allemanha podia alardear não só de grande descobridor, mas tambem de atilado politico, e de gosar a intima confiança de el-Rei de Portugal.

Deixando porém já o facto do *positivo descobrimento* da America, e do Estreito de Magalhães, diz o Sr. Trigoso que «*he fóra de toda a duvida, que Martim estava persuadido, que podião existir novas terras naquella parte do globo*».

Nós atrevemo-nos a negar esta mesma *possibilidade*, não absoluta e metafysicamente, mas sim com relação aos conhecimentos e meios que então havia, explicando primeiro o que querem dizer aquellas frases «*novas terras*», e «*naquella parte do globo*».

Se por *novas terras* se entendem terras até então a nós desconhecidas, facil he de crer que Martim estivesse persuadido da sua existencia, assim como estava Colombo, e estarião outros muitos. Bastava lembrarem-se que o globo era redondo; que havia hum extensissimo continente das terras da Asia, e que navegando da Europa para o occidente, se havião de encontrar estas terras, ou mais perto ou mais longe.

Se porém por *novas terras* se querem entender *terras de hum novo continente*, além dos já conhecidos, duvidâmos muito que Martim se lembrasse sequer de tal possibilidade.

Embora Aristoteles, Plinio, e outros antigos falassem da redondeza da terra, da existencia de antipodas, &c.; embora se supponha que estas verdades erão conhecidas, tidas por certas, e não duvidadas naquelle tempo.

A unica cousa que d'aqui se podia deduzir, he que navegando-se ao occidente, se havião de achar emfim as terras e costas orientaes da Asia; mas não *novas terras*, isto he, hum *novo continente*, huma *nova parte do mundo* totalmente diversa, e separada da Asia, da Africa, e da Europa, como he a America.

Colombo mesmo não teve idéa alguma deste novo continente ainda depois de descobrir as Antilhas.

O modernissimo escriptor Washington Irving, que escreveo a historia de Colombo, e das suas viagens (em 1828), nota que forão precisamente dous erros deste navegador que fizerão descobrir o novo mundo.

1.° Que este grande homem queria chegar á Asia pelo mar occidental, ou pelo Oceano Atlantico: para o que tinha examinado os auctores antigos, e até a Biblia e os Padres da Igreja, com o fim de achar a confirmação desta idéa dominante, que nunca de todo se desvaneceo: de maneira que tudo quanto se lhe referia da existencia de alguma ilha ou terra a oeste do antigo mundo, o applicava elle á Asia, não presumindo jámais a existencia de huma terra intermediaria, da qual parece que nem chegou a convencer-se, ainda depois de a ter descoberto e tocado.

2.° Erro. Julgava Colombo que a terra era muito mais pequena do que na verdade he, e presumia que bastarião alguns dias de navegação pelo Oceano para chegar ás ilhas, que estavão a léste da Asia.

E não se diga que o escriptor que citâmos, e seguimos, falasse deste modo sem fundamento, ou imputasse a Colombo erros que elle não teve. O escriptor vio documentos originaes, e entre elles as cartas de Colombo aos Reis de Castella; e delles colligio, e disse:

1.° Que forão aquellas falsas idéas as que Colombo inculcou sempre a Fernando e Isabel para os determinar a emprender a expedição a oeste.

2.° Que Colombo estava tão persuadido de tocar na Asia, que se encarregou de huma carta de Fernando para o Gran-Kan dos Tartaros, esperando dentro de pouco tempo saudal-o em pessoa da parte de el-Rei Catholico.

3.° Que sempre em suas cartas insiste na idéa de tocar na Asia pelo oeste, e ainda depois de ter descoberto as Antilhas.

4.º Que todas as vezes que os selvagens encontrados por Colombo falavão de algum poderoso Soberano, que ficava mais longe a sul, ou a oeste, imaginava o grande homem que querião designar o Kan dos Tartaros: e que falando-lhe de minas de ouro, julgava ser o *Ophir*, que os antigos situavão na Asia. Que os arbustos aromaticos lhe parecião as arvores da especiaria; e que a menor semelhança de nomes lhe fazia crer que estava perto do *Cathay*, ou mesmo do *Ganges*.

5.º Que Colombo hindo acompanhado de hum interprete, que entendia algumas linguas da Asia, se admirava de que os selvagens não entendessem nada do que elle lhes dizia.

E finalmente, 6.º, que nunca Colombo abandonou de todo esta idéa dominante; e que vendo-se mil vezes enganado na sua expectativa, voltava comtudo sempre ás mesmas idéas, e sempre com ellas entretinha o Rei de Castella, &c., &c.

Ora se estas erão as idéas de Colombo depois de tantas meditações, que diremos das de Behaim? Aonde hiremos buscar a *possibilidade* de que elle imaginasse hum *continente novo*, e totalmente ignorado?

NOTA SOBRE A TERRA DE CÔRTE REAL NA AMERICA SEPTEMTRIONAL

Anno de 1500

A noticia que damos ao anno 1500, do descobrimento da *Terra de Côrte Real* pelos Portuguezes irmãos deste appellido, parece ter sido esquecida de alguns dos nossos escriptores, e muito mais dos estrangeiros, que não só, pela maior parte, a não mencionão, mas até tem supprimido em suas cartas geograficas o nome da mesma terra, fazendo assim escurecer a gloriosa, e perpetua lembrança, que merecem aquelles illustres aventureiros. Comtudo o facto vem commemorado na *Historia de el-Rei D. Manoel* do elegante e veridico Osorio, Bispo de Silves, donde a tomárão os auctores Inglezes da *Historia Universal,* no compendio da *Historia de Portugal.* Ortelio na sua *Taboa da America* demarca a mesma terra com o nome de *Terra Côrte Realis,* que se lhe ficou dando em memoria dos seus descobridores, e Pinkerton, no *Compendio de Geografia moderna,* edição de 1811, reconhece que «*No anno 1500 Côrte Real, Capitão Portuguez, buscou huma passagem ao norte, e descobrio o Labrador*». E em outro lugar torna a dizer: «*Esta vasta extensão das costas comprehendidas*

entre os 57 e 77° de longitude oeste de Paris, e entre os 52 e 62° de latitude septemtrional, foi chamada Terra do Labrador por Côrte Real, navegador Portuguez, que a descobrio em 1500 ».

Jeronymo Girava, na sua *Cosmografia,* descrevendo a *Terra de Labrador,* que diz ser *a ultima para o norte,* explica-se nestes termos, que aqui traduzimos em Portuguez:

« Muitos tem hido costear esta terra, primeiramente Castelhanos, e depois Portuguezes, com o fim de descobrirem passagem mais breve para as Molucas; mas nunca achárão esta passagem, e sómente a 60° achárão hum rio, a que chamárão *dos Tres Irmãos,* do qual não passárão ávante por causa das neves e gelos... Gemma Frisio se engana muito, pensando que este *Rio dos Tres Irmãos* he hum estreito de mar, por onde os Portuguezes quizerão passar ás Molucas, denominado *Estreito Septemtrional.* Sabe-se o contrario pelas navegações dos *modernos Portuguezes,* e Castelhanos. »

Pondo de parte algumas reflexões, que se podião fazer sobre este lugar de Girava, limitâmo-nos a notar, pelo que diz respeito ao nosso assumpto, que nelle se mencionão as viagens que os Portuguezes antigos tinhão feito, e que os modernos continuavão a fazer áquellas paragens; e que o nome *dos tres irmãos,* que se ficou dando áquelle rio, parece allusivo aos *tres irmãos Côrtes Reaes,* de que fazemos menção no nosso Indice.

O mesmo Girava acrescenta ainda, falando da terra de *Bacalhaos:*

« Tem esta terra algumas ilhas visinhas, que pela maior parte são senhoreadas dos Francezes, como são as *ilhas Côrte Real,* Baye, Duxchasteaux, Cabo de Spoir », &c.

Por onde vemos que os illustres aventureiros Portuguezes não só descobrírão a *Terra de Côrte Real,* que ora chamão *de Labrador;* mas tambem algumas

das ilhas adjacentes á *Terra de Bacalhaos*, que da pescaria, que ali se faz, tomou o nome: o que auctorisa a conjectura que fizemos no nosso Indice ao referido anno de 1500 (18).

Confirmão-se estas noticias com o que escreve o Doutor Francisco Lopes de Gomara na sua *Historia Geral das Indias*, de que vem extractados alguns lugares na *Cosmografia* de Pedro Apiano, impressa em 1575. Descrevendo pois o escriptor as costas da America Septemtrional, diz assim:

« De *Cabo Delgado*, que cahe em 54°, segue a costa duzentas leguas por direito de poente, até hum grande rio, chamado de *S. Lourenço*, que alguns tem por braço de mar, e tem sido navegado mais de duzentas leguas agoa acima: pelo que muitos o chamárão o *Estreito dos Tres Irmãos*. Aqui se forma hum golfo, como quadrado, e boja de *S. Lourenço* até á ponta de *Bacalhaos*, muito mais de duzentas leguas. Entre esta ponta e *Cabo Delgado* estão muitas ilhas bem povoadas, que chamão *Côrtes Reales*, as quaes cerrão, e encobrem o golfo quadrado, lugar mui notavel nesta costa, tanto para baliza, como para ancoradouro », &c.

Apontaremos ainda as palavras do celebre geografo Flamengo do seculo XVII *Pedro Bertio*, o qual descrevendo o periplo Americano diz, que nas regiões mais se-

(18) Hum escriptor Portuguez diz, que os moradores da villa (hoje cidade) de Aveiro tinhão pelos annos 1550 mais de cento e cincoenta embarcações suas proprias empregadas no commercio; e acrescenta, que forão elles *os descobridores da Terra Nova, e pescaria dos bacalhaos*, que *por incuria* (diz) *largárão aos Inglezes. (Descripção de Portugal*, por Antonio de Oliveira Freire.)

«Por Alvará de 14 de Outubro de 1506 se mandou arrecadar o dizimo da pescaria do bacalhao pela fazenda.» (Citado por Lacerda Lobo na *Memoria sobre as pescarias Portuguezas, e sua decadencia*, entre as da Academia.) Ahi diz que João e Sebastião Cabot, pai e filho, descobrírão a ilha da *Terra Nova* em 1497.

ptemtrionaes nos são conhecidos os estreitos de *Davis* e de *Forbrissers*, e que d'ahi *até o Cabo Breton* se acha a *Estotilandia*, e a *Terra de Côrte Real* (19).

« In ora maxime septemtrionali nobis cognita sunt freta Davis, et Forbrisseri, a quibus ad promontorium Breton est *Estotilandia* cum *Terra Corte Reali.* »

Pelo que tudo se vê, que a *Terra de Côrte Real* (ou de *Labrador*), o rio de *S. Lourenço*, ou *dos Tres Irmãos*, e algumas ilhas adjacentes á *Terra Nova*, e chamadas tambem *Côrtes Reaes*, forão descobertas, e visitadas pelos Portuguezes irmãos do mesmo appellido, no anno de 1500, e seguintes, e que a historia e a geografia devem conservar ou restituir aos nobres navegadores Por-

(19) Acho no *Apparato á Historia Genealogica da Caza Real Portugueza*, num. 89: « Que Vasque Annes Côrte Real fôra Capitão donatario das capitanias da ilha Terceira, da parte de Angra, da de S. Jorge, e da *Terra Nova dos Côrtes Reaes*. Sua filha herdeira, D. Margarida de Côrte Real, cazou com D. Christovão de Moura, primeiro Conde e Marquez de Castello Rodrigo, bem conhecido na nossa historia. Vasques Eannes parece ter sido o irmão mais velho dos Côrtes Reaes, que forão ao descobrimento, porque achâmos que assim se chamava, e que era Vedor da Caza Real, do Conselho de el-Rei, Capitão das Terceiras (da Terceira), e Alcaide Mór de Tavira ». A este daria el-Rei o titulo de Capitão da *Terra Nova dos Côrtes Reaes* em memoria do descobrimento, e como para conservação do direito, que por elle podião pretender.

« D. Christovão de Moura, que foi Conde e depois Marquez de Castello Rodrigo, cazou com D. Margarida Côrte Real, Senhora herdeira de varios morgados, e das capitanias de algumas das ilhas Terceiras, e da *Terra Nova de Côrte Real*. D. Francisco de Moura Côrte Real, terceiro Marquez de Castello Rodrigo, segundo Conde de Lumiares, tambem foi Capitão General de algumas das Terceiras, e *Senhor da Terra Nova.* » (Moreri, art. *Castel Rodrigo.*)

« Ortelio denota desde 43 até 60° a ilha *Redonda*, o *Cabo Razo*, a ilha da *Arêa*, o *Cabo da Boavista*, a ilha dos *Demonios*, a ilha dos *Crimes*, e na bôca da bahia de Hudson a ilha de *Caranielo*, que he certamente do *Caramelo*, tudo nomes Portuguezes, e tambem denota a *Terra de Côrte Real.* »

tuguezes o nome, que naquellas terras e ilhas lhes ficou, e que certamente não vale menos que os de *ilha Bourbon, ilha Mauricia, bahia Bonaparte,* e muitos outros semelhantes, que com muito menos fundamento, e talvez por mera e baixa lisonja se tem imposto a outros paizes.

NOTA SOBRE AS ILHAS LEQUIAS OU DE LIEU-KIEU

Anno de 1516

«A éste e nordeste da ilha Formosa (diz Mr. la Croix) estão as ilhas de *Lieou-Kieou,* cujo Rei he tributario da China. Estas ilhas são *hum novo descobrimento oriental, de que somos devedores ao Padre Gaubil, Jesuita.* Póde-se ver a circumstanciada descripção dellas na carta que o dito Padre escreveo a 3 de Novembro de 1752 ao Padre Berthier, seu confrade», &c. (20).

Só por huma bem grosseira equivocação, ou indisculpavel inadvertencia, he que Mr. la Croix podia escrever as palavras, que deixâmos copiadas, e nas quaes parece não ter tido outro fim mais que dar a hum Francez a gloria do descobrimento das *Lequias.*

As ilhas, de que elle fala, e que denomina de *Lieou-Kieou,* são indubitavelmente, tanto pela sua situação geografica, como pela semelhança material do nome, as mesmas, que os Portuguezes chamão *Lequias,* ou ilhas

(20) *Compendio de Geografia moderna,* edição de 1777.

do *Lequio,* ou *Lequeio,* como reconhece Pinkerton, e outros geografos (21).

O *Livro de Duarte Barbosa,* que foi escripto duzentos trinta e seis annos antes do Padre Gaubil, no artigo ultimo, já trata das *Lequeos* (22), dizendo que são defronte da terra da China ao mar. E postoque confessa que ainda então não havia muita informação das gentes que as habitavão, por não terem vindo a Malaca, depois que esta cidade fôra tomada pelos nossos; comtudo mostra que já o nome e a situação erão conhecidos, e dá-nos a conjecturar, que assim como antes da conquista de Malaca vinhão a esta cidade, tambem depois da conquista não tardarião muito a continual-a, como fizerão todas as nações, que por causa do commercio frequentavão o seu porto.

Nas mesmas ilhas esteve no anno de 1544 (isto he, duzentos e oito annos antes do Padre Gaubil), Fernam Mendes Pinto, que as descreve com alguma individuação nos cap. 138.º, e 143.º das suas *Peregrinações,* aonde nos informa não só da situação da principal *Lequia,* que elle denota em 29º de latitude septemtrional, mas tambem das suas principaes producções; e até inculca a facilidade com que os Portuguezes poderião apossar-se dellas, e as grandes vantagens que tirarião das ricas minas de cobre, que ahi se achão.

No mesmo lugar nos diz tambem, que em 1556 chegára a Malaca Pedro Gomes de Almeida, com cartas de Nauta-

(21) O nome destas ilhas acha-se nos escriptores com variedades accidentaes. A principal he algumas vezes denominada *Lekeo,* e o grupo todo, ora se chama de *Lieoutcheou,* ora de *Lieou-Tcheou,* ora de *Likeujo, Lieut-cheux,* &c.

(22) O *Livro de Duarte Barbosa* foi acabado de escrever em 1516. Vem na *Collecção de noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas,* publicada pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, tom. 2.º, num. 7.

quim, Principe de Tanixuma, dirigidas a el-Rei D. João III, pedindo-lhe o auxilio de 500 Portuguezes para conquistar a ilha *Lequia*, e offerecendo-lhe em reconhecimento e tributo annual de 5:000 quintaes de cobre, e 1:000 de latão: e acrescenta, que este Portuguez, vindo para a Europa na náo em que naufragou Manoel de Sousa de Sepulveda, se perdêra com elle no cabo da Boa Esperança, ficando assim inutilisada a sua commissão (23).

Das mesmas ilhas falou João de Barros nas suas Decadas, impressas duzentos annos antes do Padre Gaubil, quando notou que antes das emprezas dos Portuguezes, e de suas primeiras expedições na Asia, era trazido do mercado geral de Malaca «o cravo das *Molucas*, a noz de *Banda*, o sandalo de *Timor*, a canfora de *Borneo*, o ouro de *Samatra*, e do *Lequeio*, e as gommas, perfumes, e outras preciosas mercadorias da *China*, do *Japão*, de *Siam*, e de outros muitos reinos daquelle vastissimo oriente».

As mesmas ilhas forão denotadas pelo Portuguez Luiz Teixeira no seu *Mappa do Japão*, impresso em 1584 (cento sessenta e oito annos antes do Padre Gaubil), e copiado por Ortelio a num. 120.

O mesmo Ortelio as denota em outras das suas Taboas com os nomes de *Lequio*, ou *Lequejo*, ou *Lequiho*. E nas breves notas, que escreveo a num. 19, antes da *Carta de Portugal* de Fernam Alvares Secco, conclue assim: «Lusitanorum imperium hodie quam latissime patet; nam ab Herculis columnis usque ad Chinam, et *Lequios*, per

(23) A edição de Fernam Mendes Pinto, que temos á mão, he muito incorrecta. Nós suspeitâmos, que hum de seus erros he a data de 1556, a que attribue a commissão de Pedro Gomes de Almeida, porquanto o naufragio de Sepulveda aconteceo em 1552, como consta da Relação que delle temos; e se Pedro Gomes vinha na mesma náo, não podia estar em Malaca para vir á Europa em 1556. Assim, se não houve lapso de memoria no escriptor, deverá acaso ler-se anno de 1546, em lugar de 1556.

omnes provincias maritimas, insulasque adjacentes, extenditur ».

Finalmente Fr. Jacinto de Deos no seu *Vergel de plantas e flores,* escripto pelos annos de 1679, e impresso em Lisboa, em 1690, tambem faz menção das *Lequias,* quando fala das ilhas adjacentes á China, dizendo: « Tem o reino da China muitas ilhas adjacentes, como são *maior e menor Lieu-Kieu,* Taina, grande enseada que os Portuguezes chamão ilha Formosa », &c.

Pelo que tudo se vê que estas ilhas forão conhecidas, vistas, e até descriptas pelos Portuguezes mais de duzentos annos antes do Padre Gaubil, e que sem erro gravissimo se não póde attribuir a este Padre o *novo descobrimento oriental,* que lhe attribue Mr. la Croix, com prejuizo dos Portuguezes, e contra os testemunhos, que deixâmos apontados.

NOTA SOBRE A BAHIA E RIO DE LOURENÇO MARQUES

Anno de 1545

Alguns geografos estrangeiros, falando da ***Bahia da Alagôa***, na costa oriental de Africa (24), notão, que he lugar hoje frequentado dos navios Europêos, que andão nos mares do sul á pesca da baleia; e Mr. Aynès acrescenta, que he excellente local para hum *novo estabelecimento*.

Esta aptidão, que na bahia se considera, póde acaso ter suscitado o pensamento de hum governo estrangeiro, que (segundo ouvimos dizer) tem feito algumas tentativas diplomaticas para desapossar-nos daquelle posto, que ha perto de tres seculos exclusiva e pacificamente senhoreâmos, disputando a origem, e certeza da nossa posse, e pretendendo pôr em duvida, ou em esquecimento, o nome de *Lourenço Marques*, que primeiro descobrio o rio assim denominado, que vem desaguar na mesma Alagôa,

(24) Pinkerton, no *Compendio de Geografia moderna*, edição de 1811, chama a esta bahia, *bahia de Delagoa*. A cada passo achâmos nos escriptores estrangeiros erros semelhantes, e ás vezes de muito maior consequencia, nascidos da ignorancia da lingua Portugueza, e de quererem aquelles escriptores servir-se dos livros Portuguezes, sem os entenderem.

e d'onde se originou a posse e dominio, que ali temos. Pareceo-nos pois conveniente illustrar esta materia, e determinar quaes sejão os rios e bahia, que tem o nome de *Lourenço Marques*, e que indubitavelmente pertencem aos dominios de Portugal.

No anno de 1545, quando o grande D. João de Castro hia governar a India, escreveo de Moçambique a el-Rei D. João III, e então lhe dava parte do novo e recente descobrimento de *Lourenço Marques*, o qual, por consequencia, se deve referir áquelle mesmo anno, ou a hum tempo anterior pouco remoto. El-Rei lhe respondia no anno seguinte de 1546, em carta que possuimos original, e recommendava a D. João de Castro, que mandasse proseguir naquelle descobrimento, ou pelo mesmo *Lourenço Marques*, ou por outrem, se assim o julgasse conveniente.

He de crêr que o proprio *Lourenço Marques* fosse o encarregado de continuar o que havia começado; pois em differentes escriptores antigos achâmos constantemente nomeados *com só o seu nome* os rios e bahia, que elle descobrio e frequentou, ainda sem embargo de haver elle mesmo dado ao principal rio o nome particular de *Santo Espirito*, como logo veremos.

No anno de 1554, vindo *Lourenço Marques* da India com direcção a estes seus rios, fez naufragio na costa, antes de nelles entrar, e naquellas ondas ficou sepultado, como consta da *Relação do naufragio da náo S. Bento*, que tambem no mesmo anno aconteceo naquellas paragens, e foi escripta por hum Portuguez, que do naufragio se salvou.

Por esta *Relação* consta:

1.º Que a *bahia da Alagôa* era a propria, aonde vinhão desagoar *tres grandes rios*, e entre elles hum que mais particularmente se chamava de *Lourenço Marques*.

2.º Que o primeiro destes rios, para a parte do sul, se

chamava *mar do Zembe*, do nome de hum Cafre, que ahi dominava. Que o segundo tinha d'antes o nome de *rio da Alagôa*, e então se denominava *Santo Espirito*, ou tambem de *Lourenço Marques*, que *primeiro descobrio* (diz o escriptor) *o resgate do marfim, que ali vem ter*. Finalmente que, o terceiro, e ultimo rio para o norte se chamava do *Manhica*, por outro Cafre assim chamado, que ali reinava (25).

Adverte mais o escriptor, que em algumas cartas Portuguezas se achava demarcado o rio do *Santo Espirito* com erro, confundindo-o com o da *Agoada da Boa Paz*, que ficava mais ávante para o norte em altura de 24 $^1/_2$°, sendo que o verdadeiro rio do *Santo Espirito*, ou de *Lourenço Marques* estava em altura de 25 $^1/_4$°, e entrava na *bahia da Alagôa*, como fica dito (26).

(25) Pinkerton, descrevendo a sua *bahia de Delagoa*, sómente faz menção de hum rio, que diz ser *hum dos principaes*, que nella entrão, e lhe dá o nome de *Mafumo:* passa depois a tratar mui brevemente dos costumes dos povos, que habitão as suas margens, pelo norte e sul, de algumas das producções do paiz, de alguns objectos do commercio, &c., e nem huma só palavra diz dos outros rios, nem do do *Santo Espirito*, que aliás vem demarcado na sua carta, nem do nome de *Lourenço Marques*, que não podia deixar de lhe ser conhecido, ao menos pelas Relações Portuguezas, e até pelas pretenções do governo Inglez.

(26) O erro e confusão, que aqui nota o escriptor, observa-se, por exemplo, na *Relação do naufragio* do galeão *S. João*, de Manoel de Sousa de Sepulveda, que se perdeo no *cabo da Boa Esperança* em 1552, aonde se diz que *o rio de Lourenço Marques he o mesmo da Agoada da Boa Paz*, fundando-se provavelmente o escriptor na auctoridade de algumas das cartas, em que se havia introduzido aquelle erro. Este galeão naufragou em 31°, e os Portuguezes que se salvárão, resolvêrão caminhar por terra *até ao rio que descobrio Lourenço Marques*, o qual, segundo a sua estimativa, lhes ficava a 180 leguas por costa, para o norte. Moreri parece ter-se guiado por alguma destas antigas cartas erradas, quando diz que a *bahia de Lourenço Marques* está a 24° e 45′ austraes, e a 70 leguas do *Cabo das Correntes*.

Copiaremos aqui as proprias palavras da *Relação*, porque ellas auctorisão tudo o que deixâmos referido, e illustrão consideravelmente a materia de que vamos tratando. Diz assim:

«Chegámos á bôca da bahia do *rio Santo Espirito*, que na carta, que levavamos, estava nomeado por seu nome antigo de *rio da Alagôa*, a qual (alagôa) será de 15, ou 20 leguas de comprido, e a lugares pouco menos de largo. Entra o mar nella por duas bôcas, huma da parte do sudoeste, que não he muito grande, e outra da de noroeste, que será de 7, ou 8 leguas; e entre huma e outra jaz huma ilha, que terá 3 leguas em redondo.

Nesta bahia se recolhe agua de tres rios assás grandes, que de muito pelo sertão dentro vem ali acabar, por cada hum dos quaes entra a maré 10, e 12 leguas, além do que a bahia alcança.

«O *primeiro*, para a parte do sul, se chama *mar do Zembe*, que divide as terras de hum Rei, assim chamado, das de outro, que he o *Inheca*, com quem nós ao depois estivemos.

«O *segundo* se chama *Santo Espirito*, ou de *Lourenço Marques, que primeiro descobrio o resgate do marfim, que ali vem ter;* por cuja causa he frequentada a navegação delle de alguns annos a esta parte, que d'antes muitos passárão, que ali ninguem foi. Este aparta as terras do *Zembe* das de outros dous Senhores, cujos nomes são o *Rumo*, e *Mena Lobombo*.

«O *terceiro* e ultimo rio, para o norte, se chama do *Manhica*, por outro Cafre assim chamado, que ali reina, com o qual visinhão muitos outros Senhores: e ao longo deste foi o desbarato de Manoel de Sousa de Sepulveda, aonde elle, e sua mulher, e filhos acabárão (27).

(27) Na *Relação do naufragio da náo Santo Alberto*, escripta por João Baptista Lavanha em 1597, se descreve esta bahia e rios com

«E como a carta, por que nós hiamos regendo, chamasse erradamente *rio do Santo Espirito* ao da *Agoada da Boa Paz*, que está em 24 1/2°, e ávante dest'outro 18 leguas (postoque este, em cuja foz estavamos, assim pelo nome, que já disse, da *bahia da Alagóa*, como pela altura dos 25 1/4°, em que jazia nos mostrasse ser *o proprio de Lourenço Marques*, que hiamos desejando); o nome de *Santo Espírito*, que claramente estava posto no outro, nos fez a todos cahir em erro de cuidar que elle era, onde levavamos proposito de parar, e esperavamos achar navio.»

Fica pois fóra de duvida:

1.° Que a *bahia da Alagóa* he a propria *bahia de Lourenço Marques* (28).

2.° Que hum dos tres grandes rios, que nella entrão, a saber o do meio, he tambem o proprio *rio de Lourenço*

alguma pequena differença. «Faz o mar (diz o escriptor) nestas terras do Inhaca huma grande bahia de 15 ou 20 leguas de comprido, e a partes pouco menos de largo; e nella esbocão quatro grandes rios, pelos quaes entra a maré 10 e 12 leguas. O *primeiro*, da parte do sul, se chama *Melengana*, ou *Zembe*, que divide as terras de hum Rei assim chamado, das do *Inhaca*. O *segundo*, *Ansate*, e dos nossos de *Santo Espirito*, ou de *Lourenço Marques*, *que primeiro descobrio nelle o resgate do marfim, de quem tomou á bahia o nome*. O *terceiro*, *Fumo*, por passar pelas terras de hum Senhor deste nome: e o *quarto*, e ultimo do *Manhiça*, que he da parte do norte. Fica na bôca desta bahia (a qual a lugares tem 14 e 15 braças de fundo), junto da sua ponta austral huma ilha grande de tres leguas de circuito, a qual faz nella duas entradas, huma pela parte do nordeste, de 7 ou 8 leguas de largo, e outra do sul, estreita, e de pouca distancia. Chamão os nossos a esta ilha do *Inhaca*, e nella traz o Rei muito gado, pela abundancia do seu pasto. De huma ponta desta ilha faz o mar huma ilheta, á qual se passa de baixamar com a agua pelo joelho: tem de altura 25° e 40′, e chamão-lhe hoje dos *Portuguezes*, pelos muitos que nella estão enterrados, dos que se salvárão da náo *S. Thomé*», &c.

(28) Mr. Aynès a denota na sua carta com este mesmo nome «*B. de Laurent Marques*».

Marques, arrumado nas nossas cartas antigas mais exactas em 25° e 15′ de latitude austral (29).

3.° Que este rio era conhecido nas cartas Portuguezas, anteriores ao descobrimento de *Lourenço Marques*, pelo nome de *rio da Alagôa*. Que depois teve o nome *Santo Espirito*; imposto pelo descobridor, como nos informa hum escriptor antigo, dizendo: «*Rio da Alagôa, que agora se chama do Espirito Santo, o qual nome lhe pôz Lourenço Marques seu descobridor*» (30). E que finalmente se ficou chamando tambem *rio de Lourenço Marques*. De maneira que *rio da Alagôa* (nas cartas anteriores aos annos 1545), *rio do Santo Espirito*, e *rio de Lourenço Marques* são tres nomes do mesmo rio.

(29) Não se deve confundir com este rio e *bahia da Alagôa* outra bahia do mesmo nome, notada pelos geografos muito mais ao sul, em quasi 33°, e designada por Pinkerton com a palavra errada «*Algôa*».

(30) Manoel Corrêa, nos *Commentarios aos Lusiadas de Camões*.

NOTA SOBRE O TIBET

Anno de 1624

Tendo notado no nosso *Indice Chronologico* ao anno 1624 o moderno descobrimento do *Tibet,* não podemos deixar de ler com alguma admiração as palavras de Mr. la Croix, que na sua *Geografia moderna,* da edição de 1777, no artigo em que trata da *Tartaria independente,* falando do *Tibet,* diz assim:

« O *Tibet* he hum grande paiz, que Mr. De l'Isle *começou a fazer apparecer nas nossas cartas,* e que *antes delle não era conhecido.* »

Se este escriptor geografo quiz falar precisamente das *Cartas Francezas,* não lhe impugnaremos a primeira parte da sua proposição, pois não temos presente alguma daquellas cartas, anterior aos annos de 1699, em que apparecêrão as primeiras de Mr. De l'Isle. He porém fóra de duvida, que o *Tibet* era conhecido, notado nas cartas geograficas, e viajado e explorado muito tempo antes de Mr. De l'Isle.

1.° Marco Paulo, que fez as suas viagens pelos fins do seculo XIII, e principios do seculo XIV, fala da provincia

do *Tibet*, notando, que se compunha de oito reinos, e que produzia *ouro, especies, huma bella raça de cães, e excellentes falcões* (31).

2.º Do B. Odorico do Friul, Frade menor, que viajou ao Oriente nos principios do seculo XIV, consta, que sahindo em 1314, com licença de seus superiores, a annunciar o Evangelho nas mais remotas regiões da Asia, embarcára no Mar Negro, passára a Trapizonda, á Armenia Maior, a Tauris, e Sultania, d'onde viera a Ormuz; e que embarcando-se ahi novamente, visitára o Malabar, o cabo Comori, as ilhas de Ceilão, e Java, e que finalmente penetrára na China, e no *Tibet, aonde achára outros Frades da sua Ordem, e muitos Christãos recem-convertidos*, voltando em 1330 á Italia, depois de dezeseis annos de prolixa peregrinação (32).

3.º Gemma Frisio, nas *Addições á Cosmografia de Pedro Apiano*, impressas em 1575, na part. 2.ª, fol. 47, tratando das provincias e cidades do Oriente, denota os reinos e cidades da *provincia de Mangi*, e logo o *Tibet, provincia* e *cidade*.

4.º Ortelio no seu *Theatr. Orb. Terrar.*, impresso em 1612, mais de oitenta annos antes de Mr. De l'Isle, na taboa 3.ª da Asia, demarca o *Tibet* cidade, e com letras maiusculas *THIBET*, provincia, ou reino.

Por onde já se vê, que o *Tibet* era conhecido, e apontado nas cartas geograficas, muito antes da época a que Mr. la Croix attribue esta novidade.

(31) Pinkerton, *Geografia moderna*.

Ramusio, no vol. 2.º da *Collecção de navegações e viagens*, diz que Marco Paulo desde 1270 esteve ao serviço de Cublai, Kan de toda a Tartaria China e *Tibet*, e deste diz: « Que os de *Tibet* tem lingua propria, e pertencem á provincia de *Tibet*, que confina com Mangi. Esta dita provincia está sujeita ao Gran-Kan.

(32) Bolland. *Act. SS.*, 14 de Janeiro; Fleuri, *Historia ecclesiastica*, liv. 94.º, § 7.º

Deixando ora as mais antigas noticias do *Tibet*, que só por si bastarião para desmentir o que diz o geografo Francez: bem sabido he, que no anno de 1624, mais de setenta annos antes que apparecessem as primeiras cartas de Mr. De l'Isle, foi aquelle celebre paiz visitado, e explorado pelos Portuguezes, como dissemos summariamente no nosso *Indice* ao referido anno.

O Padre Antonio de Andrade, Jesuita Portuguez, natural da villa de Oleiros, na comarca do Crato, foi o que emprendeo e executou esta difficil empreza.

Sendo este religioso varão mandado ás missões do Oriente; e estando a governar o collegio do Mogor, resolveo hir visitar a christandade do *Tibet*, de que muito se falava, e aonde os Portuguezes não havião ainda penetrado.

Partio effectivamente com este designio no anno de 1624, e depois de mui longa, e trabalhosa peregrinação, entrou em *Caparanga*, côrte daquelle reino. Vindo depois a Gôa buscar novos operarios, que o ajudassem na missão, que já com grande fructo deixava plantada, voltou ao *Tibet* em 1626. Tornou ainda a Gôa, e querendo terceira vez repetir a viagem ao *Tibet*, os seus lhe embaraçárão este pio intento, e o nomeárão Provincial da provincia de Gôa, aonde falleceo a 19 de Março de 1634, aos cincoenta e tres annos de sua idade. Depois da sua morte se estampou o seu retrato com esta inscripção:

P. ANTON. DE ANDRADE, SOCIETAT. JESU, PROVINCIAE GOANAE XVII. PROVINCIALIS, MISSIONIS THIBETENSIS PRIMUS EXPLORATOR, ET FUNDATOR, OBIIT AN. DOM. 1634.

Escreveo o Padre Andrade a Relação da sua viagem, que logo sahio á luz com o titulo:

Novo descobrimento do Gran-Catayo, ou dos reinos do Tibet. Lisboa, 1626, 4.º

E foi traduzida em Castelhano, Italiano, Flamengo, Polaco, &c. Della extrahio Theodoro Rhay, Jesuita, natural

da cidade de Rees no ducado de Cleves; parte das noticias, que se lêem na sua *Descripção do reino do Tibet*, escripta em lingua Latina; e impressa em Paderborn, no anno de 1658, em 4.º

Escreveo mais o mesmo Padre Antonio de Andrade:

Carta, em que relata como voltou do Tibet a 15 de Agosto de 1626.

A qual parece ter sido impressa em 1628, e traduzida, ou dada por extracto em Francez com o titulo:

Histoire de ce qui s'est passé au royaume de Tibet en l'année 1626. Paris, 1629, em 8.º

Em Roma se imprimirão tambem no anno de 1628:

Lettere annue del Tibet, del 1626, e della China del 1624, scritte al P. Muzio Vitelleschi.

As quaes vem commemoradas no *Additamento á Historia Ecclesiastica*, de Natal Alexandre, aonde se trata dos progressos do Christianismo no Oriente, durante os seculos XVII e XVIII.

Finalmente, tanto a *Relação*, como a *Carta* do Padre Andrade forão novamente estampadas no tom. 4.º da *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus na côrte de Lisboa*, impresso em 1717, no cap. 31.º, a pag. 375 e 400.

Acrescentemos ainda, que Fr. Jacintho de Deos, na sua Historia da provincia da Madre de Deos dos Capuchos de Gôa, que intitulou *Vergel de plantas e flores, &c.*, escripta pelos annos 1679, e impressa em Lisboa em 1690, in fol., descrevendo o imperio da China, e os varios nomes com que era nomeado, diz:

«O reino de *Tumet*, ou *Tibet*, que cerca muita parte das provincias de *Xancy*, e o reino de *Unzagué*, que confina com a provincia de *Sic-choen*, corrupto o nome *Kitay*, dizem *Catay*. Os mercadores, que do Indostan, e outros reinos da India vem a este, lhe chamão *Catayo*. D'aqui fica bem claro, que *o reino de Catayo, de que o Padre*

Antonio de Andrade fala na sua Relação, he China, que em grande parte confina com o reino de Tibet».

De tudo o que atè agora temos dito se segue:

1.° Que o *Tibet* era conhecido muito antes de M. De l'Isle.

2.° Que já desde o seculo XIV tinha sido notado pelos viajantes e geografos.

3.° Que ficou muito mais determinado, e conhecido, desde o anno 1624, pelas indagações, e escriptos do Padre Antonio de Andrade, Portuguez, os quaes sendo logo espalhados em differentes linguas por toda a Europa, não devião ser ignorados por hum geografo de profissão, como Mr. la Croix.

4.° Finalmente, que procedeo com mais justiça Pinkerton, quando no seu *Compendio de Geografia moderna*, edição de 1811, reconheceo que «*forão os Portuguezes os primeiros, que penetrárão nos vastos paizes do Tibet, os quaes* (diz) *nos não são ainda conhecidos, senão muito imperfeitamente*».

MEMORIA

SOBRE AS VIAGENS DOS PORTUGUEZES Á INDIA POR TERRA, E AO INTERIOR DE AFRICA DESDE OS PRINCIPIOS DO SECULO XV

Sund quorum ingenium nova tantum crustula promit;
Nequaquam satis in re una consumere curam.

HORAT., liv. 2.º, sat. 4.ª

Anno de 1839.

MEMORIA

SOBRE AS VIAGENS DOS PORTUGUEZES Á INDIA POR TERRA, E AO INTERIOR DE AFRICA DESDE OS PRINCIPIOS DO SECULO XV

El-Rei D. João II, inspirado pelo seu grande animo, e não vulgar instrucção, e munido dos planos, informações, e notas de seu tio o immortal Infante D. Henrique, logo que subio ao throno de Portugal em 1481, tomou tanto a peito o descobrimento da India e terras orientaes, como he constante da historia do seu reinado: e não se contentando de continuar as emprezas maritimas na costa occidental de Africa, que originariamente se dirigião áquelle fim, resolveo mandar por terra viajantes exploradores, que trabalhassem por descobrir aquellas apartadas regiões, e por se instruir da situação das terras, das suas producções, do seu commercio, e dos caminhos por onde os Portuguezes poderião a ellas conduzir-se, e finalmente de tudo quanto fosse em utilidade do plano geral, cuja execução se havia emprendido, e elle desejava concluir.

Havia na Europa desde o seculo XII a idéa vaga e confusa de hum Principe mui poderoso daquelle oriente, que seguia e professava a religião Christãa, e que se designava commummente com o nome de *Preste João*.

O primeiro, que parece haver trazido á Europa a noti-

cia deste potentado, foi hum Bispo da Syria, que vindo pelos annos de 1145 implorar a protecção do Papa Eugenio III, falava de *hum Principe Christão, nestoriano, chamado Preste João,* que reinava no oriente, o qual tinha alcançado algumas victorias contra os Persas, e não duvidaria vir em auxilio dos Christãos de Jerusalem contra os infieis (1).

No seculo seguinte, e no anno de 1237, escrevia o Prior dos frades prégadores da Terra Santa ao Papa Gregorio IX, referindo-lhe os serviços, que os seus religiosos tinhão feito ao Christianismo em differentes regiões da Asia, e nesta carta dizia entre outras cousas: «*Temos recebido muitas cartas do Patriarcha nestoriano, a quem obedece a grande India, o reino do Preste João, e as terras visinhas do oriente*», onde vemos o nome do *Preste João* unido ao da *grande India,* e descobrimos a razão provavel porque depois se foi dando áquelle tão nomeado, e tão inculcado Principe a denominação de *Preste João das Indias.*

No seculo XIV forão muitas as expedições de missionarios Christãos, mandados pelos Summos Pontifices á Persia, á Tartaria, á China, e a outras terras orientaes, os quaes todos fizerão não pequenos serviços ao Christianismo naquellas remotas regiões, chegando a fundar estabelecimentos religiosos em *Cambalu,* e *Caiton* na China septemtrional, em *Usbeck,* em *Sultania,* em *Ceilão,* na *Java,* &c. E postoque nas Relações destes missionarios, ou nas memorias, que delles, e dos seus trabalhos nos tem dado os escriptores ecclesiasticos, não achâmos expressamente repetido o nome de *Preste João,* he comtudo

(1) Fleuri, *Historia Ecclesiastica,* liv. 69.º, § 10.º, ao anno 1145. Natal Alexandre tambem menciona huma carta do Papa Alexandre III, escripta em 1177, e dirigida «*illustri et magnifico Indorum Regi, sacerdotum sanctissimo*», &c., e diz o historiador que era endereçada «*ao Rei dos Ethiopes, a quem chamámos Preste João*»; esta carta vem na *Collecção de Concilios* do Padre Labbe, no tom. 10.º

verosimil que elle se conservasse junto com a lembrança das primeiras, e mais antigas noticias; e como por outra parte constava, que em alguns daquelles paizes se encontravão Christãos da seita, ou rito nestoriano, facil era ligar e confundir estas idéas, que a ignorancia da geografia não permittia ainda rectificar, e apurar (2).

Ainda no seculo xv, pelos annos de 1461, se faz menção de certos Legados orientaes, que tendo vindo a Italia sollicitar do Santo Padre Pio II auxilio contra os Turcos, passárão a França a empenhar o Rei Carlos VII em seu favor, sendo acompanhados de hum, que se dizia prelado dos frades menores, e talvez tomava o titulo de Patriarcha de Antioquia, nomeando-se *Orador*, ou *Legado do Preste João*. A enfermidade de Carlos VII, de que logo falleceo, não permittio que estes Legados fossem por elle ouvidos; e o Santo Padre tendo entretanto podido averiguar que erão insignes impostores, mandava reter em Veneza o falso Patriarcha, que houve por bem retirar-se a tempo com os seus companheiros.

Este facto, bem como os precedentes, mostra quanto na Europa era acreditada desde antigos tempos a existencia do *Preste João*, isto he, de hum Principe Christão, muito poderoso, que reinava na India, ou nos paizes orientaes: crença que não nasceo da *ignorancia dos Portugue-*

(2) No *Atlas em lingua Catalãa*, delineado, e escripto em 1374, e publicado de hum exemplar da *Bibliotheca do Rei de França* pelo Sr. J. A. C. Buchon, no anno passado de 1838, se vê entre as duas palavras «*Affricha*» e «*Nubia*» a figura de hum Imperador coroado, com sceptro na mão, e ao lado a legenda «*... de Sarrayns, ciutat do ... est ... de Nubia. Está tos temps en guerra e armes con crestians de Nubia, qui son so seynoria de l'emperador de Etiopia de la terra do preste Johan*»: isto he «*... de Sarracenos, cidade do ... est ... da Nubia. Está sempre em guerra e armas com Christãos da Nubia, que estão debaixo do senhorio do Imperador de Ethiopia, da terra do Preste João*». Nova prova do que vamos dizendo sobre a antiguidade do nome do *Preste João* na Europa.

zes, como dizem alguns ignorantes, ou mal intencionados escriptores estrangeiros; mas que tinha tido a sua primeira origem nas antigas relações, e que foi recebida em outros paizes antes que chegasse a Portugal.

El-Rei D. João II pois, dirigido nesta parte pelas idéas, que erão communs em toda a Europa, e sempre possuido do grande pensamento de descobrir a India, desejava muito abrir alguma communicação com aquelle Principe, confiando que elle, pela qualidade de Christão, se prestaria a huma facil e amigavel correspondencia; e como senhor de grandes estados na India, não só traria consideraveis interesses ao commercio dos Portuguezes; mas tambem concorreria para que elles viessem a conhecer o melhor, mais breve, e mais seguro caminho maritimo para aquellas partes, que ha tantos annos buscavão com incriveis trabalhos e despezas, e não menor constancia e perseverança.

Quando el-Rei volvia em seu espirito estes pensamentos, occorreo hum accidente, que parecia confirmal-os e favorecel-os.

Çacuta, ou *Zacuta,* mandado a Lisboa como Embaixador do Rei de Beni, informou a el-Rei, que além do seu paiz, cousa de duzentas e cincoenta leguas para o oriente, havia hum Principe mui poderoso, denominado *Oganè,* de cuja suzerania era dependente o Rei de Beni: e taes circumstancias acrescentava, e de tal modo descrevia os ritos, e o ceremonial, de que usava aquelle potentado, que el-Rei combinando tudo isto com as idéas que havia do *Preste João,* facilmente começou a presumir, que poderia ser este o proprio Principe, e resolveo não poupar diligencia alguma para verificar a sua conjectura, ou presentimento (3).

(3) Huma das circumstancias, com que *Çacuta* descrevia o ceremonial daquelle mysterioso Principe, era que *não se deixava ver dos seus vassallos, ouvindo-os de dentro de cortinas, e amostrando-*

No anno pois de 1486, ao mesmo tempo que mandava o illustre e intrepido navegador Bartholomeu Dias ao descobrimento do grande cabo meridional de Africa, lhe dava ordem, que nas terras, que fosse descobrindo, *lançasse certos negros e negras, que comsigo levava, já industriados, para que por elles chegasse á noticia do Preste João este desejo, que el-Rei tinha de o conhecer, e ter com elle amizade* (Barros, dec. 1.ª, liv. 3.º, cap. 4.º). E não contente o grande Principe com estas providencias, que mal satisfazião a sua incessante e ardente curiosidade, despachava tambem por terra varios outros viajantes, ordenando-lhes, que por via do Cairo ou de Jerusalem, que erão pontos então mui conhecidos e frequentados, tentassem penetrar até á côrte do *Preste João*, e haver as informações e noticias, que tanto se desejavão.

lhes, quando muito, hum pé. (Barros, dec. 1.ª, liv. 3.º, cap. 4.º) Esta mesma circumstancia notou muito depois, como propria do Rei dos Abexis, o illustre Castro no *Roteiro do mar roxo*, aonde tratando dos costumes daquelles povos diz: « *He ordenança dos Reys nam se averem de amostrar a seu povo, e passam muitos annos, que nam sam vistos. Quando quer que vão á guerra, ou caminham, levam per derrador de si taes impedimentos, que nam podem ser notados de alguma pessoa* ». O que porém nos parece ainda mais notavel a este respeito he o que lemos na viagem do douto, e celebre viajante Arabe Ben-Batuta, que visitando as terras interiores de Africa pelo meio do seculo XIV, e falando do paiz de *Barnu*, cujos habitantes erão Musulmanos, diz que « *tinhão hum Rei, por nome Edris, o qual não apparecia á gente, nem falava senão por detraz de huma cortina* ». Aproveitaremos ainda esta nota para dizer que o Principe *Oganê*, assim denominado nas Relações Portuguezes, segundo a informação do Embaixador de Beni, nos parece ter alguma semelhança com o Rei de Organa, de que faz menção o *Atlas Catalão*, acima citado. Nelle se denota no interior de Africa hum rio, a que chama *Nilo* (o *Niger?*): por baixo se lê « *Nubia* », « *Organa* », e abaixo da palavra *Organa* esta nota: « *Aqui reina o Rei de Organa, sarraceno, que tem continua guerra com os sarracenos maritimos, e com outros alarabes* (alarahps), ou *occidentaes* ». (Vej. *Notice sur un Atlas en langue catalane*, &c., por Mr. Buchon, Paris, 1838, em 4.º)

Hum escriptor nosso antigo menciona como primeiro entre estes viajantes hum religioso por nome Fr. Antonio de Lisboa, acompanhado de outro frade leigo; mas logo adverte, que elles não chegárão a passar de Jerusalem, por não falarem a lingua arabica. E Damião de Goes, na *Chronica de el-Rei D. Manoel*, part. 3.ª, cap. 58.º, depois de dizer, que el-Rei D. João II mandára *por algumas vezes, e em diversos tempos*, homens que sabião a lingua arabica, sómente refere por seus nomes *Affonso de Paiva, natural de Castello Branco, e João Perez da Covilhãa* (4), que são com effeito os que mais famosos se fizerão nestas expedições terrestres, destinadas a explorar os paizes orientaes, e a se informarem do *Preste João das Indias.*

Ainda que os nossos escriptores não são perfeitamente uniformes em designar o anno, em que os viajantes sahírão de Portugal para esta importante commissão, temos comtudo por quasi certo, que el-Rei os despachou, estando em Santarem, a 7 de Maio de 1487, sendo então presente ao despacho o Duque de Beja D. Manoel, que depois foi Rei. Esta he a data seguida por Castanheda, Barros, e outros.

Os viajantes forão por terra até Napoles, e embarcando ahi a 24 de Junho, dia de S. João Baptista, navegárão para Rhodes, aonde forão bem acolhidos de Fr. Fernando, e Fr. Gonçalo (que alguns nomêão *Fernam Gonsalves, e Gonçalo Pimenta)*, cavalleiros Portuguezes da Ordem de S. João de Jerusalem, que ao tempo residião naquella ilha.

De Rhodes passárão a Alexandria, e logo ao Cairo; e como achassem opportuna companhia nas cafilas de Fez e Tremecêm, assentárão aproveitar-se della, e viajárão

(4) Alguns escriptores dão a este segundo viajante o nome de *Pero*, ou *Pedro da Covilhãa;* mas ha nisto equivocação, segundo parece; porque Rezende, auctor contemporaneo, Goes, e outros, o chamão *João*, ou *João Perez*, e he provavel que o sobrenome patronimico *Perez* désse occasião ao erro.

como mercadores para Tor sobre o golfo arabico, d'onde passárão a Çuaquêm, na costa da Ethiopia sob o Egypto, e ultimamente a Adêm, havendo ahi por conveniente, na conformidade de suas instrucções, separar-se, e tomar cada hum delles differente direcção.

Resolvêrão portanto, que *Paiva* se dirigisse á Ethiopia, que parecia ser a região designada pelas informações de Beni e Congo, e aonde se dizia existir hum grande Rei Christão, que poderia ser o Principe que procuravão; e que *Covilhãa* partisse em direitura á India, ajustando por ultimo que se reunirião no Cairo depois de certo tempo determinado.

Affonso de Paiva chegou com effeito a entrar em terras da Ethiopia. O Covilhãa passou ao golfo Persico, d'onde navegando para a costa da India, visitou Cananor, Calecut, Gôa, e toda a costa Malabarica. Veio a Çofala, voltou a Adêm, e recolhendo-se ao Cairo no tempo aprazado, achou a noticia de ter ali fallecido o seu companheiro Paiva, quando já voltava da Abyssinia.

Emquanto estes dous viajantes procuravão desempenhar a sua ardua commissão, não cessava el-Rei de empregar novos e opportunos meios de assegurar cada vez mais o seu effeito: e com este presupposto despachou os dous Hebreos Rabbi Abraham de Beja, e José de Lamego com cartas suas para Paiva, e Covilhãa, endereçadas ao Cairo. Covilhãa os veio effectivamente encontrar ahi, e recebendo as cartas de el-Rei, lhe respondeo logo por José de Lamego, referindo tudo o que até então tinha visto e observado; participando a noticia da morte do seu companheiro; e dizendo, que se podia navegar para a India pelo Oceano, e que o *Preste João* não podia ser outro que o Imperador da Ethiopia, segundo as informações que tinha podido colligir: e ainda alguns acrescentão (não sem verosimilhança) que elle mandára a el-Rei huma carta daquelles mares orientaes entre a India e a costa Africana.

Como porém el-Rei ordenava, que de nenhum modo voltassem a Portugal sem visitar Ormuz, e sem haver alguma certeza do *Preste*, o Covilhãa se pôz de novo a caminho com Rabbi Abraham para Adêm: d'ahi passou a Ormuz, voltou ao golfo Arabico, visitou Mecca, Monte Sinai, Thor, e depois Zeila; d'onde por terra penetrou emfim até á côrte do Abexi (1490), e entregou ao Principe, que então ali reinava, e se chamava Escander (Alexandre) as cartas de el-Rei D. João, e hum mappa, em que estavão delineadas as nossas navegações. Em Ormuz se tinha Covilhãa apartado do seu companheiro Rabbi Abraham, confiando-lhe segundas cartas para el-Rei.

Parece que a fortuna se comprazia de favorecer os projectos, e animar as esperanças de el-Rei de Portugal! Como elle tinha no mediterraneo, em differentes portos do Levante, pessoas encarregadas de lhe participarem quaesquer noticias, que se podessem obter do *Preste João*, e das terras da India, aconteceo, que vindo por aquelle mesmo tempo a Roma, e estando no collegio de Santo Estevão dos Indianos hum sacerdote Ethiope, por nome Lucas Marcos, o Santo Padre Innocencio VIII o enviou a el-Rei, o qual não só o recebeo, e ouvio com grande contentamento, e alvoroço, mas tambem por elle escreveo novas cartas ao Imperador Abexi, fazendo que elle mesmo escrevesse outras por quatro differentes vias, nas quaes todas se annunciava áquelle Principe o ardente desejo que el-Rei de Portugal tinha da sua amizade e communicação; se lhe recommendava e pedia que recebesse benignamente o Embaixador que de Portugal lhe tinha sido enviado; e se lhe indicava a via do Cairo, Jerusalem, ou Roma para reciproca correspondencia, *até que Deos abrisse outro mais directo, e mais facil caminho.*

O Paiva falleceo no Cairo, como já vimos. O Covilhãa não voltou a Portugal; porque estando já para isso despachado por Escander, e fallecendo este antes que Co-

vilhãa podesse realisar a sahida, Nau, ou Naut, que succedeo no throno, lhe denegou constantemente licença para sahir do imperio, e o mesmo fez David, que succedeo a Naut, adoçando comtudo a Covilhãa as saudades da patria *com lhe fazer amplas mercês, e donativos.* Pelo que, *cazou-se Covilhãa na Abyssinia* (diz Goes), *e teve filhos, e filhas.*

Com effeito pelos nossos escriptores nos consta, que quando o grande Albuquerque embocou o estreito do golfo Arabico em 1506, ainda o Covilhãa vivia nas terras daquelle imperio: e quando o Embaixador do Abexi, Mattheus, chegou a Gôa no anno de 1512 para vir a Portugal, dizia, que na Abyssinia existião tres Portuguezes, *hum chamado João, que havia muito tempo tinha sido mandado por hum Rei de Portugal* (e este era sem duvida o nosso João Perez da Covilhãa, mandado por el-Rei D. João II vinte e seis annos antes), *e outros dous que de pouco tinhão lá chegado*, e serião certamente alguns daquelles, que os Capitães Portuguezes lançavão em terra em certas paragens, com ordem de penetrarem ao interior, quanto lhes fosse possivel, a fim de poderem depois dar informação do que tivessem observado. Ainda no anno de 1526, em que o Padre Francisco Alvarez sahio da Ethiopia com D. Rodrigo de Lima, parece que lá existia o Covilhãa; e finalmente no anno de 1559 achâmos menção de hum *Alvaro da Costa Covilhãa,* que vivia na Abyssinia, e seria provavelmente algum dos filhos do nosso viajante.

Taes são as noticias, que desta importante viagem (5)

(5) Não podemos escusar-nos á satisfação de copiar nesta nota as palavras de hum douto e sincero escriptor Francez a respeito da viagem, de que temos tratado. He Mr. Pouqueville, que na *Memoria historica e diplomatica sobre o commercio e estabelecimentos Francezes no Levante,* &c., anno 1827, falando da época da tomada de Constantinopla por Mahomet II, diz assim: « Até então tinha o Mediterraneo sido o centro da navegação do mundo; mas a Providen-

ficárão em nossas historias, e que aqui quizemos ajuntar para commodidade dos leitores, confiando que se nos relevará descermos talvez a miudezas e particularidades, que podem hoje parecer de pouco interesse, mas que acreditão, e recommendão o discernimento, o zêlo, e a constancia, com que os Reis Portuguezes procurárão lançar os fundamentos ao magnifico edificio de gloria, e de grandeza, a que depois se elevou o imperio lusitano-oriental.

El-Rei D. João II ao mesmo passo que com tanta diligencia, e grandes despezas da sua fazenda (6) mandava explorar as terras orientaes, tambem se não descuidava de fazer examinar o interior de Africa, tanto para adquirir conhecimento das producções do paiz, e dos costumes das gentes, como para aproveitar as utilidades do com-

cia permittio emfim, que os homens descobrissem mais vasto campo, em que podessem dar ala ao seu genio, e á sua coragem. Os estados, que com mais perseverança se havião dado ás viagens longinquas, he que devião obter a gloria de abrir e franquear o caminho. *Os Portuguezes merecêrão esta honra,* dobrando o cabo da Boa Esperança. Hum anno depois deste memoravel descobrimento, Pedro de Covilhãa e Affonso de Paiva mandados por el-Rei de Portugal a reconhecer, *hum, os estados do Preste João, que se chamavão India*, e o outro *as terras donde vinha a especiaria*, partírão a executar *huma das missões mais vastas, que jámais se havião concebido.* Levavão elles ordem de se informarem, se era possivel a navegação desde o cabo da Boa Esperança até ás Indias orientaes, e de se instruir de tudo o que podesse ser util ao commercio. Chegados a Tor, aonde se separárão, Covilhãa embarcou, e foi o primeiro Portuguez que navegou os mares da India, ao mesmo tempo que Paiva se dirigia á Ethiopia, tendo ambos ajustado entre si reunirem-se no Cairo de volta de suas viagens. Emquanto estes exploradores desempenhavão a *sua perigosa commissão,* Christovão Colombo descobria a America», &c.

(6) Rezende, na *Vida de D. João II,* cap. 60.º, falando da viagem do Paiva e Covilhãa, acrescenta: «*E depois delles forão outros, com muitas despezas, que el-Rei nisso fez*».

mercio, e levar áquelles povos rudes e barbaros a luz do Evangelho, e com ella os beneficios da civilisação.

Alguns escriptores estrangeiros, que ignorão, ou fingem ignorar os factos da nossa historia, atreverão-se a dizer, que *os Portuguezes nunca tiverão o pensamento de inspirar aos Africanos alguma idéa moral.* Esta proposição he huma insigne, e calumniosa falsidade, desmentida por toda a historia dos nossos descobrimentos e conquistas, e filha, ao que parece, do baixo ciume com que os estrangeiros, em geral, tem considerado, e ainda hoje considerão a superior gloria, que naquelles tempos adquirimos. Nós refutaremos em outra nota a injuriosa accusação, que nisto se nos quer fazer. Aqui sómente tratamos de recolher as escassas idéas que ainda achâmos nos escriptores nacionaes sobre as indagações dos nossos antigos no interior de Africa, para que por ellas se veja, que as tentativas feitas pelos modernos com o mesmo fim, forão precedidas pelos Portuguezes tres seculos antes, e que se os Portuguezes não tirárão dellas maiores proveitos nem para si, nem para os povos Africanos, tambem os modernos não tem sido até o presente muito mais felices, apezar da grande aptidão e capacidade de que se prezão e jactão, e apezar dos multiplicados meios de que hoje podem ajudar-se nesta empreza, e de que os Portuguezes totalmente, ou quasi totalmente carecião no seculo XV.

Bem natural parece que o illustre Infante D. Henrique se não esquecesse de lançar mão de hum arbitrio tão proprio para levar ao fim os seus intentos, como era o das viagens ao interior de Africa. Os fins principaes a que elle se dirigia, que consistião em trazer os povos barbaros á religião Christãa, e ampliar ao mesmo tempo as relações, e os interesses commerciaes do reino, aconselhavão este meio como opportuno. O Infante tinha noticia, pelas informações dos Mouros, das grandes feiras, que se fa-

zião em differentes lugares da Africa central, e não ignorava o extenso commercio, que os seus habitantes entretinhão com os das costas septemtrionaes, assentadas sobre o mediterraneo. Pelo que não podemos prudentemente duvidar de que intentasse examinar estes objectos com todo o cuidado e empenho, e assim parece persuadil-o tanto a embaixada que mandou a Farim, Rei de Cabo Verde, e a fundação da fortaleza de Arguim, como os estabelecimentos, que ordenou se fizessem nas margens do Rio Grande.

Comtudo pelo que mais directamente respeita ao nosso particular assumpto, a historia sómente nos conservou lembrança do ousado Portuguez João Fernandes, *homem de honra e confiança, e já instruido na lingua daquelles povos*, que voluntariamente se offereceo ao Infante para hir investigar o interior do paiz dos *Azenegues*. Este animoso aventureiro ficou com effeito no Rio do Ouro, penetrou o sertão, inquirio o trafico, ritos, e costumes dos habitantes, e depois de sete mezes de peregrinação naquellas terras, mandou o Infante que Antão Gonsalves o fosse buscar, e conduzir ao reino, aonde com grande attenção e gosto ouvia as informações, que elle dava de tão estranhas gentes.

El-Rei D. João II foi o que depois proseguio com mais constancia o desempenho daquelle plano. Delle nos consta que entretinha frequente correspondencia com alguns Reis, e grandes senhores do interior, e que por via do castello de Arguim mandava estabelecer feitoria Portugueza em Huadem (7), despachando para feitor Rodrigo Reinel, para escrivão Diogo Borges, e para homem da feitoria Gonçalo d'Antes.

Sendo o mesmo Principe informado, que o Senegal corria por *Tombuctu*, e *Mombarce*, principaes feiras dos

(7) Em Arabe *Uâdân*, ou *Ouâdân*, ou *Hoden*.

sertões Africanos, mandava igualmente construir huma fortaleza na bôca daquelle rio. Nas que se fundárão na *Mina*, e no *Congo* não só tinha a gente necessaria para defeza, e os feitores que havião de tratar do commercio; mas tambem designava certas pessoas, particularmente destinadas a fazer excursões ás terras do sertão para se informarem das gentes que as habitavão, dos seus usos, costumes, e linguagem, das producções da terra, dos seus commercios, &c. (8). Por outra parte os ecclesiasticos que tinhão a seu cargo a conversão dos infieis, fazião tambem para isso, por mandado de el-Rei, entradas nas terras, com o que se augmentava o numero, e a certeza das noticias, que progressivamente se hião adquirindo daquelles vastos paizes (9).

Entre as muitas pessoas encarregadas destas viagens e indagações, faremos aqui menção das que o illustre Barros nomêa nas suas *Decadas*, segundo os documentos originaes, que em seu tempo existião na Caza de Guiné e In-

(8) Mariz, dial. 4.º, cap. 11.º: « E era el-Rei D. João tão humano, que se carteava (com os Principes Africanos), e os tratava particularmente, tudo porém para descobrir o estado do Preste João, e com elle as Indias, de que tantas grandezas se publicavão pelo mundo. E para este seu desejo mandava tambem por terra, e sertão dentro da Ethiopia muitos Christãos, assim Portuguezes, como naturaes da terra, em o qual tanto se occupava, e com tanto fervor o sollicitava, principalmente depois que vio e gostou de muitas cousas, de que os escriptores antigos não tiverão noticia, que não lhe repousava o espirito, commettendo muitas vezes por varias partes esta grande balsa de Guiné, que até hoje se não deixou penetrar ».

(9) Sousa, *Historia de S. Domingos*, part. 2.ª, liv. 6.º, cap. 6.º, falando da missão de Beni em 1486, diz: « As Memorias de nossa Ordem dizem que el-Rei escolheo nella sujeitos, que além das sagradas letras, erão entendidos nas mathematicas, para que, nas horas que lhe vagassem da prégação, fossem inquirindo alguma noticia da India *pelo sertão daquellas provincias*, e do grande Rei do Abexim, que o vulgo chamava *Preste João*, e havendo-a, procurassem chegar a elle ».

dia. São pois Pero de Evora, e Gonçalo Eanes, mandados por el-Rei aos Reis de *Tucurol*, e de *Tunbugutu*. Rodrigo Rebello, escudeiro da caza de el-Rei, e Pero Reinel, seu moço de esporas, e João Collaço, besteiro da camara, despachados com outros homens, em numero de oito, por via de Cantor a Mandi-mansa, hum dos mais poderosos Principes da provincia de Mandinga (10). Mem Rodriguez, e Pero de Astuniga a *Tunbugutu*, e a *Temalla* dos *Fullos*: Rodrigo Rebello, e João Lourenço, criados de el-Rei, e Vicente Annes, e João Bispo, linguas, a varios outros reinos e gentes. Por hum Abexi chamado Lucas, escreveo tambem el-Rei ao Principe, ou senhor dos *Mòses*, nome mui celebrado entre os negros, e que se julgava ser visinho, ou vassallo do *Preste*, ou da gente dos Nobis (11): e pelo forte da Mina enviou mensageiros a Mahamed-ben-Manzugul, neto de Mussa, Rei de *Songo*. «E não só por seus naturaes (diz Barros), mas ainda por estrangeiros, assi como Abexis e alguns alarbes que vinhão ao castello de Arguim, commettia este descobrimento do sertão, por lhe não ficar cousa alguma por tentar. Tão occupado, e sollicito o trazia este negocio! Principalmente depois que vio, e gostou de muitas cousas, de que os antigos escri-

(10) Barros, dec. 1.ª, liv. 3.º, cap. 12.º: «E assi ficou desta, e doutras idas, que elRey lá mandou, tanta amizade entre os nossos e este Rei Mandi-mansa, que enviando eu, por razão do meu cargo de feitor destas cazas de Guiné e Indias, o anno de 1514, a hum Pero Fernandes a este reyno de Mandi-mansa, em nome de elRey dom João o terceiro nosso senhor, que ora reina, por razão do resgate de *Cantor*, estimou o Rey muito este recado, que lhe foi dado da parte de elRey, dizendo que avia em boaventura ser-lhe enviado este mensageiro, porque a seu avô, que tinha o seu proprio nome fôra enviado outro mensageiro doutro Rey dom João de Portugal. Tanta memoria, sem terem letras, avia entre estes barbaros das cousas delRei dom João».

(11) Este senhor dos *Mòses* parece ser o mesmo, que no Atlas Catalão acima citado se diz «*Mussa Rei de Melly*».

ptores não tiverão noticia, falando desta parte de Africa, que não lhe repousava o espirito! E bem como hum leão faminto, a quem a caça se esconde, com temor delle, em meio de alguma grande e espinhosa balsa, a qual elle rodêa e commette per muitas partes, e ferido e espinhado das entradas e sahidas, já cançado se lança com o sentido e tento posto na prêa escondida, assi el-Rey commettendo per muitas partes e vezes esta gran balsa de Guiné, que té hoje se não leixou penetrar, cançado desta continuação, e despeza de sua fazenda, e assi de grandes cuidados que lhe derão os negocios do reyno, principalmente no tempo das traições, se leixou algum tanto repousar... », &c.

Depois do fallecimento de el-Rei D. João II, e quando já os Portuguezes conhecião e praticavão o caminho maritimo da India, e os diversos portos da costa oriental de Africa, nem por isso afrouxárão, antes mais insistírão, e se empenhárão em haver conhecimento dos paizes interiores daquella parte do mundo.

Os primeiros Capitães, mandados á India, levavão homens criminosos, e condemnados a graves penas, os quaes, por commutação dellas, erão lançados em terra em diversas paragens, com ordem de penetrarem, quanto lhes fosse possivel, ao interior, para depois informarem do que tivessem visto e observado. No *Rio dos Reis*, a 25° meridionaes, deixou o grande Vasco da Gama dous destes exploradores, e pouco adiante outros dous no *Rio dos Bons Signaes*. Cabral, á sua volta da India, lançou outros dous em *Melinde*, recommendando-lhes que trabalhassem por penetrar até á Abyssinia, de que ainda não havia bem miudas, e exactas informações. João da Nova (em 1501) achou em *Quilóa* hum Antonio Fernandes, carpinteiro de náos, degradado, lançado em terra pelo mesmo Cabral. Cyde Barbudo, e Pedro Quaresma, mandados a indagar por *toda a terra do cabo da Boa Esperança até Çofala* o lugar, e as circumstancias da perdição de Francisco de

Albuquerque, e Pedro de Mendonça, lançárão em terra (em 1505) dous degradados na *agoada de S. Braz* com ordem de correrem ao longo da costa da Cafraria. Tristão da Cunha (em 1507) pôz em *Melinde* tres homens, a saber: hum Portuguez, por nome Fernam Gomes o Sardo (ou *João Gomes o Jardo*, segundo a ultima edição de Castanheda), hum Mourisco Christão, chamado João Sanches, e hum Mouro de Tunes, por nome Cyde Mahamede, mandados por el-Rei D. Manoel com cartas suas ao Imperador Abexi: aos quaes o bom Rei de Melinde se encarregou de dar aviamento para a viagem, que comtudo se não chegou então a executar por embaraços supervenientes. Estes mesmos homens porém forão depois (em 1508) postos por Affonso de Albuquerque em terra, a tres leguas do cabo de Guardafui, com cartas suas, e por ali chegárão finalmente á côrte de David, aonde na menoridade deste Principe governava por elle sua avó Helena; sendo acaso esta huma das causas, que determinárão os Abexis a mandar o Embaixador Mattheus, que com effeito veio pouco depois á Portugal, «*trazendo carta de Helena, avó de David, Precioso João, Imperador dos Ethiopes a D. Manoel Rei dos Portuguezes, escripta em 1509*». (Goes.)

Seria longa esta nossa escriptura, se quizessemos mencionar todas as tentativas, todas as diligencias, todos os esforços, que naquelle tempo se empregárão para havermos conhecimento dos paizes sertanejos das vastas regiões Africanas: e he por certo bem para lamentar que em parte algum descuido dos nossos antigos, e em parte a tyrannia do tempo, e as revoluções ordinarias do mundo nos privassem de memorias mais individuaes, com as quaes responderiamos hoje á vaidosa, e não menos invejosa presumpção dos estrangeiros, que aproveitando-se porventura dos trabalhos, e escriptos dos antigos Portuguezes (que elles buscão, e guardão, e arrecadão melhor do que nós) vem depois lançar-nos em rosto a nossa sup-

posta incuriosidade, e fazer ostentação dos seus scientificos trabalhos.

Faremos porém ainda menção de hum projecto, ou tentativa, que foi a ultima do reinado de el-Rei D. Manoel, e que infelizmente veio a malograr-se pela prematura morte deste Soberano. Castanheda, e Goes nos subministrárão esta noticia.

Hum cavalleiro Portuguez, por nome Gregorio de Quadra, que fôra criado do Marquez de Villa Real, e andava por Capitão de hum bargantim na armada de Duarte de Lemos, na costa oriental de Africa, pelos annos de 1508 e 1509, estando em frente de *Magadaxo*, e cortando-se-lhe de noute, por má vigia, a amarra do bargantim, foi levado com o baixel á discrição das ondas até o cabo de Guardafui, e d'ahi a Zeila, onde sendo captivado com a sua gente, passou ao poder do Rei de Adêm, que o teve prezo por alguns annos.

Posto depois em liberdade, como tivesse bem aprendido a lingua Arabica, e se fingisse devoto religioso mahometano, o proprio Rei de Adêm o levou a Medina, d'onde passou á Persia, e á custa de gravissimos incommodos visitou a Babylonia, Baçorá, Ormuz, e India, voltando ultimamente a Portugal em 1520.

Deo este Capitão tão boa conta a el-Rei D. Manoel de tudo o que tinha visto e observado, e de tudo o que sabia da Arabia, da Ethiopia, e do grande lago, que se reputava ser a origem do Nilo, do Zaire, e de outros grandes rios de Africa, que el-Rei o julgou capaz de executar *o que desde muito tempo fazia objecto de seus pensamentos e meditações*, que era descobrir o caminho do Congo para Ethiopia por terra, esperando tirar grandes proveitos da communicação, que se abrisse entre os dous Principes Christãos seus alliados, cujos estados tinhão portos maritimos em ambas as costas occidental e oriental de Africa.

Despachou pois o Capitão Quadra, e lhe deo cartas de

credito para o Rei de Congo, e instrucções sobre o que devia tratar com o Abexi ácerca da guerra com os Turcos, e das fortalezas que el-Rei queria fundar nas costas do mar da Arabia e da Ethiopia.

Quadra partio, e chegando ao Congo entregou as cartas de el-Rei: mas logo se lhe oppozerão taes embaraços, ordidos pela inveja, e malevolencia dos seus proprios naturaes, que elle, para os remover, se vio obrigado a voltar a Portugal, aonde achou el-Rei fallecido, concebendo d'aqui tal desgosto, que se resolveo a entrar em religião, aonde acabou seus dias em exercicios de piedade.

El-Rei D. João III, não obstante ver-se obrigado a dividir os seus cuidados para Africa, Asia, e America, segundo a excessiva extensão, que havião tomado os dominios, e as emprezas portuguezas nestas diversas partes do mundo, não se esqueceo comtudo da exploração da Africa interior, e no anno de 1546, escrevendo ao Imperador da Ethiopia, e aos Portuguezes, que ainda lá existião, e tinhão feito parte da expedição de D. Christovão da Gama, recommendava com encarecidas palavras, que por pessoas idoneas se mandasse indagar e descobrir hum *caminho, que da Abyssinia viesse ter á costa de Melinde, ou a alguma outra parte daquella banda: e porque póde ser* (dizia el-Rei), *que a terra do Abexi venha tanto para oeste, e a de Manicongo vá tanto para leste, que não seja grande distancia de huma terra a outra;* queria, e ordenava, que tambem se tentasse este caminho do *Abexi para Manicongo, ou para qualquer outro rio do cabo da Boa Esperança para cá* (12).

(12) A carta que el-Rei escreveo ao *Rei da Abyssinia* he datada de Almeirim a 13 de Março de 1546, e a que Sua Alteza escreveo aos *fidalguos, e seus criados, e gente de armas, que estavão nas terras do Preste,* he de 15 do mesmo mez e anno. Ambas forão remettidas por cópia a D. João de Castro, a quem el-Rei dizia: «*Porque poderá ser que para virem demandar as costas, que vereis pelo tre-*

Ainda em tempo de el-Rei D. Sebastião, e no anno de 1562, tomando o Cardeal Infante D. Henrique a tutoria de el-Rei menor, e a regencia do reino, lhe apresentou Lourenço Pirez de Tavora huns apontamentos sobre varios objectos do governo, em hum dos quaes se recommendava o *descobrimento de Tombuctu*, e a escolha de pessoas aptas para esta empreza.

No mesmo reinado (anno de 1569) se fez notavel a expedição de Francisco Barreto, e de seu successor Vasco Fernandes Homem ás terras de *Monomotapa*, e ás minas de *Chicova, Rutroque, Chicanga, Mocarás*, &c. Nem foi menos util para o conhecimento de huma parte da Africa a importante expedição (em 1574 e 1575) a que foi mandado Paulo Dias de Novaes, digno descendente do intrepido Bartholomeu Dias, para o descobrimento das terras de Angola, e fundação deste reino Portuguez, a que logo depois, e pelos tempos adiante acrescêrão as terras de *Benguella* (em 1617), e os varios outros presidios, e districtos nos respectivos sertões, resultando de tudo isto os conhecimentos e informações, que hoje temos daquella parte de Africa.

Finalmente a exploração dos sertões Africanos, e o descobrimento de hum caminho para communicação da costa occidental com a oriental, estava de tal modo, e esteve sempre no animo, e no intento dos Portuguezes, como mostrão os factos, que havemos indicado, e os mais de que agora fazemos menção.

No anno de 1606 o Governador de Angola D. Manoel Pereira Forjaz, intentando realisar aquella communica-

lado da carta, que escrevo aos Portuguezes, lhes será necessario algũus instrumentos, e agulhas, e cartas de marear, e estrelabios, lhos enviareis, e assy hũum regimento do modo que teram em descobrir, e escrever as derrotas e alturas do que caminharem». (Existe a carta original de el-Rei a D. João de Castro, e as cópias que a acompanhárão, na minha *Collecção.)*

ção, nomeou para a execução do projecto a Balthazar Rebello (ou Pessoa) de Aragão, homem capacissimo para a empreza, tanto pelo seu valor, como pelos conhecimentos que tinha do sertão. Elle com effeito começou a viagem, e tinha já penetrado ao interior, quando se vio obrigado a retroceder, para acudir á fortaleza de Cambambe, pouco antes fundada (em 1603), e ora sitiada por hum Sova visinho, colligado com os negros da provincia do *Mosseque*.

No mesmo seculo XVII, no anno de 1648, sendo Angola libertada, e limpa de Hollandezes pelo illustre Capitão Salvador Corrêa de Sá, se offerecia este a el-Rei D. Pedro II para hir reduzir á obediencia de Portugal o reino de Pate na baixa Ethiopia oriental, que se tinha rebellado, e *para abrir communicação desde Cuamá e Monomotapa até Angola por terra:* projecto e offerecimento, que *a inveja e a ingratidão da côrte frustrou, como outras vezes tinha feito ao que podia parecer glorioso a este benemerito fidalgo,* diz hum escriptor judicioso e contemporaneo (13).

Entre os annos de 1676 a 1680, tendo Ayres de Saldanha de Menezes e Sousa o governo de Angola, intentou abrir communicação por terra até *Benguella*, e de *Benguella* á contra-costa de *Sena*. E postoque para esta empreza se offereceo o Capitão José da Rosa, que logo sahio

(13) Vem aqui a proposito, pela ordem chronologica, notar o facto que nos refere Mr. Jomard nas suas *Remarques et recherches géographiques sur le voyage de Mr. Caillié, &c.* « *Se exceptuarmos* (diz elle) *Leão, Mouro nascido em Granada, e os Portuguezes de que só temos noticias incertas, transmittidas por Marmol, e Barros, o primeiro Europêo, que chegou a Tombuctu, foi o Francez Paulo Imbert, nascido em Sables-d'Olonne, isto he, na mesma provincia que Renato Caillié. A sua viagem he anterior a 1670. Elle acompanhava seu amo, Portuguez renegado, enviado a Tombuctu pelo Governador de Tafilet* »*:* aonde achâmos notavel, que o douto escriptor nomeie o *Francez Imbert* como *primeiro Europêo, que chegou a Tombuctu,* sem advertir que o *Portuguez, amo de Imbert,* naturalmente hiria adiante do seu criado, e entraria *primeiro* na cidade!

de *Massangano* com esse destino, encontrou tantas e taes difficuldades, e tanta opposição nos Sovas que dominavão as terras da sua passagem, que se vio obrigado a retroceder (14).

Em 1798, estando D. Rodrigo de Sousa Coutinho (que depois foi Conde de Linhares) no Ministerio dos Negocios da Marinha e do Ultramar, quiz este illustre Ministro renovar a antiga, e tantas vezes intentada empreza da abertura da communicação por terra entre as duas costas occidental e oriental de Africa: para cuja execução designou a Francisco José de Lacerda e Almeida, Doutor em mathematica, nomeando-o para Governador *dos Rios*

(14) Seja-nos permittido copiar aqui o que no anno de 1663 escrevia o Padre Manoel Godinho, na importante *Relação do novo caminho, que fez por terra e mar, vindo da India para Portugal,* impressa em Lisboa em 1665: «O caminho de Angola (diz elle) por terra á India não he ainda descoberto, mas não deixa de ser sabido, e será facil em sendo cursado: porque de Angola á lagôa *Zachaf* (que fica no sertão da Ethiopia, e tem de largo quinze leguas, sem até agora se lhe saber o comprimento), são menos de duzentas e cincoenta leguas. Esta lagôa põem os cosmografos em 15° e 50'; e segundo hum mappa que vi, feito *por hum Portuguez, que andou muitos annos pelos reinos de Monomotapa, Manica, Butua, e outros daquella Cafraria,* fica esta lagôa não muito longe do *Zimbaué,* quer dizer, côrte de *Mesura,* ou *Marabia.* Sahe della o rio *Aruui,* que por cima do nosso forte de *Téte* se mette no rio *Zambeze.* E tambem o rio *Chire,* que cortando por muitas terras, e ultimamente pelas do *Rondo,* se vai ajuntar com o rio de *Cuamá* para baixo do *Sena.* Isto supposto, digo agora: quem pretender fazer este caminho de Angola a Moçambique, e d'aqui á India, atravessando o sertão da Cafraria deve demandar a sobredita alagôa *Zachaf,* e em a achando, descer pelos rios aos nossos fortes de *Téte* e *Sena;* destes á barra de *Quilimane,* de *Quilimane* a *Moçambique,* &c. Que haja a tal alagôa dizem-no não só os Cafres, senão *Portuguezes, que já lá chegárão,* navegando pelos rios acima, e por falta de premio se não tem descoberto até agora este caminho. As condições que devem concorrer em seu descobridor, o poder que ha de levar, o modo com que se deve haver pelas terras por que passar, *disse já em outro papel, que se me pedio para bem do descobrimento*». (Dita *Relação,* cap. 25.°)

de Sena, d'onde devia partir a expedição. Lacerda foi tomar o seu governo, e havendo-se munido dos meios, e instrumentos necessarios, e tomadas as possiveis informações e noticias dos paizes que hia percorrer, se pôz a caminho para o interior. Chegando porém ás terras do Rei *Cazembe* (que parece serem o ponto central entre as duas costas) ahi falleceo: e postoque nos ultimos momentos da vida encommendou a seus companheiros a continuação da empreza, elles comtudo não annuírão a esta recommendação, e o descobrimento ficou sem ulterior effeito (15).

Finalmente no anno de 1807, sendo Governador e Capitão General do reino de Angola o illustre, douto, e zeloso fidalgo Antonio de Saldanha da Gama, hoje Conde de Porto Santo, *se realisou,* de mandado delle, a primeira expedição de Loanda á contra-costa, a qual voltou no anno de 1809, trazendo a embaixada dos *Molluas,* nação que já commerciava com Moçambique. Immediatamente enviou o digno Governador outra expedição com ordem expressa de hir até Moçambique, o que effectivamente se executou, voltando esta segunda expedição a Loanda com cartas de Moçambique, estando já a governar Angola José de Oliveira Barbosa (16).

(15) Temos por noticia fidedigna, que na livraria do Sr. Conde de Linhares existe a *Relação* circumstanciada desta viagem com os planos, instrucções, e documentos a ella relativos. Póde porém entretanto ver-se a obra intitulada «*Considerações politicas, e commerciaes sobre os descobrimentos e possessões dos Portuguezes na Africa e na Asia*», por José Accursio das Neves. Lisboa, 1813, em 12.

(16) Vej. a *Memoria* do Sr. Visconde da Carreira, publicada no «*Observador Lusitano*», impresso em Paris no anno de 1814.

Na *Historia da navegação,* de J. H. de Linschot, Hollandez, *ás Indias orientaes,* Amsterdam, 1619, no cap. 4.°, falando o auctor de *Moçambique* diz, que das minas de *Çofala* não distão as de Angola na contra-costa mais de trezentas leguas, e que *os negros de Angola vão muitas vezes a Çofala por terra.*

Dirá porventura alguem que todas estas noticias, que aqui temos ajuntado, são de pouco valor, e interesse, porque emfim ainda se não conseguírão grandes adiantamentos na geografia de Africa, nem no conhecimento dos povos que a habitão, nem nos outros muitos objectos, que deverião concorrer para a civilisação de tantas nações barbaras, e de hum tão extenso continente. Nós o confessâmos com magoa; mas perguntâmos ao mesmo tempo aos sabios estrangeiros, que nos lanção em rosto a nossa ignorancia, e a nossa incapacidade do seculo xv, perguntâmos, digo, se elles, que desde o fim do seculo xvi começárão a apossar-se de nossas conquistas, e a despojarnos do fructo dos nossos trabalhos, tem sido mais felices, e tem adiantado muito mais que nós no conhecimento da Africa interior? Elles apenas ha poucos annos podérão ver essa mysteriosa cidade de *Tombuctu* tão procurada, tão requestada, e tão fatal aos seus indagadores. Mungo-Parck não chegou a entrar nella: a pintura que elle faz do orgulho, perfidia, e barbaridade dos Mouros das visinhanças, explica bem huma das razões por que as emprezas ao interior de Africa são tão difficeis, e arriscadas. O Major Laing, que em 1826 penetrou até *Tombuctu* com a protecção do Bachá de Tripoli, foi obrigado a sahir logo occultamente, e pouco depois foi assassinado pelos *Fellans,* horda potente e bellicosa, que reina quasi exclusivamente nos immensos desertos da Africa central. O Capitão Clapperton, que emprendeo a mesma viagem, teve igual sorte antes de chegar a ver *Tombuctu.* Mr. Jomard, no lugar que acima citámos, faz huma lista de quarenta e dous viajantes, que desde 1588 intentárão reconhecer os paizes da Africa interior, e reflecte que só hum pequeno (e bem pequeno) numero delles deixou de succumbir no meio da sua carreira, sendo victimas da empreza a que se havião arrojado.

Concluiremos este assumpto das viagens de Africa com

O grande estabelecimento do cabo da Boa Esperança termina ao norte a huma distancia, que se póde chamar insignificante, com respeito á grande extensão do continente Africano: e no conhecimento da Cafraria, e de toda a costa oriental, bem pouco se tem adiantado além do que deixárão escripto os Portuguezes nas relações de seus numerosos naufragios, e na descripção dos paizes em que tem e conservão dominio, e estabelecimentos permanentes.

Finalmente a Abyssinia he ainda hoje em grande parte conhecida tambem pelas relações dos Portuguezes, que a frequentárão, visitárão, e habitárão por muitos annos, como he sabido, e o que os modernos viajantes de outras nações tem pretendido acrescentar, ou he tomado dos escriptos Portuguezes, ou consiste em algumas noticias do estado moderno daquelles vastos paizes, ou finalmente na indagação da historia natural da sua constituição fisica, e dos seus productos, objectos, que no seculo XVI erão tão novos para os Portuguezes, como para quaesquer outras nações da Europa.

Agora que temos referido o que ainda nos consta das nossas antigas viagens por terra á India, e das tentativas que fizemos para o conhecimento das terras e povos do interior de Africa, pediria o nosso assumpto, que dessemos tambem noticia das viagens por terra executadas pelos Portuguezes, vindos da India até á Europa. Mas para satisfazermos cabalmente a este intento, seria necessario escrever obra mais volumosa, e talvez repetir o que os proprios viajantes deixárão escripto em suas relações impressas, ou manuscriptas, das quaes todavia seria conveniente fazer huma collecção ordenada, e quanto podesse ser completa.

Limitar-nos-hemos pois, por agora, a dar huma breve idéa das principaes viagens de que temos achado memoria nos nossos escriptores, e isto bastará para satisfazer ao in-

tento que levâmos em colligir estas noticias, que he mostrar que não somos nós os Portuguezes tão incuriosos, ou tão ineptos, como nos querem fazer os estrangeiros.

Seculo XVI

1515.—Tendo o grande Albuquerque posto á obediencia de Portugal a rica cidade de Ormuz, e recebido nella com grande solemnidade a embaixada do Schach Ismael Rei da Persia, despachou com o mesmo caracter de Embaixador á côrte de *Hispahan* a Fernam Gomes de Lemos, senhor da Trofa, o qual tendo concluido a sua missão, se achava já de volta em Cochim no mez de Janeiro de 1517, e d'ahi escreveo a el-Rei D. Manoel, mandando-lhe hum *livro, em que dava conta da sua embaixada, e do caminho que fizera,* como consta da propria carta por elle dirigida a el-Rei com a data de 4 de Janeiro de 1517, que se conserva no Archivo da Torre do Tombo, no *Corpo Chronologico*, part. 1.ª, maç. 21.º, num. 4. (Vej. Goes, *Chronica de el-Rei D. Manoel*, part. 4.ª, cap. 9.º e 11.º) Do *livro* porém, que continha a relação da embaixada e caminho não sabemos que exista.

1520.—Neste anno, entrando na Abyssinia D. Rodrigo de Lima, Embaixador de el-Rei D. Manoel áquelle imperio, entrou com elle entre outros Portuguezes o Padre Francisco Alvares, natural de Coimbra, que de Portugal havia sahido como Capellão da embaixada de Duarte Galvão. Este ecclesiastico residio na Abyssinia cousa de seis annos, até o de 1526, e escreveo: «*Verdadeira informação das terras do Preste João*», obra rara, que se imprimio em Lisboa no anno de 1540, em fol., e que foi traduzida em varias linguas, e inserida por Ramuzio na sua Collecção, em Veneza, 1550, com o titulo: «*Viagem á Ethiopia por Francisco Alvares*», &c.

Pelo mesmo tempo viajava por diversos paizes da Asia

o Capitão Gregorio de Quadra, de que acima fizemos menção.

1522.—A este anno se deve referir o principio das viagens de Antonio Tenreiro, segundo o que elle mesmo escreve na sua bem conhecida Relação, ou *Itinerario*. Sahio elle de Ormuz em companhia de Balthazar Pessoa, que de mandado do Governador da India D. Duarte de Menezes hia por Embaixador á Persia. Esteve Tenreiro na Persia, d'onde passou á Armenia, veio á Syria, ao Cairo, a Alexandria, e d'ahi á ilha de Chipre. De Chipre voltou ao continente, e logo a Ormuz por terra, e ficando ahi cinco ou seis annos (como elle mesmo refere no cap. 58.°), tornou a sahir para vir por terra a Portugal, com recados a el-Rei sobre a armada do Turco, sendo Governador da India Lopo Vaz de Sampaio, e Capitão de Ormuz Christovão de Mendoça (18). Sahio de Ormuz pelos fins de Setembro de 1528, e chegou a Portugal em Maio do anno seguinte. He mui curioso o seu Itinerario, que se imprimio em 1560, e depois por varias vezes, sendo a ultima em 1829, junto com a *Peregrinação* de Fernam Mendes Pinto. (Vej. Castanheda, liv. 7.°, cap. 71.°; Andrade, *Chronica de D. João III*, part. 2.ª, cap. 49.°; e os *Annaes da Marinha Portugueza*, publicados no presente anno de 1839, pag. 394.)

A morte do Conde Almirante Vice-Rei da India veio annunciada a el-Rei D. João III por hum expresso enviado *da India por terra* de mandado de D. Henrique de Menezes, como refere Quintella, *Annaes da Marinha Portugueza*, ao anno de 1526.

1537.—São mui conhecidas de nacionaes e estrangeiros as viagens, ou (como elle mesmo lhe chama) as *Pere-*

(18) De Memorias contemporaneas consta que Tenreiro, chegando da India, esteve a ponto de ser assassinado por hum F. Mello, de Castello de Vide, por ter trazido cartas a el-Rei contra seu pai. Tenreiro teve huma pensão de 30$000 réis mensaes.

grinações de Fernam Mendes Pinto, começadas em 1537, e continuadas por vinte e hum annos até o de 1558, com tanta, e tão miuda e variada relação de casos e successos; com tão curiosas descripções de lugares e regiões; de povos, e costumes; e com tantas e tão importantes noticias uteis á navegação e ao commercio, que mereceria huma particular e extensa menção, se a propria historia destas viagens não tivesse sido muitas vezes impressa, e recentemente em 1829 na lingua Portugueza, em que foi escripta; e se não se achasse ha muito tempo traduzida em algumas linguas estrangeiras, e publicada nas *Collecções de Viagens*. A multiplicidade e singularidade das aventuras, que este escriptor refere, a estranheza dos povos e nações que vio, e dos seus ritos, costumes, crenças, opiniões e linguagens, os incommodos e riscos que correo, e de que escapou são e salvo, fizerão com que alguns leitores e escriptores desconfiassem da veracidade das suas relações. Hoje porém está mais desvanecida esta desconfiança, e as indagações dos mais ousados viajantes modernos tem verificado muitos dos factos, que ao principio parecião mais estranhos e duvidosos.

1540.—Veio da India por terra Antonio de Sousa, mandado por D. Estevam da Gama. (Couto, dec. 5.ª, liv. 7.º, cap. 1.º)

1548.—Neste anno passou á India Fr. Gaspar da Cruz, religioso dominicano, natural de Evora. O zêlo da religião o levou á China, e foi o primeiro, ou hum dos primeiros missionarios Portuguezes, que entrárão naquelle imperio. Temos delle huma *Relação da China, e de suas particularidades*, que se imprimio em Evora no anno de 1570, e segunda vez em Lisboa em 1829 com as *Peregrinações de Fernam Mendes Pinto*, de que acabámos de fazer memoria.

No Codice 840 da Bibliotheca Publica Portuense conserva-se o «*Itinerario da ilha de Ormuz até Tripoli de*

Berberia, e d'ahi até a Rochella de França, de Martim Affonso».

Este viajante era medico: partio de Ormuz a 25 de Junho de 1565, e veio a Portugal atravez da Persia e Asia menor com cartas importantes. Sua derrota foi de muito circuito por causa da guerra que havia entre Turcos e Persas, a qual o obrigou a deixar o curso regular das caravanas, sem que nunca fosse conhecido, nem delle se desconfiasse. Descreve largamente os lugares por onde passou, com bom conhecimento da geografia. Fala de *Riscóo, Jarde, Benvit, Adistan, Mahabad, Chaltabad, Caixam, Com, Sava, Caslui, Sòltania, Meaná, Turquina, Condi, Tabris, Sufian, Van, Vastan, Sory, Taduan, Orfá, Halep*, &c.

...?—Na *Historia da India no tempo em que a governou o Viso-Rei D. Luiz de Athaide*, escripta por Antonio Pinto Pereira pelos annos de 1570, e impressa em 1616, no liv. 2.°, cap. 13.° faz o escriptor menção de hum *Isaque do Cairo, Judeo, que da India tinha vindo duas vezes por terra a Portugal*. Nada mais sabemos destas viagens, nem temos achado noticia da sua verdadeira data, que sem duvida pertence ao seculo XVI (19).

...?—O mesmo diremos de outra viagem, de que nos dá noticia o Padre Fernam Guerreiro na sua *Relação Annal*, &c., liv. 1.°, cap. 1.°, pag. 3, dizendo, que hum *André Pereira, hindo de Portugal á India por terra, e passando por aquella parte da Caldêa, que corre de Babylonia para o estreito de Baçorá, onde o Eufrates e o Tigre en-*

(19) Estando el-Rei D. João III em Almeirim, em Janeiro de 1541, veio da India por terra hum Judeo, trazendo recado a el-Rei, como o Viso-Rei D. Garcia de Noronha fallecêra em vespera de Pascoela do anno anterior de 1540, succedendo-lhe D. Estevão da Gama, que hia na segunda successão, por ter já vindo para o reino Martim Affonso de Sousa, que era o nomeado na primeira, &c. (*Relações de Pero de Alcaçova Carneiro*, manuscriptas.)

trão no mar da Persia, ahi tratára com os Christãos daquellas partes, e ainda depois voltára a ellas para acompanhar hum Bispo, que elles querião mandar ao Papa, e a el-Rei de Portugal.

1593.—Neste anno passou á India o dominicano Fr. Manoel dos Santos, o qual voltando a Portugal *por terra,* escreveo a sua viagem com o titulo de *Curioso Itinerario,* &c., manuscripto, de que faz menção a *Bibliotheca Historica Portugueza,* pag. 33 da 2.ª edição.

Seculo XVII

O seculo XVII não he menos notavel que o precedente na historia das nossas viagens. Logo no anno de 1602 occorre a importante, e, para aquelle tempo, difficil viagem do Jesuita Portuguez Bento de Goes. Era este religioso varão natural de Villa Franca na ilha de S. Miguel; e como tivesse conhecimento das linguas orientaes, e especialmente da Persiana, pretendeo e conseguio de seus superiores ser mandado ao descobrimento do *Gran-Catayo,* paiz que então desafiava a curiosidade dos Europeos. Partio com effeito da côrte do Mogol, em cujas provincias tinha prégado o Evangelho, e viajou mais de tres annos pelos sertões da Asia, hindo sempre pelo norte do imperio do Mogol, desde o paiz dos *Usbeks* para o oriente até á *China,* e vindo a conhecer em resultado da sua trabalhosa, e dilatada viagem, que o chamado *Gran-Catayo* era o proprio imperio da China, e não hum paiz diverso, como mui geralmente se acreditava. Na China falleceo Goes em 1607. Vem a sua viagem inserta na *Relação do Padre Trigaut,* e fazem della menção frequente os escriptores Portuguezes.

No mesmo anno de 1602 fazia a sua viagem á Persia o douto augustiniano Fr. Antonio de Gouvêa, que depois de ter acompanhado ás serras do Malabar o Arcebispo D. Fr. Aleixo, foi mandado áquelle imperio como Embaixador

do Governador da India Ayres de Saldanha. Ali adquirio a estimação do Sha-Abbas, que o enviou em companhia de hum Embaixador seu, que mandava a Roma, e á côrte de Hespanha. Vóltou á Persia, e d'ahi á Europa, atravessando os temerosos e arriscados desertos da Arabia. Chegado que foi a Alepo, embarcou para Marselha, e sendo tomado por corsarios, ou piratas Argelinos, esteve captivo em poder daquelles barbaros. Destas viagens e trabalhos fala elle mesmo na *Relação da jornada do Arcebispo D. Fr. Aleixo de Menezes ás serras do Malabar*, impressa em Coimbra em 1606, em fol., aonde tambem se lêem curiosas e importantes noticias sobre os povos que habitão aquellas serras, e sobre os seus costumes, e ritos religiosos, &c.

Em 1606 e 1607 temos noticia da viagem de Nicoláo d'Orta, natural de Santo Antonio do Tojal, que sahio de Gôa com destino de vir a Portugal, por terra. Nos principios de Agosto de 1606 estava na fortaleza de *Comorom*, d'onde passou a *Lara*, *Xiras*, *Romus*, *Bagadet*, *Ana*, *Taibe*, e *Alepo*, aonde entrou a 16 de Janeiro de 1607. D'ahi vindo por Alexandreta, chegou por mar a Marselha, e logo a Madrid, d'onde el-Rei D. Filippe o tornou a mandar á India. Escreveo o seu *Itinerario*, do qual existe na Bibliotheca Publica de Lisboa hum exemplar incompleto. (Vej. Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana.)*

Por esses mesmos tempos viajava por terra para a Europa Fr. Gaspar de S. Bernardino, missionario na India, o qual naufragando na ilha de S. Lourenço, passou a *Mombaça*, cabo de *Rosalgate*, e *Ormuz;* d'onde resolvendo continuar sua viagem por terra, visitou a Persia, Caldêa, e Syria até Chipre. D'ahi foi ver os Lugares Santos, e voltando a Chipre, Candia, Zante, Cephalonia, e Corfu, se recolheo por ultimo a Hespanha, e logo a Portugal. Escreveo o seu *Itinerario*, cuja primeira parte se imprimio em Lisboa em 1611, em 4.º

Temos noticia que neste mesmo anno de 1611 veio da India a Portugal, por terra, D. Alvaro da Costa, de cuja pessoa e viagem não alcançámos individual informação (20).

Os annos de 1624 e 1626 são notaveis na historia da geografia, e das viagens Portuguezas, pelas duas que fez o Padre Antonio de Andrade, Jesuita, ao descobrimento do *Tibet*, estabelecendo ali missão Christã, e Catholica. Na segunda destas viagens (anno de 1626), em que foi acompanhado do Padre Gonçalo de Sousa, e cuja Relação se imprimio em Lisboa em 1628, fala elle expressamente da cidade de *Caparangua*, aonde residia o Rei de Tibet, e aonde estes padres tinhão chegado em menos de dous mezes e meio, partindo de *Agra* (no *Dehli)*, e passando por *Sirinagar*. Fala igualmente do paiz de *Ussangue*, ou *Ussang*, do qual diz que dista quarenta jornadas de *Caparangua*, e vinte da China, &c. (Devem ver-se as proprias Relações, e a *Nouvelle Relation de la Chine*, do Padre Magalhães, traduzida em Francez, e impressa em 1690, de que mais adiante falaremos.)

Pertence ao mesmo anno de 1624 a viagem, e residencia na Abyssinia do Padre Jeronymo Lobo, Jesuita Portuguez. Foi elle mandado ás missões da India, para onde partio, e chegou a Gôa em 1622: e vindo no dito anno de 1624 a Moçambique, d'ahi entrou no paiz dos *Galas*, penetrando até á *Abyssinia*, aonde viveo muitos annos, não sem grandes trabalhos e perseguições. A serie das suas posteriores aventuras, os naufragios que fez, os grandes incommodos que sofreo, emfim a sua vida até o anno de 1658, em que ficou em Portugal, são cousas dignas de curiosa reflexão. Escreveo o seu *Itinerario*, que

(20) O Codice 482 da Bibliotheca Publica Portuense he cópia da *viagem de D. Alvaro da Costa*, com este titulo: «*Tratado da viagem, que fez da India oriental á Europa nos annos de* 1610 *e* 1611 *por via da Persia e da Turquia ... com relação ... da Terra Santa ... e geral descripção da India oriental, e navegação dos Portuguezes*».

tem merecido a attenção dos sabios, e eruditos, principalmente na parte que diz respeito ás cousas da Abyssinia, e que se acha traduzido em Inglez, em Francez duas vezes, e em Italiano.

Em 1635 foi mandado á missão do Tibet o Padre João Cabral, outro Jesuita Portuguez, natural de Celorico da Beira, o qual fez caminho por *Bengala*, evitando a difficil passagem da serra, por onde o Padre Andrade tinha entrado na Tartaria. Escreveo tambem a *Relação copiosa dos trabalhos que padeceo na missão do Tibet*. Obra, que segundo Barbosa Machado, foi mandada a Roma no referido anno de 1635.

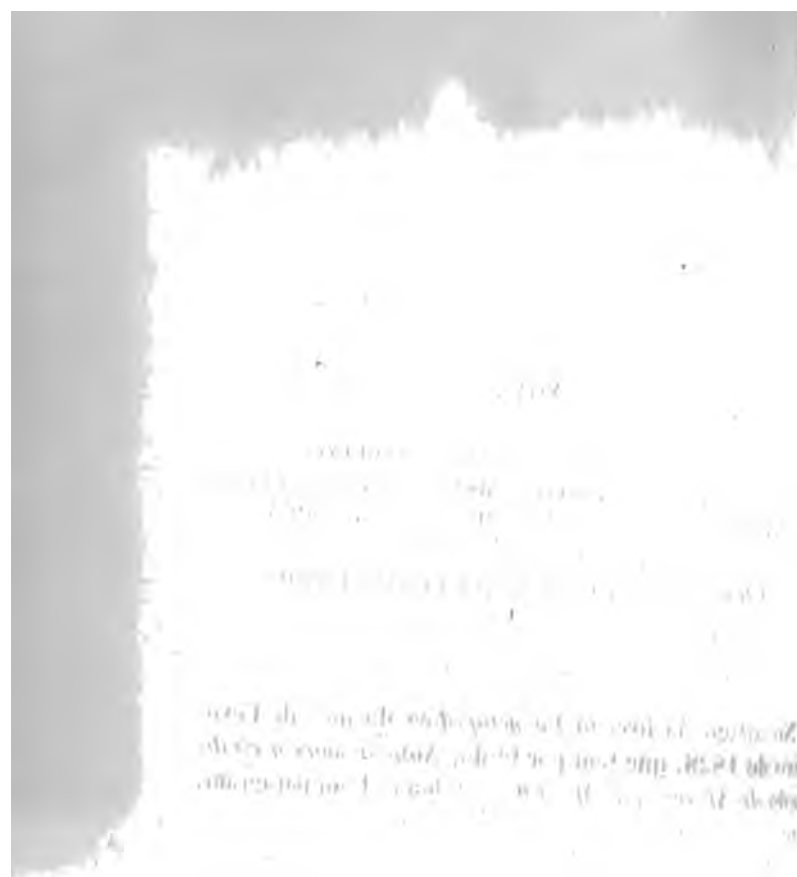
He digno de mui particular commemoração nesta nossa breve Memoria o Padre Gabriel de Magalhães, tambem Jesuita Portuguez, que depois de estar por alguns annos nas missões do Japão, passou á China, e a correo quasi toda desde o anno de 1640 até 1648, em que se estabeleceo em Pekin, residindo ahi por quasi vinte e nove annos até o seu fallecimento, e deixando-nos huma *Relação da China* das mais exactas que se havião escripto até o seu tempo. Esta *Relação* foi traduzida em Francez com notas, e explicações, e impressa em 1690, em 4.º

Alguns annos antes destes, em que vamos, missionou na Abyssinia o Padre Manoel de Almeida, Jesuita Portuguez. Das cartas, que elle annualmente escrevia ao seu Geral, impressas em Roma, em Italiano, no anno de 1629, e de outras Memorias de muitos Jesuitas, he que o Padre Tellez compilou a *Historia geral da Ethiopia alta ou Preste João,* impressa em Coimbra em 1660, em fol., aonde se vê o largo conhecimento que os Portuguezes tinhão daquelle imperio por elles tão frequentemente praticado.

Em 1663, o Padre Manoel Godinho, natural da Villa de Montalvão, e religioso da Companhia (depois secularisado Prior de S. Nicoláo de Lisboa, e por ultimo de Loures),

tendo sido mandado ás missões da India, veio por terra a Portugal de mandado do Vice-Rei Antonio de Mello de Castro, e segundo parece, com alguma secreta e importante commissão. Escreveo *Relação do novo caminho que fez por terra e mar vindo da India para Portugal no anno de 1663,* impressa em Lisboa em 1665, 4.º Obra curiosa, que merece ser lida dos eruditos.

NOTA

EM QUE SE MOSTRA, QUE OS PORTUGUEZES, PASSO QUE HIÃO DESCOBRINDO AS COSTAS E TERRAS AFRICANAS, SE NÃO DESCUIDAVÃO DE INSPIRAR AOS SEUS HABITANTES IDÉAS MORAES, E PRINCIPIOS DE CIVILISAÇÃO

NOTA

EM QUE SE MOSTRA, QUE OS PORTUGUEZES,
AO PASSO QUE HIÃO DESCOBRINDO AS COSTAS E TERRAS
AFRICANAS, SE NÃO DESCUIDAVÃO DE INSPIRAR
AOS SEUS HABITANTES
IDÉAS MORAES, E PRINCIPIOS DE CIVILISAÇÃO

No artigo da *Revista Encyclopedica* do mez de Fevereiro de 1828, que tem por titulo, *Noticia sobre a civilisação de Africa, por Mr. Chauvet,* lemos hum paragrafo, que traduzido em Portuguez, diz assim:

« Por espaço de tres seculos nunca jámais os Europêos *tiverão o pensamento* de communicar aos Africanos alguma idéa moral, ou alguma das artes praticadas na Europa. Bem longe disto, sómente tratárão de enganal-os, para melhor os reduzirem á escravidão. Os Portuguezes comtudo enviárão alguns missionarios ao Congo: e postoque *os ecclesiasticos empregados nesta missão fossem quasi tão ignorantes como os povos, a quem hião catequizar,* tinhão comtudo feito numerosos proselytos, principalmente entre os chefes; e com alguns esforços mais que se fizessem, *huma grande parte de Africa seria hoje Christãa:* mas nesse caso, *adeos trafico!* Este resultado foi logo presentido, e a civilisação de Africa foi sacrificada ao systema colonial. »

Parece incrivel, que em tão poucas linhas podesse este

escriptor ajuntar tantos erros, e contradicções. Mas (já outras vezes o temos dito) assim se fazem livros em França! A estranha ligeireza de alguns escriptores desta nação não lhes permitte averiguar com paciencia, e profundar os objectos sobre que intentão escrever; e a presumpção, que tem da sua superioridade litteraria, inspirando-lhes o desprezo dos outros povos, faz que ora occultem por ignorancia ou malicia o que lhes póde ser honroso; ora alterem e transformem os factos, e os apresentem por huma face enganosa e falsa, para deprimir, ou escurecer o que nelles ha de bom, louvavel, e glorioso.

Nas poucas palavras de Mr. Chauvet, que deixâmos copiadas, he hum erro dizer, que *por tres seculos nunca os Europêos tiverão o pensamento de inspirar aos Africanos alguma idéa moral;* e he huma contradicção acrescentar logo, que os Portuguezes *enviárão missionarios ao Congo*, para instruir aquelles povos rudes e barbaros na santa doutrina do Christianismo.

He outro erro dizer, que os *missionarios Portuguezes erão quasi tão ignorantes como os povos Africanos;* e parece outra contradicção confessar ao mesmo tempo, que elles *fizerão numerosos proselytos, principalmente entre os chefes*, e que com alguns esforços mais que se fizessem, *huma grande parte de Africa seria hoje Christãa.*

He ainda outro erro grosseiro affirmar, que o *trafico dos negros* foi motivo para se abandonar a instrucção Christãa dos Africanos, e que a civilisação de Africa *foi sacrificada ao systema colonial*, &c., &c.

Restabeleçâmos os factos sobre fundamentos veridicos, e inconcussos, e ficarão plenamente convencidos os erros do auctor.

He ponto incontroverso, assentado, sem discrepancia alguma em nossas historias antigas, e comprovado por documentos contemporaneos, que hum dos principaes fins, que o illustre e immortal Infante D. Henrique se

propoz conseguir pelos descobrimentos, de que foi primeiro auctor, era trazer ao conhecimento do Evangelho os povos barbaros, e idolatras da Africa, e terras orientaes; restaurar e animar as Christandades que se dizião estabelecidas em algumas regiões remotas, e guerrear os Mouros, que nellas dominassem, como inimigos irreconciliaveis dos Christãos, não querendo elles mesmos abraçar o Christianismo, ou oppondo-se aos seus progressos.

Havia-se o Infante por obrigado de algum modo a promover por estes meios a propagação do Evangelho, em razão do cargo que tinha de Administrador da Ordem da Cavallaria de Nosso Senhor Jesu-Christo, a qual em sua instituição fôra ordenada para semelhantes fins; e quasi que julgava não poder fazer boas as rendas daquelle Mestrado, se as não empregasse, em grande parte, no seu verdadeiro e original destino. E como nos limites do territorio de Portugal não podesse já satisfazer os seus piedosos intentos, por não haver parte alguma que estivesse no dominio dos Sarracenos; não só se unio aos Infantes seus irmãos para suggerirem a seu augusto pai a empreza de Ceuta; mas além disso, aconselhado e estimulado dos amplos conhecimentos, que já havia adquirido na astronomia, cosmografia, e nautica; e buscando com infatigavel curiosidade, tanto pelos monumentos da historia, como por informações varias e repetidas, haver noticias das nações e povos mais remotos das partes orientaes, e da possibilidade de estabelecer com elles algumas relações por meio da circumnavegação Africana; resolveo emfim pôr o peito a esta grande e heroica empreza, começando a mandar á costa de Africa alguns navios, que abrissem passagem do cabo de Nam, então limite da navegação Européa, para as partes do sul, e pólo antarctico.

Dissemos que estas intenções do Infante erão attestadas não só pelos nossos mais antigos historiadores, mas tambem por documentos contemporaneos.

A respeito dos historiadores, seria superfluo trazer aqui provas desta verdade, que deve ser notoria a todos os doutos, pelas numerosas obras dos escriptores Portuguezes, que escrevêrão sobre nossos descobrimentos, e conquistas de Africa e Asia, muitas das quaes se publicárão pela imprensa.

Entre os documentos porém bastará citar os seguintes:

1.º A doação de 7 de Junho de 1454, em que el-Rei D. Affonso V dôa á Ordem de Christo pelo seu Administrador, e successores, para sempre, *o espiritual das praias, costas, ilhas, e terras*, conquistadas e por conquistar, de *Gazulla, Guiné, Nubia, Ethiopia*, &c., *para que faça prover aquelles povos de prégadores, ministros e reitores espirituaes*, com aprazimento de Sua Santidade, &c. E diz el-Rei neste seu diploma, que o Infante havia descoberto e conquistado aquellas costas, praias, ilhas, &c., « *querendo trazer á Igreja de Deos Santa, e aa nossa obediencia aquelles barbaros povos, a que nunca per mar, nem per terra Christãos alguns chegar ouzarom* ».

2.º A Bulla do Santo Padre Nicoláo V de 6 dos idos de Janeiro, anno da Encarnação de Nosso Senhor Jesu-Christo de 1454, obtida a pedido do illustre Principe, e confirmada por Calixto III em 3 dos idos de Março, anno da Encarnação de 1455, na qual, fazendo-se o extracto da narrativa do impetrante, se diz, que o Infante D. Henrique, desde seus primeiros annos tinha formado o projecto de *indagar, e descobrir os mares e costas meridionaes de Africa, e de passar ao oriente, a fim de combater os Mahumetanos, e trazer ao Christianismo os povos idolatras, que porventura habitassem aquellas vastas regiões, ou os paizes intermedios*, &c. (1).

(1) «Praeterea (diz a Bulla) cum olim ad ipsius Infantis pervenisset notitiam, quod *nunquam, vel saltem a memoria hominum, non consuevisset per hujusmodi Oceanum mare meridionales, et orientales plagas navigari*, illudque nobis occiduis adeo foret incognitum, ut

3.° A doação, que o proprio Infante fez á dita sua Ordem de Christo do *espiritual das terras conquistadas, e descobertas, ou que se descobrissem,* em data de 18 de Setembro de 1460, na qual se conforma com a narrativa conteúda na referida Bulla, mostrando em suas palavras quanto intentava e desejava, que o Christianismo penetrasse, e se fizesse estavel naquellas regiões, e que a sua doutrina e culto tivesse igrejas, templos, e ministros, que perennemente ali o ensinassem e praticassem.

Por estes documentos, e por outros semelhantes, que omittimos, se faz manifesto, que não só pelo decurso dos tres seculos, de que fala Mr. Chauvet, mas logo desde o principio dos descobrimentos, e ainda antes delles, na mente, e nos projectos do sabio e religioso Infante, *entrou o pensamento de communicar aos Africanos alguma idéa moral,* e entre as idéas moraes as mais puras, as mais santas, e as mais capazes de fazer felizes os povos, quaes são as do Christianismo. E não sómente *entrou o pensamento,* senão que, tanto o mesmo illustre Principe, como os Reis Portuguezes, que em seu tempo, e depois da sua morte promovêrão e continuárão os descobrimentos, effectivamente o poserão em execução com empenho e perseverança igual á piedade, e religiosos sentimentos, de que erão animados.

Pelos annos de 1446, dizem os nossos escriptores, que mandára o Infante huma armada de tres náos, comman-

nullam de partium illarum gentibus certam notitiam haberemus: *credens se maximum in hoc Deo praestare obsequium, si ejus opera et industria mare ipsum usque ad Indos, qui Christi nomen colere dicuntur, navigabile fieret,* sicque cum eis participare, et illos in Christianorum auxilium adversus Sarracenos, et alios hujusmodi fidei hostes commovere posset, ac *nonnullos gentiles, seu paganos, nefandissimi Mahumetis secta minime infector, populos, inibi medio existentes continuo debellare, eisque incognitum sacratissimi Christi nomen praedicare, ac facere praedicari*», &c. *(Provas da Historia Genealogica,* tom. 1.°)

dadas por Antão Gonsalves, Diogo Affonso, e Gomes Peres, com ordem de proporem aos habitantes do Rio do Ouro *o aceitarem a doutrina evangelica,* e assentarem commercio com os Portuguezes.

Pelo mesmo tempo, ou ainda antes, tendo sido descoberto o Cabo Verde, enviou o mesmo Infante a Fernando Affonso como seu Embaixador ao Rei ou Senhor daquella costa, chamado Farim, encarregando-o de fazer-lhe *iguaes proposições.*

E se não sabemos de outras semelhantes diligencias praticadas particularmente por ordem do Infante em outros diversos lugares, he porque os nossos escriptores, contentando-se com as noticias geraes, forão omissos em referir por menor as circumstancias, que então lhes parecião de pouco interesse para a historia: mas não podemos duvidar de que elle procuraria satisfazer a hum empenho, que era essencialmente connexo com o seu plano, e fazia parte delle.

E aqui tem lugar, em prova dos pios e religiosos pensamentos do Infante, referir as palavras de Cadamosto no cap. 10.º da sua *Primeira Navegação,* que por certo honrão muito o immortal Principe, e confirmão o que delle vamos dizendo. Fala o escriptor dos Azenegues, e suas qualidades e costumes, e logo traz este periodo: «A estes he que os Portuguezes aprisionavão e vendião, e erão os melhores escravos de todos os negros: mas qualquer que fosse o motivo, de hum certo tempo para cá *tudo se reduzio a paz, e trato de mercancia; e não consente o Senhor Infante que se faça damno a nenhum delles; porque espera, que tratando com os Christãos, levemente se possão reduzir á nossa crença,* não estando ainda bem firmes na fé Mahumetana, senão pelo que della tem ouvido dizer». Aonde se vê, que o Infante não duvidava sacrificar os interesses do commercio dos escravos á vantagem, por certo mais solida, de estabelecer com

elles communicação pacifica, e facilitar assim a sua conversão ao Christianismo. Exemplo tão admiravel, como raro, e que bastaria só por si para desmentir a falsa e calumniosa accusação que Mr. Chauvet faz aos primeiros descobridores, quando diz, que elles *sómente tratavão de enganar aquelles povos para mais facilmente os reduzirem á servidão.*

Em 1481, logo que el-Rei D. João II subio ao throno de Portugal, mandou fundar o castello (depois *cidade)* de S. Jorge da Mina, com aprazimento de Caramanza, Senhor daquella região, a quem *convidou para abraçar o Christianismo:* e postoque o Principe barbaro se recusou ao convite, nem por isso deixou el-Rei de mandar que naquelle estabelecimento estivessem pessoas ecclesiasticas, por cujo ministerio se propagasse a doutrina evangelica aos lugares confinantes.

Em 1485, reinando o mesmo Soberano, e descobrindo Diogo Cam o reino de Congo, os Portuguezes, que forão ao interior, se houverão com tanta prudencia e sizudeza, que attrahírão a benevolencia do Rei, e de muitos dos principaes senhores da sua côrte, e os inclinárão a favorecer a religião Christãa. Então quiz aquelle Principe Africano que em companhia do Capitão Portuguez viessem a Lisboa alguns negros seus subditos, com o fim de aprenderem a linguagem, e os costumes Portuguezes. E como el-Rei os tratasse com grande benignidade, e os fizesse voltar á sua terra cheios de dadivas, e favores reaes, e mandasse ao mesmo tempo convidar o seu Rei a receber o baptismo, elle não só aceitou o convite, admirado e commovido do que os seus lhe dizião das cousas de Portugal; mas tambem destinou alguns moços nobres, que demorando-se por mais tempo em Lisboa, se instruissem na lingua, nos costumes, e na policia Portugueza: e pedia a el-Rei, que lhe mandasse *ministros da religião, officiaes de alguns officios mecanicos, lavradores, que os ensinas-*

sem a cultivar as terras, e mulheres, que os instruissem na arte de amassar, e fabricar o pão.

Estiverão com effeito estes Congos na caza de Santo Eloy de Lisboa até o anno de 1490, em que voltárão ao seu paiz, hindo em companhia delles alguns ecclesiasticos, com instrucções mui individuaes de el-Rei para a plantação daquella Christandade, a qual foi logo crescendo com tão notaveis augmentos, que chegou a haver nella Sacerdotes e Bispos naturaes do paiz, mestres de ler e escrever, que tinhão aprendido em Portugal, e ensinavão as primeiras letras aos filhos dos nobres, &c.

Estes progressos do Christianismo no Congo chegárão a tal ponto, e davão tanto gosto aos Reis Portuguezes, que el-Rei D. Manoel mandou em 1504 novas missões de *homens letrados em theologia, e mestres de ler e escrever, e de artes mecanicas, com livros de doutrina Christãa, e ornamentos, vestes, e vasos sagrados* para o uso do culto religioso naquelles paizes. O que foi de tanta utilidade para o augmento da christandade, e civilisação do Congo, que alguns Principes e Senhores daquellas terras mandavão seus filhos moços a Portugal com o fim de aprenderem melhor os principios da religião, os costumes, e as artes Portuguezas, com o que, depois de instruidos, voltavão ao seu paiz com notavel aproveitamento em beneficio dos seus naturaes.

Em 1508 sabemos, que vindo alguns parentes do Rei de Congo, D. Affonso, e outros nobres a Portugal para se instruirem nas letras, forão mandados residir na caza de Santo Eloy, aonde tinhão sido educados os primeiros, e ahi se sustentárão, e estiverão por algum tempo a expensas de el-Rei.

Em 1516 tendo el-Rei D. Manoel mandado rever e reformar as Ordenações antigas do reino, e sabendo isto el-Rei de Congo, pedio alguns exemplares dellas, que logo o Monarca Portuguez lhe mandou; e notão os nossos

escriptores, que com ser elle barbaro, as mandava ler, e considerar, e conferir com os costumes da sua terra.

Em 1535 escrevia o Papa a el-Rei de Congo, louvando-lhe muito o seu zêlo pela religião Christãa, e o cuidado que tinha de a propagar, e fazer florecer em seus estados, servindo elle mesmo como de missionario, e instruindo os seus povos na santa doutrina do Evangelho. O Annalista Raynaldo, fazendo menção destas letras apostolicas, ao referido anno de 1535, conclue com estas palavras: «*Sancta propagatio fidei catholicae in Africa referenda est piissimis Lusitaniae Regibus*».

El-Rei D. João III continuou a mandar outras diversas missões áquellas terras; e no anno de 1538 se achavão ainda em Portugal alguns nobres Ethiopes do Congo, fazendo seus estudos na referida caza de Santo Eloy, aonde tambem por esse tempo se recolhêrão quatro Paravás da costa da Pescaria no Malabar, que vierão a este reino com o mesmo destino, e para os quaes compôz o grande João de Barros a sua *Grammatica Portugueza*, que se imprimio no anno de 1539.

Em tempo de el-Rei D. Sebastião, pelos annos de 1560, sendo o Rei de Congo D. Alvaro despojado de seus estados pelos Jaccos, ou Agages (2), que acommettendo-o com grande multidão de barbaros o obrigárão a retirar-se a huma ilha do Zaire, e implorando este Principe o auxilio de el-Rei de Portugal, el-Rei o mandou restituir ao seu reino pelo Capitão Francisco de Gouvêa, que com alguns centos de Portuguezes derrotou os Barbaros, e o repôz no throno. Acrescenta hum escriptor estrangeiro, narrando este facto, que el-Rei D. Sebastião, por cumulo de generosidade, recusára a homenagem, que D. Alvaro

(2) Estes povos, que tambem se chamão *Jagas*, ou *Giagas*, podem considerar-se (diz hum geografo) como os Tatars da Africa meridional. Delles se diz terem ás vezes feito terriveis incursões desde o *canal de Moçambique* até ás visinhanças do *cabo da Boa Esperança*.

queria render-lhe como vassallo, *pelo qual procedimento, cheio de humanidade* (diz o escriptor), *he que os Portuguezes tem ganhado a confiança daquelles povos, e os tem empenhado a perseverarem na religião Christãa.*

No anno de 1486 descobrindo-se o reino de Beni, e mandando o Principe daquella região hum Embaixador a el-Rei de Portugal D. João II, este o recebeo com grandes mostras de estima e benevolencia, e o despedio com ricos presentes para o seu Soberano, e *com energicas persuasões de abraçar o Christianismo.*

Em 1488 veio Bemohi, Rei de Jalofo, pessoalmente a Lisboa, aonde aceitou o baptismo com todos os nobres que o acompanhavão, de que el-Rei D. João II houve singular contentamento, como refere Rezende, na vida deste grande Principe. E voltando Bemohi a Africa, lhe deo el-Rei hum poderoso auxilio contra alguns seus subditos rebeldes, mandando ao mesmo tempo (de consentimento de Bemohi) que se fundasse fortaleza na foz do Senegal, e que fossem na armada alguns ecclesiasticos, de que era chefe Mestre Alvaro Dominicano, e levassem, como effectivamente levárão, todos os preparos necessarios para aquelle estabelecimento, e entre elles ornamentos sagrados, livros ecclesiasticos, e moraes, vasos para o serviço das igrejas, &c. Esta christandade não teve consequencias ulteriores pelas razões que o citado escriptor aponta no mesmo lugar; mas nem por isso fica menos certo, que os Principes Portuguezes nunca perdião de vista a civilisação dos Africanos por meio da propagação do Evangelho.

Pelos annos de 1575 começárão os Portuguezes a conquista de Angola, Benguella, &c., sendo primeiro conquistador, povoador, e Governador o illustre Paulo Dias de Novaes, que á custa de mui gloriosos trabalhos, fadigas, e despezas, manteve aquelle nascente reino até o anno 1588, em que falleceo. Logo ao principio se estabelecêrão na primeira povoação, ou villa (depois *cidade)*

de S. Paulo de Loanda cazas religiosas, cujos moradores, bem como outros ecclesiasticos seculares, erão destinados não só a praticar entre os Christãos os exercicios do culto; mas tambem a trazer á elle os naturaes do paiz, e das vastissimas regiões confinantes. Bem conhecida he na historia daquella conquista a celebre Rainha de Matamba, chamada a *Rainha Ginga* (3), e pelo nome do baptismo *Anna de Sousa*, a qual tendo recebido o Christianismo a diligencias dos Portuguezes, e voltando depois á sua superstição, se tornou cruelissima inimiga delles, até que por fim arrependida se converteo de novo com muita da sua gente, e na fé christãa veio a fallecer. Florecia esta notavel mulher pelos annos de 1622 até 1655; e forão instrumento de sua reconciliação com a Igreja os Padres Capuchinhos Italianos, *a quem el-Rei D. João IV pelos annos de 1653 havia encarregado as missões de Cabo Verde, e Guiné:* nova prova de que os Reis de Portugal nunca perdirão de vista hum objecto tão digno da sua piedade, quanto conforme ás primeiras intenções do illustre auctor daquelles descobrimentos (4).

Se da Africa occidental quizessemos passar á oriental, facil nos seria tecer huma longa narração das repetidas, e

(3) O seu nome era *Ginga Bandy*, filha do Rei de Matamba, que tambem se chamava *Ginga Bandy*, e de huma sua escrava. Baptizou-se em 1622, sendo seu padrinho o Governador João Corrêa de *Sousa*, pelo que tomou o nome de *Anna de Sousa*.

(4) Na menoridade de el-Rei D. Affonso VI, e tutoria de sua mãi a Rainha D. Luiza, se erigio em Portugal huma *Junta das Missões*, encarregada de mandar missionarios ás terras de Africa, Asia, e America, sujeitas á Corôa Portugueza. De el-Rei D. Pedro II lemos, que fundára *Missões*, e *Seminarios*, em beneficio da instrucção dos infieis nas conquistas de Portugal. Em seu tempo mandou hum Rei Pagão, ou idolatra de Cabo Verde a hum seu filho a receber o baptismo em Lisboa, d'onde voltou ao seu paiz enriquecido de reaes dons. Ainda nos nossos tempos, e no reinado da Senhora D. Maria I, forão enviados missionarios ao reino de Angola, e outras terras proximas, &c.

constantes tentativas, que fizerão os Portuguezes para trazerem ao seio da Igreja Romana os Principes, e habitantes da Abyssinia, e para catequizarem e instruirem nos principios do Christianismo os povos da Ethiopia baixa, ou da Cafraria. Bastará porém lembrar que em 1560 e 1561 foi baptizado com toda a sua côrte o Imperador de Monomotapa pelo Padre Gonçalo da Silveira, Jesuita Portuguez, martyrizado logo depois cruelmente por instigação dos Mouros, que em toda a parte fizerão sempre a mais pertinaz opposição ao estabelecimento e progressos das novas christandades plantadas pelos Portuguezes: sem embargo do que, nunca estes cessárão de annunciar naquellas extensas e barbaras regiões a doutrina do Evangelho, edificando igrejas, fundando cazas religiosas, pondo varões virtuosos, que as regessem, e attrahindo por todos os modos aquelles habitantes á religião e civilisação Européa, como se poderia mostrar pelos estabelecimentos Christãos de Sena e Téte, de Çofala, Moçambique, Melinde, &c., &c.

Á vista de tantos factos, e ainda de muitos outros, que aqui passâmos em silencio, e são constantes das historias, como he possivel, que se diga, e se escreva, que *no decurso de tres seculos nunca jámais os Européos tiverão o pensamento de communicar aos Africanos alguma idéa moral?* Porventura não foi este nobre pensamento o que inspirou ao Infante D. Henrique, e aos Reis de Portugal as multiplicadas tentativas, que deixâmos referidas? Não foi este pensamento o que moveo o grande Rei D. João II a acolher e auxiliar com suas armas o Rei dos Jalofos; a convidar ao Christianismo o Rei de Beni; a mandar missionarios ao Congo? Não foi este pensamento hum dos que inspirárão a fundação do castello de Arguim, os estabelecimentos do Senegal, de Cabo Verde e suas ilhas, de Cacheo, de S. Jorge da Mina, de Angola, e Benguella? &c.

Bem sabemos, que alguns escriptores, incapazes (ao

que parece) de conceber idéa alguma generosa, pretendem persuadir-nos, que o zêlo religioso dos Principes Portuguezes não era mais que hum pretexto, com que elles disfarçavão o principal intento de augmentar o seu poder, ampliar os seus estados, e colher os interesses do commercio. Nós podéramos refutar este pensamento com muitas daquellas razões, em que costumão estabelecer-se os factos mais bem averiguados da historia. Contentar-nos-hemos porém de responder com as palavras de hum escriptor Portuguez judicioso: « *Concedão-nos* (diz elle), *que o zêlo da religião era hum dos motivos, que dirigião os nossos Principes nos seus descobrimentos, e nós lhes concederemos, que não era o unico* ». Os Principes Portuguezes não erão apostolos, nem missionarios: não tinhão obrigação, nem missão alguma especial para hirem levar o Evangelho a nações barbaras, infieis, desconhecidas, e remotas. Não admira pois, que com o zêlo da religião (que certamente os animava) misturassem a consideração dos interesses nacionaes; e que intentando trazer aquelles povos ao Christianismo, e civilisação, se lembrassem tambem de por este meio assentarem com elles, mais facil e seguramente, communicação, commercio, amizade, e interesses reciprocos. Haverá porventura neste procedimento alguma cousa, que mereça a censura das pessoas justas, e imparciaes?

« *Os missionarios, que os Portuguezes mandárão ao Congo* (diz Mr. Chauvet), *erão quasi tão ignorantes, como os povos, a quem hião catequizar.* »

Seja-nos permittido dizer francamente, que só por summa ignorancia da historia, ou por manifesta má fé se póde assim ajuizar, e falar dos Portuguezes do seculo XV.

Nós podéramos reconvir o escriptor Francez, e mostrar-lhe com muitos e graves fundamentos, que a França não era naquelle seculo mais civilisada, nem estava mais adiantada nas letras, que os Portuguezes: mas não que-

remos demorar-nos em odiosas comparações, nem o julgâmos necessario para o nosso intento (5).

Tambem não teceremos aqui com extensão a historia

(5) No anno de 1406, celebrando-se em París hum grande ajuntamento de sabios theologos e canonistas para deliberarem sobre dar, ou negar obediencia ao antipapa Pedro de Luna; hum destes sabios, que, ao dar o seu voto, quiz exaltar a Universidade de París, disse «*Que Julio Cesar a havia transferido de Athenas para Roma; e que Carlos Magno a transplantára de Roma para París*». *Tal era* (diz Fleury, referindo estas palavras) *a erudição dos maiores doutores daquelle tempo!* E comtudo esta Universidade, em que havia tão insignes doutores, era a mesma que naquelles tempos queria dar leis á Igreja, e decidir os mais importantes negocios ecclesiasticos: era a mesma que não poucas vezes concorreo para as desgraçadas discordias, que tão funestas forão ao povo Christão. Pelos annos de 1445, hindo a França o doutissimo Hespanhol Fernando de Cordova, de tal modo assombrou com o seu extraordinario saber a escola Parisiense, que foi vario o juizo, que delle fizerão os doutores: «*Huns o tiverão por mago, outros sentião o contrario, e não faltárão alguns, que dissessem, que hum homem tão prodigiosamente sabio era impossivel que não fosse o Antichristo*». Assim o refere o Abbade João Trithemio no *Chronicon Spanheimense*, ao anno 1501. Nos principios do seculo seguinte, fundando el-Rei Francisco I huma cadeira de lingua Grega no collegio, chamado de França, em París, exclamava hum Monge, no pulpito, cheio de santo enthusiasmo: «*Tem-se, meus irmãos, inventado huma nova lingua, chamada Grego, de que devemos acautelar-nos com grande cuidado, porque ella gera, e della nascem todas as herezias*». Assim se falava em París (diz Pouqueville referindo o facto), *assim se falava em París da lingua do Novo Testamento, e do idioma, em que escrevêrão os primeiros Padres da Igreja!* Em 1565 dizia hum advogado da Universidade de París, que as quatro faculdades, de que ella se compunha, constituião hum quasi *concilio geral permanente (quasi generale concilium perpetuo in ampla urbe illa pro populi sublevamine stabilitum)*. Refere-o o *Continuador de Fleury*, liv. 169.º, § 39.º Ainda em 1629 o Parlamento de París, a instancias da Sorbona, expedio hum decreto *contra os chimicos*, no qual se dizia que ninguem podia impugnar os principios da filosofia de Aristoteles, sem impugnar ao mesmo tempo os *da theologia escolastica recebida na Igreja*. Assim o refere o P. Renato Rapin, &c., &c.

litteraria de Portugal naquelle seculo, hum dos mais illustrados, e gloriosos da monarquia: mas não podemos de todo escusar-nos a fazer algumas breves e genericas considerações, em abono da nossa patria, e da nossa gente.

Primeira: Que naquelle tempo florecêrão em Portugal os estudos mathematicos, cosmograficos, e nauticos, cultivados na Escola de Sagres, fundada pelo grande Infante D. Henrique, auctor dos descobrimentos, do qual diz o douto Walckenaer na sua modernissima « *Historia geral das viagens* », *que era o primeiro mathematico do seu tempo;* que possuia *grandes conhecimentos geograficos;* e que tendo convidado para o estabelecimento da sua Escola hum sabio, versadissimo na navegação, e na arte de fabricar instrumentos, e projectar cartas nauticas, *o posera á frente da Academia que havia fundado,* com o fim de propagar e adiantar tão uteis e interessantes estudos (6).

Segunda: Que desta Escola, do Observatorio astronomico, que para ella fundou o Infante, e dos trabalhos dos sabios, que a frequentavão, sahírão importantissimas observações, e as cartas geograficas e maritimas, que depois servírão aos posteriores geografos; resultando d'aqui a grande pericia nautica dos Portuguezes, e o desenvolvimento de huma marinha respeitavel, da qual o illustre geografo moderno, Mr. de Malte-Brun não duvidou falar com grande louvor, expressando-se nos seguintes termos:

(6) O douto Portuguez Francisco José Freire (aliás *Candido Lusitano)* na *Vida do Infante,* liv. 3.º, falando da frequencia e gosto com que este illustre Principe communicava os sabios, continúa nos seguintes termos: «*Com elles tratava de seus estudos na cosmografia, especialmente com hum Mestre Jacome de Malhorca, de cuja ilha o mandára vir (e escreve-se, que a grande custo) para ensinar neste reino a arte de navegar, e a formação não menos de instrumentos mathematicos, que de cartas geograficas, em que era homem, que naquella idade ouvia os primeiros applausos*». Este he sem duvida o sabio, a que se refere Walckenaer.

«A marinha Portugueza foi florentissima no tempo de D. João I. Havia então no reino Escolas mui celebres para os estudos da navegação, em huma das quaes acabou Colombo de aperfeiçoar os seus talentos. No mesmo reinado erão os Portuguezes reputados como os primeiros navegadores do seu seculo, e Portugal occupava o primeiro lugar entre as potencias maritimas. Em 1415, em que o Rei embarcou para a expedição de Ceuta, era a sua armada composta de trinta e tres vasos de primeira ordem, cincoenta e nove galeras, cento e dez transportes», &c.

Terceira: Que no mesmo seculo, tanto el-Rei D. João I, como seu filho el-Rei D. Duarte, e seu neto D. Affonso V, dirigido então por seu tio e tutor o Infante D. Pedro, formárão, proseguírão, e executárão o projecto de hum Codigo de leis nacional, compilado em lingua Portugueza por alguns doutos Jurisconsultos Portuguezes, o qual, além de ser o primeiro, ou hum dos primeiros que sahírão na Europa moderna, he ainda hoje hum dos mais preciosos testemunhos, e hum dos mais illustres monumentos da nossa civilisação, policia, e litteratura.

Quarta: Que outrosim se emprendeo e executou, por ordem dos mesmos Principes, o outro projecto de escrever as *Chronicas dos Reis de Portugal* em linguagem, as quaes effectivamente forão escriptas pelos dous chronistas Fernam Lopes, e Gomes Eannes de Azurara, com grande desempenho, merecendo o primeiro delles, a juizo de hum critico illustrado, o nome de *pai da proza, e do periodo Portuguez:* e isto, quando nas outras nações da Europa era ainda mui raro, que semelhantes obras se escrevessem nos idiomas vulgares.

Quinta: Que no mesmo seculo foi el-Rei D. Affonso V o primeiro Rei Portuguez, que fundou no seu palacio o util estabelecimento de huma *Bibliotheca Real,* que depois se foi progressivamente augmentando em riquezas litterarias. E que tanto este illustrado Principe, como seu

augusto pai, e avô, alguns dos Infantes seus tios, e até algumas das Princezas da Real Caza Portugueza, nos deixárão monumentos do seu saber, e do seu amor ás letras e estudos, em obras, que, ainda em parte, existem, e que ainda hoje merecem a attenção dos eruditos Portuguezes.

Sexta, finalmente: Que a estas provas geraes da instrucção, litteratura, e civilisação dos Portuguezes do seculo xv, poderiamos ainda acrescentar (se os limites de huma nota o permittissem) outras muitas provas particulares e individuaes, fazendo o catalogo dos homens doutos, que se distinguírão em algum genero de erudição; apontando as obras que compozerão; falando do estabelecimento da typografia em Portugal; e mencionando tantos varões illustres, que sahírão de nossas Escolas, e do palacio de el-Rei D. Affonso V e D. João II, e que depois muito illustrárão o reinado subsequente de el-Rei D. Manoel. E aqui figurarião sem pejo, antes com grande gloria da nação, o eloquente Bispo de Evora, D. Garcia de Menezes; o insigne Ayres Barbosa, discipulo de Angelo Policiano, e restaurador das letras Gregas na Hespanha; os celebres cosmografos de el-Rei D. João II, Mestre José, Mestre Rodrigo, e o Bispo de Viseo Calçadilha; o grande geometra Pedro Nunes; os illustres navegadores Vasco da Gama, e Affonso de Albuquerque; os historiadores Duarte Galvão, e Garcia de Rezende, além dos chronistas que já notámos, &c., &c.

Mas para que nos alargariamos mais neste assumpto? O proprio escriptor, a quem vamos refutando, e que nos obrigou a esta digressão, se desmente e contradiz a si mesmo, como já apontámos, quando diz que os missionarios Portuguezes, com serem *quasi tão ignorantes como os Africanos,* fizerão comtudo *numerosos proselytos, principalmente entre os chefes;* e que *com poucos esforços mais que se fizessem, huma grande parte de Africa se faria Christãa:* porquanto he impossivel conciliar estes

grandes effeitos com aquella supposta ignorancia; e postoque a efficacia da prégação evangelica dependa mais de Deos, que dos homens, comtudo, humanamente falando, não cabe em juizo prudente, que missionarios tão ignorantes, e tão ineptos, conseguissem tamanho fructo de seus trabalhos.

Aqui nos será permittido reflectir sobre aquellas palavras do auctor: « *com poucos esforços mais que se fizessem, huma grande parte de Africa seria hoje Christãa* », para se manifestar e pôr em toda a evidencia a facilidade, e imprudente ligeireza, de que no principio desta nota accusámos a este escriptor, e a outros da sua nação.

O pensamento, que Mr. Chauvet enunciou naquellas palavras, não só he falso, mas excede todos os limites da verosimilhança, e passa a ser hum verdadeiro absurdo. *Com todos os esforços, que effectivamente se empregárão, e com outros muito maiores, que se empregassem, apenas se fez, e se poderia fazer Christã huma pequena, e mui pequena parte de Africa.*

He esta parte do globo de huma grandissima extensão: o seu interior he de mui difficil accesso, cortado a espaços de vastos desertos de areia, e de altissimas cadeias de montanhas e serranias: habitado de tribus barbaras e feroces, destituidas de todos os elementos de civilisação, e (segundo opinião de alguns) pouco susceptiveis della, pela grande inferioridade de suas faculdades intellectuaes e moraes. Não tem mares interiores, nem grandes rios navegaveis, que offereção a facilidade de levar até ao centro do paiz os beneficios do commercio, da industria, e da civilisação. Os seus habitantes são por extremo supersticiosos, e tenacissimos de suas miseraveis praticas, que mal se podem chamar religiosas. Nos lugares, aonde o Mahumetismo tem chegado, e se tem misturado com as grosseiras superstições do paiz, participão os habitantes dos vicios innatos de seus mestres, e não deixão

de mostrar por todos os modos a aversão, e odio, que elles lhe tem inspirado para com os Europêos, e para com a religião Christãa. A opposição que os missionarios evangelicos encontrárão, e tem continuado a encontrar em ambas as Ethiopias occidental e oriental, e geralmente em todas as terras, em que os Mahumetanos tem communicação e influencia, attesta isto mesmo. Finalmente os Francezes, Inglezes, Hollandezes, &c., com todas as suas artes, com todo o seu zêlo e superiores talentos, não vemos que hajão penetrado muito ávante naquelle vasto continente, nem que tenhão feito os milagres, que os Portuguezes do seculo xv não podêrão fazer. Os estabelecimentos do cabo da Boa Esperança, fundados ha cento e oitenta annos, não tem podido penetrar a mais de cem, ou cento e cincoenta leguas das costas para o interior, e isto não para as possuirem, doutrinarem, ou civilisarem, mas sim para satisfazerem com as noticias escassas de alguns viajantes á curiosidade dos eruditos. Nos outros estabelecimentos Europêos observa-se o mesmo com pouca differença. As tentativas de alguns Officiaes Inglezes para chegarem a Tombuctu tem sido infructuosas, e os ousados aventureiros pagárão com a vida o seu zêlo. Quando pelos annos de 1676 o Governador de Angola Ayres de Saldanha e Menezes intentou abrir communicação por terra até Benguella, e d'ahi até á contra-costa de Sena, e encarregou desta pacifica, mas difficil empreza o Capitão José da Roza, que para ella se offerecêra, sahio este com effeito de Massangano para o seu destino; mas a poucas jornadas encontrou tanta difficuldade, e opposição em muitos Sovas, ou Senhores, que lhe impedião a passagem, que se vio forçado a retroceder, ficando sem effeito aquelle utilissimo projecto. Como se póde pois dizer, que *com poucos esforços mais, que se fizessem,* no seculo xv, *huma grande parte de Africa estaria hoje Christãa?*

Lembre-se este escriptor, e os que como elle discor-

rem, que outros paizes, muito mais patentes e transitaveis que a Africa, visitados, e até frequentados pelos Européos desde huma remota antiguidade, de muito menos difficil accesso, e habitados de povos ou menos barbaros, ou mais trataveis, estão ainda hoje não só destituidos da civilisação, e artes da Europa, mas até ignorados, ou mui pouco conhecidos dos geografos. Taes são, por exemplo, a Turquia da Asia, as terras situadas entre a Russia e a China, o celebre reino do Tibet, e mil outras regiões, imperios, e povos. E são os proprios escriptores, que confessão isto mesmo, os que accusão os Portuguezes do seculo XV *por não fazerem alguns esforços mais*, com que trouxessem ao Christianismo e á civilisação *huma grande parte de Africa!*

Mas he já tempo de voltar ao nosso principal assumpto. Diz Mr. Chauvet que se *huma grande parte de Africa se fizesse Christãa* (como elle suppõe que poderia fazer-se), *acabaria o trafico dos negros (adeos trafico!* diz elle), e que prevendo-se e temendo-se esta consequencia, *fôra a civilisação de Africa sacrificada ao systema colonial.*

Primeiramente, nós confessâmos com toda a ingenuidade, que não percebemos bem a ligação destas idéas de Mr. Chauvet: « *Se huma grande parte de Africa se fizesse Christãa, acabaria o trafico dos negros* ».

Christãos erão os povos da Europa até o seculo XIV, XV, e ainda XVI, e huns a outros se fazião escravos, e se vendião como taes. Christãas são as nações, que tem mantido ha quatro seculos, e ainda actualmente mantêm o trafico dos negros; e Christãos são tambem os mesmos negros, a quem se administra o baptismo, e comtudo não vemos que o trafico haja cessado, ou esteja notavelmente diminuido. As missões christãas nada alterárão jámais neste ponto. Os interesses politicos, palliados talvez com idéas filantropicas, apenas começão agora a querer corregir o que fizerão os ignorantes Portuguezes do seculo XV,

e o que seguirão depois delles, até com vergonhoso empenho, as outras nações da Europa: e apezar de serem as actuaes diligencias auxiliadas das astucias da diplomacia, e do formidavel poder das armas, nem por isso os seus effeitos deixão de ser extremamente lentos e vagarosos.

Não ignorâmos que muitos escriptores tem attribuido ao Christianismo a decadencia, ou extincção da escravidão na Europa, elogiando por esta parte a sublime moral do Evangelho, e exaltando os effeitos da sua propagação: e acaso foi este pensamento o que inspirou a Mr. Chauvet as palavras que vamos analysando.

Bem longe estamos nós de pretender despojar a religião Christãa de suas nobres, e sobreeminentes qualidades, pelas quaes se mostra não só superior a todas as outras religiões, ou seitas, conhecidas no mundo, mas unica verdadeira, e de origem celestial e divina. Não estamos porém menos longe de pretender exaltal-a por motivos e fundamentos, que nos parecem pouco conformes á verdade, por isso mesmo que gosando ella tantas e tão altas prerogativas, não necessita de estranhos, e alheios louvores, nem o seu espirito os approva.

A escravidão e o trafico de homens durou na Europa, como já apontámos, pelo menos até o seculo xiv ou xv, e toda esta parte do mundo era christãa desde muitos seculos. Os escriptos do Novo Testamento, falando algumas vezes de *escravos* e *senhores*, e inculcando aos primeiros a sujeição e obediencia, e aos segundos a benevolencia, humanidade, e caridade, nem huma só palavra dizem, pela qual se mostrem desapprovados estes dous estados respectivos do homem na sociedade civil (7). O Evangelho, e os escriptos apostolicos, em conformidade com elle, ensinando aos homens, e até pondo por base da lei

(7) Vej. a Epist. de S. Paul. ad Ephes. V. 5–9, ad Colossens. IV. 1., I. Petr., II. 18, &c.

christãa a caridade, e benevolencia geral, jámais alterárão, nem derão mostras de dever alterar-se a ordem estabelecida nas sociedades dos homens, nem as differenças, e graduações civis, que estavão geralmente adoptadas.

Dizem, na verdade, estes escriptos divinos, que todos os homens são *filhos de Deos*, e *irmãos huns dos outros*, e que como taes se devem tratar reciprocamente: mas esta igualdade admiravelmente estabelecida como fundamento da moral evangelica, não he (como alguns tem pretendido, ou por summa ignorancia, ou por grande, e talvez calumniosa malicia), não he, digo, huma igualdade absoluta, que confundiria toda a ordem das sociedades humanas, e não póde ser concebida por espirito algum sensato. O mesmo Evangelho, que a estabelece, reconhece tambem pais e filhos, Reis e subditos, senhores e servos, amos e criados, nobres e plebeos, capitães e soldados, magistrados e povo; e sem destruir nem alterar as relações civis entre estes differentes estados, e condições, ou graduações, prescreve a cada hum delles os deveres que lhes cumpre observar, e que longe de contradizerem aquella primeira qualificação de *filhos de Deos, irmãos huns dos outros*, e iguaes, neste sentido, entre si, muito pelo contrario firmão o principio estabelecido, e nelle se fundão com singular sabedoria e coherencia.

E tanto he isto conforme á doutrina da moral christãa, que nós não sabemos que a escravidão *em geral* haja sido condemnada, nem reprovada em algum Concilio, ou Canon ecclesiastico, antes em muitos supposta, e ainda adoptada como legitima.

Os moralistas, e juristas Christãos (que aqui podéramos citar em grande numero) tem seguido constante e uniformemente o mesmo systema de doutrina: e quando tratão dos differentes estados do homem na sociedade, quasi sem discrepancia reconhecem e sustentão que a escravidão, em geral, he licita, e apontão os casos e cir-

cumstancias, em que ella póde ter lugar, sem offensa das leis naturaes, religiosas, e civis; notando tamsómente os outros casos, em que se abusa, ou póde abusar deste direito, e as circumstancias particulares que fazem illicito o seu uso.

Não se póde pois (a nosso juizo) dizer com verdade, que a religião Christãa abolio a escravidão na Europa, senão por hum modo indirecto, isto he, por ser hum dos principaes, e mais activos instrumentos da civilisação geral do mundo, e dos seus lentos, mas seguros progressos. Porém, aindaque o Christianismo, pela excellencia de seus principios moraes, e pela elevada idéa que nos dá da origem do homem, e de seus futuros destinos, seja hum dos primeiros instrumentos da civilisação; comtudo não he o unico. He necessario que com elle concorrão o estabelecimento de governos fixos e regulares; a justiça e sabedoria das leis; o amor e cultura das sciencias, e artes uteis, e em particular da agricultura, rainha de todas ellas, e base fundamental da propriedade; a communicação frequente entre os povos; a pratica do commercio, &c.

Ao concurso e reunião de todas estas causas he que a Europa deve o estado de civilisação, em que actualmente se acha, a rectificação e melhoramento de suas idéas moraes, e a modificação de suas praticas e usos antigos sobre a escravidão dos homens. Pelo que, ainda quando as idéas christãas fossem estabelecidas em *grande parte de Africa,* o que só podia ser fructo do trabalho de alguns seculos, seria comtudo necessario, que ellas ganhassem todos os pontos, tanto das costas, como do interior, e que obrando de concerto, e constantemente com os outros principios acima indicados, trouxessem todos, ou a maior parte dos povos daquelle vastissimo continente a hum certo grão de instrucção, e civilisação, para então de todo cessar o trafico. Entretanto sempre este existiria, como

tem existido no meio das missões Portuguezas e Francezas, e da communicação, e commercio dos Hollandezes, Inglezes, Dinamarquezes, &c. E quando a diplomacia Europêa chegue, com todos os seus esforços e ameaças, a extinguir o trafico nas costas occidentaes de Africa, haverá ainda muito que fazer para o vedar aos Mouros, que de todas as partes levão os infelices negros aos mercados barbarescos, e d'ahi ao Egypto, á Grecia, a Constantinopla, a todo o Oriente (8).

Mr. Chauvet conclue o seu discurso, dizendo, que *a civilisação de Africa foi sacrificada ao systema colonial*, por se antever e receiar que ella extinguisse a escravidão, e o trafico dos negros.

Mas de que systema colonial nos quer falar este escriptor? Quando os Portuguezes descobrirão as costas occidentaes de Africa, e ainda por quasi cem annos depois, não existia, nem existio esse *systema colonial*, e consequentemente não podia ser a elle sacrificada a civilisação dos povos Africanos.

Depois de se descobrir a America, e de se estabelecer nella esse chamado *systema colonial*, nem por isso deixárão os Portuguezes de continuar suas diligencias e esforços á reducção dos Africanos, como deixámos provado. As nações da Europa, que pelos tempos adiante se apossárão de diversos pontos das mesmas costas, tambem mandárão seus missionarios, com o fim de trazer ao Christianismo as nações barbaras, que por alli habitavão. Não houve pois o systema, que Mr. Chauvet suppõe, ou finge suppor, nem [illegible] de se suspender, retardar, ou estorvar o [illegible] da civilisação Africana.

As [illegible] sempre infructuosas, que se tem empregado em [illegible] daquelles povos, mostrão que

(8) [illegible] nesse volume.

difficil he, e arriscado penetrar no interior de Africa, e superar os multiplicados obstaculos, que o terreno, o clima, a barbaridade dos habitantes, o orgulho e perfidia dos Mouros, e outras semelhantes causas oppõem ás emprezas da civilisação Europêa (9). Largos seculos devem ainda decorrer, antes que se possão destruir, ou minorar estas causas. Será porém sempre huma gravissima injustiça (por não dizer alguma cousa mais) imputar aos primeiros descobridores culpas que elles não tiverão, ou negar-lhes o merecimento de haverem começado, e ainda dado alguns passos, em tão difficil, trabalhosa, e arriscada empreza.

(9) Seja-nos permittido copiar aqui hum lugar de *Pinkerton*, que faz ao nosso proposito: «Esta época (diz o escriptor, referindo-se ao descobrimento da India por Vasco da Gama em 1497 e 1498), esta época deve ser considerada a todos os respeitos como *a mais notavel da geografia Africana:* mas o interior deste continente tinha como por destino ficar desconhecido ainda por muito tempo. He verdade que desde o seculo XVI *Leão* tinha dado huma ampla descripção das suas regiões septemtrionaes; e *Alvares,* que visitou a Abyssinia, publicou em 1520 huma mui circumstanciada Relação deste paiz, á qual acrescentárão novos desenvolvimentos as viagens de *Lobo,* e *Telles.* Os Portuguezes estabelecêrão a oeste diversas factorias, para se assegurarem do commercio do ouro e do marfim; e os Monarcas Portuguezes ajuntárão a seus antigos titulos o de *Senhor de Guiné. As Relações dos missionarios augmentárão os conhecimentos sobre a geografia de Africa.* Comtudo por hum concurso de circumstancias particulares, estes conhecimentos tem sempre sido mui limitados; e o seu aperfeiçoamento tem até ao presente experimentado *obstaculos quasi insuperaveis.* Estas difficuldades tem por causas principaes (note-se bem) *a vasta extensão dos desertos de areia; a altura das serranias; as guerras quasi continuas, que fazem entre si as pequenas Tribus Africanas, mais animosas, e mais feroces que as da America, e menos faceis de se intimidarem das armas Européas. Mas o que ainda mais particularmente se tem opposto ao progresso dos descobrimentos no interior, he a antipathia, de que são animados contra os Européos os Mahumetanos de Africa, herdeiros do resentimento dos seus maiores, em outro tempo expulsos da Hespanha*», &c.

MEMORIA

SOBRE A EXPEDIÇÃO DE VASCO DA GAMA AO DESCOBRIMENTO DA INDIA EM 1497

Credendumque doctissimis hominibus, qu
unicum adversorum solatium litteras puta[illegible]ve-
runt.

QUINTIL., *Instit. Orat.*, liv. 6.°, Praefat.

Serra de Ossa, anno de 1831.

MEMORIA

SOBRE A EXPEDIÇÃO DE VASCO DA GAMA AO DESCOBRIMENTO DA INDIA EM 1497

A viagem maritima, que o grande Vasco da Gama fez ao descobrimento da India no anno de 1497, de mandado de el-Rei de Portugal, navegando de Lisboa até Calecut, foi huma das emprezas mais extraordinarias, que se concebêrão e executárão nos seculos modernos, ou se considerem as difficuldades e os perigos, que se podião temer, e effectivamente se encontrárão no seu desempenho, ou se attenda á influencia que ella teve sobre os progressos da geographia, e conhecimento do globo, sobre a extensão do commercio e communicação dos povos, sobre o adiantamento das sciencias e artes, e finalmente sobre a civilisação geral do mundo.

Com este grande acontecimento pozerão os Portuguezes o ultimo remate e gloriosa corôa aos vastos planos do immortal Infante D. Henrique, e ás perseveradas diligencias, e incessantes e dispendiosos trabalhos, com que depois da sua morte os Reis Portuguezes promovêrão seus grandiosos e utilissimos intentos. Com este acontecimento mostrárão, apesar da inveja e da ingrata malevolencia, até onde podia chegar o valor, a constancia, e a nobre ousadia de hum povo que em todo o tempo se dis-

tinguio, ou na guerra por feitos illustres, ou na paz por actos de generosa virtude, e sempre pelo mais ardente amor de gloria, e da grandeza da sua patria.

Este mesmo acontecimento, porém, assim como muitos outros que honrão os Fastos de Portugal, tem sido quasi acintemente alterado, e talvez desfigurado com circumstancias pouco exactas, com reflexões vãas e ineptas, e até com accessorios fabulosos, por escriptores não bem informados das particularidades da historia, ou pouco attentos á verdade, e imparcial sinceridade, que ella deve professar. Pelo que nos pareceo ajuntar nesta Memoria tudo o que possa concorrer para o bom conhecimento de tão notavel successo, rectificando os erros que ácerca delle temos notado em differentes escriptos, e preparando deste modo materia para hum dia se escrever com exacta e sincera verdade esta parte da historia de nossos descobrimentos.

ARTIGO 1.º

Primeiros preparos da armada que foi ao descobrimento da India

El-Rei D. João II comprehendeo perfeitamente o plano traçado por seu tio o grande e immortal Infante D. Henrique, e vio que elle se não limitava ao simples e vago descobrimento de novos mares e novas terras, mas que tinha hum objecto mais determinado, e não menos grande e util, qual era hir por meio da circumnavegação africana debellar a potencia dos Mouros na India, trazer os povos idolatras á fé christãa, estabelecer com elles ajustes de commercio, e dar huma nova direcção ás drogas e especiarias orientaes, cujo monopolio era então o principal nervo do poder mahumetano, e o hia habilitando para submetter ao seu dominio os estados da Europa.

O grande Rei, possuido destas idéas, que tanto con-

armavão com o seu caracter nobre e elevado, logo que subio ao throno, não deixou na verdade de promover o commercio Portuguez da costa occidental de Africa, de que já se tiravão grossos proveitos; mas teve sempre em vista o descobrimento da India, como fim principal a que devião endereçar-se seus cuidados e esforços, e com este intuito ordenou e executou a serie de descobrimentos, que sabemos, desde o cabo de Santa Catharina até além do cabo da Boa Esperança, e logo immediatamente o descobrimento da India por aquelle caminho, já em parte explorado, e conhecido.

«Pelos grandes desejos (diz o seu chronista e criado da sua escrivaninha, Garcia de Rezende) que el-Rei *sempre teve* do descobrimento da India, no que muito tinha feito e descoberto até além do cabo da Boa Esperança, tinha concertada e prestes a armada para descobril-a, com os regimentos feitos, e por Capitão-mór della Vasco da Gama, fidalgo da sua caza. E por fallecimento de el-Rei a armada não partio. E el-Rei D. Manoel, tanto que reinou, mandou partir a dita armada, assim como estava prestes, pela mesma ordenança, e os mesmos regimentos que estavão feitos, e por Capitão-mór o mesmo Vasco da Gama, que depois foi Conde da Vidigueira, e Almirante das Indias, &c.»

Por onde se vê que foi el-Rei D. João II o que mandou aprestar a armada para o descobrimento da India, ordenando os regimentos para isso necessarios, e designando para a execução desta grande empreza o illustre Gama, que depois com effeito a executou; e se mostra ao mesmo tempo quaes forão os verdadeiros motivos, que influírão na resolução de el-Rei, a saber: *os desejos que sempre teve do descobrimento da India,* a cuja satisfação e complemento se tinhão constantemente dirigido os seus precedentes descobrimentos desde a linha equinocial *até além do cabo da Boa Esperança.*

Sem embargo porém da innegavel verdade destes factos, hum geografo moderno, que devêra estar bem instruido delles, e de todas as circumstancias de hum acontecimento tão importante em geografia, não só altera e confunde algumas dessas circumstancias, mas até parece querer attribuir a expedição da armada, ao menos em parte, a hum motivo totalmente alheio do animo e das intenções de el-Rei, porventura com o fim de deprimir por este modo, ou diminuir hum pouco a gloria dos Portuguezes.

« Como as informações (diz este escriptor) que se recebêrão da Abyssinia confirmavão a possibilidade de huma passagem (por mar para o Oriente), que devia facilitar o commercio da India, el-Rei de Portugal, *estimulado aliàs pelo bom successo da viagem de Colombo a oeste*, fez preparar outra expedição, e Vasco da Gama foi encarregado de a commandar. A 20 de Novembro de 1497 dobrou o cabo da Esperança », &c. (Pinkerton, *Abregé de Geographie.)*

O escriptor parece confundir neste lugar o reinado de el-Rei D. João II com o de el-Rei D. Manoel, e a época em que se recebêrão as informações da Abyssinia, e se resolvêrão os preparos da armada, com a época da effectiva execução do descobrimento, e da primeira viagem de Colombo.

No fim do anno de 1487 foi el-Rei D. João II informado do feliz successo da viagem maritima do intrepido navegador Bartholomeu Dias, que havia descoberto e dobrado o cabo da Boa Esperança, e passado ainda além delle (1); e no anno de 1489, ou quando mais tarde, no de 1490, recebeo tambem el-Rei as informações da Abyssinia, em

(1) Bartholomeu Dias chegou a Lisboa em Dezembro de 1487, havendo 16 mezes e 17 dias que tinha sahido para o descobrimento do grande cabo.

consequencia da viagem por terra, que para esse fim tinha ordenado e expedido (2).

Humas e outras informações, pondo fóra de duvida a possibilidade de se passar por mar á India, excitárão (como era de esperar) grande alvoroço no animo de el-Rei, que se via emfim tão adiantado na empreza, que sempre desejára executar. E então tomou a resolução de logo mandar aprompiar a armada para a expedição da India, como refere o seu domestico e veridico chronista.

Em nada disto teve, nem podia ter, parte alguma o *estimulo,* que o geografo estrangeiro quer suppor *excitado pela viagem de Colombo,* o qual sómente partio para o seu descobrimento d'ahi a dous annos, em 1492, e sómente em 1493 aportou a Lisboa, já de volta da sua primeira viagem.

Os projectos de el-Rei D. João II, em tudo conformes ás idéas primitivas do illustre Infante D. Henrique, erão muito anteriores á expedição de Colombo, e tendião originariamente, e por huma longa serie de factos entre si ligados, á execução do plano, de antemão sabiamente concertado, e constantemente seguido desde o anno de 1416.

Em continuação deste plano he que el-Rei D. João II, subindo ao throno em 1481, mandou logo proseguir nas navegações de Africa, despachando para isso a Diogo Cão, que em 1484 e 1485 descobrio o Congo, e chegou aos 22 gráos austraes.

Em continuação do mesmo plano he que este grande Principe mandou em 1486 Bartholomeu Dias (de que já falámos) ao descobrimento do cabo extremo meridional de Africa, a que el-Rei deo o nome da *Boa Esperança,* pela que então concebeo de chegar á India, termo de

(2) Affonso de Paiva, e João Perez da Covilhãa sahírão para a India e Ethiopia, por terra, em 1487, e segundo as circumstancias que sabemos da sua viagem, não he verosimil que tardassem mais de tres annos as noticias della.

seus desejos. E despachou tambem por terra varios viajantes, entre os quaes se nomeão especialmente os dous, Affonso de Paiva, e João Perez da Covilhãa, encarregando-os de passarem á India, e penetrarem na Ethiopia sob o Egypto, como com effeito se executou. E tudo isto he muito anterior á viagem de Colombo.

Em continuação, finalmente, do mesmo plano he que aquelle sabio Rei rejeitou as vãas e quimericas propostas de Colombo (3), que ainda quando parecessem exequi-

(3) Chamâmos *vãas* e *qnimericas* as propostas de Colombo, porque na verdade o erão, e não julgâmos fazer com isso injuria ao nobre Genovez, nem detrahir cousa alguma do seu merecimento e da sua gloria. « *Colombo* (diz o Tarragonez Girava na sua *Cosmografia) era grande marinheiro, e mediocre cosmografo* ». Este juizo nos parece exactissimo. Colombo tinha adoptado as erradas idéas de alguns antigos sobre a medida da circumferencia do globo, e sobre a prolongação das terras orientaes a éste; e consequentemente presumia que navegando pelo Atlantico ao occidente, havia de achar, a pequena distancia, as terras mais orientaes da Asia, e que poucos dias de navegação lhe bastarião para chegar a tocal-as. Esta idéa estava de tal modo fixa em seu pensamento, que elle se encarregou de huma carta de el-Rei Catholico D. Fernando para o gran-Kan dos Tartaros, esperando dentro de pouco tempo entregar-lh'a, e comprimentar aquelle Principe em pessoa da parte de el-Rei de Castella; e ainda depois de ter achado as Antilhas, insistia, em suas Cartas, no projecto ou esperança de tocar na Asia, projecto e esperança, em que muitas vezes se achou enganado, mas que, segundo parece, nunca de todo abandonou. (Veja-se sobre este assumpto o moderno escriptor Anglo-Americano Washington Irving, na *Historia da vida e viagens de Colombo*. Paris, 1828, 4 vol., em 12.) E daqui vem que o douto historiador Mr. Depping, analysando a obra que citâmos, não duvidou dizer, que *Colombo era evidentemente visionario*, e que esta fôra a razão por que os Reis Catholicos tiverão tanta difficuldade em se decidirem a annuir a seus planos, e a fazer os gastos das expedições que elle propunha. «E na verdade (continua ainda o mesmo escriptor) hum estrangeiro que provava pela Biblia, e por Santo Agostinho e S. Basilio que a Asia não devia estar muito longe da Hespanha, e que promettia hir por mar ao gran-Kan da Tartaria para o converter, e o fazer alliado dos Reis Catholicos, não podia inspirar grande

veis, não satisfazião ao intento previsto, antes tornavão em certo modo inuteis todos os trabalhos até então emprendidos, e com incrivel perseverança seguidos e executados por tantos annos.

Se el-Rei D. João II não chegou a expedir effectivamente a armada, não foi porque esperasse, ou necessitasse ser para isso estimulado pela viagem de Colombo; mas sim porque logo foi com maior violencia acommettido da enfermidade, que desde muito tempo padecia, e da qual veio a fallecer em Outubro de 1495.

El-Rei D. Manoel, que lhe succedeo no throno, seguio

confiança», &c. El-Rei D. João II, e os mathematicos e geografos Portuguezes que elle consultou, tinhão idéas mais justas de cosmografia, e julgárão as idéas e propostas de Colombo, como ellas em realidade devião ser julgadas. Os escriptores que taxão a el-Rei de pouco avisado e prudente, e accusão os seus conselheiros de apaixonados e invejosos da gloria do navegador Genovez, julgão o projecto de Colombo, não pelo seu valor real, mas sim pelo seu resultado casual, imprevisto, e totalmente inesperado. Este modo de julgar, com ser frequente no mundo, he tão proprio do vulgo ignorante, quanto alheio da razão e do bom senso. Demais, ainda que Colombo realisasse a sua quimera, e chegasse a tocar as terras mais orientaes da Asia, e a celebre Zipango, de que porventura lhe tinhão dado idéa as viagens de Marco Paulo, nem por isso el-Rei de Portugal, e os astronomos e cosmografos seus conselheiros merecerião a iniqua censura, que se lhes tem feito; porquanto o plano Portuguez não tendia vagamente (como já dissemos) ao descobrimento e conhecimento desses mais remotos paizes da Asia; mas sim, e determinadamente, a debellar o poder dos Mahumetanos *na India,* e a arrancar das suas mãos o monopolio das especiarias e drogas orientaes, que os enriquecia, e os habilitava para a meditada invasão e conquista de toda a Europa Christãa. Se os Portuguezes adoptassem as quimeras de Colombo, perderião em grande parte os trabalhos de mais de oitenta annos de navegações, que os tinhão levado até além do cabo da Boa Esperança; não salvarião (como salvárão) a Europa do pesadissimo jugo que a ameaçava; ficaria ainda por muito tempo esquecida, ou abandonada a circumnavegação Africana, e só mais tarde se aproveitarião os immensos recursos desta parte do mundo, &c., &c.

á risca o plano que achou traçado, e aproveitando-se dos aprestos que estavão feitos, fez sahir a armada em Julho de 1497.

Pelo que tudo se vê que os successos de Colombo são totalmente estranhos a huma empreza, que em substancia estava projectada havia mais de oitenta annos, e á qual se tinhão constantemente dirigido os esforços dos Portuguezes em conformidade com as idéas e direcções do Infante D. Henrique, como bem expressou o poeta Portuguez na fala do Gama ao Çamori de Calecut, que vem nos *Lusiadas*, cant. 8.°, est. 70.° a 73.°, e consta das nossas historias:

Sabe, que ha muitos annos que os antigos
Reis nossos firmemente proposerão
De vencer os trabalhos, e perigos
Que sempre ás grandes cousas se opposerão;
E descobrindo os mares, inimigos
Do quieto descanço, pretendêrão
De saber que fim tinhão, e onde estavão
As derradeiras praias, que lavavão.

Conceito digno foi do ramo claro
Do venturoso Rei que arou primeiro
O mar, por hir deitar do ninho caro
O morador de Abila derradeiro.
Este por sua industria, e engenho raro,
N'hum madeiro ajuntando outro madeiro
Descobrir póde a parte que faz clara
De Argos, da Hydra a luz, da Lebre e da Ara.

Crescendo c'os successos bons primeiros
No peito as ousadias, descobrirão
Pouco e pouco caminhos estrangeiros,
Que huns succedendo aos outros proseguirão:
D'Africa os moradores derradeiros
Austraes, que nunca as sete flamas virão,
Forão vistos de nós, atrás deixando
Quantos estão os Tropicos queimando.

Assi com firme peito, e com tamanho
Proposito vencemos a Fortuna,
Até que nós no teu terreno estranho
Viemos pôr a ultima columna:
Rompendo a força do liquido estanho,
Da tempestade horrifica, e importuna,
A ti chegámos, de quem só queremos
Signal, que ao nosso Rei de ti levemos.

&c., &c.

ARTIGO 2.º

Motivos por que D. Manoel mandou tão pequena armada, e tão pouca gente ao descobrimento da India

He constante nos nossos escriptos, que a armada, que foi ao descobrimento da India, constava tão sómente de quatro navios, hum dos quaes era de mantimentos, e havia de ser queimado em certa paragem; e que em todos elles hião não mais que 160 ou 170 homens, tanto de armas, como de marinhagem.

Deste pequeno numero de navios, e de homens tirárão alguns escriptores a bem estranha consequencia de que el-Rei D. Manoel tinha tão pouca esperança de conseguir o effeito desta empreza, que não houvera por conveniente arriscar nella maiores forças, nem sacrificar-lhe maior numero de individuos.

Semelhante modo porém de discorrer nos parece inspirado por aquelle mesmo ciume, que tantas vezes, e com tanta razão, temos notado nos escriptores estrangeiros, quando falão de nossos descobrimentos; o qual faz, que não podendo elles de todo negar, ou occultar as acções que nos são gloriosas, procurão ao menos desluzil-as, e dar-lhes alguma falsa côr que as desfigure. Assim agora, não lhes sendo possivel passar em silencio a empreza do illustre Gama, a felicidade da sua estupenda navegação, e a incalculavel importancia do seu descobrimento, pre-

tendem attribuil-o em certo modo ao acaso, suppondo o proprio Rei D. Manoel, apenas com alguma leve esperança do bom successo da expedição, e comtudo não duvidando sacrificar a hum projecto quasi vão e quimerico (como elles suppõem) a vida do insigne Gama, dos nobres Capitães que o acompanhárão, e desses poucos Portuguezes, que mareavão, e guarnecião os navios.

Todo o discurso, porém, destes escriptores he fundado em falsidade, e ignorancia, como outros muitos do mesmo toque, que podéramos apontar; e sómente serve de mostrar o espirito que os dirige em tão absurdas e insensatas reflexões.

Não queremos negar que a expedição da India fosse arriscada, e de exito incerto. Quem o poderia negar tendo o juizo são? Tinhão os navegantes de passar mares ainda pouco frequentados, e outros totalmente desconhecidos, e nunca trilhados dos navios européos. Não conhecião as costas, nem os povos que as habitavão; ignoravão a direcção dos ventos, as correntes das aguas, a influencia dos climas, os baixos, restingas, parceis, e arrecifes, que poderião encontrar em seu caminho; tudo emfim para elles era novo, e nunca experimentado.

Comtudo, no meio de tantas difficuldades, e apesar dos riscos que ordinariamente acompanhão as grandes e arduas emprezas, e que todavia sómente parecem invenciveis ás almas mediocres; outras circumstancias occorrião então, que desvanecendo parte dos temores e medos populares, inspiravão animo e confiança, assim ao venturoso Rei que resolveo e ordenou a expedição, como ao heroico Gama, e aos illustres Capitães, que della se encarregárão.

Largos annos havia que os Portuguezes estavão acostumados a supportar as fadigas do mar, a affrontar os perigos de temerosas navegações, e a descobrir e praticar costas, ilhas, e povos até então desconhecidos. Já o grande

navegador Bartholomeu Dias tinha descoberto e dobrado o cabo Tormentoso, que logo se chamou da *Boa Esperança*, e observado os mares que o banhão, e a nova direcção, que d'ahi começa a tomar a costa de Africa. Não faltavão informações, postoque ainda vagas e confusas, dos povos daquelle Oriente, das suas riquezas, e do grande commercio que fazião de differentes e mui remotos pontos da Asia pelos golfos Persico, e Arabico. Já tambem se sabia pelas relações de Covilhãa, que era possivel a navegação desde a costa oriental de Africa até á India pelo Oceano. Havia finalmente entre os Portuguezes grande instrucção de cosmografia, geografia, e nautica, a que se applicavão com particular esmero e curiosidade, e sobre tudo levavão os ousados navegantes o animo heroico, de que erão dotados, o amor invencivel da gloria, e aquella incontrastavel obediencia, que os Portuguezes sempre tiverão ás ordens e vontades dos seus soberanos.

Era pois a empreza (outra vez o dizemos) difficil e arriscada; mas não era impossivel, nem quimerica, nem temeraria. E se o grande animo de el-Rei D. Manoel a não julgasse praticavel, quem o obrigaria a emprendêl-a? Muitas pessoas distinctas da sua côrte, e até do seu conselho, a desapprovavão e a havião por impraticavel, nem duvidavão dar seus votos em conformidade com esta opinião. El-Rei porém desattendeo estes votos, desattendeo os temores e clamores populares, ainda mais contrarios ao seu projecto (4). E diremos, ou poderá al-

(4) El-Rei resolveo esta expedição, *não obstante as muitas admoestações de seus vassallos, que o contrario lhe persuadião; nem os medos e carrancas, que de tão longa navegação, de tão procellosos mares, de tão incognitos e perigosos cursos lhe erão cada dia com muita vehemencia representados.* São os termos de que usa Mariz no dial. 4.º, cap. 14.º Veja-se tambem Camões, nos *Lusiadas*, cant. 4.º, est. 89.ª a 104.ª, e especialmente a admiravel fala do *Velho*, na est. 94.ª e seguintes, aonde o poeta exprimio os receios e temores do povo do reino sobre aquella navegação. Ainda ao tempo da segunda viagem

guem com razão dizer que o fizera, não tendo elle mesmo esperança de feliz successo? Como encarregaria elle huma empreza, que reputasse quimerica, não a algum atrevido aventureiro, mas sim ao illustre Gama, a hum varão tão habil nos conhecimentos nauticos, tão experimentado no mar, cheio de prestimo, e dotado de tão superiores qualidades? Como caberia aliás na piedade, e nos benignos sentimentos de el-Rei sacrificar a huma ruina quasi certa (como se quer suppor) os seus vassallos, ainda os de inferior condição, e menos uteis?

Mas venhamos já ao ponto, e digamos a verdadeira razão por que el-Rei mandou a huma expedição de tão alta importancia tão poucos navios, e nelles sómente 150, ou 170 homens. Este pequeno numero de navios e de homens, longe de nos dar alguma idéa da pouca confiança de el-Rei no desempenho da sua empreza, nos parece, pelo contrario, huma nova prova do seu grande discernimento e consummada prudencia, e do serio desejo que tinha de chegar ao fim do seu intento.

Sabia el-Rei D. Manoel, que a chusma dos navios, com que Bartholomeu-Dias affrontára pela primeira vez o cabo Tormentoso, tinha chegado a enfastiar-se da longura da sua navegação, e quasi o forçára a retroceder para Portugal. Sabia mais recentemente, que a tripulação dos navios de Colombo se tinha revoltado contra o seu Capitão, e estivera a ponto de frustrar seus gloriosos trabalhos. Sabia quanto he raro achar para as grandes e arriscadas facções hum consideravel numero de homens ousados,

do Gama, em 1502, fazendo el-Rei conselho, *muitos dos Conselheiros* (diz o citado Mariz, no mesmo dial., cap. 15.º) *apontavão mil inconvenientes para se proseguir poderosamente com força de armas a conquista e commercio de terra tão remota.* Póde ver-se Barros, dec. 1.ª, liv. 4.º, cap. 1.º, e liv. 6.º, cap. 1.º, &c., Goes, *Chronica de el-Rei D. Manoel,* part. 1.ª, cap. 23.º, e os outros nossos escriptores.

fortes, destemidos, sofredores de trabalhos, superiores aos perigos, e de animo intrepido e constante. Sabia finalmente, que em hum grande numero de navios seria mais difficil unir as vontades e os votos dos capitães, quando porventura fosse necessario consultal-os; conservar a unidade e harmonia, que he indispensavelmente necessaria ao desempenho dos grandes e extraordinarios projectos; e manter entre a marinhagem e os homens de armas a quietação, a prompta obediencia, a subordinação devida, e o exacto e fiel cumprimento dos deveres de cada hum.

Por outra parte o fim daquella expedição não era conquistar terras, nem fazer guerra a povos alguns; mas tão sómente descobrir o caminho maritimo da India, denotar nas cartas os seus principaes pontos, e tomar todas as informações que ao diante podessem ser uteis; para o que não concorria tanto o numero dos navios e dos homens, quanto a sua qualidade, o seu valor, a sua experiencia, e a sua união e perseverança.

Por todos estes motivos pois resolveo o prudentissimo Principe mandar ao descobrimento da India huma armada de poucas vélas, que podessem auxiliar-se reciprocamente nas necessidades do mar, sem que pelo seu numero causassem embaraço, confusão, ou desordem nas operações do serviço.

Nomeou para chefe da expedição o grande Vasco da Gama, cujos superiores talentos erão conhecidos, e para cuja abonação sobejava o ter merecido a escolha de el-Rei D. João II, e poz em suas mãos

> .... a chave
> Deste commettimento grande e grave,

como diz o immortal poeta (5). Deu-lhe por companheiros, a seu aprazimento, Paulo da Gama, seu irmão, que

(5) *Lusiadas*, cant. 4.º, est. 82.ª

se offerecêra para o acompanhar, e que pela obrigação do cargo, e pelo affecto do sangue se uniria sempre com elle, e faria todo o possivel por que fosse bem succedido na sua empreza; e Nicolau Coelho, varão

> De trabalhos mui grande sofredor,

e que tambem merecia o conceito de el-Rei, dos quaes dous Capitães diz Camões:

> Ambos são de valia e de conselho
> De experiencia em armas e furor (6).

A marinhagem e gente de armas foi escolhida com igual discrição. Alguns erão criados dos Capitães; alguns outros criados de el-Rei; todos acostumados ás navegações, e nellas experimentados, homens de animo esforçado e constante, como mostrárão em todo o decurso da sua viagem. E assim mesmo pareceo tão admiravel, e tão digna de louvor a sua obediencia aos cabos, e a sua tolerancia nos trabalhos daquella prolixa e perigosa navegação, que o poeta Portuguez, a quem não escapou genero algum de gloria nacional, que não deixasse immortalisada no seu Poema, julgou tambem esta digna de ser commemorada e honrada naquelles versos do cant. 5.°, est. 71.° que põe na bôca do proprio Gama, falando a el-Rei de Melinde:

> Crês tu, que se este nosso ajuntamento
> De soldados não fôra Lusitano,
> Que durára elle tanto obediente
> Porventura a seu Rei, e a seu regente?

E logo depois na est. 72.ª:

> Grandemente por certo estão provados,
> Pois que nenhum trabalho grande os tira
> Daquella Portugueza alta excellencia
> De lealdade firme e obediencia.

(6) *Lusiadas*, cant. 4.°, est. 82.ª

E por aqui se vê quão errado conceito tiverão desta navegação alguns escriptores nossos antigos (7), e depois delles modernamente Mr. de La Clede, que no liv. XIV da sua *Historia Geral de Portugal*, diz que Vasco da Gama forcejando por dobrar o cabo da Boa Esperança fôra contrastado pelas *tormentas, escolhos, nevoeiros, e ventos contrarios*, sendo tamanho o perigo da armada, que *toda a equipagem, e os proprios officiaes della* começárão a *perder as esperanças de vida, e a pedir a Vasco da Gama que voltasse atrás*; que o grande Capitão os exhortára a arredar de si estes vãos temores; mas que suas exhortações forão inuteis; e que os Portuguezes *possuidos do medo conspirárão para a sua morte*; finalmente, que sendo o conluio descoberto por Paulo da Gama, mandára Vasco carregar de ferros os auctores delle; tomára elle mesmo o leme da sua náo, e que depois de sofrer *por muitos dias horrivel tormenta*, mudára o tempo e a armada dobrára o cabo.

Todas estas circumstancias nos parecem destituidas de fundamento, e verdadeiramente fabulosas. Os nossos dous escriptores mais antigos, Castanheda, e Barros não fazem dellas menção alguma, antes positivamente as desmentem (8), e Camões, que estava mui particularmente informado da viagem, e successos do seu heroe, e que nos pontos essenciaes descreve os acontecimentos conforme a verdade historica, não só não faz menção alguma da supposta conspiração, mas até louva e engrandece a con-

(7) Osorio, *De Rebus Emmanuelis*, &c., e o Padre Mafeu, *Rer. Ind.*, &c.

(8) Castanheda, *Historia da India*, liv. 1.º, cap. 11.º, «*Dobrou este cabo* (Vasco da Gama) *indo ao longo da costa com vento á popa, com muito prazer de folias, e tanger de trombetas em toda a frota*», &c. Barros, liv. 4.º, cap. 4.º «*Passou aquelle grão cabo de Boaesperança com menos tormenta e perigo do que os marinheiros esperavão, pela opinião que entre elles andava, donde lhe chamavão o Cabo das Tormentas*».

stancia, obediencia e lealdade da gente dos navios, com as encarecidas expressões, que deixâmos allegadas.

O que porém acaba de refutar completamente esta fabula, he que a armada Portugueza nem sequer experimentou tormenta alguma notavel ao dobrar o cabo da Boa Esperança, como já vimos pelos lugares citados, e o notárão outros escriptores Portuguezes como cousa digna de admiração (9). O proprio Camões, que neste lugar introduzio o immortal episodio de Adamastor, desvanece, em sua mesma poetica ficção, a idéa de grandes tormentas, que os navegantes experimentassem naquella paragem; porquanto o fero gigante, depois de os atemorisar com a vista de huma *nuvem negra, temerosa, e carregada,* e com os grandes bramidos do mar (cant. 5,º, est. 37.º e 38.º), se limitou ás terriveis *ameaças de futuras vinganças,* e com isto

> Subito d'ante os olhos se apartou;
> Desfez-se a nuvem negra, e c'hum sonoro
> Bramido muito longe o mar soou (10).

Pelo que entendemos que os escriptores que falárão de grandes tormentas, e conspirações na cabo da Boa Esperança, ou se equivocárão com as viagens de Colombo, e Magalhães, ou julgárão realçar a gloria do Gama, ornando a sua narração com huma circumstancia semelhante (11).

(9) Goes, *Chronica de el-Rei D. Manoel,* part. 1.ª, cap. 35.º Mariz, dial. 4.º, cap. 14.º, &c.

(10) Cant. 5.º, est. 60.ª

(11) Agora, que de apontamentos escriptos ha alguns annos tiravamos a limpo esta Memoria, chegou ás nossas mãos o *Roteiro da viagem de D. Vasco da Gama á India em 1497,* impresso na Typographia Commercial Portuense no presente anno de 1838. Os doutos editores na sua nota 17, pag. 143, concordão no que temos dito da conspiração contra o Gama, e apontão breve, mas judiciosamente, os argumentos que a fazem inverosimil, sendo hum delles o silencio do proprio *Roteiro* ácerca das suppostas tormentas no cabo da Boa Esperança.

ARTIGO 3.º

Corrigem-se algumas equivocações de hum escriptor Portuguez sobre esta viagem

Em outro escripto nosso descrevemos succintamente a viagem da armada Portugueza, notando os principaes pontos das costas que ella tocou, e os dias em que os tocou, e seguindo nisto o que nos pareceo mais provavel no meio da variedade, que se observa nos escriptores ácerca destas particularidades. Assim, por exemplo, posemos a sahida do Gama de Lisboa no dia 8, e não 9 de Julho de 1497, porque notando alguns antigos que fôra em hum sabbado, esta condição se verificou naquelle anno no dia 8. Posemos a chegada a Melinde no dia 15 de Abril de 1498, porque tambem achámos notado que era dia de Pascoa (12), a qual effectivamente cahio naquelle anno a 15 de Abril. Posemos a chegada á costa do Malabar a 20 de Maio, porque lemos em alguns antigos, que fôra em domingo, e esta nota se verificou naquelle anno no dia 20, &c.

Aqui sómente pretendemos agora notar algumas equivocações, que padeceo o benemerito auctor da *Historia Genealogica da Caza Real Portugueza;* porque sendo escriptor domestico, sincero, e veridico, póde a sua auctoridade induzir em erro os leitores desprevenidos.

Diz elle (13) que a armada de Vasco da Gama *andára no cabo da Boa Esperança os mezes de Agosto, Setembro e Outubro, padecendo tormentas, e tendo avistado a ilha, a que se poz o nome de «Santa Helena»*, e que finalmente *dobrára o cabo a 25 de Novembro.*

(12) A este dia de Pascoa allude Camões, cant. 2.º, est. 72.ª Veja-se Goes, *Chronica de el-Rei D. Manoel,* part. 1.ª, cap. 35.º e seguintes.

(13) No artigo em que trata de el-Rei D. Manoel.

Porém o proprio escriptor nota, que o Gama sahíra do Tejo com a armada a 8 de Julho de 1497, e como assim, bem claro he que não podia estar, e *andar no cabo da Boa Esperança em Agosto, Setembro* e *Outubro* (14).

Os nossos escriptores dizem que era *o quinto mez da navegação* (15), quando os navegantes avistárão terra, e nella sahírão, que foi na *angra de Santa Helena*, onde o Gama quiz fazer aguada, e tomar a altura do sol. Alguns notão que era sabbado 4 de Novembro. Camões diz que erão *passadas cinco luas*, quando a armada chegou e se demorou aqui; e logo suppõe, que tendo continuado viagem, e passados mais *cinco soes* (isto he, *cinco dias*) se avistára o grande cabo (16), e nenhum destes escriptores faz menção de tormentas algumas, que os navegantes sofressem nestas paragens, como já mostrámos no artigo antecedente.

Tambem o escriptor se equivocou em dizer que a armada avistára a *ilha de Santa Helena*. Esta ilha foi descoberta por João da Nova, em 1502, ao voltar da India. O douto escriptor parece ter confundido a *ilha de Santa Helena* com a *angra de Santa Helena*, que foi, como acabámos de dizer, a que Gama descobrio, e aonde sahio em

(14) O douto escriptor equivocou-se, porventura, na intelligencia das palavras de Damião de Goes, que diz: «*Assique, seguindo Vasco da Gama sua viagem, passou á vista das ilhas de Canarea, e d'ahi foi ter ao porto de Santa Maria na ilha de Santiago aos* 28 *dias do mez de Julho, donde seguindo seu regimento, começou de cortar a léste em busca do cabo da Boaesperança, no que andou* (não no cabo, mas em busca e demanda delle) *os mezes de Agosto, Setembro, e Outubro, com muitas tormentas, e tempos contrarios, até que Deos se houve por servido lhes mostrar terra... e achárão ser huma terra baixa, em que ha huma grande bahia, a que poserão o nome a* Angra de Santa Helena».

(15) *O quinto mez*, ou *ao quinto mez* de navegação, e não *depois de passados cinco mezes*, como alguns disseram pouco exactamente.

(16) *Lusiadas*, cant. 5.º, est. 24.ª e 37.ª

terra. A *angra* ou bahia de Santa Helena he situada quasi na extremidade de Africa; mas ainda na costa occidental, antes de chegar ao rosto do cabo. As Cartas a denotão em pouco mais de 32°, ao mesmo tempo que *a ilha de Santa Helena* está em 16°, ou 16° 40′ segundo a computação dos nossos antigos marinheiros, e dista alguns 16° em latitude do lugar, aonde Gama tomou terra (17).

A passagem do Cabo da Boa Esperança a 25 de Novembro he ainda outra equivocação do escriptor. Alguns dizem que os navegantes o passárão a 20, outros a 22, e que a 25, dia de Santa Catharina, chegárão á angra ou aguada de S. Braz, já 60 leguas alem do cabo. Nós julgâmos que o dia 22 tem melhores votos a seu favor, e conforma mais com as notas precedentes e subsequentes da viagem (18).

ARTIGO 4.°

Da pessoa do Gama

São uniformes os nossos escriptores em dizer que Vasco da Gama era homem fidalgo, natural da villa de Sines, e filho de Estevão da Gama (19); mas não temos achado notado o anno do seu nascimento, nem a idade que tinha quando foi mandado ao descobrimento da India, sendo que todas as particularidades são dignas de memoria, quando se trata de homens, que por suas grandes e illustres acções se fizerão acredores da immortalidade.

Mariz, falando da expedição da India, diz que Vasco da

(17) Veja-se o *Roteiro da viagem de Vasco da Gama* (de que já acima falámos) recentemente dado á luz da imprensa na cidade do Porto, not. 11, pag. 139.

(18) Ibidem, not. 17, pag. 142.

(19) Moreri diz: «*Filho de Estevão da Gama, e de Isabel Sodré, filha de João de Rezende, Provedor, ou Director dos diques do Tejo, Provedor das vallas de Santarem*». *Grand. de Portugal.*

Gama era então mancebo solteiro, e de idade e disposição para sofrer todos os trabalhos (20). Mas que idade era esta? E até onde alargava este escriptor a denominação de mancebo? Isto he o que elle nos não diz; e sómente sabemos que em 1478 já Vasco da Gama tinha passado a Tangere em companhia de Fernam de Lemos, mandados (como he verosimil) por el-Rei, e encarregados de alguma importante commissão, pois consta que havendo passado pelos reinos de Castella com direcção áquella praça, forão munidos de salvo-conducto, dado pela Rainha D. Izabel (21): e em 1492, mandando el-Rei D. João II pôr embargo em todos os navios Francezes, que estavão nos portos de Portugal, encarregou de executar esta ordem em Setuval, e no Algarve a Vasco da Gama, por onde entendemos, que já então devia ter idade e prudencia para commandar alguns navios, e dar, como deo, cabal satisfação ao que el-Rei lhe encarregára (22).

Diz mais o mesmo Mariz: «Que *D. Vasco da Gama era homem de meãa estatura; hum pouco envolto em carnes; cavalleiro de sua pessoa; ousado em commetter qualquer grande feito; em mandar aspero, e muito para temer em qualquer paixão; sofredor de trabalho, e grande executor no castigo de qualquer culpa em cumprimento da justiça*»; e em outro lugar: «Que *Vasco da Gama era dotado de hum animo grande e incançavel, curiosissimo da arte maritima, e tão douto e diligente nella, que podia competir no entendimento e cuidado de suas cousas com os mais experimentados pilotos da Europa*» (23): qualidades que lhe merecêrão o conceito e a estimação da-

(20) Goes diz: «*Homem solteiro, e de idade para sofrer os trabalhos de huma tal viagem*».

(21) Navarrete, *Viages y descobrimientos de los Españoles des de fines del siglo xv*. Madrid 1825, tom. 3.º, pag. 477.

(22) Garcia de Rezende, *Chronica de D. João II*.

(23) Mariz, dial. 4.º, cap. 14.º, e dial. 5.º, cap. 1.º

quelle grande Rei, tão bom conhecedor dos homens, e tão justo avaliador do merecimento, que não só o encarregou da commissão que dissemos, mas tambem o destinou para a ardua empreza do descobrimento da India, logo que começou a aprestar a armada que lá queria mandar (24).

Alguns escriptores nossos, e entre elles Goes, e o mesmo Mariz, dizem que el-Rei D. João II *tinha dado a capitania da armada do descobrimento da India a Estevão da Gama, pai de Vasco da Gama;* e que por elle ser fallecido ao tempo que el-Rei D. Manoel mandou executar a empreza, escolhêra el-Rei o filho para esse fim (25). Esta noticia porém he desmentida pelo testemunho de Rezende, que no principio desta memoria deixâmos citado, o qual por ser escriptor contemporaneo e veridico, e ter sido do intimo serviço de el-Rei D. João II nos merece mais credito; além de nos parecer provavel que Estevão da Gama tivesse já então mais idade do que convinha para tão difficil e laboriosa empreza.

O illustre Gama fez a viagem da India da maneira que referem nossas Historias, e nós tocámos em outro escripto; e voltando a Portugal, teve o desgosto de deixar sepultado na ilha Terceira seu irmão Paulo da Gama, que ali veio fallecer, e chegou a Lisboa a 29 de Julho de 1499 (26), pouco mais de dous annos depois da sua sa-

(24) Rezende, *Chronica de D. João II,* cap. 146.° e 205.°

(25) Goes, *Chronica de el-Rei D. Manoel,* part. 1.ª, cap. 23.°— Mariz, dial. 4.°, cap. 14.°—Moreri acrescenta mais alguma cousa, e diz: « Que Estevão da Gama fôra nomeado por el-Rei D. João II; mas que não executando a empreza por el-Rei fallecer, nomeára el-Rei D. Manoel a Paulo da Gama, o qual recusára aceitar a commissão *com pretexto de falta de saude;* mas que depois quizera hir com seu irmão *para mostrar que não temia a incerteza da viagem.* Isto nos parece inverosimil. Nós preferimos, neste ponto, a narração de Rezende a todas as outras.

(26) Goes e Mariz dizem, que Nicoláo Coelho chegára ao Tejo a

hida, sendo recebido com applausos e admirações, que facilmente se podem presumir (27).

Muitos escriptores notão, e estranhão que Vasco da Gama não tivesse hum premio correspondente a tão relevante serviço. Eu não sei se ha nisto alguma exageração, ou alguma confusão de tempos. He certo que alguns serviços nunca podem ser recompensados de hum modo conveniente, e com premio que os iguale; e taes erão os que Vasco da Gama fez ao Estado naquella viagem: mas tambem he certo que a avaliação dos serviços, e a estimação dos premios são cousas mui varias no juizo e conceito dos homens, e dependem muitas vezes de considerações particulares, que nem sempre podem ser uniformes.

Como quer que seja, Vasco da Gama teve de el-Rei a mercê do prenome *Dom* para si e seus irmãos, e descendentes, e a honra de pôr no centro do escudo das suas armas o escudo das Quinas Reaes (28). Estas distincções, postoque meramente honorificas, tinhão naquelle tempo muito maior valor do que hoje se lhes daria. Teve mais 300$000 réis annuaes de juro, e herdade para si e para

10 de Julho, e o Gama a 20 de Agosto. Castanheda diz que chegára em *Setembro* a Belem, *havendo dous annos e dous mezes que d'ahi partira*. Outros dizem que entrára em Lisboa a 29 de Julho; e Barros a 29 de Agosto. Nós seguimos o que tivemos por mais verosimil, parecendo-nos, que nem o Gama se demoraria quarenta, quarenta e nove, ou cincoenta e tantos dias na ilha Terceira, nem el-Rei deixaria de mandar algum navio em busca delle, se tanto se demorasse.

(27) Além das festas e alegrias publicas que houve em Lisboa, escreveo el-Rei a todas as cidades e villas notaveis do reino, participando-lhes a chegada de Vasco da Gama, os trabalhos que tinha passado, e o descobrimento que deixava feito, e encommendando-lhes que solemnisassem este sucesso tão prospero, e de tanta gloria e utilidade para a nação com acções de graças ao Ceo, e com demonstrações de piedade e alegria. (Mariz, dial. 4.°, cap. 14.°)

(28) Severim de Faria, *Noticias de Portugal*, disc. 3.°, § 16.°

seus descendentes, impostos na dizima nova do pescado de Sines, e de Villa Nova de Milfontes, nas sizas de Sines e de Santiago de Cacem, e no Paço da Madeira de Lisboa; e a faculdade de poder empregar na India cada anno 200 cruzados, *os quaes regularmente, na especiaria que lhe vinha do emprego delles, no tempo de João de Barros, respondião cá no reino 2:800$000 réis* (29).

Alguns acrescentão aqui o *officio hereditario de Almirante da India,* e tambem (com pouca exacção chronologica) o *titulo de Conde da Vidigueira;* mas este titulo sómente foi dado ao Gama vinte annos depois, como logo diremos; e emquanto ao *officio de Almirante,* diz Castanheda, que el-Rei lhe fizera delle mercê depois da segunda viagem á India em 1503 (30). Nós vimos hum traslado authentico do *Regimento do Almirante destes reinos tirado do liv. 1.º das hordenações antyguas,* dado, em pergaminho, a pedido de D. Vasco da Gama, em 12 de Fevereiro de 1524, pouco antes da sua terceira viagem á India, e quando já tinha o titulo de *Conde.*

Vasco da Gama foi mandado segunda vez á India no anno de 1502 com vinte náos, parte das quaes havião de ficar em guarda daquelles mares. Fez tributario o Rei de Quiloa, e trouxe a el-Rei o ouro das páreas, que aquelle Principe prometteo pagar, e que erão as primeiras que vinhão da Ethiopia Oriental. Assentou novos ajustes de commercio e amizade com os Reis de Cochim, e Cananor; castigou severamente a perfidia e trato doble do Çamo-

(29) Mariz, dial. 4.º, cap. 14.º *Conf.* Barros, liv. 4.º e 11.º

(30) As palavras de Castanheda são estas, no liv. 1.º, cap. 48.º: « *Chegou a Lisboa ho primeyro de Setembro do mesmo anno* (de 1503). *e todos os grandes da côrte delRey dom Manuel ho forão receber ao cays, e ho levárão ao paço onde ho elRey recebeo com muita honra, e lhe fez mercê do almirantado do mar Indico, e o fez Conde da villa da Vidigueira* »; mas como a ultima clausula não he verdadeira, receiámos que tambem na precedente houvesse equivocação.

rim de Calecut, e recolheo-se a Portugal com treze náos carregadas de ricas mercadorias, *que acabárão de desvanecer todas as desconfianças, que ainda havia contra o commercio do Oriente.*

Destes novos, e mui relevantes serviços he que parece não ter tido Vasco da Gama premio algum, que nos conste, até o anno de 1519, salvo se dissermos com Castanheda, que então lhe foi dado o almirantado.

Em 1519, o Duque de Bragança D. Jayme, que estimava o Gama, *sabendo que este grande homem estava queixoso da pouca remuneração de seus serviços,* não só lhe facilitou a venda das duas villas da *Vidigueira,* e *Villa de Frades* (que erão dos Duques), mas tambem interveio com el-Rei para que o fizesse *Conde da Vidigueira,* o que tudo se effeituou no mesmo anno, sendo a Carta do titulo passada a 29 de Dezembro (31). Com este titulo continuou a sua caza até o tempo de el-Rei D. João IV, em que o *Conde Almirante* foi elevado a *Marquez de Niza,* pelos bons serviços que fizera á Corôa na embaixada de França (32).

O Conde D. Vasco da Gama foi ainda mandado terceira

(31) *Historia Geneologica,* no artigo do *Duque D. Jayme.*—Faria e Souza, *Europa Portugueza,* tom. 2.º, part. 4.ª, cap. 1.º, § 52.º, diz que el-Rei deo a D. Vasco da Gama o titulo de *Conde, menos instado da gratidão Real, que de seu valido D. Alvaro da Costa.* Póde ser que o Duque e o valido concorressem ambos para o despacho do Gama. A venda das duas villas foi feita pelo Duque por escriptura celebrada em Evora a 17 de Novembro de 1519. O Gama deo por ellas *quatro mil cruzados em dinheiro, e quatrocentos mil réis de juro. (Chronica do Carmo* de Fr. José Pereira de Sant'Anna.)

(32) D. Vasco Luiz da Gama, 5.º Conde da Vidigueira, e 3.º neto do nosso heroe, do Conselho d'Estado, e Embaixador a França, foi feito *Marquez de Niza* por Carta de 18 de Outubro de 1646: e a seu filho fez el-Rei Conde da Vidigueira de juro e herdade, concedendo que os primogenitos da sua caza tomassem este titulo, sem necessidade de nova Carta, ou Graça.

vez á India em 1524, com o cargo de Vice-Rei (33); mas chegando a Goa em Setembro, foi fallecer em Cochim, com cousa de tres mezes e vinte dias de vice-reinado, a 24 de Dezembro do mesmo anno.

He bem notavel, que Mr. de la Clede, fazendo menção desta terceira viagem do grande Gama, no liv. 16.º da sua *Historia Geral de Portugal*, não só lhe dê nesse lugar constantemente, e por muitas vezes, o nome de *Lopo Vaz da Gama* (34), mas tambem nos dê a nós a noticia de que o Gama era então já velho, e quasi caduco.

Acima dissemos que ignoravamos a idade do Gama quando foi a primeira vez á India; e he provavel que Mr. de la Clede não tivesse disto melhor conhecimento: mas dado que o Gama tivesse então quarenta annos, teria agora sessenta e sete, que nem he grande velhice, nem he idade que faça o homem *caduco*. Muitas vezes temos observado e notado, a outros respeitos, quão pouco exacto he este escriptor, e quão propenso a ornar com fabulas a historia de Portugal! Não duvidando ás vezes de nos dar as suas fantasias por factos historicos (35).

(33) Em Evora, a 28 de Fevereiro de 1524 fez D. Vasco da Gama homenagem a el-Rei pela *Capitania-mór, e governança da India*, como consta do auto que disso se lavrou, e está no Real Archivo, no *Corpo Chronologico*, part. 1.ª, maç. 30, num. 90, sendo testemunhas o *Conde do Vimioso, e Bartholomeu de Paiva, amo de S. Alteza.*

(34) Já precedentemente, no mesmo liv. 16.º, descrevendo Mr. de la Clede o acto da acclamação de el-Rei D. João III, noméa entre os fidalgos que o acompanhavão, o *famoso Conde da Vidigueira Lopo da Gama, que foi o primeiro que entrou nas Indias!* E o traductor deixou passar tudo isto sem correcção!

(35) Como a accusação que aqui fazemos a Mr. de la Clede póde parecer grave, havemo-nos por obrigado a dar della algumas provas, e serão escolhidas, entre muitas outras, dos proprios factos que pertencem á historia dos nossos descobrimentos e conquistas:

1.º No liv. 11.º toda a narração que o escriptor ahi faz do principio dos descobrimentos maritimos dos Portuguezes he escripta com extrema negligencia e cheia de erros. Notaremos porém sómente, que

Os nossos Reis não costumavão mandar á India para governar aquelles estados homens *caducos*, nem D. Vasco

falando de *Gil Eannes* (a quem na traducção se dá o nome de *Gil Annio,* e ás vezes simplesmente de *Annio),* que dobrou o cabo Bojador, diz que elle chegára até *Serra Leôa,* e que depois por espaço de cincoenta annos *ninguem ousou dobrar o cabo de Serra Leôa.* Mas tudo isto he falso: porque nem Gil Eannes chegou a Serra Leôa, nem em Serra Leôa havia cabo algum que demorasse ou difficultasse a ulterior navegação, nem nos descobrimentos houve essa interrupção de cincoenta annos, imaginada pelo escriptor. Desde que Gil Eannes dobrou o Bojador, toda a costa para o sul se foi descobrindo successiva e progressivamente por espaço de trinta annos, e por differentes descobridores, em vida do immortal Infante D. Henrique. Logo depois da sua morte, que foi em 1460, mandou el-Rei D. Affonso V Pedro de Cintra á costa de Africa, e este foi o que descobrio Serra Leôa em 1461, e a correo em toda a sua longura de 50 milhas, passando ainda além della cousa de 240, ou 250 milhas até o cabo *Mesurado,* em quasi 5 gráos meridionaes, &c.

2.° No liv. 17.°, escrevendo Mr. de la Clede a historia do primeiro cerco de Diu, dá constantemente ao insigne capitão, que defendeo aquella fortaleza, o nome de *Heitor da Silveira,* sendo bem sabido de todos, que se chamava *Antonio* (e não *Heitor) da Silveira.* Heitor da Silveira, que tambem se assignalou muito em feitos militares na India, já era fallecido ao tempo do primeiro cerco de Diu.

3.° No mesmo liv. 17.°, referindo Mr. de la Clede a vinda de Nuno da Cunha para o reino, depois de ter governado a India por dez annos, e como fallecêra no mar, acrescenta *o grande conceito* que el-Rei fazia deste excellente capitão, *o muito que sentio a sua perda, e as lagrimas que por ella derramou.* Mas o certo he que na ilha Terceira estava hum Ministro de el-Rei esperando por Nuno da Cunha para o trazer em ferros a Lisboa, e Barros diz, que cala por credito da nação as festas e apercebimentos, que esperavão a Nuno da Cunha com Portugal, se cá chegasse.

4.° No liv. 18.°, diz la Clede, que D. João de Castro era Governador de Ormuz quando recebeo a patente de *Governador Geral das Indias.* Mas D. João de Castro nunca foi Governador de Ormuz, nem estava na India, mas sim em Portugal quando lhe foi dado aquelle governo.

5.° No mesmo liv. 18.° refere ao tempo de el-Rei D. João III o estabelecimento dos Portuguezes na ilha de S. Thomé, sendo que a ilha foi mandada povoar em 1493, como o mesmo la Clede reco-

da Gama mostrou no decurso desta ultima viagem merecer essa qualificação. El-Rei não só o mandou para restaurar as cousas da India que já então ameaçavão decadencia, mas tambem lhe confiou huma poderosa armada, em que hião 3:000 homens de armas para servirem naquelles estados debaixo do seu mando. A armada navegou prosperamente até á vista das terras de Cambaia, aonde, estando o mar em calma, se sentio repentinamente nas náos hum espantoso tremor que pôz toda a gente em confusão, cuidando que naufragavão. Huns acudião ao leme, outros á bomba, outros a prevenir algum modo de salvação, todos em grita, todos em grande perturbação e desordem. Senão quando o illustre Gama se levantou intrepido, e adiantando-se ao meio do convés, bradou: « *Eia, amigos, não temaes, que o mar he o que treme de nós* »; as quaes palavras, ditas com grande acordo e seguridade, alentárão a gente, e dahi a pouco cessou o terremoto que elle muí bem conheceo que era a causa daquelle fenomeno. Acaso será isto prova de que Vasco da Gama estava *quasi caduco?* Não o julgou assim Camões, que a esta palavra do Gama alludia, quando disse no cant. 2.°, est. 47.°:

> Vereis este, que agora pressuroso
> Por tantos medos o Indo vai buscando,
> Tremer delle Neptuno de medroso,
> Sem vento suas agoas encrespando.

E logo:

> Ó gente forte e de altos pensamentos,
> Que tambem della hão medo os elementos.

O mesmo que os escriptores, e com elles Mr. de la Clede, referem ácerca das providencias, que o Gama logo

nhece no liv. 14.°; e em 1550, que he o anno que assigna áquelle estabelecimento, já na ilha havia grande commercio, como nos consta da *Navegação de Lisboa a S. Thomé,* escripta no anno de 1551 por hum piloto Portuguez, que lá tinha hido cinco vezes, como elle mesmo diz, &c., &c.

deo nesse pouco tempo de seu vice-reinado, das expedições que ordenou, dos effeitos que a sua chegada á India produzio, tanto nos Portuguezes, como nos estrangeiros, &c., desvanece a idéa de *caducidade*, mui impropria, e desattentadamente introduzida por Mr. de la Clede na sua narração. O fallecimento de D. Vasco, aos tres mezes e pouco mais do seu governo, podia acontecer, ainda que elle estivesse no vigor da mocidade.

As respeitaveis cinzas deste grande homem vierão trasladadas para Portugal, e forão depositadas no convento carmelitano da villa da Vidigueira, em hum caixão collocado no presbyterio da igreja ao lado do Evangelho, em cuja parede se metteo huma lapida com esta inscripção:

AQUI JAZ O GRANDE ARGONAUTA D.
VASCO DA GAMA, PRIMEIRO CONDE DA
VIDIGUEIRA, E ALMIRANTE DAS INDIAS
ORIENTAES, E SEU FAMOSO DESCOBRIDOR.

Parece cousa mui verosimil, que Vasco da Gama escrevesse a Relação ou Diario da sua primeira navegação á India, para o apresentar a el-Rei D. Manoel, ou pelo menos o mandasse escrever debaixo da sua immediata direcção e nota. Este devia ser (ao que parece) hum dos primeiros cuidados, se não rigorosa obrigação, que incumbia aos capitães das expedições maritimas, maiormente quando hião a descobrir novos mares, costas, e terras; tanto para que por suas observações se verificassem os pontos já denotados nas cartas, ou se demarcassem os que novamente se hião descobrindo, ou se determinasse e corregisse a projecção das mesmas cartas, como para se notarem os differentes povos que habitavão as costas, os seus costumes, indole, linguagem e trato, e emfim todos os accidentes que podessem servir ao conhecimento dos lugares e da gente, e fossem de utilidade aos futuros navegantes, que fizessem o mesmo caminho. A viagem de Vasco da Gama era de tal novidade e importancia, e de

tanto empenho de el-Rei, e expectação dos Portuguezes, que temos por absolutamente incrivel, que elle não satisfizesse aquelle cuidado e obrigação. Comtudo não temos achado a este respeito noticia alguma mais positiva que a que nos dá Ortelio no seu *Theatrum orbis Terrarum,* impresso em Antuerpia, em 1612, na breve nota que precede á taboa 4.ª de Africa, aonde apontando alguns auctores, que descrevêrão esta parte do globo, diz: «*Ex recentioribus consule Aloysium Cadamostum,* VASCUM DE GAMA, *Franciscum Alvarez, qui Aethiopiam perlustravit»,* &c.; donde parece colligir-se que Ortelio tinha conhecimento de alguma Relação feita por Vasco da Gama, ou que corria com o seu nome. Hum escriptor nosso, moderno, diz: «*Ha tradição que escrevêra a sua primeira viagem*». E Moreri: «*Dizem que publicára a Relação da sua primeira viagem á India»;* e cita huma *Bibliotheca Lusitana* (manuscripto). E eis-aqui tudo o que a este respeito tinhamos achado até 1838, anno em que se fez a publicação do *Roteiro* mencionado a pag. 304 e 306, not. num. 11, e 17.

Na *Collecção das Cartas de Americo,* publicada por Bandini em 1745, vem no art. 3.º a *Relação de huma expedição feita por ordem de el-Rei de Portugal pelo cabo da Boa Esperança a Calicut, dirigida a Lourenço de Medicis,* que Bandini chamou *inedita.* Desta Relação, diz Camus, que he a da viagem de Vasco da Gama, escripta por Americo Vespucio. (Vej. a *Memoria de Mr. Camus sobre a Collecção das grandes e pequenas viagens,* &c. París, 1802, em 4.º)

ARTIGO 5.º

Dos Portuguezes que acompanhárão a Vasco da Gama na sua viagem

Como este nosso trabalho, e outros que temos emprendido ácerca de nossas navegações, viagens, e descobri-

mentos tenha por hum de seus principaes fins renovar a memoria de tudo quanto possa ser glorioso á nação Portugueza, e vindicar os nossos compatriotas do injusto e ingrato desprezo dos estrangeiros, bem quizeramos nomear aqui hum por hum os heroicos companheiros que forão com o Gama na expedição da India, e dar a todos, até ao mais inferior, a porção de gloria que a todos indubitavelmente compete. Mas a historia sómente nos conservou escassa memoria de poucos, e com essa nos devemos contentar.

Já nomeámos os dous illustres Capitães, Paulo da Gama, da náo *S. Rafael*, e Nicolao Coelho, da náo *Berrio*. O primeiro que era (como dissemos) irmão de Vasco da Gama, ficou sepultado na ilha Terceira, aonde falleceo, vindo de volta para Portugal.

De Nicolao Coelho, diz Severim de Faria (*Noticias de Portugal*, disc. 3.°, § 16.°) que era *fidalgo de grande valor*, e que se houvera na expedição *com singular esforço e prudencia*. Na volta da armada ao reino apartou-se da capitanea, e chegando á bahia de Cascaes a 10 de Julho de 1499, e sabendo que o Gama ainda não era vindo, dizem alguns, que quizera voltar ao mar a procural-o, mas que el-Rei o não consentira, e o mandára entrar; pelo que foi o primeiro que informou a el-Rei de tudo o succedido.

El-Rei D. Manoel *entre outras mercés* (diz o mesmo Severim) *lhe deo por armas em campo vermelho hum leão rompente entre duas columnas de prata, que estão sobre huns montes verdes, e em cima de cada hum, hum escudo com cinco dinheiros, e ao pé o mar*, que significava os padrões que deixou postos no novo descobrimento do mar e terra do Oriente, e no leão o valor, com que neste descobrimento se houve.

Faria e Souza diz que Nicolao Coelho fôra premiado com o *foro de fidalgo, e 100 escudos de tença annual.*

Este nobre Capitão foi segunda vez á India, governando huma das náos que forão na armada de Pedro Alvarez Cabral em 1500, e com elle aportou *á Terra de Santa Cruz* (Brazil), então descoberta, e dahi o acompanhou caminho da India.

Fez ainda terceira viagem no anno de 1503, em huma das náos da armada de Francisco de Albuquerque, e o ajudou com grande valor a castigar os rebeldes de Cochim, e a restituir ao Rei ás terras que lhe pertencião. Mas vindo Francisco de Albuquerque para o reino, e com elle Nicolao Coelho, em Janeiro de 1504, ambos se perdêrão na viagem, *sem se saber onde, nem como*, diz Goes. E a isto se reduzem as noticias que podémos alcançar de Nicolao Coelho.

Da outra gente da armada do Gama, achámos nomeados os seguintes:

1.° Gonçalo Nunes, Capitão do navio em que hião os mantimentos. Delle diz Faria e Souza, com Barros, que era *criado dos Gamas* (36).

2.° Pedro de Alemquer, celebre Piloto que já tinha hido com Bartolomeu Dias ao descobrimento do cabo da Boa Esperança, e agora foi na capitanea *S. Gabriel.*

3.° Gonçalo Alvarez, Mestre da mesma náo capitanea (Barros, l. 4, 4).

4.° João de Coimbra, Piloto da náo *S. Rafael*, de Paulo da Gama.

5.° Pedro de Escobar, Piloto da náo *Berrio*, de Nicolao Coelho.

6.° Fr. Pedro da Covilhãa, Trinitario, Prior do convento de Lisboa, Confessor de Vasco da Gama (37).

(36) Escusado parece advertir, que *criado* não tinha naquelle tempo a significação que hoje se lhe dá. Chamava-se então *criado* o que criava e educava, e vivia nas cazas dos fidalgos, e era ás vezes seu parente, &c.

(37) Nos mais antigos escriptores nossos, que tratárão da expe-

7.° Fernam Martins de Lisboa, que falava bem o arabico, e que mereceo por isso ser commemorado de Camões naquelles versos dos *Lusiadas*, cant. 5.°, est. 77.ª:

> Pela arabica lingua, que mal falão,
> E que Fernam Martins mui bem entende, &c.

do qual diz Faria e Souza, que tivera de el-Rei *os privilegios do seu fôro, e os mesmos para seu filho mais velho.*

8.° Martim Affonso, que *sabia muitas linguas dos negros* (diz Castanheda), e que achâmos nomeado com Fernam Martins *linguas,* e tambem *pilotos.*

9.° Diogo Dias, irmão do intrepido Bartolomeu Dias, Escrivão da náo capitanea.

10.° João de Sá, Escrivão da náo *S. Rafael.* Voltou á India na armada de Cabral, e foi depois Thesoureiro da Caza da India.

11.° Alvaro de Braga, Escrivão da *Berrio,* e depois Escrivão da Alfandega do Porto.

12.° Fernam Velloso, mancebo valente e ousado a quem succedeo a aventura que Camões refere no cant. 5.°, est. 31.ª e seguintes, e de quem torna a falar no cant. 6.°, est. 41.ª

13.° Leonardo, lembrado pelo Poeta no cant. 6.°, est. 40.ª, de quem diz Manoel Corrêa, que se chamava *Leonardo Ribeiro,* e que assim lh'o dissera Camões.

dição do Gama, não temos achado o nome deste Religioso Trinitario. Faria e Souza lhe dá o nome de *Pedro de Cobillones,* e diz que fôra com effeito por confessor de Vasco da Gama; mas este escriptor não nos merece grande credito de exacção. O moderno Chronista dos *Trinitarios* tambem delle fala com o nome de *Fr. Pedro da Covilhãa,* e refere a hida com o Gama, ajuntando circumstancias que nos parecem pouco verosimeis, especialmente a de ser *martyrisado na India, em 1498, ás lançadas, estando ensinando e explicando o mysterio da Santissima Trindade,* pelo que lhe chama *o protomartyr da India,* e diz que fôra *enterrado no campo por alguns Catholicos,* &c. O leitor fará desta narração o conceito que lhe parecer razoavel.

14.° Gonçalo Pirez, marinheiro, da criação de Gama, e que o acompanhou á visita do Çamorim.

15.° Alvaro Velho, soldado.

16.° Pedro de Faria e Figueiredo.

17.° Francisco de Faria e Figueiredo, irmão do antecedente, e ambos nomeados por Faria e Souza.

NOTA

SOBRE A ORIGEM DA ESCRAVIDÃO E TRAFICO DOS NEGROS

Serra de Ossa, anno de **1829**.

NOTA

SOBRE A ORIGEM DA ESCRAVIDÃO E TRAFICO DOS NEGROS

Na obra intitulada *Histoire abregée des Traités de paix entre les puissances de l'Europe depuis la paix de Westphalie,* par F. Schoell, París, 1818, em 8.°, no tom. 11.°, pag. 171, tratando o escriptor das negociações entre diversos gabinetes para a abolição do trafico dos negros, começa o seu discurso por este *solemne* paragrafo, que aqui fielmente traduzimos em Portuguez:

« A origem do trafico dos negros remonta ao principio do seculo XVI. *Os Portuguezes tem a triste honra de o haverem imaginado. Em 1503 forão elles os que introduzirão nas colonias Hespanholas da America os primeiros negros comprados em Africa.* Bartholomeu de las Cazas, julgando que este trafico seria hum meio de preservar os indigenas das Antilhas da destruição, de que os ameaçava a cubiça dos colonos, propoz ao Cardeal Ximenes legalisar este commercio, e dar-lhe fórma regular. O ministro rejeitou o projecto; mas Carlos V o auctorisou formalmente em 1517, e concedeo ao seu valido Bresa o monopolio da introducção annual de 4:000 negros, o qual elle traspassou aos Genovezes. Em Inglaterra foi o trafico auctorisado em tempo da Rainha Isabel, e em França sómente o foi em tempo de Luiz XIII », &c.

Se alguem lesse este paragrafo sem outro algum prévio conhecimento da historia do mundo, não deixaria, por certo, de censurar com merecida severidade o procedimento dos Portuguezes, inventores de hum trafico tão deshumano; de os julgar destituidos naquelle tempo dos principios da verdadeira civilisação: e de votar á execração dos seculos futuros hum povo, que assim calcava aos pés os direitos sagrados da humanidade.

Comtudo, quem assim discorresse erraria gravemente, e faria manifesta e atroz injuria aos Portuguezes, seduzido pela ignorancia, e ousada temeridade do escriptor.

A historia de todos os povos, que conhecemos, nos mostra estabelecido por toda a parte, desde os mais remotos tempos, o *trafico de homens,* havidos por escravos, comprados, e vendidos como taes por seus chamados senhores, tratados talvez com barbara e cruel deshumanidade, e reduzidos a huma condição ainda mais vil e mais infeliz, que a dos mais vis animaes brutos.

Os livros de Moisés, que, ainda pondo de parte a sua origem divina, são os que temos mais antigos e mais respeitaveis em materia de historia, e de legislação, fazem frequente menção dos escravos, que havia entre o povo Hebreo: huns, que voluntariamente se fazião taes, obrigados da necessidade; outros vendidos por seus proprios pais; outros, que não podendo pagar suas dividas, ou restituir os bens roubados, davão por elles a propria liberdade: outros captivados na guerra, &c.; e referem muitas leis, dadas por Deos ao mesmo povo, já para regular os direitos, e obrigações dos senhores e dos escravos, já para adoçar de algum modo a infeliz sorte dos segundos. (Vej. *Genes. XXXVII,* 26-28, *XLVII,* 18-22; *Exod. XXI,* 2-7; *Levit. XXV,* 39-54; *Deuteron. XV,* 12-18; &c., &c.)

Esta escravidão era praticada naquelles antigos tempos,

e o he ainda hoje por todos os povos orientaes, sem excepção alguma, que nos conste, e seria perder inutilmente o tempo, se quizessemos demonstrar huma verdade tão constante em todas as historias.

E não sómente erão sujeitos á escravidão os homens captivados em guerra justa, ou injusta, ou aquelles que forçados da cruel necessidade, ou de outras causas se sujeitavão a tão miseravel condição; senão que tambem era frequente a pratica de os apanhar, e arrebatar violentamente, e adoptado o *trafico*, isto he, a compra e venda destes infelizes, passando-se de huns a outros o dominio e senhorio delles, talvez em mercados publicos, por preços ajustados, bem como se costumava, e costuma fazer com os outros objectos, que entrão no ordinario commercio dos homens, e das nações. Os proprios Hebreos nos subministrão a este respeito o notavel exemplo de José, vendido por seus irmãos aos mercadores Ismaelitas, e revendido por estes no Egypto. *(Genes. XXXVII.)*

Os Gregos e Romanos, tidos ainda hoje como as nações mais illustradas, mais civilisadas, e mais polidas entre as antigas, e cujos frequentes attentados contra a justiça e a humanidade parece que ainda hoje são respeitados, e talvez admirados dos nossos eruditos, não só praticavão a escravidão, e tinhão hum prodigioso, e quasi incrivel numero de escravos, mas até os tratavão com huma barbaridade e ferocidade de que apenas haverá poucos exemplos entre os povos modernos.

Todos sabem qual era entre os Gregos Lacedemonios a condição dos ilotas. Os outros estados da Grecia todos tinhão seus ilotas com differentes nomes, e todos praticavão com os miseraveis escravos as mesmas deshumanidades.

Que diremos dos Romanos? Lucio Floro attribue a revolta, que na Sicilia fizerão os escravos capitaneados por Euro Syro, ao barbaro tratamento, que se dava a estes

infelizes, obrigando-os a lavrar as terras, encadeados huns aos outros, como animaes brutos (1). Seneca, no tratado *De ira,* liv. 3.º, cap. 40.º, nos dá noticia de hum Vedio Pollion, que mandava lançar hum escravo no tanque em que se cevavão as lampréas, por lhe ter quebrado hum vaso de cristal. Bandos numerosos daquelles miseraveis erão forçados a se matarem huns aos outros nos chamados *jogos* do Circo, para recreação de hum povo cruel, que ousava chamar barbaros os outros povos, &c. O *virtuoso* Catão não se pejava de ser mercador de escravos; e Trajano, este *Principe admiravel, que sómente teve a fraqueza dos grandes corações, o excessivo amor da gloria,* dava ao povo Romano festas publicas, em que se degolavão dez mil gladiadores, e onze mil animaes. *(Diodor.,* liv. 48.º)

Quando Paulo Emilio conquistou a Macedonia, diz Plinio, que decretou n'hum só dia a ruina de setenta e duas cidades (2). Cento e cincoenta mil Epirotas, e Macedonios forão então vendidos em Roma, em hasta publica, no mesmo lugar, aonde depois forão postos em almoeda os restos, não menos desgraçados, do povo Hebreo, &c. Finalmente pelas obras de Seneca nos consta, que em seu tempo havia em Roma armazens de escravos, aonde os mercadores desta fazenda os guardavão, para d'ali serem levados á praça publica, e nella expostos á venda como vis animaes (3).

(1) Lucio Floro, *Historia Romana,* liv. 3.º, cap. 19.º «Terra frugum ferax, et quodammodo suburbana provincia latifundiis civium latinorum tenebatur. Hic ad cultum agri frequentia ergastula, catenatique cultores materiam bello praebuere».

(2) Plinio, *Historia Natural,* liv. 4.º, cap. 10.º «Haec eadem est Macedonia, cujus, uno die, Paulus Aemilius, Imperator noster, septuaginta duas urbes direptas vendidit».

(3) Seneca de *Const. Sapient.,* cap. 13.º «Num moleste feram si mihi non reddiderit nomen aliquis ex his, qui ad Castoris forum

Os povos, que desmembrárão o imperio Romano, e se apossárão de suas provincias, continuárão a usar do trafico de homens, que achárão estabelecido, e que a elles mesmos não era estranho. O Christianismo, postoque muito concorresse para suavisar a sorte dos escravos, e fosse pelos seculos adiante, pela tendencia de seus principios eminentemente sociaes, huma das mais poderosas causas da diminuição e decadencia deste inhumano commercio, não abrogou comtudo a pratica geralmente adoptada, nem o seu divino Auctor alterou, nem quiz alterar directamente a ordem estabelecida nas sociedades humanas, ou as differentes graduações, e respectivos estados civis, que as leis, e usos dos povos tinhão adoptado (4).

As igrejas e mosteiros tinhão escravos: as antigas doações fazem a cada passo menção delles entre os bens doados. Os concilios de differentes seculos e nações estão cheios de canones relativos a escravos, suppondo a existencia da escravidão, sem a reprovarem, nem condemnarem. Em huns se prohibe dar as ordens sagradas a escravos, ou admittil-os a qualquer ministerio ecclesiastico: em outros se dão providencias para serem restituidos a seus senhores os escravos, que buscavão a protecção da igreja com o fim de se subtrahirem á servidão: em outros se ordena que os Judeos não possão ter escravos Christãos: em outros se estabelecem regras para a manumissão dos escravos, que pertencião ás igrejas, &c.

Os mercadores Venezianos commerciavão no seculo VIII em *escravos Christãos*. A historia nos deixou em lembrança a religiosa piedade do Papa Zacharias, que pelos annos de 748, sabendo que aquelles mercadores tinhão comprado em Roma muitos escravos de ambos os sexos, para

negotiantur, nequam mancipia ementes, vendentesque, quorum tabernae pessimorum servorum turba refertae sunt?»

(4) Vej. «a Epist ad Ephes., VI, 5-9; ad Colossens, IV, I; ad Philem., I, Epist., II; Petr., II, 18», &c.

os hirem vender, depois de mutilados, aos infieis da Africa, resgatou grande numero destes infelizes, a quem deo a liberdade.

No anno 785 lançou Carlos Magno dos seus estados os Gregos, que ahi vinhão comprar *escravos Christãos*, para os hirem vender aos Mosselemanos da Hespanha, e do Oriente. Comtudo no seculo seguinte, pelos annos 880, ainda os negociantes de *Verdun* se empregavão naquelle trafico, vendendo seus proprios concidadãos, depois de mutilados, aos Kalifas e Mouros, para serem empregados na guarda dos seus serralhos (5).

Em hum concilio de Londres de 1102 se determinou, que ninguem *vendesse homens como animaes brutos*, cousa que d'antes se praticava em Inglaterra, diz Fleury (6). Sem embargo porém desta prohibição, consta que pelos annos 1171, tendo Henrique II conquistado a Hibernia, celebrárão os Bispos desta ilha hum concilio, em que se ordenou que fossem restituidos á liberdade todos os Inglezes, que ali estavão em escravidão, porquanto (diz o escriptor contemporaneo) estavão os Padres persuadidos que a divina justiça os sujeitava (aos Inglezes) em pena de seus crimes, e especialmente *porque tinhão por costume comprar a mercadores e piratas os homens da nação Ingleza, para os reduzirem á escravidão* (7).

No seculo XIII, no meio da Europa, entre nações Chris-

(5) Luitprando, *Chronica*. A estes escravos davão os negociantes o nome de *carsamatia*, á maneira dos Gregos. Luitprando explica esta denominação: «Carsamatium autem (diz elle) Graeci vocant, amputatis virilibus, et virga, eunuchum, quos Verdunenses ob immensum lucrum facere solent, et in Hispaniam *ducere*». (Vej. *Mémoire historique et diplomatique sur le commerce, et les établissements Français au levant*, lida na sessão publica do Instituto, anno 1827.

(6) Fleury, *Historia Ecclesiastica*, liv. 65.º, § 22.º «Ut nemo homines ut bruta animantia venumdet. Quod in Anglia ad ea usque tempora fieri solebat».

(7) Ibid., liv. 72.º, § 38.º

tãas, se vendião não só os prisioneiros de guerra, mas até ás vezes os habitantes pacificos, e inermes das cidades, ou praças expugnadas. A carta que o Papa Gregorio IX escrevia ao Arcebispo de Estrigonia em 1231, estranhando algumas cousas indignas, que se praticavão em Hungria com menoscabo da religião, nota, que os Sarracenos hião lá comprar escravos Christãos, de que abusavão a seu arbitrio; e que os Christãos, forçados da pobreza e inopia, vendião aos infieis seus proprios filhos (8).

O Papa Gregorio XI, nas suas Letras Apostolicas de 20 de Abril de 1376, dadas contra os Florentinos, sobre outras graves penas e censuras, que contra elles fulmina, acrescenta a de *serem reduzidos a escravidão por quem quer que os apanhasse:* e diz a historia, que muitos delles, em Inglaterra, forão effectivamente feitos *escravos do Rei,* e os seus bens confiscados. Ainda no seculo XVI o Papa Julio II, no seu *Monitorio* contra a republica de Veneza, dava a qualquer pessoa o poder de occupar os bens dos republicanos, e de *reduzil-os a elles mesmos á escravidão,* prohibindo dar-lhes acolhimento, ou soccorro. E S. Pio V por Bulla de 26 de Fevereiro de 1569, mandando sahir dos seus estados (excepto de Roma e Ancona) todos os Judeos no espaço de tres mezes, commina aos que não obedecerem a perda de todos os bens, e o ficarem *em escravidão perpetua.*

Finalmente extincta já na Europa a escravidão domestica, se conservou ainda em algumas nações, até os nossos dias, outro genero de servidão não menos ignominiosa.

(8) Raynald., *Annaes:* « Sarraceni (dizia o Santo Padre) mancipia Christiana emunt: iis ut lubet abutuntur... interdum Christiani, suadente inopia, liberos suos ethnicis venumdant », &c. Hum Concilio de Valladolid, em 1322, prohibio severamente a pratica de alguns máos Christãos, que roubavão homens tambem Christãos, e os vendião aos Sarracenos. O mesmo se confirmou no Concilio de Toledo de 1324, e no de Palencia de 1388.

«Os *paizanos servos* (diz hum escriptor, descrevendo o governo, e os costumes de Raguza, taes como elle mesmo os observou em 1805) *erão reputados mais como parte dos bens de raiz, do que como homens pertencentes á sociedade.* Se o pejo tinha feito cessar o uso, em outro tempo praticado, de os vender no mercado, nem por isso os senhores deixavão de os considerar como propriedade sua. Dispunhão delles, quando alienavão as terras, bem como se dispõe dos instrumentos da lavoura, ou dos animaes de trabalho, estipulando a quantidade de gado humano, macho e femea que havia de passar ao dominio do comprador», &c. (9).

Por todos estes factos, que summariamente havemos referido, e a que poderiamos acrescentar muitos outros, de que a historia nos dá frequentissimos testemunhos, já se deixa entender, que ainda que os Portuguezes pretendessem a *triste honra* de haver inventado o trafico dos negros da Africa, não poderião conseguir o seu intento, pois muitos outros povos mais antigos, e mais famosos na historia, e mais admirados, elogiados, e exaltados pelos escriptores, lhes poderião com toda a justiça disputar neste ponto *gloriosa* preferencia; salvo comtudo se alguem quizer dizer, que ha alguma substancial differença entre *trafico de escravos negros, e trafico de escravos brancos:* e entre comprar *aquelles em Africa* para os levar *á America*, ou comprar *estes em França, Veneza, e*

(9) Pouqueville, *Voyage dans la Grèce.* Paris, 1820. Na *Historia do imperio da Russia, em tempo de Pedro o Grande,* diz Mr. de Voltaire, que dos vinte e quatro milhões de habitantes, que então tinha aquelle imperio, «a maior parte erão escravos, como na Polonia, e em muitas partes da Allemanha, e como antigamente em toda a Europa». Só nos conventos de homens e mulheres, que não erão muitos, se contavão entre as suas propriedades *setecentos e vinte mil servos* destinados para a cultura das terras. A civilisação geral tem hido diminuindo, ou modificando este resto da antiga barbaridade, que todavia não sabemos se está hoje mesmo de todo extincta.

Roma para os transportar *á Hespanha, a Africa, ou ao Oriente.*

Nós não sabemos descobrir esta differença; mas se alguma ha, ousâmos dizer, e não duvidariamos sustentar, que seria hum pouco mais desculpavel, ou menos odioso o trafico de escravos negros, do que o de escravos brancos. Sem entrar porém nesta materia, que nos distrahiria do nosso assumpto, procurêmos indagar com alguma diligencia, e quanto nos permittir o silencio das antigas historias, se na verdade a origem do especial *trafico dos negros* remonta, como diz o nosso escriptor, *ao principio do seculo XVI,* e se ha algum fundamento para se dizer tão decisivamente que *aos Portuguezes cabe a triste gloria de o haverem imaginado.*

A escravidão e trafico dos negros, em geral, póde dizer-se com toda a certeza e segurança, que he tão antigo, como o conhecimento que houve das nações negras: pois sendo por todos, em toda a parte, e em todos os tempos usada a escravidão, e o trafico de homens, nenhuma razão havia para que as raças negras fossem exceptuadas da commum sorte, logo que houvesse opportunidade de captivar, vender, e comprar os seus individuos. Os factos da historia confirmão este pensamento:

1.° Duas *Peleiades,* ou *negras Ethiopezas,* vindas do templo de Osiris no Egypto, instituírão (dizem) entre os Pelasgos o culto de huma divindade estrangeira, a saber: huma dellas no Oasis de Ammon, e a outra no Epiro, *aonde fôra vendida por alguns navegantes que ali aportárão.* Nós não ficaremos por fiadores da veracidade desta narração; mas qualquer que seja o juizo que della se faça, he pelo menos certo, que *antiquissimos escriptores* falárão de huma *escrava negra,* vinda do Egypto, e vendida na Grecia, como de hum facto, que não causava estranheza, nem parecia inverosimil. Ainda hoje concorrem ás feiras (panegyris) da Grecia contratadores de negros de

Africa, que provavelmente não aprendêrão dos Portuguezes a fazer este trafico, e que *nunca jámais* (diz o escriptor a quem devemos esta noticia) *hão de renunciar a elle*. Tão antiga he a sua pratica, e tão inveterado, e tenaz o costume, aliàs inspirado, conservado, e roborado pela avareza, e pela barbaridade (10).

2.° Hum dos relevos, que Mr. Champollion Junior ha poucos annos observou no templo de Isambul na Nubia, representa o carro triunfal de hum dos Pharaós acompanhado de grupos de *negros prisioneiros da Nubia*: o que prova, que os *negros de Africa* erão já naquelles remotissimos tempos sujeitos ás mesmas leis da servidão, que se praticavão com os povos brancos em todo o mundo (11).

3.° Joseph, Hebreo, na sua obra das *Antiguidades Judaicas*, liv. 8.°, falando das frotas de Salomão, diz, que entre os objectos, que ellas importavão era *o ouro, a prata, o marfim, escravos Ethiopes, e bugios*, «*pro rebus exportatis aurum, argentum, regi referebant, multumque eboris, et* mancipia aethiopica, *et simias*».

Os Romanos, depois da destruição de Carthago, se forão apossando de toda a costa septemtrional de Africa, e he verosimil, que penetrando pouco a pouco nos paizes ao sul, praticassem com os povos negros, que os habitavão, o mesmo que antes delles havião feito os Berberes, os Numidas, os Persas, e os Fenicios, e que depois delles fizerão os Arabes, dos quaes todos diz com razão hum escriptor moderno, «*que possuindo desde tempos immemoriaes, e successivamente, as margens septemtrionaes de Africa, não cessárão jámais de lhes impor hum tributo de sangue*»: maiormente porque sabemos que os Romanos es-

(10) Pouqueville, *Observ. sur Dodone, Voyage*, tom. 5.°, o liv. de 1821.

(11) Constou esta noticia por carta do 1.° de Janeiro de 1829, escripta pelo douto viajante em Ouadi-Halfa, cujo extracto se publicou no *Morning-Journal* de 24 de Abril do mesmo anno.

tabelecêrão na vasta extensão do territorio, que decorre até o Niger, algumas florentes colonias, e que o mesmo rio *Niger* não foi de todo desconhecido aos seus historiadores, e geografos (12).

Deste periodo da dominação Romana, em que entra o dos Wandalos, achâmos alguns factos, que mostrão a escravidão dos negros de Africa já naquelles remotos tempos.

O primeiro vem nas *Vidas dos Padres*, escriptas por Palladio, Bispo de Helenopole, nos fins do seculo IV, ou principios do V, aonde descreve a vida de hum *Moisés, Ethiope, negro, que sendo escravo*, e lançado da caza de seu senhor por suas maldades, veio por fim a converter-se, e se fez monge, e foi pai de monges no Egypto (13).

O segundo he do seculo VI, e acha-se em huma das

(12) Gossellin, *Géographie des Grecs analysée*, &c. Paris, 1790, part. 2.ª, pag. 114: « As expedições de Septimio Flacco, e de Julio Materno, que á frente dos exercitos Romanos penetrárão até os Garamantes, e até á região Agizymba, occupada pelos Ethiopes, subministrárão grandes conhecimentos sobre o interior de Africa. Estas expedições comtudo (diz o mesmo escriptor a pag. 129 e 130) não erão as primeiras tentativas dos Romanos. Debaixo do reino de Augusto, Suetonio Paulino tinha franqueado o Atlante, que até então passava por inaccessivel. Cornelio Balbo tinha penetrado até o paiz dos Garamantes, e esta expedição lhe grangeou as honras do triunfo, não obstante ser estrangeiro. Elle fez notar as correntes dos rios, e as representações das montanhas, das cidades, e dos povos, que tinha conquistado, em numero de vinte e sete. Juba, o Moço, tinha feito indagações sobre o interior de Africa. A direcção do Niger de occidente a oriente, e a sua grande longura foi provavelmente o que fez crer a muitos auctores, e em particular a Juba, que este rio não era mais que a parte inferior do Nilo, que depois de ter atravessado Africa, voltava ao norte, e hia fertilizar o Egypto », &c. (Vej. Plinio, liv. 5.º, cap. 10.º; e confira-se Seneca, *Quaest. Natur.*, liv. 4.º, cap. 2.º) O mesmo Plinio, no cap. 8.º, citado por Malte-Brun, nota o uso que tinhão os Garamantes de hirem *á caça dos negros*.

(13) Vit. PP., cap. 22.º, apud Rosweid. Fuit quidam, Moyses nomine, aethiops genere, niger, servus cujusdam, &c.

Epistolas de S. Fulgencio, Bispo de Africa, escripta ao Diacono Ferrando, na qual se faz menção de hum moço Ethiope *(juvenis nigro corporis colore)*, que era escravo, e por seu senhor fôra convertido ao Christianismo (14).

No seculo VII se apossárão os Arabes de toda a costa septemtrional de Africa desde os limites do Egypto até ao Oceano Atlantico, e sabemos que pouco a pouco se forão tambem alargando para o interior do paiz, e para as terras habitadas pelos negros, aonde os viajantes modernos tem achado a religião de Mahomet, ou estabelecida, e dominante, ou misturada com as superstições gentilicas, bem como a lingua Arabe, e muitos dos costumes, que parecem proprios destes povos.

No anno 741, levantando-se os Mouros de Africa contra o governo dos Kalifas Arabes, e mandando o Kalifa hum exercito para os reprimir, refere a historia, que os Mouros invocárão o auxilio dos *Nigritas*, que confinão pelo sul com o reino de Marrocos, os quaes lhe derão effectivamente hum consideravel soccorro de *gente negra* em tanto numero, que á sua côr e figura se attribuio a desordem da cavallaria Arabe, e a consequente derrota do exercito do Kalifa (15). Por onde se prova que os negros não só erão conhecidos, mas tambem tinhão relações com os povos estrangeiros, que dominavão os paizes septemtrionaes de Africa, e os auxiliavão em suas guerras, ficando consequentemente sujeitos ás contingencias e successos da guerra, e a serem prizioneiros, e como taes reduzidos á escravidão, segundo a pratica daquelles tempos.

No seculo antecedente, em que os Mosselemanos fizerão a sua primeira expedição á conquista da Nubia, referem os escriptores Arabes o Tratado ajustado entre o Emir Abadallah-ben-Saad-ben-Aby-Sarah de huma parte,

(14) Ep. S. Fulg. Rusp., epist. 11, em Fleury, *Historia Ecclesiastica*, continuada, liv. 32.°, § 36.°, ao anno 533.

(15) Ferreras, ao anno 741.

e o Rei e povos da Nubia da outra, pelo qual os Nubienses se obrigárão a *dar cada anno aos Arabes 360 escravos dos dous sexos, escolhidos entre os melhores do paiz, isentos de defeito, em que não entrarião nem velhos decrepitos, nem mulheres velhas, nem meninos abaixo da idade da puberdade, os quaes serião entregues ao governador d'Asuan, para serem enviados ao Imam dos Mosselemanos* (16).

Do celebre *Mostanser-Billah,* Kalifa Fatimita, que vivia pelos annos 429 da Heg. (seculo XI), referem os escriptores Arabes, que era filho de huma *escrava negra,* que tinha pertencido ao mercador Judeo Abu-Said-Sahal, e por elle tinha sido vendida ao Kalifa Daher, pai de Mostanser. Desta Princeza dizem, que logo que vio seu filho no throno mandou vir á côrte o seu antigo senhor, e o escolheo para seu Visir, e conselheiro intimo; e acrescentão, que era tão affeiçoada aos seus compatriotas, que *com empenho comprava os muitos, que de diversas partes lhe trazião, a ponto de chegar a ajuntar no Egypto mais de cincoenta mil negros* (17).

Este uso dos escravos negros propagou-se para a Europa pelo tempo das cruzadas, como nos consta da historia de hum Gaudri, Normando, referendario de Henrique I de Inglaterra, que sendo elevado á Sé de Laon, tinha no seu serviço «*hum destes escravos negros, que os grandes senhores, á volta da primeira cruzada (1106) começárão a pôr em moda*» (18).

Acrescentemos ainda, que muito antes dos descobri-

(16) Quatremere, *Mémoire sur la Nubie,* na collecção de *Memorias geograficas e historicas sobre o Egypto.* Paris, 1811, tom. 2.º, pag. 45.

(17) Ibidem, *Mémoire historique sur la vie du Kalife Fatimite,* Mostanser-Billah, no mesmo tomo, pag. 296 e 355.

(18) A. Thierry, *Lettres sur l'Histoire de France,* let. XVI, pag. 246 da 5.ª edição.

mentos Portuguezes, era a *malagueta* conhecida na Italia, e por consequencia levada de Guiné pelos Mouros, que atravessavão o reino de Mandinga, e os desertos da Libya, até o porto de Barkah, sobre o Mediterraneo, o que prova que este caminho lhes não era desconhecido, e que por elle trazião á costa septemtrional os generos do interior, e entre elles os escravos negros, que depois erão transportados e vendidos na Grecia, na Asia-menor, na Syria, &c.

Cadamosto, na Relação que escreveo da sua primeira viagem, feita em 1445, falando do trafico, que os Mouros fazião nas terras dos negros, diz: « Igualmente comprão sedas Mouriscas fabricadas em Granada, e em Tunes de Berberia, prata, e muitas outras cousas, e recebem pelo seu resgate *quantidade de negros,* e alguma somma de ouro. Estes escravos (continua elle ainda) chegão á escala e lugar de Guaden *(Huaden,* ou *Ouaden),* e ali se dividem, hindo parte delles aos montes de Barkah, d'onde chegão a Sicilia, e alguns a Tunes, e depois se estendem por toda a costa de Berberia: finalmente a outra porção he conduzida a este lugar de Arguim, e vendida aos Portuguezes », &c.

Ainda hoje as caravanas de Darfur, e Sennaar (Nubia), fornecem escravos negros aos mercados do Cairo, que d'ahi são levados a Constantinopla, bem como de Constantinopla se levão aos mesmos mercados escravos brancos Circassianos, e Georgianos. Ainda hoje as caravanas, que vão dos estados Berberescos á grande feira de Tombucutu, trazem della, entre outras mercadorias, escravos negros, vindos de Ouanzara, Houssa, e outras terras do interior. O intrepido viajante Arabe do seculo XIV, conhecido pelo nome de Ben-Batuta, sahindo das terras do grande *Sultan* para se recolher ao seu paiz, atravessou o deserto em huma caravana, em que hião seiscentos escravos. E tudo isto era anterior aos descobrimentos dos Portuguezes, e muito antes que elles podessem lembrar-se de *inventar o trafico dos negros.*

Mas venhamos emfim a factos mais chegados a nós, e tomados da nossa historia.

Quando os Portuguezes continuavão os seus descobrimentos nas costas occidentaes de Africa, hindo Nuno Tristão, e Antão Gonçalves, criados do Infante D. Henrique, no anno de 1440, ao posto já descoberto, chamado dos *Lobos Marinhos*, sahírão em terra, e tomando alguns Mouros barbaros, com elles voltou Antão Gonçalves ao reino, d'onde (diz a historia) tornou á costa de Africa em 1442, levando alguns dos captivos, porque estes lhe fizerão promessa de *dar negros* em seu resgate. Os Mouros cumprírão o que tinhão promettido, e derão com effeito ao navegante Portuguez *dez escravos negros, de differentes terras, que forão os primeiros, que vierão de Africa a Portugal.*

Este, e outros acontecimentos semelhantes, que pelo tempo adiante se forão succedendo, mostrão que já entre os Mouros era praticada não só *a escravidão dos negros*, mas tambem *o commercio e trafico delles*, pois os promettião, e davão como preço do resgate de suas proprias pessoas e liberdades, do mesmo modo que davão o ouro, o marfim, e outras mercadorias do seu paiz: e mostrão tambem, que a *origem do trafico nem remonta aos principios do seculo XVI* (como affirma o escriptor que refutâmos), nem he devida a *invenção Portugueza.*

A *Chronica de el-Rei D. João II* nos subministra outra prova desta verdade: porquanto, descobrindo-se em seu tempo, e no anno de 1486 o reino de Beni, refere o veridico Rezende, que o Rei daquella terra, ouvindo grandes louvores das virtudes, perfeições, e grandezas de el-Rei de Portugal, lhe mandára hum rico e grandioso presente, de que fazião parte *cem escravos negros:* por onde se vê que o Rei tinha *escravos negros,* dos quaes dispunha como de propriedade sua, e que naquellas regiões era praticado o uso de os vender, ou doar, ainda antes que os Portu-

guezes podessem lembrar-se de inventar o trafico com o fim que se lhes quer attribuir.

Finalmente todos estes argumentos recebem nova força e luz, reflectindo-se sobre hum lugar do immortal poema dos *Lusiadas*, que parece não ter sido até agora attentamente lido, com respeito ao nosso assumpto.

Bem sabido he, e muitas vezes tem sido notado, quam grande era a exacção, e fidelidade de Camões nas suas descripções geograficas, nas quaes se não desviava hum só ponto da verdade em seu tempo conhecida, caracterisando os reinos, cidades, ou povos, não segundo a fantasia poetica, mas segundo as idéas geralmente recebidas e adoptadas.

O poeta pois no canto v descrevendo a derrota do grande Gama, desde Lisboa até Melinde, nota a passagem do heroe pelas ilhas de Porto Santo, Madeira, &c., novamente descobertas: pinta em huma excellente estancia:

.... de Massilia a esteril costa,
Onde seu gado os Azenegues pastão:

Nota a passagem do tropico; fala das Canarias, e do Cabo Verde, e diz finalmente na est. x:

Por aqui rodeando a larga parte
De Africa, que ficava ao Oriente,
A provincia Jalofo, *que reparte*
Por diversas nações a negra gente, &c.

Aonde o poeta manifestamente allude ao trafico dos negros das terras de Jalofo, e á extracção que delles se costumava fazer para *diversas nações*, não se podendo commodamente entender a frase, « *Que reparte por diversas nações a negra gente* », senão da pratica geral que os Mouros tinhão, de tirar dos Jalofos, Fulas, Mandingas, e outros paizes circumvisinhos *negros escravos*, para os hirem levar, e vender, como ainda hoje vão, e forão em todos os tempos, aos mercados da costa septemtrional,

d'onde depois se espalhão por diversas nações, como diz o poeta. Ao qual costume dos Mouros, até hoje conservado, e por certo não recebido, nem aprendido dos Portuguezes, allude hum escriptor moderno, que tendo expressado o horror que lhe causava este trafico deshumano feito por povos Christãos, logo acrescenta: « *O trafico que fazem os Mouros he acompanhado dos mesmos crimes: as arêas do deserto conservão, e mostrão por toda a parte ao viajante os vestigios sinistros das caravanas, que arrastão os miseraveis escravos aos mercados berberescos. Sempre a raça branca se tem mostrado inexoravel para com a raça negra, tanto ao norte, como ao occidente de Africa* » (19).

(19) Quando lançavamos os primeiros traços a este discurso, chegou mui casualmente á nossa mão hum catalogo de livros da livraria do illustre typografo *Firmino Didot,* impresso em Julho de 1828, no qual vem annunciada huma obra com titulo: *Précis historique de la traite des noirs, et de l'esclavage colonial.* Paris, 1828, 8.º; e logo dando o editor do catalogo huma breve idéa da obra, diz assim: « O auctor, depois de ter dado algumas noticias novas sobre a escravidão domestica dos antigos povos, e sobre a que ainda existe na Asia, combate a opinião geral, que attribue ao celebre las Cazas a invenção do trafico, e faz remontar a origem deste commercio ao tempo da dominação dos Arabes na Hespanha, muitos seculos antes da época de 1443, a que commummente se assigna a introducção dos primeiros escravos negros em Lisboa. Mostra depois por hum grande numero de factos, que o trafico, com ser inhumano, immoral, e contrario ás leis de Deos e dos homens, tem continuado em França até o presente », &c. Foi para nós de grande satisfação ver, que as idéas, que hiamos lançando no nosso discurso, se conformavão no essencial com as do auctor daquella obra. E dizemos *no essencial,* que consiste em remover dos Portuguezes, dos Hespanhoes, ou de quaesquer outros povos modernos, a triste honra de terem imaginado o trafico dos negros: porquanto, no que respeita á verdadeira, e primitiva origem deste trafico, nós a suppomos, e mostrâmos mais antiga que a dominação dos Arabes nas Hespanhas, e fundados em factos historicos, temos por certo, que ella se confunde na obscuridade dos mais remotos seculos, e he da mesma data

Tenhamos pois por certo, e fóra de toda a duvida:

1.° Que o trafico dos negros *não remonta aos principios do seculo XVI*, como pretende Mr. F. Schoell, mas he muito mais antigo.

2.° Que a sua origem não he de *invenção Portugueza*, nem de nenhuma nação moderna.

3.° Que a origem do *trafico de homens* vem da mais alta antiguidade, a que a historia póde subir.

4.° Que o *trafico de homens negros* he tão antigo como o conhecimento das antigas nações-negras; praticado a respeito dos *negros de Africa* desde tempos antiquissimos, e até introduzido na Europa Occidental pelo tempo das cruzadas.

5.° Finalmente, que no seculo XVI não houve nisto nada de novo, senão a direcção do *trafico dos escravos negros da Africa para a America*: e que as declamações exageradas, e affectadamente patheticas dos filantropos modernos contra este trafico, nem são tão sinceras nos seus motivos, como elles nos querem fazer crer, nem tão desinteressadas na sua tendencia politica, como seria de esperar: nem tão justas em suas circumstancias historicas, como [illegible] materia, e a boa fé [illegible].

Mas [illegible] Mr. S[illegible] he mais fiel á verdad[illegible] acrescenta á sua [illegible] della.

«[illegible] *que intro*[illegible] *America os pri*[illegible] *Africa.*»

He [illegible] que fossem *os Por*[illegible] *negros nas co*[illegible] affirma mos[illegible] pouca attenção á [illegible] das [illegible], ou [illegible]

verdade della. Todos sabem quanto era naquelles tempos, e ainda muito depois, o ciume dos Hespanhoes e Portuguezes a respeito dos seus descobrimentos, e conquistas, e commercio das novas terras. Huns e outros vedavão com grande vigilancia aos estrangeiros commerciantes a entrada em suas respectivas conquistas: huns e outros pedião aos Papas a confirmação destas prohibições, e exclusivas. Por onde podemos com segurança affirmar que não succedeo, nem podia succeder o que o auctor tão ligeiramente suppõe: maiormente constando-nos pela historia, que logo depois do meio do seculo xv, em que Lisboa (por assim dizer) se encheo de escravos negros de Africa, começou tambem a exportal-os por venda para Sevilha, d'onde pelo tempo adiante sahírão provavelmente os primeiros que vio a America.

Emquanto á *época precisa,* em que começou o trafico para a America, mui difficil nos parece averiguar hoje este ponto historico, aliás não muito importante, em que os escriptores tem sido tão varios e incoherentes. E como por outra parte o nosso escriptor não apresenta testemunho, ou razão alguma que verifique a sua época de 1503, e o temos achado menos verdadeiro em designar a origem e os inventores, ou imaginadores do trafico, bem podemos, sem lhe fazer injuria, duvidar tambem desta época.

Diz o escriptor, seguindo a outros muitos «Que o pio e respeitavel varão Bartholomeu de las Cazas foi o que *inventou o transporte dos negros para a America, com o fim de arrancar os Indios aos trabalhos das minas, e os negros á morte*». Esta opinião, que tem sido adoptada sem reflexão e sem exame, não póde sustentar-se de maneira alguma, referindo-se aquelle *transporte dos escravos ao anno de 1503,* como assertivamente refere o escriptor.

He constante que las Cazas nasceo pelos annos de 1474: que foi com seu pai na primeira viagem de Colombo em

1492; e que tinha então dezoito para dezenove annos de idade. Voltou á Europa em 1498 a continuar os seus estudos, e acabados elles, tornou a navegar para a America, aonde em 1510, ordenado já de sacerdote, esteve por algum tempo paroquiando em huma das ilhas recentemente descobertas, até que movido do seu zêlo pelo bem dos Indios, deixou a paroquia, para se consagrar inteiramente áquelle objecto, a que o convidava a sua piedade e humanidade.

Á vista destes factos, e destas datas, não parece verosimil, que las Cazas podesse ter adquirido em 1503, nem na America, nem na Europa, o credito, e influencia, que se requeria, para que o seu voto fosse attendido, e as suas diligencias fossem efficazes a favor dos Indios: antes podemos conjecturar, que só depois do anno de 1510 começaria a desenvolver-se o seu ardente zêlo, e os seus trabalhos em beneficio delles.

Vem aqui a proposito o que achâmos em hum escriptor Hespanhol antigo (20), a saber: que *Vasco (Blasco,* ou *Velasco,* dizem os Hespanhoes) *Nunes de Valboa,* sahindo em 1513 de *Darien* com 190 Hespanhoes, chegára a *Quereca,* terra de que era senhor hum Indio, por nome *Toreca,* e que ahi achárão *escravos negros; que fueron* (diz o escriptor) *los primeros, que los nuestros vieron en las Indias:* e continúa narrando como Valboa subindo depois a huma alta montanha, avistára o mar do sul a 25 de Setembro, e descendo ao golfo de S. Miguel, tomára posse daquellas terras por Castella em 29 de Setembro, &c.

Desta narração julgâmos poder tirar duas consequencias: 1.ª Que tambem entre os Indios Americanos havia *escravos negros,* antes que lá os levassem os Europeus, o que confirma a nossa opinião sobre a generalidade desta

(20) *Carolia Enchiridion. Vida de Carlos V,* impressa em Lisboa, 1585, part. 1.ª, em fol.

pratica; 2.ª Que no anno de 1513 ainda na America não existião escravos transportados de Africa, visto serem aquelles de Quereca os primeiros que os Hespanhoes de Valboa virão nas regiões Americanas, como diz o escriptor citado.

Adiantemos alguma cousa mais. Alguns escriptores são de opinião (e Mr. Schoell tambem a segue) que o commercio dos escravos negros para a America fôra auctorisado formalmente em 1517 em virtude de huma *patente de Carlos V, obtida a instancia de las Cazas.* Mas tambem esta época nos parece duvidosa.

Carlos V aportou nas Asturias naquelle anno de 1517, em Setembro, vindo *tomar posse* dos estados Hespanhoes. Entrou em Valladolid no mez de Novembro, e nos annos logo seguintes de 1518, 1519 e 1520 celebrou Côrtes em Castella, Aragão, Cataluña, e Galliza; e não teve pouco que fazer para acalmar as inquietações publicas, conciliar a seu favor os animos dos Hespanhoes, firmar-se no throno, e approvar ou illudir as condições, que os povos lhe impunhão. Em todas estas Côrtes não achâmos que se tocasse huma só palavra ácerca das possessões das Indias Occidentaes, ou do seu governo (21).

Carlos V passou immediatamente a Allemanha, a receber a corôa do imperio, que neste meio tempo lhe fôra deferida, e no entretanto se suscitárão na Hespanha os levantamentos chamados *das Communidades*, que durárão até 1522, em que o Imperador voltou a Hespanha.

Nos annos de 1520 e 1524, diz hum geografo moderno, que Lucas Vasquez de Sillon, e outros Hespanhoes salteárão a Florida, para *ali roubarem homens que fossem trabalhar nas minas de S. Domingos:* o que parece indicar que ainda o trafico dos negros não estava estabelecido, ao menos de hum modo legal.

(21) Sandoval, *Vida de Carlos V.*

Os escriptores da *Vida de las Cazas* referem ao anno de 1522 a sua primeira vinda á Europa, com o particular fim e intento de advogar a causa dos Indios; e parece que então he que se começárão a dar algumas providencias a favor delles, sem todavia se fazer ainda menção alguma de substituir áquelles miseraveis os escravos negros de Africa.

Bem vemos que não são estes argumentos taes, que por elles se possa decidir e terminar a duvida, e incerteza que ha sobre a *época precisa*, em que teve principio o transporte dos escravos negros para America. Comtudo, emquanto não acharmos testemunhos authenticos, ou factos bem provados, teremos por mui verosimil, que aquella pratica começou hum pouco mais tarde do que commummente se suppõe.

Nem se póde admittir sem provas o que diz o nosso auctor, isto he, que *las Cazas proposera ao Cardeal Ximenes a legalisação do trafico:* porquanto o Cardeal sómente regeo a Hespanha depois da morte de Fernando o *Catholico* até á vinda de Carlos V, isto he, cousa de dous annos; e este seu breve governo foi tão inquieto, e tão pouco independente, que mal haveria lugar á supposta proposição de las Cazas, e ainda menos a que Ximenes tomasse sobre si o resolver definitivamente qualquer cousa, a favor, ou contra, em materia tão ponderosa.

O que diz a este respeito Gomes de Castro na *Vida de Ximenes* he, que o Cardeal desejando occorrer aos tratamentos barbaros, que se praticavão com os Indios, mandára á America alguns magistrados, que conhecessem deste objecto: e acrescenta, que pelo mesmo tempo (1517) intentando o celebre valido do Imperador *Mr. de Chevres comprar na Aquitania 500 negros para os fazer transportar a S. Domingos,* e communicando este seu projecto ao cardeal, este se oppozera a tal pretenção, escrevendo a Chevres, ponderando-lhe quão perigoso era transportar

negros á America, sendo elles, como erão, repugnantes aos incommodos do trabalho, e de genio inquieto e indomavel, de maneira que do seu grande numero se podia receiar alguma sedição. D'onde podemos inferir que já então havia lembrança de transportar á America escravos negros; mas que este trafico e transporte ou ainda se não tinha realisado, nem legalisado, ou pelo menos ainda não tinha ganhado fundas raizes.

He verdade que se apontão humas Instrucções de el-Rei Catholico para Nicoláo Ovando, dadas em 1500, ordenando-lhe que permittisse a importação de escravos negros *nascidos em reinos de Christãos*. Diz-se, que o governo Hespanhol prohibio em 1506 o transporte dos *escravos negros de Levante, e dos que tivessem sido criados com Mouros*. Refere-se, que já em 1501 e 1503 erão transportados para as possessões Hespanholas da America alguns *poucos* escravos, &c.

Isto tudo prova (a nosso parecer) a incerteza que por ora ha, e que porventura haverá sempre ácerca da verdadeira *época precisa* do estabelecimento *deste trafico*, maiormente se quizermos falar de hum trafico extenso, generalisado, e formalmente auctorisado, e legalisado.

O que nesta materia nos parece natural e provavel he que as pessoas que tinhão interesse na exploração e trabalhos das minas, e que na Europa possuião alguns escravos, começassem desde logo a mandal-os para a America, em pequeno numero, para serem empregados naquelles trabalhos, e talvez a compral-os com esse destino: e que crescendo cada vez mais o numero de escravos vindos de Africa, seguindo-se as graves questões a favor dos Indios, e occorrendo talvez outras circumstancias, se foi generalisando o transporte, até que a auctoridade publica se vio obrigada a legalisal-o, e a regular por leis, e providencias a sua pratica.

MEMORIA

EM QUE SE COLLIGEM ALGUMAS NOTICIAS SOBRE OS PROGRESSOS DA MARINHA PORTUGUEZA ATÉ OS PRINCIPIOS DO SECULO XVI

MEMORIA

EM QUE SE COLLIGEM ALGUMAS NOTICIAS SOBRE OS PROGRESSOS DA MARINHA PORTUGUEZA ATÉ OS PRINCIPIOS DO SECULO XVI

Depois de havermos notado no *Indice Chronologico*, ao anno de 1415, a grande armada, que el-Rei D. João I levou á expugnação da praça de Ceuta, bem quizeramos ajuntar nesta nota algumas noticias, que mostrassem por que gráos a Marinha Portugueza chegou ao quasi prodigioso desenvolvimento em que a vemos no seculo xv, e servissem hum dia á historia deste importante ramo da publica administração: mas forão tão descuidados nesta parte os nossos antigos, que quasi nos sentimos desanimados de proseguir na execução do pensamento, que tinhamos concebido. Colligiremos o que se offereceo á nossa curiosidade, e outros farão mais, e melhor.

Considerando-se este objecto na sua mais ampla generalidade, parece não poder duvidar-se que os povos das Hespanhas, e mais especialmente os habitantes das regiões littoraes, fossem, desde os mais remotos tempos, dados á arte da navegação, da maneira que o podia consentir o atrazamento da civilisação, e a imperfeição das artes.

He a Hespanha banhada em toda a sua circumferencia, pelos dous mares Atlantico, e Mediterraneo, á excepção tamsómente do pequeno espaço occupado pelos montes Pyreneos, que a unem ao continente da Europa. As suas

costas em hum e outro mar offerecem frequentes enseadas, bahias, surgidouros, e portos excellentes, aptos para a segurança dos navios de qualquer grandeza, porte, e dimensão. Os seus povos são industriosos, e ousados: muitas das suas montanhas e serras erão nos antigos tempos, e algumas são ainda hoje, cobertas de optimas madeiras de construcção. A mui pequenas distancias tem as costas de Africa, Italia, Sicilia, Sardenha, França meridional, Corsega, e Baleares, habitadas nos mais antigos tempos por povos industriosos, dados ao commercio e á navegação. Nós não conhecemos quasi nação alguma, que em semelhantes circumstancias não tivesse algum uso, mais ou menos perfeito, mais ou menos extenso, da arte de navegar.

As Hespanhas forão antigamente frequentadas pelos povos, de que temos noticia, que mais peritos fossem na navegação, como erão indubitavelmente os Fenicios, os Gregos, os Carthaginezes, e os Romanos. Os proprios Celtas, que antes destas nações estavão estabelecidos na Lusitania, Galliza, e outras partes da Hespanha, não erão estranhos á arte de navegar. Festo Avieno celebra a pericia, e industria dos Celtas Artabros no commercio, e na pratica nautica, quando descrevendo aquella costa, e as ilhas, que chama *Oestrimnides*, diz que erão os seus habitantes dotados de animo ousado, de efficaz industria, e dados geralmente ao negocio, e commercio, e nota com admiração o artificio de suas embarcações, e as largas viagens, que com ellas fazião (1).

(1) *Avien.*, v. 98.º:

> .... *Multa vis hic gentis est,*
> *Superbus animus, efficax solertia,*
> *Negotiandi cura jugis omnibus.*

E logo:

> *Notisque cumbis turbidum late fretum*
> *Et bellicosi gurgitem oceani secant.*

Estrabão (liv. 3.º) tambem mencionou o mesmo uso, que os povos Hespanhoes da costa septemtrional fazião em outro tempo de barcos formados das pelles, e couros dos animaes: «*Coriaceis* (diz) *usi sunt navigiis*».

Esta pericia, e uso da navegação dos povos da Hespanha se mostra não menos por algumas expedições, que elles fizerão em tempos remotissimos aos paizes estrangeiros ultramarinos.

Na parte montanhosa da Gran-Bretanha, chamada hoje *paiz de Galles*, habitavão os *Silures*, de origem Hespanhola, cuja capital era *Venta*, hoje *Caervent*. A *Hibernia*, chamada pelos Gregos *Ierne*, tambem se julgava ter sido antigamente povoada, em parte, por nações vindas da Hespanha (2). *Os Hibernos* (dizia hum escriptor do seculo XII) *parecem-se com os Vascões, tanto nos corpos, como nos vestidos, armadura, e costumes* (3). A *Sicilia* foi primeiro povoada pelos Hespanhoes *Sicanos* (4); e na

Non hi carinas quipe pinu texere
Fecere morem, non abiete, ut usu est,
Curvant fasello; sed rei ad miraculum
Navigia junctis semper aptant pellibus.
&c.

(2) Barbié du Bocage, *Geograf. antiq.*

(3) Valesio na *Noticia das Gallias*, palavra *Lapurdum*, cita hum escriptor do seculo XII, que escreveo sobre a topografia da Hibernia, do qual diz: «*Ait enim Basclenses de Hispaniarum partibus classe in Hiberniam insulam venisse, ibique habitavisse. Et Basclensium Hiberniensium corpora, vestes, armaturam, moresque describit*».

(4) Deniz de Halicarnasso, *Antiq. Roman.*, liv. 1.º, falando da chegada dos *Siculos* á Sicilia, diz: «*Sicani tum eam tenebant, genus Hispanicum, quod fugatum a Liguribus paulo ante ibi habitare coeperant, Sicaniamque suo nomine vocaverant, quae prius Trinacria dicebatur a forma triangula*». E Silio Ital., de *Bello Punic.*, liv. 14.º, vers. 34.º, fazendo menção dos *campos Siculos*, diz:

Vomere verterunt primo nova rura Sicani:
Pyrene misit populos, qui nomen, ab amne
Ascitum patrio, terrae imposuere vacanti
&c.

Corsega, ainda em tempo de Seneca se reconhecião vestigios de Hespanhoes na linguagem, e em alguns usos populares (5).

No tempo dos Fenicios, Carthaginezes, e Romanos todas as costas das Hespanhas erão cheias de povoações maritimas, cujos habitantes por certo, que não olharião com indifferença para os mares, que banhavão seus domicilios, nem deixarião de tirar delles, á imitação daquelles povos estrangeiros, algum util partido, ao menos para satisfazerem por meio da pesca a quotidiana necessidade do seu alimento.

Cadiz era então hum dos principaes emporios do commercio dos Fenicios, e o foi, depois, dos Carthaginezes. Hannibal fundou, ou deo o nome ao porto, que delle se chamou *Porto de Hannibal*, hoje villa de *Alvor*, na costa meridional da Lusitania. *Ossonoba*, cidade na mesma costa, foi mui conhecida dos antigos geografos Gregos, e Romanos, sem duvida, pela sua situação littoral, e pelo seu commercio. *Balsa*, e *Lacobriga* tinhão a mesma posição. Na costa occidental estava *Merobriga*, e logo *Cetobriga*, notavel pelo culto da Deosa *Salacia*, mulher de *Neptuno* Deos do mar (6), e pelas pescarias, e salgações, que nella se fazião, e de que ainda em tempo de Rezende existião alguns vestigios (7). *Olisipo* sobre o Tejo tinha

(5) Seneca, de *Consolat. ad Helviam*, cap. 8.º, referindo alguns povos, que tinhão vindo habitar a *Corsega*, diz: «*Transierunt deinde Ligures in eam; transierunt et Hispani, quod ex similitudine ritus apparet: eadem enim tegumenta capitum, idemque genus calceamenti, quod Cantabris est, et verba quaedam; nam totus sermo conversatione Graecorum. Ligurumque a patrio descivit*».

(6) Camões, *Lusiadas*, cant. 6.º, est. 16.ª:

> Tritão, que de ser filho se gloria
> Do Rei, e de Salacia veneranda.

(7) Rezende, *De antiquit. Lusit.*, liv. 4.º: «*Quoniam vero in urbe hac celebris est piscatio, et salsura talium piscium... Cetobriga vo-*

hum porto capaz, segundo Estrabão, de grandes navios (8). *Langobriga* era situada sobre o rio *Vacca*, hoje *Vouga*. *Cale*, á foz do Douro, era tão frequentada de navios, e de gente dada aos trabalhos do mar, que por esse motivo deo origem á fundação da cidade fronteira, que d'ahi se chamou *Portus-Cale*, e depois *Portucale*. Ao norte do Douro até o cabo de *Finisterrae* he a costa cheia de portos, e povoações já conhecidas nos antigos tempos, a saber: a foz do *Ave*, do *Neiva*, do *Lima*, do *Minho*, de *Iria* (hoje *Padrão)*, de *Brigancia*, ou *Corunha*, &c. (9).

Muitas das antigas moedas, que se conservão daquelles remotos tempos, talvez com legendas de caracteres desconhecidos, mostrão symbolos allusivos á navegação, como são peixes, proas de navios, ancoras, &c., e indicão por isso mesmo terem sido batidas em cidades littoraes, e versadas naquella arte.

cata civitas est. Durant adhuc in Cetobrigensi littore ipsa cetaria, signino opere antiquitus fabricata».

(8) Rezende, *ibidem*, liv. 2.º: «*Latitudinem ostii* (Tagi fluvii) *Strabo stadiorum esse viginti tradidit; altitudinem vero permagnam, ut a navigiis millia decem vectantibus navigari facile possit*».

(9) Os Romanos chamavão *magnus portus* ao porto em que hoje está a cidade da *Corunha* na Galliza, e ahi se levantou no tempo delles o celebre *Faro* para atalaia do mar, e guia dos navegantes, fabricado pelo Lusitano *Gayo Sevio Lupo*, arquitecto, que era em Aguas-flavias (hoje *Chaves)*; o qual *Faro* se conserva ainda, e delle, denominado *columna*, tomou a povoação o nome de *Corunha*. Deste *faro*, ou *torre* faz menção o douto Bracarense Paulo Orosio (no liv. 1.º, cap. 2.º) quando diz, que em *Brigantia* (nome antigo da cidade) se levanta hum altissimo *faro*, destinado a vigiar o mar Britanico: «*secundus angulus* (diz) *circium intendit, ubi Brigantia, Galleciae civitas, sita altissimum farum, et inter pauca memorandi operis, ad speculam Britaniae erigit*». A este porto se dirigio Julio Cesar com a sua armada, depois que vindo de Cadiz subjugou os Lusitanos do monte Herminio, refugiados em huma ilha, que parece seria Peniche; e então se assenhoreou de *Brigancio* (Corunha) de que aqui falâmos.

Lançando ora a vista ás outras costas da Hespanha, e discorrendo ligeiramente pela oriental, e meridional, achámos mui notavel nos antigos tempos por seu porto, frequencia de navios, e commercio, *Emporias*, ou *Ampurias*, que do mesmo commercio tomou o nome: *Tarragona*, aonde existem ainda vestigios de hum magnifico templo, erigido em honra de Neptuno, Deos do mar: *Dianium* (hoje *Denia*, no reino de Valencia), que era acolheita das esquadras de Sertorio, como diz Estrabão (10): *Carthagena*, fundada por Hasdrubal, arsenal maritimo dos Carthaginezes, e grande deposito das riquezas de Africa, e Hespanha, notavel aliás pelos excellentes ferros de flechas de suas fabricas: *Malaga*, d'onde se fazia grande commercio com a fronteira costa Africana, transportando-se para ella as salgações, que ali se fabricavão, como outrosim refere Estrabão (11): *Hispalis* (hoje *Sevilha*) não menos notavel pelo seu commercio, e que em tempo dos

(10) Strab., liv. 3.º: «*Quo ad res maritimas receptaculo usus est Sertorius*» Huma das primeiras acções de Sertorio, depois que tomou o mando dos Lusitanos, foi a *victoria naval*, que alcançou contra Cotta no Estreito Herculeo, aonde o general Romano andava cruzando para impedir a passagem de algum soccorro Africano. D'ahi entrou Sertorio no Guadalquivir (antigo *Betis*), e achando em suas margens alojado o exercito do Pretor Romano Didio, o derrotou com morte de 2:000 Romanos. A Historia ainda faz menção de outra expedição naval de Sertorio destinada a hostilisar as cidades maritimas, em que havia presidios Romanos, e diz que discorrendo pelo Mediterraneo derrotára, e tomára muitos baxeis inimigos. E já antes de Sertorio, e ainda antes da guerra de Viriato, notão alguns escriptores, que pelos annos de 151 antes de Christo, sendo Lucio Mummio Pro-pretor na Lusitania, e sendo os Lusitanos commandados por Cancheno, emprendêra este capitão a conquista de algumas cidades da Mauritania, e mandára *fabricar, e apparelhar baxeis* para a passagem do Estreito, e chegára a render Tangere, &c.

(11) Estrab., liv. 3.º: «*In hac ora prima urbs est Malaca, tanto a Calpe, quantum ab hac Gades, intervallo. Ea habet emporium, quo utuntur, qui in opposito littore vivunt; multumque ibi conficitur salsamenti*», &c.

Romanos era hum grande *emporio* (12): *Calpe*, que Estrabão menciona proxima ao monte do mesmo nome, caracterizando-a de *antiga*, e *memoravel*, e notando que era em outro tempo *ancoradouro dos navios Hespanhoes* (13); e que ainda em seu tempo se via o grande circuito de seus muros, e os estaleiros (14): finalmente *Belon*, outra cidade nomeada por Estrabão, e da qual diz, que era lugar de salgações, e que della se fazia commercio para a Mauritania Tingitana (15).

He pois fóra de duvida, que nos antigos tempos, inclusos os da dominação Romana, tinhão os povos das Hespanhas grande uso da navegação, pesca, e commercio maritimo, em toda a circumferencia de suas costas.

Os povos do norte, que no principio do seculo v invadírão a Peninsula, e vierão a extinguir nella o imperio Romano, erão pouco exercitados na arte de navegar, porque o seu estado precedente lhes não havia dado (ao que parece) opportunidade de muito praticarem esta arte. Comtudo, vinte annos depois da sua entrada nas Hespanhas, os Wandalos passárão da Betica a Africa em numero de mais de 80:000 pessoas, e esta passagem demandava grande numero de navios, e alguma pericia da navegação (16). Pouco depois vemos os mesmos Wandalos, debaixo do reinado de Genserico, fazer descensos sobre as costas da Italia, da Sicilia, das Gallias, das Baleares, &c.; destruir frotas numerosas do imperio, e disputar-lhe a superioridade nautica, e o dominio do mar (17).

(12) Idem, ibidem: «*Per has Hispalis claret, ipsa quoque Romanorum colonia, ac nunc quidem emporium ibi durat*».

(13) Idem, ibidem: «*Olim statio navibus Hispanorum*».

(14) *Magnum murorum circuitum, et navalia.*

(15) Lib. 3. *Belon urbs et fluvius. Hinc maxime ad Tingim Mauritaniae trajicitur, mercatusque ibi sunt et salsamenta.*

(16) *Idac. Chron.*, da edição de Florez, na *España Sagrada*, ao anno 429.

(17) *Ibidem*, aos annos 440, 456, 457, 465, 467, &c.

Nos principios do seculo VI (diz hum escriptor moderno) *as unicas potencias maritimas erão o imperio Romano, e o reino dos Wandalos... Os Godos da Italia tambem tinhão Marinha, mas pouco consideravel* (18).

Os Godos das Hespanhas, que ao principio se davão pouco á navegação, vierão em tempo do Rei Sisebuto a fazer-se peritos nesta arte, chegando a domar por mar e terra os proprios Romanos, a quem d'antes tinhão obedecido, e servido, como nos informa Santo Izidoro na historia destes povos (19).

Pelos annos 673, preparando o Rei Wamba a expedição contra o rebelde e tyranno Paulo, e contra a provincia das Gallias, que o seguia; diz S. Julião, na historia, que escreveo desta expedição, que se destinára tambem hum *exercito naval* contra os mesmos rebeldes (20). Outra armada de Wamba combateo, e venceo no anno de 677 a dos Sarracenos de Africa, que constava, dizem alguns escriptores, de 270 vasos, entre grandes e pequenos (21). E em 696, tendo-se os Arabes já apossado das Mauritanias, e temendo-se el-Rei Egica de algum insulto sobre as costas da Hespanha, mandou sahir ao mar a

(18) Mr. le Comte du Buat, *Histoire ancienne des Peuples de l'Europe*. Sidonio Apolinar. enumerando no Panegyrico de Mayoriano, os diversos generos, com que cada nação servia ao Imperador, diz: « *Sardinia argentum, naves Hispania defert* »; e era isto na segunda ametade do seculo V. (Vej. o *Chron. de Idac.*, ao anno 462.)

(19) Isidor., *Histor. Gothor.* « *Hac sola tantum armorum experientia hucusque carebant* (Gothi) *quod classica bella in mari gerere non studebant: sed postquam Sisebutus Princeps, celesti gratia, regni suscepit sceptra, ejus studiis ad tantam felicitatis virtutem profecti sunt, ut non solum terras, sed et ipsa maria suis armis adeant, subactusque serviat illis Romanus miles, quibus servire tot gentes et ipsa Hispania vidit* ».

(20) S. Julião, *Historia da expedição de Wamba*, edição de Flores, na *España Sagrada*: « *Alium exercitum destinans, qui navali praelio bellaturus accederet* ».

(21) Ferreras, ao anno 677; *Chronic. Sebastiani*, § 2.º

armada Goda, que afugentou e dispersou a dos inimigos (22).

Durante este periodo, que comprehende desde o principio do seculo V até o principio do VIII, em que os Arabes effectivamente invadírão, e sobjugárão as Hespanhas, e destruírão o imperio Gothico, se nos offerecem ainda alguns outros argumentos da pratica da navegação entre os povos Hespanhoes, que nos pareceo não ommittir neste lugar.

Da provincia da Galliza, que comprehendia huma parte do actual reino de Portugal, e da propria Lusitania, parece que sahião por aquelles tempos alguns navios para as costas de Africa, e para o Oriente, como se faz manifesto pela viagem do celebre e douto Presbytero Bracarense Orosio a Hipona, dos dous Avitos, e Idacio, da mesma provincia, e de S. João de Valclara, Lusitano, ao Oriente.

A historia dos dous Bispos de Merida, Paulo, e Fidel, Gregos de nação, é ambos metropolitanos da Lusitania, de que temos noticia pelos escriptos do Diacono Emeritense Paulo (23), mostra que naquelle tempo vinhão navios Gregos ao *Anas (Guadiana)* por causa do commercio. No seculo VI acudião á Tarraconense, e a outras provincias das Hespanhas, Clerigos Gregos, expulsos ou fugitivos do Oriente, como se vê da carta do Papa Hormisdas, dirigida, no anno de 517, ao Bispo de Tarragona, em que lhe dá instrucções sobre o modo de receber os Clerigos Gregos, e de examinar, e reconhecer a sua orthodoxia. Idacio, Bispo de *Aquas Flavias* (hoje *Chaves*, em Portugal) metteo no seu Chronicon algumas noticias das Igrejas orientaes, que lhe havião sido communicadas por Presbyteros, e outros Gregos, que aportavão á Gal-

(22) Isidor. Pacens., *Chron.* Ferreras.

(23) *Vitae Patrum Emeritens.*, edição de Flores, na *España Sagrada.*

liza (24). S. Martinho Dumiense e Bracarense aportou á Galliza vindo do Oriente (25), ao mesmo tempo que chegavão as reliquias do Turonense, trazidas das Gallias, tambem por mar, pelos enviados de el-Rei Suevo Carrarico. Tudo isto suppõe não só communicação de navios estrangeiros nos nossos portos; mas tambem alguma pratica de navegação, propriamente nossa; pois não he verosimil, que a nossa gente fosse meramente passiva no commercio, nem isso se compadece com o exercicio, e pericia de muitas artes, e fabricas, que por aquelles antigos tempos havia na Peninsula, como erão os excellentes tecidos de linho de Setabi; os vasos de barro de Sagunto; as salgações da costa meridional e occidental da Betica, e Lusitania; as obras de madeira do antigo lugar maritimo, onde hoje está *Sines*, na Lusitania; as de ferro, e aço de Carthagena, de Toledo, e da Galliza, e outras de que, póde ser, falaremos em lugar opportuno.

Os Arabes, que como já dissemos, se apossárão de quasi toda a Peninsula no principio do seculo VIII, derão-se á navegação com grande ardor, segundo as proporções, que o paiz lhes offerecia, e a necessidade, que elles tinhão de manter suas communicações com a Africa, e Oriente. Não só a praça de Ceuta era huma das principaes acolheitas de suas esquadras, d'onde fazião frequentes descensos nas Hespanhas, e sahião a saltear as costas da Europa occidental, e mediterranea: mas tambem dos proprios portos da Hespanha, por elles dominados, sahião muitas destas expedições, como he frequente na historia daquelles tempos. A *Historia Compostellana* faz menção de algumas dellas, que do porto de Lisboa, e de outros das

(24) Idac., Chron., anno 455.

(25) Diz o seu epitafio:

> *Pannoniis genitus, transcendens aequora vasta,*
> *Galliciae in gremium divinis nutibus actus*
> &c.

Andaluzias fazião frequentes saltos nas costas da Galliza desde o Douro até o cabo de *Finisterrae*, com o fim de roubar, e captivar os habitantes de Portugal, e Galliza (26).

Os povos indigenas do norte da Hespanha, aonde começárão a levantar-se as novas monarquias nacionaes, forçados a combater quasi de continuo com os seus inimigos no continente da Peninsula, não poderião dar-se com igual empenho á navegação. As frequentes invasões dos Normandos nas costas da Galliza, Lusitania, e Andaluzia parece mostrarem, que não havia forças maritimas, em acção permanente, bastantes a rebater os seus insultos. Comtudo havia algumas, e não faltava de todo a pericia nautica, como se collige dos lugares citados da *Historia Compostellana*, e de outros monumentos. E logoque o Bispo de Santiago, D. Diogo Gelmirez, mandou vir de Piza, e Genova constructores, que fabricassem galeras triremes, conseguio varrer as costas, e reprimir a ousadia dos barbaros (27).

(26) *Historia Compostel.*, liv. 1.º, cap. 103.º; liv. 2.º, cap. 21.º e 75.º; liv. 3.º, cap. 28.º

(27) Vejão-se os lugares citados na nota antecedente. Em 906 mandava el-Rei D. Affonso Magno navios seus aos portos da França, como se vê da carta, que escreveo *ao Clero, e Povo Turonense*, copiada entre os documentos do tom. 19.º da *España Sagrada*. Em 1111 querendo o Bispo de Santiago tomar alguns castellos, que se tinhão rebellado contra a Rainha D. Urraca, e seu filho (D. Affonso VII), diz a Compostellana, que mandou que os vassallos littoraes da sua Igreja apromptassem a armada, e fossem cercar pela parte do mar os rebeldes. E acrescenta, que alguns erão peritos nas artes maritimas, e acostumados a exercitar-se nellas. *Irienses* (diz) *haud mora classem aptant; armis et quibusque necessariis naves suas onerant; et praeter castellum Honesti remigantes, homines de Sancta Maria de Lanchata adeunt; ii etenim ejusdem artis periti, in littore maris sedebant, et in navali exercitio studere soliti erant*, &c. (*Compostellana*, liv. 1.º, cap. 75.º) E note-se que já então dizia Gelmirez, que lhe pertencia o quinto das prezas feitas aos inimigos, o que suppõe algumas leis navaes.

Por esse mesmo tempo era frequentissimo o commercio em alguns portos da Hespanha, como nos informa em especial de Barcellona Benjamin de Tudela no seu itinerario (28): e outro tanto se deve presumir dos outros muitos excellentes portos, de que he cercada toda a Peninsula. Por onde se faz manifesto o uso constante da navegação nos povos Hespanhoes, em todos os tempos, e circumstancias, de que faz menção a historia.

Os nossos primeiros Reis, tão valerosos na guerra, como providentes na paz, não desprezárão este importante meio de defender, e engrandecer os seus estados, nem deixárão de dar attenção á Marinha, tanto para aproveitarem as utilidades do commercio, como para rebaterem, quando fosse necessario, as forças dos Mouros: cousa tanto mais indispensavel, quanto a posição geografica de Portugal, estendido ao longo do Oceano, offerecia mais facil preza aos insultos das esquadras, e dos piratas Sarracenos.

Assim vemos que logo nos principios do governo de el-Rei D. Affonso Henriques havia em Portugal algumas forças navaes; porquanto pelos annos 1133, sendo tomado pelos Castelhanos, e prezo no castello de *Aguilar* o Conde D. Gonçalo, que se havia rebellado contra D. Affonso VII, mandou este Principe, que o Conde fosse posto em liberdade, mas que logo sahisse de seus estados: e nota a historia, que o mesmo Conde viera offerecer-se a el-Rei de Portugal, *para guerrear por mar* a Galliza, e Asturias (29). O que suppõe em Portugal algumas forças maritimas, que elle commandasse.

(28) *Oppidum est parvum* (diz), *attamen elegans, et in maris littore situm, quo negotiationis ergo mercatores ex omnibus locis confluunt, e Graecia, Pisis, Genua, Sicilia, Alexandria, Aegypto, Terra Israelis, confiniisque omnibus ejus.*

(29) *Chronica de D. Affonso VII*, era 1171: «*Ut inde faceret bellum per mare in Asturias, et in Gallaeciam*».

Mui verosimil he tambem, que el-Rei D. Affonso Henriques, conquistando Lisboa no anno de 1147, augmentasse a sua Marinha, apossando-se de algumas das forças navaes, que os Mouros costumavão ter naquelle porto; pois com esse fim cercou a cidade *por mar, e terra*, como dizem as antigas chronicas, valendo-se opportunamente do auxilio da frota estrangeira, que passava á Terra Santa, e cujos cabos o ajudárão em tão gloriosa, e feliz empreza.

O certo he que el-Rei cuidou logo em augmentar, e pôr em boa ordem a sua armada, nomeando para a commandar, como Capitão do mar, o celebre D. Fuas Roupinho, do qual sabemos, que tomou aos infieis algumas gálés, junto ao cabo de Espichel:

> .... levando a gloria
> Da primeira maritima victoria,

como cantou o immortal poeta Portuguez (30), e que depois outra vez os combateo, postoque com adversa fortuna, na costa do Algarve, segundo referem as antigas chronicas do reino (31). Nem se póde presumir, que hum Principe, que com tanto valor e constancia tinha guerreado os Sarracenos, libertado Lisboa, e muitas praças visinhas, e levado suas victoriosas armas aos campos do Alemtejo, deixasse de attender á defeza, e segurança das costas maritimas, e de prevenir todos os meios, com que

(30) *Lusiadas*, cant. 8.°, est. 16.ª *Chronica de Galvão*, cap. 51.° e 52.°

(31) *Historia de Portugal*, traduzida do Inglez, edição de 1828, tom. 1.°, pag. 142: «*E vindo depois* (D. Fuas) *commandar a frota destroçou huma esquadra de Mouros, da qual enviou* 9 *galés á Lisboa, e foi acommetter a dos infieis, que era de* 54 *galeaças, com sós* 21 *galés. Mas esta temeridade sahio-lhe cara; porque, cercando-lhe os Mouros os navios, de tal sorte o combatérão, que veio a servir-lhe de sepultura aquelle mesmo mar, que fôra theatro de suas victorias*».

podesse rebater os insultos, e invasões das esquadras, e piratas Barbarescos.

Tambem se não póde duvidar de que já por este tempo houvesse em Portugal alguma Marinha mercante, por meio da qual se fazia commercio com as nações do norte. Os cazamentos de alguns filhos, e filhas dos primeiros Reis Portuguezes em Flandres, e Dinamarca, parece confirmarem esta reflexão, e mostrarem, que havia relações com aquelles paizes, as quaes sem duvida erão resultado, ao menos em parte, das frequentes communicações, e correspondencias commerciaes (32).

No reinado de D. Sancho I, filho do grande D. Affonso Henriques, sabemos pelo testemunho dos antigos, que aproveitando-se este Principe (como já fizera seu pai) do auxilio de huma esquadra do norte, para conquistar do poder dos Mouros a importante cidade de Silves, na costa do Algarve, ajuntára ás forças estrangeiras a sua propria armada, na qual *havia* (diz a chronica) *40 galés e galeotas, afóra outros navios,* em que hião armas, engenhos, artilherias, bastimentos (33), &c.

D. Affonso II chegou a esquipar huma armada para a guerra da Terra Santa (34), e D. Affonso III não só fez continua guerra aos Mouros com as suas armadas; mas tambem soccorreo *por mar, e terra* com grandes forças a seu sogro el-Rei D. Affonso, o *Sabio,* quando acommettido por inumeravel multidão de Mouros de Africa, e Hespanha; auxilio tão efficaz, e de tanta utilidade, que o Rei

(32) D. Thereza (que os Flamengos chamárão *Mathilde),* filha de D. Affonso Henriques, cazou com Filippe, Conde de Flandres. D. Fernando, filho de D. Sancho I, cazou com Joanna, herdeira do mesmo condado de Flandres. D. Berenguella, filha do mesmo D. Sancho I, cazou com Valdemaro, 2.º do nome, Rei de Dinamarca. D. Leonor, filha de D. Affonso II, cazou com outro Valdemaro, 3.º do nome, e tambem Rei de Dinamarca, &c.

(33) *Chronica*, cap. 9.º, Faria e Sousa, epit., part. 3.ª, cap. 3.º

(34) Faria e Sousa, ibidem, part. 3.ª, cap. 4.º La Clede, liv. 6.º

de Castella e Leão, contente da victoria, e cheio de agradecimento, cedeo então do direito, que por precedentes Tratados havia reservado ás rendas do Algarve, e a 50 lanças Portuguezas durante a sua vida (35).

A conquista, que D. Affonso III fez das terras do Algarve, e de quasi todas as suas praças maritimas, o punhão tambem na forçosa necessidade de huma força respeitavel, que as defendesse de novas invasões dos inimigos: e sabemos, que el-Rei se não descuidou deste dever (36).

Este mesmo illustre Principe nos he recommendado nas antigas historias Portuguezas como grande favorecedor do commercio, tanto interno, como maritimo.

Do primeiro são boa prova os privilegios, e franquezas, que concedeo a diversas villas, e lugares, com o fim de multiplicar, e facilitar as feiras: e o cuidado, que teve de assignar o justo valor ao ouro, prata, e outros metaes, que são como certas medidas da estimação das cousas, que andão no commercio dos homens.

Do segundo nos dão abonado testemunho, por huma parte a fundação, restauração, ou povoação de lugares littoraes, accommodados á pratica da navegação, e commercio, como forão Silves, Tavira, Faro, Vianna do Lima, Villa Nova de Cerveira, Caminha, &c.: e por outra parte o notavel documento, que existe no Real Arquivo, e vem transcripto nas *Dissertações Chronologicas e Criticas* do

(35) La Clede, liv. 7.º, traducção Portugueza, not. 8.

(36) A chronica antiga, cap. 12.º, diz: «*E destes lugares do Algarve, depois que os el-Rei D. Affonso houve a seu poder, e senhorio, se acha, que com suas galés, e outros muitos navios fez sempre de continuo crua guerra aos Mouros de Africa, que em seus corpos e fazendas recebião grandes damnos*». E Mariz, no dial. 2.º, cap. 15.º, tendo referido a conquista das principaes praças do Algarve por D. Affonso III, conclue: «*Todo o mais tempo de sua vida gastou el-Rei D. Affonso em continua guerra, que com suas armadas fazia aos Mouros de Africa*».

Dr. João Pedro Ribeiro, datado da era 1291, anno de Christo de 1253 (37).

Por este documento sabemos quão extenso era, naquella remota idade, o commercio maritimo Portuguez, e quanto o consummo, que no reino se fazia de varias fazendas de Londres, Ruan, Abeville, Bruges, Ipres, Tournay, Montpellier, e de outros muitos portos da grande e pequena Bretanha, da Flandres, da Normandia, do Languedoc, &c. O que suppõe a producção Portugueza de objectos de permutação; o consequente progresso da agricultura, artes, e fabricas nacionaes; a pratica da navegação, e finalmente a existencia de forças navaes adequadas á guarda, e defensão dos portos, e navios Portuguezes (38).

A estes tempos julgâmos se devem attribuir as relações dos Portuguezes com as cidades *Hanseaticas*, de cuja liga fez parte a cidade de Lisboa: e de tudo isto resultavão tão consideraveis direitos, que el-Rei, fazendo seu testamento, julgou bastante applicar para satisfação das mandas, e le-

(37) *Dissertações Chronologicas e Criticas*, tom. 3.º, append. n.º 21, pag. 59.

(38) Quando da avultada importação de fazendas estrangeiras deduzimos a existencia, e fabricação de generos, e fazendas nacionaes, não nos fundâmos sómente na mera probabilidade desta consequencia. As nossas chronicas, e os antigos codigos de nossas leis estão cheios de ordenações, que vedavão a saca do dinheiro, e dos metaes preciosos; e hum dos fins desta providencia era obrigar os negociantes a fazer o saldo do commercio com effeitos nacionaes. Por este motivo, não menos que para evitar o descaminho dos direitos, se estabelecêrão os *lealdamentos*, pelos quaes erão os estrangeiros obrigados a manifestar os generos importados, e os retórnos, que levavão em fazendas do reino: e os nacionaes sofrião igualmente *varejos*, e *balanços*, em que se medião, e calculavão as fazendas existentes, e as vendidas, conferindo tudo com as que se *lealdavão*, e manifestavão nas alfandegas, e portos, para deste modo se ver se algumas se introduzião por alto, e descaminhadas, e se a exportação correspondia á importação, de sorte, que não houvesse saca de moeda, ouro, ou prata, &c.

gados, que nelle deixava, os redditos da cidade de Lisboa, e seus termos, com *as dizimas de mar, e terra,* que ahi lhe pertencião (39). De maneira, que bem podemos dizer, que no tempo de el-Rei D. Affonso III he que se lançárão os mais largos, e solidos fundamentos á Marinha Portugueza, a qual logo no seguinte reinado de el-Rei D. Diniz seu filho se levantou a maior luzimento pela sabia politica, e acertadas providencias deste Principe, a quem não escapou cousa alguma, que podesse elevar a hum alto gráo a grandeza, e gloria da sua nação (40).

Foi elle o primeiro Rei Portuguez, que deu fórma estavel, e regular ao importante cargo de Almirante, no anno 1322 (41), conferindo-o debaixo de certas condições, e com grandes honras e interesses a Misser Manoel Peçanha, nobre Genovez, mui perito nas cousas maritimas. O qual bem he de crer, que poria em grande melhoramento a armada naval, tanto no que respeita ao numero, e força dos navios, como á manobra nautica, e á disciplina da gente da marinhagem; para o que se criárão tambem os officios necessarios, e se determinou a ordem, e os limites de suas jurisdições, e auctoridades: obrigando-se alem disso o Almirante a ter em Portugal 20 Genovezes, homens do mar, para governarem os navios, como *alcaides, e arraizes,* quando a armada sahisse contra os inimigos, por serem os Genovezes, naquelle tempo

(39) *Provas da Historia Genealogica*, tom. 1.º: «*Et dizimas omnes tam maris quam terrae, et omnia quae pertinent ad me in eadem civitate, et in terminis suis, tam in mari, quam in terra*».

(40) Teve particular cuidado na conservação da sua frota, de sorte, que emquanto viveo foi senhor do mar. (*Historia de Portugal* citada, tom. 1.º, pag. 253.)

(41) Vej. o contracto feito com o Almirante Peçanha, no tom. 1.º das *Provas da Historia Genealogica*, do qual consta, que o primeiro ajuste tinha sido feito na era 1355, que he anno de Christo 1317, postoque sómente fosse reduzido a escriptura na era 1360, anno de Christo 1322, que he a data do referido contracto.

mui experimentados, e peritos nas cousas navaes. Com o que attendia tambem el-Rei a ter no reino huma como escola, em que os Portuguezes se fossem cada vez mais exercitando, e aperfeiçoando naquella importante arte.

Foi tambem el-Rei D. Diniz o que, conhecendo quanto convinha para o augmento deste ramo da força publica ter madeiras de construcção de boa qualidade, em abundancia, e em lugar accommodado ao facil transporte para os estaleiros maritimos, mandou semear o grande pinhal de Leiria, do qual ainda hoje tira grandes proveitos a Marinha Portugueza, e *sem o qual* (como avisadamente reflecte hum escriptor) *seria impossivel conservar-se depois a navegação da India, pelas grandes embarcações, que para ella erão necessarias, e que se não podião fazer, senão de muitas, grandes, e antigas arvores* (42).

Nem este zêlo, que el-Rei D. Diniz mostrava pelo augmento da Marinha, era de mera ostentação, e apparato. As chronicas antigas, bem que pouco solicitas de nos instruirem sobre hum objecto tão importante, dizem comtudo, que el-Rei trazia continuamente suas galés nas costas do Algarve, a fim de as guardar dos saltos do inimigo, e de embaraçar, ou interceptar os soccorros, que os Mouros de Africa mandavão aos de Granada (43): e com este mesmo intuito obteve do Papa João XXII os dizimos ecclesiasticos, para melhor poder costear as grandes despezas de suas armadas: alem de nos constar pelo contracto, que se fez com o Almirante Peçanha, que a este se concedia *a*

(42) Mariz, dial. 3.°, cap. 1.°, no fim.

(43) Idem, ibidem, refere de el-Rei D. Diniz, que *fizera sempre cruel, e continua guerra com suas poderósas armadas aos Mouros de Africa, vendo que os de Portugal já erão lançados fóra delle. E houve-se* (diz) *com elles tão asperamente, que se não acha posto em memoria, que alguma hora lhes concedesse tréguas, ou com elles fizesse pazes.* (Vej. a *Historia de Portugal,* traduzida do Inglez, edição de 1828, tom. 1.°, pag. 257, not. 1, &c.)

quinta parte do que cabia a el-Rei de todas as prezas tomadas aos inimigos, tirando navios, armas, e prizioneiros de mercê, o qual, quando el-Rei o queria tomar, era obrigado a dar 100 libras Portuguezas, e dellas tinha tambem o Almirante a quinta parte, &c. (44); por onde se vê, que a armada não estava ociosa, nem as suas emprezas erão sem proveito.

As mesmas chronicas nos informão, que pelos annos 1295, rompendo-se guerra entre Portugal, e Castella, fizera el-Rei de Castella esquipar no porto de Sevilha algumas galeras, com as quaes D. Sancho de Ledesma, entrando subitamente no Tejo, e achando desprevenida a armada Portugueza, levára varios navios, que naquelle rio estavão ancorados: mas que o Almirante Portuguez armando, e aparelhando com grande celeridade, e sahindo logo ao mar, fôra alcançar os Castelhanos junto ao cabo de S. Vicente, aonde pelejando com elles, não só recobrára a preza, que levavão, mas tambem lhes tomára muitos dos seus navios, com o que se recolhêra victorioso a Lisboa (45).

Nem he alheio do nosso proposito reflectir aqui, que substituindo el-Rei á extincta Ordem dos Templarios a outra Ordem Militar da Cavallaria de Nosso Senhor Jesu-Christo, destinou com prudente advertencia para sua capital, e para residencia do Mestre a villa de *Castro Marim,* situada na extremidade do reino do Algarve, á foz do Guadiana, sobre a costa do mar: como dando a entender, que sendo os Cavalleiros da nova Ordem incumbidos de fazer guerra aos infieis, convinha que assentados em hum lugar maritimo, e fronteiro aos Mouros, se habilitassem nos exercicios nauticos, e na guerra do mar, e augmentassem assim as forças da Marinha Portugueza.

(44) Consta do contracto acima citado. E vej. Severim de Faria, *Noticias de Portugal,* disc. 2.º, § 13.º

(45) *Chronica,* cap. 6.º

Outra grande prova do estado florente, a que ella tinha chegado, se deduz das extraordinarias riquezas de el-Rei, procedidas em grande parte do extenso commercio maritimo, que então fazião os Portuguezes. Os auctores da *Historia de Portugal*, escripta em Inglez, fazem a este respeito algumas reflexões, que nos pareceo não ommittir aqui (46).

« Suas riquezas (dizem elles, falando das de el-Rei D. Diniz) erão o espanto daquelles tempos: porque o povo, vendo que elle quanto emprendia tudo acabava, dizia vulgarmente, e ainda hoje se repete: «*El-Rei D. Diniz fez tudo quanto quiz*». Mas isto prova, que em Portugal devia de haver então muitos commercios. O que tambem se póde deduzir *da grande armada, que el-Rei sempre teve, e lhe servia de conter os Mouros, e de proteger as costas de Portugal e Andaluzia.* Acresce a isto dizerem os historiadores Portuguezes, que el-Rei nunca usou de cousa estrangeira em seus vestidos, moveis, e meza, d'onde se deixa entender, que elle nisto era singular, e queria animar as manufacturas do reino, dando-lhes valor aos olhos dos seus naturaes, e dos estranhos: o qual meio era hum dos mais efficazes para attrahir ao seu reino as riquezas dos visinhos, porque ellas costumão acompanhar sempre o commercio, se no luxo se sabe guardar huma certa temperança.

« Nós falâmos disto (continuão ainda os auctores) conjecturalmente, porque os historiadores Portuguezes não dizem nada a este respeito: mas fundâmo-nos nas circumstancias, e damo-nos a crer, que o grande commercio se faria com as frequentes visitas das armadas dos Cruzados, que de toda a Europa passavão á Terra Santa, e tocavão nos portos de Portugal, e da correspondencia,

(46) *Historia de Portugal*, traduzida, edição de 1828, tom. 1.º, pag. 255.

que daqui nasceria com as ilhas do Arquipelago, e com os portos da Grecia, Syria, e Egypto. Destes recebêrão os Portuguezes as luzes, que depois os guiárão nos descobrimentos, de que não tinhão idéa alguma: mas já então experimentavão os prosperos successos do commercio, e da navegação, que os fazia ricos e poderosos a respeito de seus visinhos.»

Finalmente temos ainda hum testemunho notavel do cuidado, com que el-Rei D. Diniz se applicava ao augmento da Marinha do reino, na exposição, que os enviados de seu filho e successor el-Rei D. Affonso IV fizerão ao Santo Padre Benedicto XII, quando no anno de 1341 forão pedir-lhe em nome deste Principe a concessão das decimas dos beneficios de Portugal e do Algarve para a guerra contra os infieis.

Dizião os Embaixadores, que *el-Rei D. Diniz, para mais facilmente quebrantar as forças dos Mouros fizera aparelhar huma numerosa armada, e nomeára hum Almirante, e com ella alcançára algumas victorias dos Sarracenos.* E acrescentavão, que desejando ora el-Rei D. Affonso *seguir as pizadas de seu pai, tinha augmentado a armada, e de tal modo havia feito exercitar a sua gente na marinhagem, que nenhuma nação lhe levava vantagem na pericia nautica,* &c. Pelas quaes palavras não só se confirma o que deixámos dito ácerca de el-Rei D. Diniz, mas tambem se vê o progressivo augmento, que no governo de seu filho hia tomando a Marinha Portugueza, e quanto os Portuguezes começavão já a sobresahir ás outras nações no exercicio, e pericia da marinhagem (47).

Com effeito ao tempo deste Rei D. Affonso IV se devem sem duvida referir as primeiras emprezas ultramarinas

(47) Vej. o *Pontificiar. Constitutionum Epitome, ab Aloysio Guerra edit.* 4.º vol., fol.

dos Portuguezes, que no seguinte seculo se fizerão tão famosas.

Já em outras partes, e a outros respeitos temos mencionado a resposta, que este Principe mandou dar ao Santo Padre Clemente VI, quando D. Luiz de Lacerda, investido no dominio das ilhas Canarias, pretendia hir apossar-se dellas, pelos annos 1344, e pedia para isso por intervenção do Papa, o auxilio de Portugal, e de outros Soberanos. A resposta de el-Rei foi: « *Que aquellas ilhas lhe pertencião, pelas haver descoberto, e mandado a ellas os seus vassallos, e que as teria conquistado, se as guerras, que sustentava contra os Mouros, lho permittissem* », &c. Assim consta pelos documentos da Chancellaria Romana, citados pelo Annalista Raynaldo, ao referido anno.

Desta expedição, que el-Rei dizia ter mandado ao descobrimento das Canarias, não temos achado até o presente memoria alguma nos nossos escriptores; mas parece não se poder prudentemente duvidar della, por ser inverosimil, ou antes impossivel, que el-Rei allegasse ao Santo Padre hum facto tão notavel, que devia ser publico, e acontecido naquelle proprio tempo, se não fosse verdadeiro. Em hum escriptor porém estrangeiro, e moderno achámos noticia (tambem pouco conhecida) de huma empreza maritima dos Portuguezes no seculo XIV, que acaso póde ter alguma relação com o referido facto; e que ainda não a tendo, merece mencionar-se neste lugar, em prova do que vamos tratando.

He Mr. Court de Gébelin, o escriptor, que nos dá esta noticia (48), citando o *Diario dos Eruditos* (49) do mez de Abril de 1758, e copiando delle esta notavel anecdota:

« Oito pessoas de Lisboa (dizem os diaristas) com todas as suas familias fizerão esquipar hum navio, e lhe mettêrão mantimentos para muito tempo. Era o seu designio

(48) *Monde Primitif analysé*, &c., no vol. de *Dissertations mêlées*.
(49) *Journal des Sçavans*.

embarcarem-se, navegarem o Oceano, e não voltarem sem que tivessem descoberto *as terras, que devião terminar o mar ao occidente.* Navegárão ávante onze dias em alto mar; mas a violencia dos ventos os obrigou a tomar o rumo ao meio dia. Depois de outros doze dias de navegação, abordárão a huma ilha, onde achárão prodigiosa quantidade de gados, cuja carne lhes pareceo amargosa, e por isso se contentárão de aproveitar as pelles. Navegárão depois outros doze dias ao sul, e chegárão a outra ilha, que era habitada, e que tinha huma cidade á borda do mar. Ahi achárão hum interprete Arabe, que os informou, que o Rei da ilha tendo concebido o mesmo projecto, enviára alguns dos seus subditos, os quaes havião navegado hum mez inteiro sem nada descobrirem». Era isto (dizem os diaristas) quasi dous seculos antes do descobrimento de Guiné, e da America; e acrescentão, «que esta anecdóta fôra tirada de hum livro manuscripto intitulado *Ketab Karidat el Adgiaib,* que se interpreta *o livro da perola das maravilhas,* composto por Zein-Eddin-Omar, filho de *Almudasser,* por sobre-nome *Ben-el-Ouardi,* que vivia no seculo XIV».

O leitor fará sobre esta relação o juizo, que bem lhe parecer: nós porém não teriamos por conjectura arrojada, ou inverosimil presumir, que os ousados navegantes de Lisboa sendo lançados ao rumo de sul, fossem parar em alguma das Canarias (50), que logo começárão a ser tão requestadas, e das quaes sabemos serem as unicas, que naquelles mares erão povoadas, quando se descobrírão as da Madeira, Porto Santo, Açores, &c.

Ultimamente do tempo do mesmo Rei D. Affonso IV nos consta: Que na guerra, que teve com Castella, se pelejou tambem no mar, repartindo-se as forças Portuguezas em duas divisões, huma de 20 galeras, e outros na-

(50) Vej. *Nota sobre as Canarias,* a pag. 163 e seg. deste tomo.

vios, guarnecidos por 2:000 soldados, e capitaneados por D. Gonçalo Camelo, a qual andava sobre as costas da Andaluzia: e a outra commandada pelo Genovez Manoel Peçanha, a qual fazia suas hostilidades sobre as costas da Galliza: Que pelos annos 1336 corria o mar o Almirante Estevão Vaz de Barbuda com 3 nàos grossas, e 5 outros baxeis contra os piratas, que infestavão as costas, e lugares maritimos de Portugal: e que quando foi das emprezas de Algezira, e Gibraltar, deo el-Rei de Portugal ao Castelhano o soccorro de algumas galés da sua armada (51).

Os progressos, que tinha feito, e hia fazendo a Marinha Portugueza, não sofrêrão interrupção no reinado de el-Rei D. Pedro I, antes temos motivo para ajuizar o contrario, se reflectirmos nos grandes thesouros, que deixou este Principe (que não he taxado de avaro, ou mesquinho), e na grande extensão, que em seu tempo tinha o commercio Portuguez, huma das principaes origens de suas riquezas.

Mariz, descrevendo o estado em que el-Rei D. Fernando achou o reino, quando subio ao throno, refere estar posto em memoria, que só na torre do Castello de Lisboa se achárão por morte de el-Rei D. Pedro «*80:000 peças de ouro, 400:000 marcos de prata, e grande somma de moedas de ouro e prata, e outras muitas cousas ricas, e de grande valor*» (52): e logo dando a razão desta tão extraordinaria riqueza, acrescenta: «*E não pareça novidade estranha, porque havia então em Portugal tão grande contractação de vinho, azeite, sal, e outras cousas, que sómente na cidade de Lisboa acontecia acharem-se, algu-*

(51) Faria e Sousa, *Epit.*, part. 3.ª, cap. 8.º La Clede, liv. 8.º; na traducção Portugueza, tom. 4.º, pag. 59, 62-67, 91, &c.

(52) Mariz, dial. 3.º, cap. 5.º Alguns lêem: «800:000 *peças de ouro*». Nós temos a edição de 1749, e seguimos a sua lição, que tambem nos parece mais razoavel.

mas vezes no anno, 400, e 500 navios de carregação juntos, de que el-Rei tinha grandes direitos, e estas carregações se fazião cada anno tres e quatro vezes» (53).

Em confirmação do que, notaremos ainda, que deixando-nos as chronicas em lembrança a horrivel tempestade de chuva e vento, que se experimentou em Lisboa no mez de Fevereiro de 1370 (terceiro anno de el-Rei D. Fernando), referem, que esta tempestade, durando muitas horas, fizera gravissimo destroço em *grande numero de navios,* que estavão no Tejo, e que abalroárão huns contra os outros com grande ruina, e perda de navios e fazendas, escapando comtudo a esta desgraça *as galeras, que pouco antes havião sahido ao mar, a cruzar na foz do Guadalquivir, e a espiar os movimentos da armada Castelhana.*

El-Rei D. Fernando, com quanto teve graves defeitos no que toca á administração do reino, foi comtudo (segundo a frase de hum escriptor judicioso) *benemeritissimo, no seu governo interno, da policia, agricultura, e commercio;* e não só não desprezou a conservação da Marinha, mas antes a acrescentou, e augmentou consideravelmente, como se collige de varias providencias que deo, e do estado florente em que se achava este ramo da força publica, logo nos principios do seguinte reinado de el-Rei D. João I.

Foi el-Rei D. Fernando grande zelador dos progressos da agricultura (base fundamental do commercio), e do aproveitamento das terras, que por incuria de seus donos, ou por outras cauzas, se achavão destituidas dos beneficios da arte, e do trabalho humano: e com este presuposto não só promulgou leis utilissimas, que se compi-

(53) Ibidem, aonde diz mais, que *por serem tantos, e tão continuos os navios dos estrangeiros, ordenou a cidade de Lisboa certos homens, que pelas ruas, armados, andassem vigiando de noite, e guardando a cidade de alguma traição,*

lárão nos Codigos nacionaes; mas tambem perseguio, e punio com justa severidade os ociosos, vagabundos, e mendigos, peste funestissima dos estados, e inimigos declarados da prosperidade, e riqueza publica (54).

Com igual cuidado zelou, e promoveo o augmento do material da Marinha, tanto militar, como mercante, quero dizer, do numero, e multiplicidade dos navios, que em huma e outra se podessem empregar, concèdendo privilegios aos seus vassallos, quo ou comprassem navios estrangeiros, ou os mandassem construir nos estaleiros Portuguezes (55), e dando-lhes elle mesmo exemplo na construcção, que por conta da sua fazenda mandava fazer de vazos de toda a sorte, com os quaes podesse augmentar as forças maritimas do reino, e fazer-se, quanto possivel fosse, senhor do mar.

Creou tambem de novo o cargo de Capitão-mór do mar, que parece devia substituir o Almirante nas suas faltas, ou ausencias, e lhe determinou a jurisdicção, e os próes competentes á importancia, e dignidade da sua occupação (56).

Com estes meios e arbitrios subio a Marinha neste reinado a tal ponto, que Duarte Nunes de Leão nos diz na sua Chronica, que andando el-Rei de guerra com Castella, armára *32 galés, e 30 náos*, que he força mui consideravel para aquelles tempos, e ainda para as posses de hum tão pequeno reino: e com esta armada se poz o Almirante sobre as costas de Andaluzia, aonde por quasi dous annos

(54) Fez muitas leis excellentes sobre a agricultura; e punindo os vadios, não faltou quem trabalhasse nas lavouras, e com isso houve pão no reino *de sobejo;* fez tambem leis sobre os mendigos, e outras concernentes ao commercio, como se podem ver apontadas em Duarte Nunes de Leão, no fim da Chronica deste Rei, e regulou o commercio dos estrangeiros, &c. *(Historia de Portugal* citada, tom. 1.º, pag. 337. Mariz, dial. 3.º, cap. 6.º, &c.

(55) Mariz, ibidem.

(56) Severim de Faria, *Noticias de Portugal,* disc. 2.º, § 14.º *Historia Genealogica,* &c.)

fez notaveis estragos, e deo grandes perdas aos Castelhanos.

Durando, ou renovando-se a mesma guerra com Castella em differentes annos, tiverão as armadas Portuguezas grandes quebras, que a historia attribue á incuria, ou impericia dos chefes (57); mas essas mesmas perdas nos dão prova da grande força maritima, que havia no reino; porque ajustando-se a paz entre as duas nações no anno de 1382, se estipulou em hum dos artigos della a restituição de não menos, que 22 *galeras* Portuguezas, que havião sido tomadas pelos Castelhanos, e estavão em seu poder.

Do mesmo grande numero de galés, e outros navios de guerra, que então havia em Portugal, se collige tambem a grande pratica, e exercicio, que os Portuguezes tinhão naquelle tempo na arte da *pesca,* que he outra base essencial da Marinha mercante e militar, e outra fonte de riqueza publica.

A chusma das galés e baxeis de guerra era tirada então dos homens do mar, *pescadores,* e barqueiros, os quaes estavão para esse fim alistados nos livros chamados *da Armação,* e tinhão obrigação de fornecer de cada vinte homens hum, tendo o Anadel-mór o cargo do alistamento, e a auctoridade de os constranger ao serviço da armada naval, por meio de officiaes seus, que se chamavão *Vinteneiros.* Consta-nos esta pratica e uso pelo contracto, que depois fizerão os pescadores com el-Rei D. João I, pro-

(57) Attribue-se a primeira perda pelos annos de 1373 á incuria, ou (como outros dizem) á covardia do Almirante, a quem el-Rei tinha dado ordem para embaraçar a entrada do Tejo á armada de Castella. O Almirante foi severamente punido. A segunda perda, pelos annos de 1381, se attribue á impericia de D. João Affonso Telles, irmão da Rainha D. Leonor, ao qual, só pelo titulo de irmão da Rainha, se dera o commando da armada. Elle foi levado prizioneiro a Castella com outros Senhores Portuguezes, e o Almirante de Castella ficou tambem prizioneiro dos Portuguezes vencidos!

mettendo-lhe huma segunda dizima do pescado, sobre a que já pagavão, com a condição, que el-Rei proveria as galés de remeiros á custa desta contribuição, ficando elles, pescadores, desonerados de tão pezado encargo (58).

O que porém mais decisivamente prova os grandes progressos da nossa Marinha neste seculo XIV, de que vamos falando, he o brilhante estado em que a achámos logo nos principios do governo, e reinado de el-Rei D. João I, e ainda antes que este illustre Principe, e seu filho o immortal Infante D. Henrique, a elevassem ao grande desenvolvimento, em que a vemos por todo o decurso de seculo XV.

Ainda o grande Mestre de Avís era simplesmente defensor do reino (1383 até 1385), quando mandoú vir da cidade do Porto huma divisão de 35 vélas, em que entravão 18 náos, e 17 galés, para se unir á divisão do Tejo, e se opporem ás emprezas maritimas de Castella. E logo depois de acclamado Rei, tendo pedido ao Duque de Lencastre auxilio de tropas, vierão estas de Inglaterra em *navíos Portuguezes*, e nelles forão depois restituidas ao seu paiz (59).

(58) Vej. Severim de Faria, *Noticias de Portugal*, disc. 2.º, § 14.º Estas *dizimas, nova e velha do pescado de Lisboa* forão doadas por el-Rei D. Manoel ao Duque de Bragança por Carta de 15 de Dezembro de 1500, em satisfação do Reguengo de Colares, e da Mouraria e Judiaria da cidade, extinctas pela expulsão dos Mouros e Judeos. Depois em 1502 fez o mesmo Rei outra doação ao Duque das dizimas do pescado de *Villa do Conde, Fão, Espozende, Darque*, e *Villa Nova de Cerveira*, por indemnização das Mourarias e Judiarias extinctas nas terras do Duque. Nas Côrtes de Lisboa de 1562, em que se deo a tutoria de el-Rei ao Cardeal D. Henrique, pedirão os povos, entre outras cousas, «*que a dizima do pescado se tornasse para as galés, para que os mareantes a derão*».

(59) Vej. o *Epitafio* de el-Rei, copiado na *Historia Genealogica*, e com mais exacção, na *Memoria*, que escrevemos, *sobre as obras da Batalha*, e vem nas collecções da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Faria e Sousa diz, que el-Rei mandára a Plymouth,

O commercio com os portos do norte continuava em grande actividade, tanto, que quando el-Rei armava para a expedição de Ceuta, querendo encobrir o verdadeiro alvo de seus preparativos, córava-os com dizer, que armava contra o Conde de Flandres, *porque lhe estorvava o commercio de seus vassallos;* e esta ficção politica, que só ao Conde foi communicada, achou facil credito em muitos.

No anno de 1415, hindo el-Rei á dita gloriosa expedição de Ceuta, armou 220 vasos, em que entravão 33 náos grossas, 59 galeras, e muitos galeões, caravelas, e outros navios de differentes grandezas, sahindo da só barra do Douro 70 vélas, em que entravão 17 galés, poder maritimo, que obrigou a hum distincto escriptor moderno, e estrangeiro, a dizer, que naquelle tempo *erão os Portuguezes reputados como os primeiros navegadores do seu seculo;* e que Portugal *occupava então o primeiro lugar entre as potencias maritimas* (60). E outro escriptor, tambem estrangeiro, referindo a expedição de Ceuta, conclue: « *Toda a Europa pasmou de ver, que hum reino tão pequeno, como o de Portugal, armasse com tanto poder, mórmente depois de tão longa, e tão damnosa guerra, como acabava de sustentar* (61).

Pelos fins do anno de 1429, hindo a Infanta D. Isabel, filha de el-Rei, cazar com Filippe, Duque de Borgonha, sahio de Lisboa acompanhada de huma armada Portugueza de 39 embarcações, que forão aportar a Esclusa na costa de Flandres: apparato, que até suppõe (para assim nos explicarmos) algum luxo de forças navaes, aliás bem empregado nos merecimentos da Infanta, e mui pro-

para a passagem do Duque, e da sua tropa, 120 *náos de grande porte, e* 6 *galeras*. e que o Duque ajuntára a esta armada 54 vélas suas.

(60) Malte-Brun, *Geografia.*

(61) La Clede, *Historia Geral de Portugal,* &c.

prio da grandeza de el-Rei seu pai, e da alta nobreza do Duque seu esposo.

Não se póde duvidar, que para o rapido e progressivo augmento, que a Marinha Portugueza tinha já adquirido, e foi adquirindo por todo este seculo, concorresse mui poderosamente a *Escola de Sagres*, fundada pelo Infante D. Henrique, e a ardente paixão, que este grande Principe mostrava, tanto pelo adiantamento das sciencias mathematicas, cosmograficas, e nauticas, como pelos descobrimentos maritimos, que começou, e continuou por toda a sua vida com a perseverança mais heroica, e com os effeitos, que todo o mundo sabe, e admira.

Nesta escola se inventavão, fabricavão, e aperfeiçoavão os instrumentos nauticos necessarios á navegação. Ali se fazião, e ensinavão a fazer observações astronomicas para regular, e rectificar o curso dos navios, e para verificar pelo calculo das latitudes e longitudes as paragens, em que se achavão, e os rumos, que devião seguir. Ali se projectárão as primeiras cartas hydrograficas, nas quaes se preferio *desenvolver a superficie do globo, estendendo os meridianos em linhas rectas, parallelas entre si, pelas razões, que aponta o sabio Montucla* (62). D'ali sahirão os habeis cosmografos, que em tempo de el-Rei D. João II aperfeiçoárão o astrolabio, e fizerão taboadas para se navegar pela altura do sol. Ali emfim se trabalhava incessantemente nos estudos da arquitectura naval, e em melhorar, e aperfeiçoar a construcção, e a manobra dos navios, chegando-se a conseguir, que as caravelas de Portugal fossem *naquelle tempo os melhores navios de véla, que andavão sobre o mar*, como se expressou Cadamosto (63), &c.

(62) *Histoire des Mathématiques.*

(63) *Proemio da Relação das suas navegações*: e vej. Barros, dec. 1.ª; Andres, *Historia de toda la Litteratura*; Bory de Saint-Vincent, &c.

O grande movimento, extensão, e actividade, que d'aqui resultou ao commercio Portuguez; o gosto da navegação, e das emprezas maritimas, que se foi generalisando, e diffundindo por todas as classes de cidadãos; os documentos, methodos, e luzes, que sahião, e se propagavão da mencionada escola; os grandes capitães do mar, e os habeis pilotos, que depois de adquirirem nella os conhecimentos theoricos, hião logo pratical-os em arriscadas navegações; emfim, o desejo de agradar, e servir a Principes, que erão como pais, e talvez mestres de seus vassallos: tudo isto deo em pouco tempo tal extensão, e desenvolvimento á Marinha Portugueza, que bem justifica o dito dos escriptores, que acima referimos.

Em 1458 levou el-Rei D. Affonso V á conquista de Alcacer Seguer 220, ou mais, baxeis de todos os portes, e em 1471, em que tomou Arzila, e Tanger, constava a sua armada de 300, ou, como outros dizem, de 308 navios, em que forão cousa de 30:000 homens de desembarque: e fazia-se isto ao mesmo tempo, em que se continuavão os descobrimentos das ilhas, e das costas Africanas, e se frequentava avultado commercio para aquellas partes (64).

Seu filho, e successor el-Rei D. João II aprestou por vezes numerosas armadas para a costa de Africa, fundou o castello, e cidade de S. Jorge da Mina, cujo commercio rendia grandes cabedaes, e por elle tomou no seu dictado o titulo de *Senhor de Guiné;* descobrio o Congo, e o cabo da Boa Esperança, e preparou a armada para o grande descobrimento da India, que se realisou no seguinte reinado.

Em tempo deste grande Principe he que se inventou,

(64) Durante o reinado de el-Rei D. Affonso V, isto he, desde 1438 até 1481, se descobrírão as ilhas dos *Açores*, as de *Cabo Verde*, as de *S. Thomé*, *Anno Bom*, *Principe*, *Fernando Pó*, &c., e pela costa se adiantou quasi desde o *Senegal* até ao *Cabo de Santa Catharina*, a 3° da equinoccial para o sul, &c.

ou aperfeiçoou o uso do astrolabio, e a sua applicação á navegação do alto mar, de que já acima fizemos menção: e elle mesmo, com a grande intelligencia, que tinha *em todos os officios, e em particular nas artilherias* (como diz Rezende), achou, e inventou *o modo de trazer mui grossas bombardas em pequenas caravelas, cousa até então desconhecida,* com o que conseguio defender as costas, e a navegação, e fazer respeitar, e temer o seu poder no mar (65).

Durante o largo periodo dos dous reinados, de que vamos falando, e ainda depois delles, tinhão as armadas Portuguezas huma decidida superioridade sobre as de todas as outras nações maritimas da Europa, como se faz manifesto por muitos factos, que nos refere a Historia, dos quaes apontaremos aqui summariamente alguns, em prova do que dizemos, e para que por elles se possa ajuizar a que elevado ponto tinha chegado o poder naval desta pequena, mas heroica nação, mais de hum seculo antes, que a Rainha Isabel lançasse os primeiros fundamentos á Marinha Ingleza, e que os Hollandezes tivessem algum distincto nome entre as nações maritimas.

Seja o primeiro facto, que ousando os vassallos do Duque de Bretanha incommodar o commercio Portuguez, forão castigados tão pezadamente, que se virão reduzidos a não poderem sahir de seus portos, arruinado o seu commercio, até que tomárão o partido de cessar de seus excessos, e de não tornarem a desafiar as nossas forças.

Outro tanto succedeo aos Inglezes. Pelos annos de 1471, doze navios mercantes Portuguezes, que sahião dos portos de Flandres, carregados de muitas, e ricas mercadorias, forão tomados, e roubados por hum navio de guerra Inglez, commandado pelo bastardo Falcombridge, sobrinho do Conde de Berwik, que então gover-

(65) Garcia de Rezende, *Chronica de D. João II,* cap. 180.º

nava o reino de Inglaterra. El-Rei D. Affonso V, que tinha prompta huma grande armada para descer em Africa, não quiz distrahil-a para differente operação, e limitou-se a dar aos armadores Portuguezes cartas de marca contra os Inglezes; com o que forão tantas as prezas, que todos os dias lhes fazião, e trazião a Portugal, que el-Rei de Inglaterra mandou satisfazer plenamente os effeitos roubados, e renovou a paz, que de tempos antes havia entre as duas nações (66).

Pelos annos de 1479, antes que se ratificasse a paz, que já estava ajustada com Castella, os Reis Catholicos, que em hum dos artigos do Tratado renunciavão as suas frivolas pretenções sobre Guiné, mandárão lá 30 navios; mas os Portuguezes os aprezárão todos com as grandes riquezas, que trazião, e os conduzírão a Lisboa: e este incidente abreviou a ratificação do Tratado, que os Castelhanos com artificiosa má fé, mas inutilmente, havião retardado.

Em 1492, fazendo os Francezes pouco caso das antigas relações, que havia entre Portugal, e a França, e até do Tratado de amizade e commercio poucos annos antes ajustado entre ambas as nações (67), tomárão no mar huma caravela, que vinha da Mina com carregação mui rica, e muito ouro. El-Rei D. João II, sem se entreter em delongas diplomaticas, mandou immediatamente pôr embargo em todos os navios Francezes, que estavão nos seus portos, e só em Lisboa se achárão 10 náos. Forão embargados os que estavão em Aveiro, e no Douro; e para Setubal, e Algarve despachou el-Rei com a mesma incumbencia a Vasco da Gama (68). Carlos VIII de França

(66) Vej. Goes, Pina, &c. Os nossos escriptores varião em algumas miudas circumstancias deste facto; mas todos convêm na substancia.

(67) Em 1485, segundo a *Historia Genealogica*, &c.

(68) Rezende, *Chronica de D. João II*.

escreveo logo a el-Rei D. João II, dando satisfação do insulto, e fez restituir toda a preza, *e todo o ouro, sem faltar huma dobra* (diz Rezende): e acrescentão alguns escriptores nossos, e estrangeiros, que se não levantou o embargo, até que fosse restituido *hum papagaio*, que ainda faltava; e que admirando-se alguns desta severidade de el-Rei, respondêra este grande Principe: « *Quero que se entenda, que a bandeira Portugueza defende, e protege até hum papagaio* »; mostrando por este modo, que não era tanto o valor das cousas, quanto a honra da sua bandeira, que elle defendia, e vindicava (69).

(69) Os Francezes, que (segundo diz Voltaire) *sómente cuidavão em justas, torneios, e amores, quando os Portuguezes, a despeito de opiniões supersticiosamente acreditadas, de tormentas de mar, e de guerras, descobrirão e conquistárão a navegação, e commercio da Asia*; logo que virão o caminho aberto, e os interesses, que d'ali vinhão a Portugal, quizerão ter parte nos lucros, e ser nossos rivaes, e então invocárão a *liberdade do commercio*, que nenhuma nação poderosa deixa de estreitar, e monopolisar. Como porém se não atrevessem então com a Marinha Portugueza, limitárão-se por muitos annos a huma guerra dolosa, ou antes a huma verdadeira piratarïa, assaltando na paragem dos *Açores*, e em outros pontos, os navios Portuguezes, que confiados na segurança da paz, que tinhamos com todas as nações, vinhão da India, ou da costa de Africa, quasi sem defeza alguma. « *Huma das primeiras acções de el-Rei D. João III* (dizem os auctores da *Historia de Portugal*) *foi enviar por Embaixador a França João da Silveira, para se queixar das hostilidades, que os armadores Francezes fazião aos Portuguezes, e para requerer, que se não mandasse armada Franceza á India, como em França se projectara* ». El-Rei D. João II fazia estas embaixadas com náos, e bombardas, e era bem succedido, como acabámos de ver! As outras nações, que tambem ao principio tiverão por *insanas* as navegações Portuguezas, concorrião agora com os Francezes na mesma emulação, ou inveja, e no commum intento de nos despojarem do bem merecido fructo dos nossos trabalhos, nos quaes não tiverão parte alguma. « *Os Turcos* (dizia hum douto Portuguez em 1562), *os Venezianos, os Francezes, os Inglezes, todos tem contenda comnosco sobre a India, e a Especiaria, o Brazil, Guiné, &c., e com elles temos sempre guerras, e trabalhos: e se alguma cousa os detem em seus*

Pelos annos de 1509, já em tempo de el-Rei D. Manoel, corria os mares hum corsario Francez, por nome *Mondragon,* o qual aprezou hum navio Portuguez, que vinha da India com preciosa carregação. El-Rei não quiz seguir o processo summario do seu antecessor, e mandou queixar-se a el-Rei de França Luiz XII, de quem não recebeo satisfação alguma: pelo que ordenou a Duarte Pacheco, que sahisse ao mar em demanda do corsario. O heroico Pacheco, sem embargo da vigorosa resistencia de *Mondragon,* metteo-lhe no fundo hum dos seus navios, e aprezou-lhe os outros tres, e com elles o trouxe a elle mesmo prezo a Lisboa, aonde restituindo a preza, e promettendo respeitar d'ahi em diante a bandeira Portugueza, teve por benignidade de el-Rei a liberdade de se retirar, &c.

De tudo o que até agora temos dito ácerca do grande poder naval do nosso reino no seculo xv, facil he de ver, que tambem seria proporcionado o adiantamento das duas

propositos, a nos não fazerem mal, he ter por sem duvida, que o nosso Rei he o mais rico, e o mais poderoso, que ha no mundo». Estes propositos porém começárão a executar-se sem rebuço, logo que Portugal passou ao tyrannico poder de Castella, e a sua decadencia se fez manifesta a toda Europa por tantas causas, que para ella concorrêrão. As nações, invejosas da nossa gloria, e prosperidade, postergárão então todas as considerações da justiça, rompêrão a paz, que, máo grado seu, tinhão conservado; e com o pretexto de sermos vassallos de Castella, começárão a fazer-nos guerra, isto he, a arruinar o nosso commercio, e a roubar-nos as nossas ricas possessões ultramarinas. Em 1590 navegárão para a India alguns navios Inglezes em frota. Em 1595 saqueárão os Francezes o castello de Arguim na costa de Africa. Em 1597 apparecêrão os primeiros navios Hollandezes na India. Na America, apesar das repetidas tentativas sempre mallogradas dos Francezes, ainda *no anno de* 1603 (diz Pinkerton) *tudo naquelle vasto continente estava em poder de Hespanhoes, e Portuguezes.* E tudo conservariamos lá, e em Africa, e na India, se os Portuguezes não houvessem degenerado de suas antigas virtudes, e sobre tudo, se o governo usurpador não favorecesse de proposito esta degeneração, e não houvesse cooperado positivamente para o nosso abatimento, e ruina.

artes, que são como criadoras, e ao mesmo tempo subsidiarias da Marinha, quero dizer, *o commercio externo, e a pesca.*

Emquanto ao *commercio:* não falando do que de tempos antigos se continuava com os portos do norte, e do Mediterraneo, acresceo o das novas colonias das ilhas, e terras descobertas de Africa.

Da ilha da *Madeira,* aos vinte annos depois de povoada pelos Portuguezes, dizia Cadamosto em suas Relações, que além do *asucar,* que produzia, dos *arcos de teixo,* que já se exportavão, e dos excellentes *vinhos,* que já sobejavão para se exportar, havia *engenhos de serrar, e se trabalhavão muitas, e excellentes obras de carpintaria, e bofetes de muitas invenções, e outras obras de madeira, de que se provia todo Portugal, e outros paizes* (70).

A ilha de S. *Thomé,* mandada povoar em 1493 por el-Rei D. João II, começou logo a ser tão copiosa na producção, e commercio do *asucar,* que pelo meio do seculo XVI dava mais de 150:000 arrobas, producto de 60 engenhos, que se havião construido, não estando todavia roteado senão apenas huma terça parte do terreno da ilha, na qual se achavão estabelecidos muitos commer-

(70) Cadamosto, *Navegação primeira,* edição da Academia Real das Sciencias de Lisboa, cap. 4.º Ahi se diz, que no tempo desta primeira viagem, em 1445, se fabricavão na ilha da Madeira 400 cantaros de asucar, o que (regulando o cantaro Veneziano pelo Florentino) vem a dar em 468 quintaes, ou 1872 arrobas. Em outra Memoria achâmos, que o asucar da ilha da Madeira, ainda em tempo do Infante D. Henrique, lhe dava de quinto 900 arrobas, o que vem ao total de 4:500 arrobas. Finalmente Barros diz, que humas tres leguas de terreno da ilha davão em seu tempo ao quinto mais de 60:000 arrobas. Sabido he, que a canna, e os mestres de fabricar asucar forão mandados vir da Sicilia pelo Infante D. Henrique, o qual tambem mandou vir de Candia a excellente *malvazia,* cujos vinhos são ainda hoje de tanto interesse para a ilha, e seu commercio.

ciantes *Portuguezes, Castelhanos, Francezes, e Genovezes*, sendo o seu ancoradouro frequentado de navios de varias nações, attrahidos huns e outros das franquezas, e beneficios, que dos nossos Reis lhes erão concedidos (71).

Para as outras ilhas, portos, e terras descobertas na costa occidental de Africa, era frequentissimo o trafico dos negociantes de Portugal, e da ilha da Madeira, de sorte, que no anno de 1444 julgou o Infante D. Henrique conveniente auctorisar a *Companhia de Lagos* para fazer o commercio das ilhas de *Arguim*, aonde mandára levantar fortaleza, e tinha *Feitoria* sua: e pelos annos de 1447 se achárão juntos naquellas paragens 27 navios Portuguezes, que traficavão em differentes pontos da costa. O qual commercio foi em muito maior augmento, logo que se descobrio o reino de *Beny* (d'onde os Portuguezes começárão a levar a pimenta a Flandres), e a *Mina*, onde el-Rei D. João II mandou fundar o castello, e cidade de S. Jorge, cujos proveitos erão avultadissimos (72). Pelo que el-Rei D. Affonso V houve por necessario nomear hum particular *Veedor da Fazenda das cousas, que pertencião a todolos feitos do mar Oceano*, cargo, em que achâmos provido Pedro Affonso por Carta dada no anno de 1460 (73). E el-Rei D. João II tinha effectivamente em Flandres hum Feitor seu, encarregado dos negocios da

(71) Vej. *Navegação de Lisboa a S. Thomé por hum Piloto Portuguez*, na collecção da Academia.

(72) Garcia de Rezende, *Chronica de D. João II.*

(73) Vej. a *Historia Genealogica.* Por Carta de 20 de Março de 1452 concedeo el-Rei varios privilegios e isenções a *Flamengos, Allemães, Francezes*, e *Bretões*, que viessem morar em Portugal. Em seu tempo achâmos *Gil de Brito, Cavalleiro da Caza de el-Rei, Veedor-mór das artilharias do reino.* Em 1487 era *Diogo de Azambuja Veedor-mór das artilharias, e armazens do reino.* Já em tempo de el-Rei D. João III achámos *Jorge de Azambuja Veedor das artilharias, armazens, e terecenas*, cargo que tinha em 1527 *Cosme Lafetá*, &c.

sua fazenda, e de proteger o commercio dos seus vassallos.

Este illustrado, e nunca assás louvado Principe, que entendia perfeitamente das cousas do commercio, intentando augmentar com elle as riquezas do seu reino, abateo ametade dos direitos de entrada, que se pagavão na alfandega de Lisboa, com o que attrahio a esta cidade o commercio da Galliza, e da Andaluzia. E favorecia tanto os estrangeiros, que vinhão negociar ás suas terras, que tomando huns piratas Francezes quatro galés Venezianas, e lançando nús na praia os homens da guarnição, junto á foz do Tejo, el-Rei não só os mandou vestir, e sustentar, mas tambem lhes offereceo 40:000 cruzados para resgatarem as galés; e como os Francezes pretendessem preços maiores, el-Rei emfim comprou os cascos, e os pôz á disposição da Republica de Veneza: acção tão generosa, que a Republica se houve por obrigada a lhe enviar huma solemne embaixada, agradecendo o beneficio, e sollicitando a sua amizade. Já acima apontámos o *Tratado de amizade, e commercio* ajustado com os Francezes em 1485, e poderamos mencionar muitos outros factos, que provão por huma parte a extensão do commercio Portuguez naquelles felices tempos, e mostrão, por outra parte, a grande intelligencia, que el-Rei tinha dos verdadeiros principios da *economia politica*, quando esta sciencia estava ainda por criar. Mas estes objectos não cabem nos limites, que nos temos prescripto, e demandão escriptura mais extensa.

Emquanto á *pesca:* postoque sejão mui escassas as noticias, que a este respeito nos deixárão os antigos, notaremos comtudo algumas de que achámos feita menção, e que servirão de estimulo para novas indagações, a quem for mais feliz, e tiver mais meios para fazel-as do que nós somos, e temos.

Algarve: os navios, que naquelles tempos sahião de Portugal com grande frequencia, e em grande numero,

para as ilhas, e costas de Africa novamente descobertas, ou que se pretendião descobrir, hião quasi sempre bem providos de peixe salgado, que bastasse para o abundante mantimento dos navegantes, e gente da marinhagem (74), e parece verosimil, que estas provisões fossem das pescarias, e salgações do reino, e ainda especialmente das do *Algarve*, d'onde sahião as expedições, e aonde o Infante D. Henrique residia, e tinha suas terecenas, armazens, &c. O *Algarve*, que por sua posição geografica he aptissimo para as *pescarias*, tem sempre conservado, e conserva ainda hoje este trafico.

Setuval: foi sempre desde os mais antigos tempos hum lugar notavel pelas suas *pescarias*, *salgações*, e grande commercio de *sal:* e por este respeito querendo el-Rei D. João II favorecer, e melhorar a terra, aconselhou aos moradores a obra do aqueducto, por onde lhes vem a agua, que d'antes não tinhão; fez-lhes mercê de alguns dos tributos, que pagavão, para que os applicassem á mesma obra; e por ultimo a mandou elle mesmo acabar á custa da sua fazenda, com o que a villa se augmentou em trafico, commercio, riqueza, e povoação.

Lisboa: já acima indicámos a doação, que el-Rei D. Manoel fez no anno de 1500 ao Duque de Bragança das *dizimas do pescado* de Lisboa, por indemnização do reguengo de Colares, e dos rendimentos da Mouraria e Judiaria extinctas. Isto prova a importancia daquelles direitos, e consequentemente a grande extensão das *pescarias* do Tejo, e dos mares adjacentes (75).

Aveiro: villa (hoje cidade) mui notavel, nos tempos de que tratâmos, pelas suas *pescarias*, e tambem pelo grande fabrico de *sal*. A Princeza Santa Joanna teve o senhorio da

(74) *Navegação de Lisboa a S. Thomé por hum Piloto Portuguez*, &c., cap. 2.º

(75) Diz o auctor da *Historia Genealogica*, que *só o dizimo do pescado fresco* de Lisboa rendêra, no anno de 1736, 22:560$000 réis.

terra, e recebia entre outras rendas a *imposição do sal, e as dizimas nova e velha do pescado,* por mercê de seu irmão el-Rei D. João II, e Carta passada no anno de 1485. D'aqui sahião, logo que se descobrio a Terra Nova, muitos navios, e homens do mar a fazer naquellas paragens a *pesca* do bacalhão, em que os nossos Portuguezes se conservárão, até que em tempos menos felices forão despojados desta liberdade e posse pelos Inglezes. E era tal a nossa concorrencia naquelle trafico, que ainda em 1578 se achárão na Terra Nova 50 navios de pesca Portuguezes, fazendo todos juntos o porte de 3:000 toneladas (76). *Aveiro* (diz hum escriptor Portuguez) *contava pelos annos de 1550 mais de 150 embarcações de commercio proprio.*

Villa do Conde, Fão, Espozende, Darque, e Villa Nova da Cerveira: já tambem notámos a doação, que el-Rei D. Manoel fez ao Duque de Bragança, no anno de 1502, das *dizimas novas e velhas do pescado* destes portos, por indemnização dos rendimentos das Mourarias e Judiarias extinctas nas terras do Duque pela expulsão dos Mouros e Judeus: e d'aqui se infere a frequencia da *pesca,* que havia em todos estes lugares, e os grandes proveitos, que se tiravão de seus rendimentos (77).

Vianna da foz do Lima: esta villa, fundada, ou melho-

(76) No mesmo anno concorrêrão aquella pescaria 150 navios Francezes, 100 Hespanhoes, e 50 Inglezes (Anderson.)

(77) Não parecerá [illegible] alheio do nosso assumpto notar aqui, que [illegible] Piloto, que tendo feito cinco viagens de Portugal á ilha de S. Thomé, escreveo pelos annos de 1551 a *Navegação de Portugal a S. Thomé* (que neste escripto temos citado algumas vezes), e a [illegible] Conde Raymundo de la Torre, [illegible] Veneziano [illegible] Ramusio a publicou traduzida em Italiano em 1554; e a Academia Real das Sciencias de Lisboa a [illegible] em Portuguez, na sua *Collecção de* [illegible] *das nações ultramarinas,* tom. 2º, num. 2. Na [illegible] se pode ver [illegible] a qualificação de douto.

rada em sitio por el-Rei D. Affonso III (como acima tocámos), e povoada de gente industriosa, aproveitou a opportunidade do seu local, e foi crescendo tanto em navegação, e commercio, que mandava seus navios a todas as provincias do norte, e ás ilhas, e terras novamente descobertas, especialmente ao Brazil, depois que esta grande região começou a povoar-se, e a ser dos nossos mais frequentada. Fr. Luiz de Souza, que imprimia a *Vida do Arcebispo* em 1619, diz que nesse tempo trazia Vianna no mar 70 navios de toda a sorte, sendo a maior parte dos armadores, e marinhagem tudo da terra (78). E acrescenta, que cincoenta annos antes, isto he, pelo meio do seculo XVI, havia algumas 80 barcas de *pescadores*, que depois deixárão este trafico para se darem á navegação do alto, passando os trabalhos da *pescaria* aos povos visinhos, que della se sustentavão, e com ella fornecião de marinheiros os navios mercantes, &c. (79).

Caminha: villa fundada sobre a foz do Minho; tinha provavelmente nos tempos, de que falâmos, grande pratica da navegação, commercio, e *pesca*; pois sabemos, que os seus habitantes, pelos annos de 1459, sendo aquellas costas do norte de Portugal infestadas de corsarios, e piratas Francezes, e Gallegos, pedírão a el-Rei D. Affonso V licença para armarem em corso contra os inimigos, e que

(78) Vej. a *Vida do Arcebispo*, liv. 1.º, cap. 24.º, e 26.º No liv. 4.º cap. 1.º, diz o escriptor, que a jurisdicção temporal dos Arcebispos de Braga lhes fôra dada em troca de rendas proprias, que a Igreja largou á corôa, entre as quaes erão *os direitos, e rendimentos da alfandega de Vianna*, por onde se póde conjecturar qual seria desde antigos tempos o commercio da villa.

(79) Desta villa de Vianna sahio o primeiro povoador da Capitania de *Porto Seguro* no Brazil, Pedro de Campos (ou de Campo) Tourinho, homem nobre, cavalleiro, e *muito visto na arte de marear*, a quem el-Rei D. João III deo a mesma capitania com 50 leguas de costa, como em outro lugar dizemos. Este foi o fundador das villas de *Porto Seguro, Santa Cruz*, e *Santo Amaro*, &c.

lhes fizesse mercê do quinto das prezas, que pertencia á real fazenda, a fim de poderem armar maior forças com menos dispendio proprio. Ao que el-Rei deferio, remettendo-os ao Fronteiro-mór da provincia, que era o Duque de Bragança, para lhes conceder, e regular a licença, e cedendo logo do quinto na fórma, que supplicavão, &c. (80).

E tal era o estado de nossas cousas maritimas, quando subio ao throno el-Rei D. Manoel, a quem os Portuguezes com razão appellidárão *o Venturoso,* o qual colheo os abundantes fructos de gloria, de grandeza, e de poder, que seus antecessores lhe deixárão grangeados, e preparados; sustentou, e ampliou o seu senhorio em Africa; fundou o imperio Portuguez no Oriente; descobrio a grande região, que se chamou *Terra de Santa Cruz,* e depois *Brazil,* na America meridional; descobrio tambem a *Terra Nova de Côrte Real,* e muitas ilhas adjacentes na America septemtrional; fez respeitar, e temer em toda a parte as suas armas; e conservou, e engrandeceo a Marinha Portugueza, e fez de Lisboa hum dos principaes, e mais ricos emporios do commercio do mundo.

Faz na verdade admirar, se bem se considera, e quasi que excede toda a crença o grande poder maritimo necessario para tantas emprezas, e desenvolvido em Portugal no tempo deste feliz reinado.

Descoberta a India pelo grande Vasco da Gama, logo no anno de 1500, subsequente á sua vinda, sahio de Lisboa

(80) O auctor da *Historia Genealogica,* referindo o que aqui dizemos, o attribue aos moradores de *Vianna do Lima:* mas na representação que se fez a el-Rei, e de que elle mesmo faz o extracto, se diz, que os representantes, ou a sua terra, distava *tres leguas da fronteira, e doze da cidade do Porto;* o que nos parece mais proprio de *Caminha* do que de *Vianna:* porquanto *Caminha* dista na verdade tres leguas de *Valença,* fronteira de Tuy, e fica a *doze leguas do Porto:* ao mesmo tempo que Vianna dista do Porto nove leguas, e fica a seis da fronteira, isto he, de Valença.

Pedro Alvares Cabral com huma armada de 13 náos, em que forão 1:200 homens mareantes, e soldados. A esta seguio em 1501 outra de 4 náos, commandadas por João da Nova. Em 1502 fez segunda viagem á India D. Vasco da Gama, levando 20 vélas á sua obediencia. Em 1503 sahírão as armadas de Francisco de Albuquerque, de Antonio de Saldanha, e do grande Affonso de Albuquerque, &c. E tudo isto se fazia no mesmo tempo, em que se despachavão outras expedições ao reconhecimento da Terra de Santa Cruz; se defendião as costas de Portugal, e das conquistas de Africa; se conservava, e promovia o grande commercio do reino; e el-Rei mandava em soccorro dos Venezianos, contra o Turco, o poderoso auxilio de 30 náos, com 3:500 homens de tropas, commandados por D. João de Menezes, Conde de Tarouca (81).

Em 1504 passou á India Lopo Soares de Albergaria com 12 náos grossas: e em 1505 foi o Vice-Rei D. Francisco de Almeida com 22 vélas, que erão 16 náos grossas, e 6 caravelas. *Neste anno* (diz Faria e Souza) *sahírão para a India por vezes 30 náos, ficando outras para a guerra da Mauritania, e guarda das costas do reino.*

Sendo tal o empenho, com que el-Rei entrou nas cousas do Oriente, e tanta a necessidade de ter lá forças bastantes a contrastar o poder do Soldão do Egypto, que unido com os Principes mais poderosos da India, e auxiliado occultamente dos Venezianos, intentavão expulsar-nos daquelles

(81) O continuador Francez da *Historia Ecclesiastica* de Fleury, fazendo memoria desta expedição, e soccorro, diz que a armada Portugueza se recolhêra a Portugal, sem ter alcançado victoria alguma contra o inimigo: «*Illa tamen nulla adversus hostem victoria insignis reversa est*». Nisto disse o escriptor a verdade; mas não a disse toda. Devêra acrescentar, que os Turcos, sabendo que a armada Portugueza hia unir-se á Veneziana, se pozerão em retirada, ou fugida. E parece, que não deve fazer admiração, que se não alcance victoria contra hum inimigo, que toma com tempo a precaução de fugir ao combate.

mares: assim mesmo mandou el-Rei em 1513 huma numerosissima armada a Africa, constante (segundo Damião de Goes) de 400 navios, commandada pelo Duque de Bragança D. Jayme, com a qual tomou Azamor, Tite, e Almedina, na Mauritania, levando a esta facção 18:000 infantes, e 2:500 cavallos, além da gente da manobra, e serviço do mar. E notão os nossos escriptores, que esta grande armada se aprestára em *quatro mezes e meio!*

Concluamos com dizer em summa com o mesmo Goes: *que el-Rei D. Manoel trazia communmente 300 náos suas nas conquistas de Asia, Africa, e America* (82).

E se alguem porventura se admirar, de que tantas, e tamanhas armadas se esquipassem, e aprestassem tão frequentemente, e ás vezes com tanta celeridade (83), deve attender:

1.° Que el-Rei D. Manoel tinha em varios lugares do reino Feitorias para a fabricação de amarras, enxarcias, cordoalhas, &c., de *canhamo*, que então se cultivava, em grande abundancia, em Portugal (84).

2.° Que tinha tambem grande fundição de *artilharias*, já estabelecida no tempo de seus antecessores, para a qual

(82) *De Reb. et Imper. Lusitan. ad Paul. Jov.*

(83) Severim de Faria, *Noticias de Portugal*, disc. 2.°, § 15.°

(84) He muito verosimil, que esta fabrica trouxesse origem de tempos mais antigos. O *canhamo* era cultivado em differentes partes do reino. O nome de *Canavezes* dado a alguns lugares, indica a existencia, e extensão desta cultura. Ella se conservou ainda por longos tempos. Em 1740 havia na Torre de Moncorvo *feitoria, e armazem* de linhos, e canhamos, que se criavão nos campos de *Villariça*, fecundados pelas inundações do Douro: *e he esta* (dizia hum escriptor desse tempo) *a cultura de maior importancia do reino, para o apresto das armadas, por ter o uso qualificado a sua bondade, e fortaleza.* Nesses annos se colhião ainda cousa de 160:000 arrates (5:000 arrobas) de linho, *e se se encanassem as aguas* (dizia o mesmo escriptor), *que muitas vezes alagão, e destroem os linhos semeados, maior fôra o lucro da provincia, e do reino.*

fundou as *terecenas da Porta da Cruz* em Lisboa, assim como mandou fazer a *caza da polvora*.

3.º Que ordenou outrosim, que houvesse *armeiros* pagos á custa de sua fazenda, para o fabrico de armas de toda a sorte, nas cidades de Coimbra, Evora, e Porto; em Santarem, Elvas, Beja, Tavira, e Lagos, e nas villas de Moura, Mourão, Monsarás, Covilhãa, Vianna do Lima, Castello Branco, e Torre de Moncorvo (85).

4.º Que mui provavelmente existião já no tempo deste Principe, ou (póde ser) de seus antecessores, os chamados *Fornos de el-Rei*, estabelecidos na freguezia de *Palhaes*, comarca de Setubal, e destinados especialmente a fornecer o pão necessario ás armadas do reino (86).

5.º Que os mesmos particulares não desdenhavão naquelle tempo o commercio, as artes, e a industria, do que são bom exemplo os Duques de Bragança, os quaes tinhão na mesma cidade de Bragança huma *fabrica de ferrarias*, e perto de Villa Viçosa hum *engenho de armas* (87): de maneira, que dentro do reino, sem dependencia dos estrangeiros, se achava tudo o necessario para o apresto das armadas...

Mas tempo he já de darmos fim a este nosso escripto,

(85) Mariz, dial. 4.º, cap. 20.º Severim de Faria, *Noticias de Portugal*, disc. 2.º, § 11.º

(86) Não temos achado notada a origem, e fundação deste estabelecimento, que ainda existia no seculo passado; e presumimos, que se deve referir aos tempos, em que Portugal despachava suas armadas para os descobrimentos, e conquistas ultramarinas. Os *fornos* erão 39; tinhão lenha, e moinhos em boa distancia. A caza dos trigos accommodava 9:000 moios: e os fornos todos podião fornecer pão fresco para 30:000 homens, e biscouto para 20:000.

(87) Por Carta de Janeiro de 1453 isentou el-Rei de siza o ferro, que se vendesse da *fabrica de ferraria* do Duque de Bragança: e o Duque D. Theodosio I em 1540 unio em morgado com outros bens seus patrimoniaes o *engenho de armas*, que tinha no termo de Villa Viçosa.

bem imperfeito na verdade, mas emprendido sómente pelo puro amor da patria, e só por elle tambem recompensado:

> Que não he premio vil ser conhecido
> Por hum pregão do ninho meu paterno.
> *(Lusiadas,* cant. 1.°, est. 10.°)

FIM DO TOMO V

INDICE